



NARRATIVAS MUDIÁTICAS, EXPERIÊNCIAS E PESQUISAS AMAZÔNICAS

Phellipy Jácome
Liana Vidigal
Edgar Chagas Junior
Gilson Porto

ORGANIZADORES





NARRATIVAS MIDIÁTICAS, EXPERIÊNCIAS E PESQUISAS AMAZÔNICAS

Phellipy Jácome
Liana Vidigal
Edgar Chagas Junior
Gilson Porto

ORGANIZADORES



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Reitora: Sandra Regina Goulart Almeida
Vice-Reitor: Alessandro Fernandes Moreira

FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Diretor: Bruno Pinheiro Wanderley Reis
Vice-Diretora: Thais Porlan de Oliveira

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

Coordenador: Bruno Souza Leal
Sub-Coordenador: Carlos Frederico de Brito D'Andréa

SELO EDITORIAL PPGCOM

Carlos Magno Camargos Mendonça
Juarez Guimarães Dias

CONSELHO CIENTÍFICO

Ana Carolina Escosteguy (PUC-RS)	Kati Caetano (UTP)
Benjamim Picado (UFF)	Luis Mauro Sá Martino (Casper Libero)
Cezar Migliorin (UFF)	Marcel Vieira (UFPB)
Elizabeth Duarte (UFSM)	Mariana Baltar (UFF)
Eneus Trindade (USP)	Mônica Ferrari Nunes (ESPM)
Fátima Regis (UERJ)	Mozahir Salomão (PUC-MG)
Fernando Gonçalves (UERJ)	Nilda Jacks (UFRGS)
Frederico Tavares (UFOP)	Renato Pucci (UAM)
Iluska Coutinho (UFJF)	Rosana Soares (USP)
Itania Gomes (UFBA)	Rudimar Baldissera (UFRGS)
Jorge Cardoso (UFRB UFBA)	

www.seloppgcom.fafich.ufmg.br

Avenida Presidente Antônio Carlos, 6627, sala 4234, 4º andar
Pampulha, Belo Horizonte - MG. CEP: 31270-901
Telefone: (31) 3409-5072

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

N234 Narrativas midiáticas, experiências e pesquisas amazônicas /
Organizadores: Phellipy Jácome... [et al.]. - Belo Horizonte, MG:
PPGCOM/UFMG, 2021. - (Olhares Transversais; v.1)
276p.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-86963-47-2

1. Comunicação - Pesquisa - Brasil. I. Jácome, Phellipy. II.
Vidigal, Liana. III. Chagas Junior, Edgar. IV. Porto, Gilson.

CDD 302.2

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

CRÉDITOS DO E-BOOK

© PPGCOM/UFMG, 2021.

CAPA E PROJETO GRÁFICO
Atelier de Publicidade UFMG
Bruno Guimarães Martins

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO
Bruno Guimarães Martins
Daniel Melo Ribeiro

DIAGRAMAÇÃO
Rafael Mello

O acesso e a leitura deste livro estão condicionados ao aceite dos
termos de uso do Selo do PPGCOM/UFMG, disponíveis em:
<https://seloppgcom.fafich.ufmg.br/novo/termos-de-uso/>

| Sumário

PREFÁCIO	
A pandemia e o fazer pesquisa	13
<i>Danila Cal</i>	

APRESENTAÇÃO	
A Amazônia que queremos mostrar	17
<i>Liana Vidigal Rocha</i>	

I. NARRATIVAS E VULNERABILIDADES

CAPÍTULO 1	
Indicialidades e conflitos nas narrativas visuais do feminicídio em jornais amazônicos	21
<i>Cynthia Maia Miranda</i>	
<i>Carlos Alberto de Carvalho</i>	
<i>Juliana Soares</i>	

CAPÍTULO 2	
Violência doméstica contra mulheres na pandemia de covid-19: recortes de jornais on-line do Pará	41
<i>Rosângela Araújo Darwich</i>	

Agnes Caroline Alves de Souza
Marlene Silva de Moura

CAPÍTULO 3

Narrativa e acontecimento midiático:
debate sobre a construção de hidrelétricas
em terras Munduruku e impactos socioambientais 69

Thiago Almeida Barros
Edgar Monteiro Chagas Junior

CAPÍTULO 4

O cotidiano da população amazônica nas produções
da Rádio Nacional da Amazônia 89

Claudio Chaves Paixão
Amanda Maurício Pereira Leite

CAPÍTULO 5

A vulnerabilidade da narrativa jornalística
no contexto dos algoritmos 113

Maíra Evangelista de Sousa
Giovanna Figueiredo de Abreu
Lucas Matheus Santos Porto

II. NARRATIVAS, DESINFORMAÇÃO E RESISTÊNCIAS PANDÊMICAS

CAPÍTULO 6

A desinfodemia na região amazônica: tipificação
e aspectos da desinformação sobre a covid-19 135

Liana Vidigal Rocha
Sarah Melisa Barros de Sousa

CAPÍTULO 7

A pandemia e seus mortos:
disputas imaginativas 165

Bruno Souza Leal
Luciana Amormino
Rafael Andrade
William Vieira
Felipe Borges
Amanda Rodrigues
Francielle Souza

Igor Lage
João Carvalho
Jullian de Oliveira
Maria Luiza Cunha
Maurício Vieira
Michelle Silva
Natália Amaro
Pedro Bernardo
Phellipy Jácome
Prussiana Fernandes
Vinícius Micheletto

CAPÍTULO 8

Entre a comunidade e a ipseidade dos mortos

185

Bruno Souza Leal
Luciana Amormino
Rafael Andrade
William Vieira
Felipe Borges
Amanda Rodrigues
Francielle Souza
Igor Lage
João Carvalho
Jullian de Oliveira
Maria Luiza Cunha
Maurício Vieira
Michelle Silva
Natália Amaro
Pedro Bernardo
Phellipy Jácome
Prussiana Fernandes
Vinícius Micheletto

CAPÍTULO 9

“Estamos morrendo de covid-19, mas também
de COVID-1500” Contranarrativas
no portal Emergência Indígena

201

André Demarchi
Adriana Paz

III. NARRATIVAS DE PESQUISA

CAPÍTULO 10

O reconhecimento do estudante de pós-graduação
como trabalhador: vulnerabilidades,
desrespeitos e a busca pela realização pessoal 229

Janaina Vilares da Silva

Liliam Deisy Ghizoni

Leandro Lage

CAPÍTULO 11

Comunicação & Direito: aspectos teóricos
sobre narrativas jornalísticas, território
semântico, ética e direitos fundamentais 247

Giliarde Benavinto Albuquerque Cavalcante Virgulino Ribeiro

Nascimento e Gama

Francisco Gilson Rebouças Porto Junior

SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES 267

À Verônica Dantas
*“Leve e suave como uma flor de maracujá,
bondade exalada profundamente pelos poros.
Da sua partida precoce, fica a gratidão
pela oportunidade da convivência”*

PREFÁCIO

A pandemia e o fazer pesquisa

*Ah! Por que os países do egoísmo
são insolventes com a democracia?
Passarinhos pousam nas plantas da janela.
A esperança tambatajá não morre nunca
pois vive a renascer e renascer.
E renascer.*

João de Jesus Paes Loureiro,
“4 e 5 de abril 2020”.

Em meio ao isolamento provocado pela pandemia da covid-19, o poeta e pesquisador amazônida João de Jesus Paes Loureiro olha para o mundo a partir da sua janela. Expressa lamentos, dor pelas incertezas, pelo medo da morte, pelas vozes silenciadas. Apesar do sofrimento, evoca a esperança tambatajá – referência à história de uma lenda amazônica sobre um amor impossível entre dois indígenas de etnias inimigas que superou até a morte, com o nascimento da planta “Tambatajá” que representa o amor dos dois. A esperança do pesquisador e poeta resiste e insiste em renascer.

Este livro, resultante de processo de pesquisa interinstitucional e inter-regional, nasce no bojo de uma crise sanitária global, a pandemia da covid-19. Além da grave situação de saúde pública, a pandemia realçou as desigualdades existentes entre países e entre sujeitos, provocou a lógica capitalista de produção descentralizada ao redor do mundo, desencadeou crises econômicas em função dos períodos de isolamento e também de fechamentos obrigatórios de serviços e comércios, da diminuição do turismo, do desemprego e da precarização das relações de trabalho.

De maneira mais individual, modificou a rotina e os modos de vida de grande parte da população mundial. Provocou, considerando apenas o Brasil, mais de 630 mil mortes até o final de 2021. Por aqui, soma-se a esse cenário uma aguda crise política com a emergência, em 2019, de um governo neoliberal, ultraconservador, negacionista em relação à Ciência e que, de modo sistemático, vem atacando as universidades e a pesquisa acadêmica no país, tanto simbolicamente quanto por meio do contingenciamento e do corte de recursos.

Em comentário publicado pela revista científica *The Lancet*, o epidemiologista Pedro Hallal, da Universidade Federal de Pelotas – RS e responsável pela pesquisa o EPIcovid-19, relata que o percentual de casos é seis vezes maior do que os dados oficiais do Brasil apontam e que grande parte das mortes no país poderia ter sido evitada se tivesse havido seriedade e responsabilidade na condução das políticas públicas de enfrentamento à pandemia. Vivemos em um país em luto por conta da falta de testagem em massa, da ausência de rastreamento de casos e da precariedade do isolamento social, do investimento sem comprovação científica no chamado “tratamento precoce” ao invés do incentivo à produção e da aquisição de vacinas. Vivemos em um país em que o próprio presidente da República provoca aglomerações, estimula a desobediência ao isolamento social e ironiza o uso de máscaras. Vivemos em um país em que o ministério da saúde foi advertido pelo *Twitter* por publicar notícia falsa a respeito da covid-19.

É nesse cenário de tensionamentos e de incertezas que este livro é forjado. Por um lado, a pandemia é objeto de pesquisa, quando são analisados seus desdobramentos à luz da Comunicação. Por outro, ela se apresenta como um contexto impossível de ser ignorado e apesar do qual pesquisadores realizam os seus trabalhos.

Construído em meio a perdas e atravessamentos pessoais e coletivos, esta publicação se configura como um ato de resistência, que reafirma caminhos necessários de se fazer pesquisa em meio ao caos: a solidariedade acadêmica e a busca pelo estreitamento de laços entre pesquisadores que partem de distintas realidades.

De modo complementar, o livro impõe para si o desafio de extrapolar o olhar homogeneizante sobre a Amazônia como um espaço georrefe-

renciado para formas mais complexas que buscam compreender a natureza múltipla que constitui diferentes formas de viver e de pertencer à Amazônia.

Ao todo são 40 autores de, pelo menos, quatro distintas universidades, divididos em 11 capítulos. Quanto à estrutura, o livro está organizado em três partes. Na primeira, intitulada “Narrativas e Vulnerabilidades”, os diferentes capítulos buscam analisar narrativas visuais nas notícias sobre feminicídio, a cobertura noticiosa de um jornal paraense sobre a violência doméstica contra mulheres na pandemia, o debate midiático sobre a construção de hidrelétricas em terras Munduruku, além das relações entre as radionovelas e o cotidiano de populações do interior da Amazônia. Essa seção é finalizada com um capítulo sobre a vulnerabilidade da narrativa jornalística no contexto dos algoritmos, por meio do estudo dos conteúdos jornalísticos sobre a “Amazônia” no buscador *Google* e no aplicativo agregador de conteúdo *Google News*.

Na segunda parte, denominada “Narrativas, desinformação e resistências pandêmicas”, os textos abordam fenômenos mais diretamente relacionados à pandemia, como a busca por uma tipificação do fenômeno da *desinfodemia* na Amazônia. Dois capítulos, a partir de memoriais em homenagem aos mortos pela covid-19 na *Internet*, refletem sobre as distinções entre o modo como narram as mortes e a cobertura jornalística noticiosa sobre esse assunto, além de compreender como as experiências individual e coletiva da morte são explicitadas nos perfis e site analisados, considerando as ritualidades da morte, a memória e a identidade narrativa. Destaca-se ainda a descrição metodológica desses textos que nasceram de uma abordagem coletiva de reflexão sobre os fenômenos observados. O último capítulo dessa seção investiga os contradiscursos midiáticos presentes no portal “Emergência Indígena”, produzido pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB).

Por fim, na terceira parte, “Narrativas de pesquisa” são apresentados dois capítulos. O primeiro analisa a atuação dos estudantes de pós-graduação como luta por reconhecimento, buscando identificar as vulnerabilidades às quais estão sujeitos. O segundo aborda a relação entre Comunicação e Direito, por meio da definição de conceitos consi-

derados essenciais para embasar o debate a respeito das tensões em torno da liberdade de imprensa.

Para finalizar, torna-se fundamental ressaltar o papel das universidades na construção de conhecimento e homenagear quem continua lutando pela Ciência, por democracia, por melhores condições de vida e de trabalho em nosso país. Também é necessário destacar a importância do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica na Amazônia – Procad Amazônia para o fomento de parcerias inter-regionais e para consolidação de programas de pós-graduação em nossa região.

Este livro chega ainda num momento difícil para a equipe do projeto por conta da partida recente da professora Verônica Dantas, da Universidade Federal de Tocantins (UFT). Ela, mesmo ainda jovem, deixou um legado de luta e de resistência pela educação na Amazônia.

Danila Cal

Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação,
Cultura e Amazônia, da Universidade Federal do Pará – UFPA

APRESENTAÇÃO

A Amazônia que queremos mostrar

LIANA VIDIGAL ROCHA

Apresentar narrativas presentes na mídia glocal e descrever experiências ocorridas na região amazônica. Foram essas as principais motivações que levaram os pesquisadores de três instituições da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Universidade da Amazônia (Unama) e Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) a produzir essa obra.

O livro faz parte do projeto *Narrativa e acontecimento midiáticos: desafios metodológicos para apreensão das experiências locais amazônicas*, contemplado no edital do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica na Amazônia, da Capes, que busca observar como as vulnerabilidades sociais se apresentam na região, analisando as histórias a partir de perspectivas e olhares distintos.

O intuito das investigações é mostrar uma Amazônia que vai além do meio ambiente, cuja devastação da floresta é amplamente divulgada, mas que não se constitui no único problema a ser enfrentado. Além de expor os acontecimentos midiáticos ocorridos nas localidades que compõem a região, a intenção dos pesquisadores é mostrar que há outros conflitos e adversidades que precisam ser repercutidos e que infelizmente fazem

parte da realidade da população amazônica, como a violência contra a mulher, a pandemia de covid-19 e a desinformação.

Tais vulnerabilidades são analisadas com o objetivo de compreender como os agentes midiáticos apresentam os sujeitos envolvidos nos acontecimentos, em quais condições se encontram ou como são descritos em determinadas situações. Afinal, é essencial perceber o propósito dessas narrativas de modo que seja possível verificar a mensagem implícita ou disfarçada no conteúdo publicado.

Os pesquisadores da UFMG já possuíam publicações envolvendo o tema vulnerabilidades e esse conhecimento foi fundamental tanto para a aplicabilidade do projeto quanto para o debate em torno das questões sugeridas pelos demais componentes do projeto. Em contrapartida, os investigadores da Unama e da UFT tinham a seu favor o domínio sobre os assuntos amazônicos, uma vez que a vivência na região os habilitava para relatar sobre a realidade local.

Diante dessa heterogeneidade, que se mostra cada vez mais positiva, foram produzidas pesquisas que mostram um outro lado da Amazônia. Um lado nada atraente quando comparado com as belezas naturais tão divulgadas pela mídia nacional/internacional, mas que faz parte do cotidiano da sociedade e que também precisa ser revelado e analisado pelo campo acadêmico.

Portanto, parafraseando o argumento original do projeto, o material aqui disponibilizado procura entender as narrativas e os acontecimentos evidenciados nas mídias, assim como seus personagens sociais, a partir de uma leitura crítica. Denotar resoluções de caráter mais objetivo também é uma das finalidades, pois assim poderemos motivar transformações nas coberturas locais e, quem sabe, nas mídias digitais em um futuro próximo.

I

Narrativas e Vulnerabilidades

CAPÍTULO 1

Indicialidades e conflitos nas narrativas visuais do feminicídio em jornais amazônicos

CYNTHIA MARA MIRANDA (UFT)

JULIANA SOARES GONÇALVES (UFMG)

CARLOS ALBERTO DE CARVALHO (UFMG)

A imagem como texto constitui um elemento com vasto potencial narrativo. Contudo, muitas vezes, a fotografia jornalística é abordada como linguagem secundária, complementar e ilustrativa. Neste capítulo, o que assumimos como texto extrapola a materialidade verbal e, assim como discutido por Abril (2007; 2012), diz de qualquer unidade de comunicação geralmente multissemiótica, e que tem como sustentação prática discursos inseridos em redes textuais, podendo ou não ser composto por elementos verbais. Ou seja, pensamos os textos como espécies de teias, necessariamente provisórias, de relações de elementos de natureza heterogênea, não somente em suas configurações - verbais, visuais, sonoras, em muitos casos agregando mais de uma dessas variáveis -, como também socioculturais.

Desse modo, este capítulo tem como pano de fundo a seguinte proposição de Gonzalo Abril:

Mas agora queremos enfatizar que, como os infortúnios, as imagens nunca vêm sozinhas, nem são reconhecidas fora de coleções e redes imaginativas virtuais. As imagens sempre aderem a algum imaginário social, são parte e fruto desse imaginário. E estes, além de compilações ou repertórios virtuais, consistem em matrizes de produção

e reprodução de imagens. Assim, a discussão sobre a natureza das imagens pode ser orientada, melhor do que para uma teoria das “faculdades”, e em particular da “imaginação”, como ocorria na filosofia clássica, para o reconhecimento das “funções” do imaginário e dos imaginários: sua função instituinte política ou prática (pense, por exemplo, nos mitos fundacionais ou messiânicos); sua atuação no campo recreativo e na criação artística; e, finalmente, sua função cognitiva¹. (ABRIL, 2007, p. 31, tradução nossa, com aspas no original)

Perspectivadas a partir dessas premissas, e ainda seguindo as pistas de Gonzalo Abril, as imagens jornalísticas que envolvem feminicídios são produzidas, circulam e são lidas referenciadas em lógicas do machismo misógino, das relações de colonialidade e de uma multiplicidade de outras estratégias de exclusão e de hierarquizações produtoras e reprodutoras de violências físicas e simbólicas. Consequentemente, como indica Cynthia Mara Miranda, “a naturalização da vulnerabilidade das mulheres em decorrência da violência tem resultado no apagamento das suas histórias, na indiferença, no ódio, entre outros efeitos de sentidos” (MIRANDA, 2020, p. 133). Há que se acrescentar, porém, a potencialidade de leituras e de ações que subvertam essas lógicas, inclusive propondo ressignificações centradas em resistências e agências transformadoras.

Por conseguinte, o objetivo da proposta deste capítulo é analisar as indicialidades e conflitos das narrativas visuais nas notícias sobre feminicídio na Amazônia. As notícias foram coletadas durante o estágio de pós-doutorado da primeira autora do capítulo realizado no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Minas Gerais entre os anos de 2019 e 2020 no qual realizou a pesquisa “Narra-

1. Pero ahora queremos subrayar que, como las desgracias, las imágenes nunca vienen solas, ni se las reconoce fuera de colecciones y redes imaginarias virtuales. Las imágenes siempre adhieren algún imaginario social, filho a la vez parte y resultado de esos imaginarios. Y éstos, además de recopilaciones o repertorios virtuales, consisten en matrices de producción y reproducción de imágenes. Assim, la discusión sobre la naturaleza de las imágenes puede orientarse, mejor que hacia una teoría de las “facultades”, y en particular de “la imaginación”, como ocurría en la filosofía clásica, hacia el reconocimiento de las “funciones” de lo imaginario y de los imaginarios: su función política o instituyente práctica (pensemos, por ejemplo, en los mitos fundacionales o mesiánicos); seu rendimiento no ámbito lúdico e na criação artística; y por fin su función cognitiva.

tiva dos Femicídios na Amazônia” a partir da coleta de notícias em jornais de referência dos sete estados da região norte que integram o território da Amazônia Legal: Amazonas, Acre, Amapá, Pará, Roraima, Rondônia e Tocantins. Por jornais de referência, no contexto da pesquisa, entendemos aqueles que, na totalidade ou em partes, são os de maior tiragem em suas respectivas regiões de produção e circulação, são os mais antigos em circulação e ambicionam posição de influência política, econômica, cultural etc.

Mesmo privilegiando o texto escrito, as notícias selecionadas abriram espaço para a narrativa visual, que carrega em si seu próprio potencial semântico. Em um total de 65 notícias analisadas, 42 apresentaram fotografias em composição com o texto escrito. Segundo Nobre (2009), a fotografia pode ultrapassar limites e permitir ao imaginário transpor códigos lineares, penetrar a polissemia da narrativa visual, sendo um signo cuja indicialidade representa, de forma mais próxima, as particularidades do seu referente.

Os meios socioculturais onde as fotografias relacionadas aos crimes (femicídios e tentativas de feminicídios) foram captadas para a pesquisa “Narrativas dos Femicídios na Amazônia” tiveram como cenário as periferias em que os crimes ocorreram (6) e o centro das cidades onde as instituições policiais/tribunais (5) estão localizados (fotografias de fachadas de delegacias e/ou tribunais). Além das fotografias captadas pelas equipes dos jornais, também estiveram presentes fotos de arquivo pessoal e, nesses casos, eram imagens do assassino (7), das mulheres assassinadas em vida (12) e do casal (6), basicamente fotografias do tipo retrato (MIRANDA, 2020).

Para o presente capítulo o recorte realizado foi uma pequena amostra selecionada do total das 42 fotografias. Foram escolhidas todas as fotografias da amostragem que se reportaram diretamente aos corpos das mulheres assassinadas e foram captadas pelas equipes dos veículos jornalísticos: um total de sete fotografias apresentou essa característica. A escolha das imagens que se reportassem ao corpo feminino morto teve como objetivo reunir mais elementos da indicialidade evocada pelo sofrimento por trás da violência de gênero levada ao seu ápice,

o feminicídio, e a forma como o jornalismo constrói a narrativa desse sofrimento.

A discussão aqui proposta, nessa direção, caminha para a identificação e reflexão das possíveis indiciabilidades e conflitos presentes nas narrativas visuais do feminicídio em jornais amazônicos. Para isso, o capítulo desdobra-se na revisão da literatura sobre feminicídios e narrativas visuais do sofrimento. Na sequência, apresentamos o *corpus* das imagens selecionadas para, a seguir, procedermos a análise. Por fim, apresentamos algumas considerações sobre o problema da representação imagética do feminicídio nas notícias e como podem reproduzir estereótipos e preconceitos que ferem a memória das mulheres assassinadas.

Fotografias do sofrimento e a morte das mulheres

As fotografias estão presentes na produção jornalística cotidiana em seus diversos meios (impresso, TV, internet). As imagens completam a célula informativa e potencializam a expansão das informações e o efeito que essas podem causar aos olhos mais atentos(as). A partir do momento em que o sofrimento humano emerge como pauta jornalística as imagens do sofrimento passam a ser constituídas pelas lentes fotográficas. Para Angie Biondi (2016),

As fotografias ensejam a discussão em torno da exposição do sofrimento desde o período moderno. Grande parte das questões que sustentaram a reflexão desenvolvida sobre imagens que apresentam as diversas situações de catástrofes, guerras, atentados, doenças e acidentes ainda replica um guia de pensamento alinhado a três pontos muito demarcados: a) o reconhecimento da desigualdade socioeconômica como causa e produtora de sofrimentos; b) a solicitação de demandas responsivas ao espectador; c) a efetivação de formas de engajamento, propriamente afetivo, entre sofrendores e espectadores. (BIONDI, 2016, p.13)

O feminicídio, que se refere ao assassinato de mulheres e meninas por questões de gênero, ou seja, em função do menosprezo ou discriminação à condição feminina, enquadra-se como sofrimento humano que atinge larga proporção no país, o que por si só motiva a construção

de representatividades midiáticas tendo em vista que a violência está no topo das hierarquias temáticas jornalísticas. Susan Sontag (1981), ao refletir sobre o estar diante da dor do Outro, propõe que

Uma sociedade que torna normativo aspirar a nunca ter experiências de fracasso, privação, desgraça, dor, doenças terríveis, e em que a própria morte é vista não como natural e inevitável mas como uma calamidade cruel e imerecida, cria uma tremenda curiosidade em torno desses fatos — curiosidade que é, em parte, satisfeita por meio da atividade de tirar fotos. A sensação de estar isento de calamidades estimula o interesse em olhar fotos dolorosas, e olhar para elas sugere e reforça o sentimento de estar a salvo. (SONTAG, 1981, p. 161)

As imagens do feminicídio estão dispostas porque há consumo e esse consumo tem suas bases em uma sociedade em que a desigualdade de gênero nas relações de poder estão visíveis e fazem com que as mulheres não tenham segurança para permanecerem vivas. E se tomamos a perspectiva das imagens para além da materialidade pictorial, incorporando a perspectiva dos imaginários (ABRIL, 2007, 2012; RIVERA CUSI-CANQUI, 2017) que constroem, sustentam ou permitem superar modos de apreensão da realidade, devemos lembrar uma imagem comum em narrativas jornalísticas sobre feminicídios e outras violências físicas e simbólicas contra mulheres: a do merecer ou não a morte e a crueldade sofrida. Assim, mulheres que se adequam aos papéis heteronormativos tidos como “aceitáveis” (boas mães e esposas, trabalhadoras do lar) não merecem a morte e o sofrimento, ao passo que as desviantes dessa norma misógina e machista não somente mereceriam, como também são culpabilizadas pelas violências sofridas (LEAL, CARVALHO, ANTUNES, 2020; CALDEIRA, 2017). Nesse sentido, na condição de textualidade, essas imagens também têm função pedagógica, já que reforçam as construções históricas de mulheres boas e mulheres más, sendo as últimas merecedoras da morte como castigo para proceder condenável.

O sofrimento, nessa direção, é duplo: o sofrimento da mulher que perde a vida por meio da violência do agressor que também é o assassino e o sofrimento dos familiares que precisam lidar com o luto e reviver a tragédia a cada narrativa jornalística que é construída sobre o crime

em uma perspectiva reducionista, limitante e que não raro culpabiliza a mulher pela violência que chega ao ápice com a retirada da vida.

Ao nos reportar ao guia de pensamento alinhado aos três pontos destacados por Biondi (2016), aqui tomados para analisar as imagens do sofrimento emergente pelo feminicídio, em um exercício reflexivo preliminar, e a partir do olhar para as imagens aqui analisadas, enfatizamos que há uma proximidade com o ponto que trata sobre “a efetivação de formas de engajamento, propriamente afetivo, entre sofredores e espectadores”. Tal reflexão é oriunda da percepção de que as narrativas jornalísticas buscam ganhar a adesão do público e o uso das imagens atua para efetivar formas de engajamento “reverso” em torno do feminicídio, na medida em que não há perspectiva de gênero na notícia. Consequentemente, não havendo estímulo ao engajamento para resolução do problema na sociedade, o engajamento reverso poderia ser considerado como olhar para as fotos e reforçar o sentimento de estar a salvo (SONTAG, 1981). Ou, em outras palavras, “antes ela do que eu”, que expressa de forma direta que o feminicídio não é considerado um problema social para o estado e nem para o jornalismo quando observa-se seu crescente aumento e poucas ações e políticas para evitar que ocorram.

O texto verbal e a imagem que constroem a representação dos feminicídios podem descrever minuciosamente a barbaridade do ato, culpabilizar a vítima mesmo após seu assassinato, enaltecer a força do agressor e contribuir para que a mensagem seja levada a outros potenciais feminicidas e negar a memória das mulheres assassinadas. Representações textuais e imagéticas do feminicídio com perspectiva de gênero não costumam figurar nos grandes meios de comunicação, sua presença costuma ocupar espaços noticiosos de veículos de comunicação alternativos e assumidamente feministas, como é o caso do *Portal Catarinas* e da *Agência de Notícias Patrícia Galvão*, por exemplo.

Múltiplos são os significados de uma cobertura fotográfica jornalística que tem a intenção de narrar a sua versão do feminicídio. A foto da fachada de delegacia e/ou tribunal de justiça, por exemplo, embora supostamente ilustrativa, pode evocar o sentido do estabelecimento de uma pedagogia de sentença, ou seja, o local onde se determina o que é

permitido e o que não é permitido. No entanto, é preciso lembrar que há uma “indicialidade enganosa” nesse tipo de imagem, posto que o estado, por meio da justiça e das forças policiais, não raro atua no reforço das violências físicas e simbólicas contra mulheres, seja por negligência, seja pela recusa em enquadrar os crimes a partir das legislações disponíveis, como as leis Maria da Penha e do Femicídio.

O noticiário sobre violências físicas e simbólicas contra mulheres no Brasil está repleto de casos em que delegacias - lamentavelmente incluindo as especializadas em atendimento às mulheres - desestimulam o registro de agressões e agressores, violando direitos e garantias de vida e, por consequência, estimulando e naturalizando as violências de gênero. A este quadro somam-se decisões judiciais que contrariam as legislações de proteção às mulheres e de aplicação de penas segundo os princípios legais do feminicídio, com sentenças inacreditáveis de ataque frontal às leis que deveriam reger as decisões judiciais em casos de feminicídios e demais modalidades de violências físicas e simbólicas contra mulheres.

A presença da foto do assassino de um arquivo pessoal, em outra direção, pode evocar reconhecimento enquanto criminoso e a do assassino na delegacia e/ou tribunal pode evocar a interpretação da possibilidade de justiça perante o crime cometido. Outra vez, porém, podemos estar diante da “indicialidade enganosa”, se pensarmos que as fotografias de homens assassinos que atuam na construção de possíveis sentidos sobre as mortes e outras modalidades de violências físicas e simbólicas contra mulheres também podem se inserir na lógica comunicativa descrita por Rita Laura Segato (2016a) ao analisar a recorrência de feminicídios em Ciudad Juarez, no México, qual seja, a da afirmação da potência do agressor. Desse modo, o algoz simultaneamente faz saber seu poder de jugo sobre as mulheres e sua superioridade masculina frente aos seus pares.

Ainda na perspectiva de Segato (2018), as violências físicas e simbólicas contra mulheres, além de comunicarem a lógica do agressor, funcionam como atos pedagógicos, enviando mensagens a quem porventura rompa com as lógicas machistas, misóginas e heteronorma-

tivas. Não por acaso uma série de estratégias contra essa pedagogia do terror tem sido levada a efeito por feministas em diversas sociedades.

Sendo os feminicídios crimes assim caracterizados precisamente pelo ódio, desprezo e demais variantes da misoginia, assim como da pressuposição da mulher como “propriedade” do homem, estudos diversos indicam que ele é o ápice de uma cadeia de violências físicas e simbólicas contra mulheres (LEAL, CARVALHO, ANTUNES, 2020; CALDEIRA, 2017). A partir deste prisma, as fotografias jornalísticas que informam sobre feminicídios, como brevemente tentamos evidenciar, são ambíguas em suas indicialidades, podendo tanto apontar para a possibilidade de punição dos assassinos, quanto para o reforço da sua reivindicada superioridade masculina, frente às mulheres e aos seus pares. São imagens que tanto podem afetar, gerando indignação e solidariedade, quanto reforçarem a indiferença, o “alívio” por não ter sido eu a vítima. Ou ainda, podem reforçar o sofrimento de parentes e de pessoas que estimam a vítima, pelo modo superficial de tratamento jornalístico, não raro induzindo ou explicitamente a culpabilizando pela morte feminicida.

Imagens do feminicídio nos jornais amazônicos

A indicialidade conecta existencialmente os objetos no enquadramento da cena e para além dela no âmbito do consumo da imagem. Para Dubois (2010), índices são signos que mantêm ou mantiveram num determinado momento do tempo uma relação de conexão real, de contiguidade física, de copresença imediata com seu referente (sua causa). Ademais, como se pode depreender das reflexões de Gonzalo Abril anteriormente destacadas, a indicialidade está também associada aos imaginários socioculturais, o que se traduz no presente capítulo em identificar as múltiplas modalidades de construção imagética e imaginativa em torno do feminicídio e das demais formas de violências físicas e simbólicas contra mulheres como assentadas em lógicas hierarquizantes sustentadas por relações de gênero.

A distância que está no centro da fotografia, por mais reduzida que seja, pode evocar perturbações, inquietações e conflitos. A profundidade de campo que enquadra a cena quer construir uma representação

sobre o feminicídio. A seguir analisamos o conjunto das 7 fotografias que remetem diretamente à exposição do corpo feminino morto por compreendermos que apresentam mais potencialidade para promover reflexões sobre indicialidade e conflitos. Definimos como critério de inclusão para a análise as fotografias que foram captadas pelos veículos jornalísticos e como critério de exclusão imagens identificadas como fotos de divulgação que não foram captadas pelos jornais que noticiaram os feminicídios. Além das fotografias mantivemos as legendas como unidade de análise.

A seguir realizamos um breve relato-síntese das notícias em que as fotografias, objeto da presente análise, estão localizadas, sendo publicadas respectivamente nos dias 8 de maio pelo jornal *Diário do Amapá* (sede Macapá), no dia 23 de maio pelo jornal *A Crítica* (sede Manaus), e no dia 10 de junho de 2019 pelo jornal *Folha de Boa Vista* (sede Boa Vista), e na sequência procedemos a análise no sentido de captar a complexidade do fenômeno por meio das imagens.

No dia 8 de maio de 2019, o jornal *Diário do Amapá* publicou a notícia intitulada “Homem mata ex-esposa à facada e depois tira a própria vida” e que pode ser resumida na seguinte narrativa retirada da notícia.

Na manhã desta terça-feira, 7, um crime de feminicídio ocorreu no interior do apartamento 101, bloco 05, quadra 05, do Residencial Açucena, no Novo Buritizal, quando Denivaldo Miranda da Silva, 40, matou com uma facada no pescoço a ex-esposa dele, Keila Monteiro Madureira, 27 anos. O crime aconteceu na frente do filho de Keila, de apenas 8 anos, que é autista. Após matar a ex-mulher, Denivaldo tirou a própria vida na sala do apartamento do casal. (*Diário do Amapá*, p. 2, 8 de maio de 2019)

A notícia apresenta uma sequência de fotos (7), algo incomum em narrativas jornalísticas sobre feminicídio, o que torna o peso das imagens mais forte para a compreensão do crime. Para a presente análise foram retiradas as duas últimas fotografias localizadas na última linha da seção de fotografias por não se enquadrarem no recorte definido, tendo em vista que uma delas trata-se de fotografia de divulgação da vítima em vida, provavelmente retirada de rede social da própria, e uma fotografia do delegado concedendo entrevista no local da retirada do corpo.



FIGURA 1: Print das fotografias que ilustram a notícia
 “Homem mata ex-esposa à facada e depois tira a própria vida”
 FONTE: Diário do Amapá – 08/05/2019

Não é necessário um amplo esforço analítico para identificar elementos indiciais na seção de imagens que constrói a narrativa de uma tragédia e nesse sentido o corpo seria a prova do assassinato, aliás, na legenda corretamente identificado como feminicídio. A espetacularização da retirada do corpo desfalecido do apartamento pela polícia civil salta aos olhos, com muitas pessoas observando a retirada como se fosse um evento público. Pessoas com sombrinhas para proteção do sol indicam que estiveram ali, em uma espécie de plantão ou vigília, aguardando a retirada do corpo. A sugestão imagética de fila, por seu turno, aponta para algo próximo de um cortejo, ao mesmo tempo que a bicicleta e seu dono, sob proteção à sombra da parede, pode informar sobre cena corriqueira, acontecimento previsível dada a abundância estatística de casos de feminicídios Brasil afora.

No dia 23 de maio de 2019 o jornal *A Crítica* publicou a notícia intitulada “Assassinou a irmã e foi espancado”. A narrativa trata do caso de um irmão que assassinou a irmã por motivo torpe e o trecho recortado da notícia resume o crime.

por volta das 14h30, o rapaz te ou à quitinete com o intuito de matar uma criança de 6 anos que mora no local. O irmão dele tentou impedi-lo e ele, então, pegou uma faca e desferiu vários golpes na mulher, que veio a óbito no local. (*A Crítica*, p. C4, 23 de maio de 2019)

A fotografia com a complementação da legenda descreve a cena em que o corpo feminino é removido pelos funcionários do IML.



Corpo de Eliza Ferreira Coelho sendo removido por funcionários do IML

FIGURA 2: Print da fotografia que ilustra a notícia “Assassinou a irmã e foi espancado”
FONTE: Jornal A Crítica 23/05/2019

Na imagem identificamos aspectos indiciários motivados especialmente pela humanização no enquadramento, com curiosos e talvez parentes da vítima se aglomerando nas proximidades do caminhão do IML, observando a remoção do corpo. Ainda chama a atenção na imagem a presença, em primeiro plano, de uma pessoa fazendo uma foto ou vídeo do momento com uma câmera de celular, enquanto outra faz a mesma coisa ao fundo, pendurada em uma janela de ônibus. Indi-

cialmente, essas duas capturas são típicas dos tempos de abundância de registros de violências e sua propagação em plataformas sociais digitais, com efeitos ambíguos: ao mesmo tempo que a inflação de registros pode funcionar como efeito banalizador, anestesiando quanto à tomada de atitude, a propagação tem sido estratégia eficiente de denúncia de agressores, da falta de ação estatal e de outras negligências, resultando em mobilizações que podem gerar resultados positivos, particularmente no que nos interessa, em direção à visibilidade de violências físicas e simbólicas contra mulheres.

Nessa imagem também chama atenção a presença massiva de homens no primeiro plano, sendo praticamente impossível identificar mulheres entre os curiosos. Como sentidos apreendidos na fotografia, observa-se um contingente de homens afoitos pelo acontecimento, a ponto de policiais realizarem uma espécie de barreira e de ser possível ver um homem com o corpo para fora da janela de um ônibus. E a mobilização masculina observada não apresenta indícios de comoção ou algum tipo de solidariedade com essa vítima, mas aparenta formar uma espécie de audiência ansiosa pelo espetáculo do feminicídio, com celulares a postos para registrar a retirada do corpo da mulher assassinada pelo IML. Tal observação se faz relevante à medida em que o feminicídio é mais que o assassinato imediato de mulheres (embora tal acontecimento seja uma tragédia por si mesmo). Nos termos de Rita Laura Segato (2016a), o feminicídio configura um tipo de linguagem que comunica e valida a estrutura de poder para as mulheres e para os homens entre seus pares.

Dessa forma, a ambiguidade também se faz presente no tocante à intensa mobilização popular que esses casos provocam, como é perceptível nas multidões presentes nas imagens, e a simultânea banalização da morte de mulheres, que Segato (2016) propõe como resultante da crueldade misógina, que transforma o sofrimento dos corpos femininos em um espetáculo banal e cotidiano, é a pedagogia que habitua as massas a conviver com o arbítrio, com a margem agramatical da vida humana, com o caráter finalmente ficcional das instituições (p.103).

Importante ainda destacar, mantendo fidelidade à perspectiva aqui adotada de que imagens são mais do que materialidades pictóricas, o trecho da narrativa “ilustrada” pela fotografia, que informa sobre a

possível motivação do feminicídio como resultante de “o rapaz teve uma crise de abstinência”. Conforme estudos de Bárbara Lopes Caldeira (2017), constataram abuso de álcool ou drogas, possessões demoníacas, surtos psicóticos e outros mecanismos de privação de controle sobre os próprios atos são recorrentes, em narrativas jornalísticas, como explicações para feminicídios e demais formas de violências físicas e simbólicas contra mulheres. Essas supostas explicações são parte de um conjunto mais amplo de imagens sustentadas por imaginários socioculturais que visam, simultaneamente, eliminar as relações de gênero que estão na raiz dos feminicídios e atenuar a culpa dos agressores e assassinos.

No dia 10 de junho de 2019, o jornal *Folha de Boa Vista* publicou a notícia intitulada “Bandido mata adolescente asfíxiada após tentativa de estupro no São Francisco”. Abaixo um recorte do texto jornalístico.

Um cinto de pano estava envolvido no pescoço de Karolina, que ainda vestia a farda da Escola Estadual Monteiro Lobato, onde estudava. Além disso, não havia outros sinais aparente (*sic*) de violência. Outra suspeita levantada pela investigação é de que o crime seja passional, ou seja, pode ter sido motivado por ciúmes ou discussões entre vítima e algum indivíduo com quem se relacionava ou se relacionou. (*Folha de Boa Vista*, p. 11, 10 de junho de 2019)

Na imagem com a complementação da legenda é possível ver a polícia localizando o corpo e uma equipe especializada (possivelmente do IML) está no local para realizar a perícia. O corpo está presente na foto e mesmo com uma certa profundidade de campo é possível ver que o mesmo está estendido no chão de um terreno baldio.

A fotografia é chocante, assim como a utilização, no texto, da motivação por “crime passional”, atuando em conjunto a partir do imaginário social dos feminicídios supostamente justificáveis pelo princípio da “honra do macho” preservada pela vingança feminicida. O uso de imagens dos corpos assassinados, além de sensacionalista, é um atentado à memória das mulheres que foram brutalmente assassinadas, como se retratasse a exibição de um troféu, o corpo morto, para os pares do assassino: os homens. Simbolicamente, segundo Rita Laura Segato (2018), a exibição atende à exigência do mandato de masculinidade: ser capaz de um ato de dominação, de vandalismo, de contar que desafiou o

perigo. Nesse sentido, as fotografias dos corpos femininos assassinados seriam a prova desse mandato de masculinidade, contempladas pelos pares ao ganharem espaço na narrativa jornalística. Em outra direção, é preciso destacar que a presença da fotografia dos corpos mortos é uma forma de causar sofrimento na família da vítima e de colonizar o olhar em torno do “des” valor dos corpos femininos.



O corpo foi encontrado embaixo de uma mangueira com o cinto envolvido no pescoço

FIGURA 3: Print da fotografia que ilustra a notícia
“Bandido mata adolescente asfixiada após tentativa de estupro no São Francisco”

FONTE: Folha de Boa Vista – 10/06/2019

Imagens do corpo assassinado das mulheres colonizam o olhar a partir do momento que dão visibilidade à potência da agressividade e crueldade patriarcal, aproximando-se das lógicas derivadas, mas também que sustentam as diversas violências físicas e simbólicas contra mulheres, que constituem, para Rita Laura Segato (2018), “pedagogias da crueldade”.

Para descolonizar o olhar, Silvia Rivera Cusicanqui (2015) destaca a importância de liberar a visualização das ataduras da linguagem e em reatualizar a memória da experiência como um todo indissolúvel, em que se fundem os sentidos corporais e mentais.

Para Silvia Rivera Cusicanqui (2015), a descolonização só pode realizar-se na prática, trata-se de uma atividade reflexiva e comunica-

tiva, fundada no desejo de recuperar uma memória e uma corporalidade próprias – no caso em destaque, a corporalidade de uma memória viva das mulheres que portam subjetividades que não merecem ser negligenciadas.

Mas ao mesmo tempo, a autora chama atenção que, numa “sociologia das imagens”, é fundamental identificar lacunas, pessoas, paisagens e outros elementos invisibilizados pelas imagens - fotográficas ou não. Indo além da dialética entre visibilidades e invisibilidades como pertinente a todo registro imagético, Silvia Rivera Cusicanqui diz ser também imprescindível notar que invisibilidades produzem e aprofundam invisibilidades, como parece ser o caso quando notamos os desafios de analisar não somente os sentidos, muitas vezes ambíguos, como a própria pertinência ética no uso de imagens de mulheres vítimas de feminicídios em narrativas jornalísticas.

A pertinência ética diz respeito, sobretudo, ao limite entre a possibilidade de uma fotografia de feminicídio “funcionar” como relato denunciante desse tipo de crime bárbaro, ou como potencializadora do horror, quando não, contribuindo para a naturalização e a conseqüente banalização de crimes centrados em lógicas de relações de gênero. Se estamos aqui lidando com a perspectiva do texto como redes multimodais e multisemióticas, inclusive amparadas nos imaginários socioculturais, a preocupação ética deve ser redobrada. Isso implica, em nosso entendimento, que fotografias como as que aqui reproduzimos podem ser pouco ou nada informativas acerca das relações de gênero que sustentam os feminicídios. Fotografias mais explícitas de violências seriam ainda mais complicadas do ponto de vista ético, pelo evidente desrespeito à mulher vítima do feminicídio, simbolicamente alvo de uma segunda morte, dessa vez, pelo sensacionalismo jornalístico.

Sendo as imagens mais do que o registro resultante, analogicamente, de reações físico-químicas, e digitalmente, da composição binária de bits, a preocupação ética há de se estender às imagens em suas dimensões simbólicas registradas pela linguagem escrita. Desse modo, como os pequenos trechos das narrativas que destacamos para contextualizar minimamente os feminicídios retratados nas fotografias deixam ver, são potentes as imagens resultantes de imaginários sociais machistas e misó-

ginos, de que é paradigmática a atribuição de motivação por “passionalidade” ou por “privação de sentidos” para o feminicídio. Ampliadas para além das suas materialidades pictóricas, as imagens requerem o compromisso ético com as mulheres no evitamento de descrições verbais degradantes, seja por detalhes sórdidos da violência, seja pela sugestão de culpa pela própria violência sofrida, seja por quaisquer outras modalidades de inferiorização.

Considerações Finais

A análise das imagens mobilizadas neste capítulo permite perceber que essas constituem em si mesmas textualidades que compõem amplas redes de sentido. Nesse caminho, mais do que ilustração ou complemento do texto verbal, as imagens são potências próprias de significação, eventualmente estabelecendo relações de consonância com o texto verbal, mas outras vezes apontando para lugares de contradição. Queremos dizer aqui que, em muitos casos, ainda que os textos verbais contem o assassinato de mulheres, como na matéria “Homem mata ex-esposa à facada e depois tira a própria vida”, do jornal *O Diário do Amapá*, que categoriza o caso como feminicídio, é possível apreender o inegável processo de desumanização da vítima no texto imagético, à medida que sua existência é resumida ao registro de um volume corporal coberto por uma lona. Ainda que o rosto da vítima apareça em um registro em vida retirado de suas redes sociais, é a imagem do corpo ensacado que aparece em cinco dos sete registros que compõem essa rede textual. Por outro lado, no mosaico fotográfico não encontramos a imagem do assassino, indício da repetição da lógica aqui abordada de maior exposição das mulheres vítimas de feminicídios do que dos vitimadores feminicidas.

Ambiguidades também estão presentes na narrativa “Bandido mata adolescente asfixiada após tentativa de estupro no São Francisco”, publicada pela *Folha de Boa Vista*. Para além das contradições internas, em que se levanta a suspeita de um crime passional, ao mesmo tempo em que nomeia-se o assassino de “bandido”, termo que aponta para a condenação moral de seu feito, a fotografia retrata o transporte do corpo sem vida da vítima, negando a essa mulher qualquer possibilidade de identidade.

A potência dessas imagens se mostra ainda nessas questões que não são convocadas pelo texto verbal, parecendo a princípio residuais, como a mobilização dos curiosos e o aparente fascínio que casos de violência parecem exercer sobre o tecido social, ou os indícios de que algumas dessas pessoas tenham permanecido ali por muito tempo, aguardando a retirada do corpo, inferido pelo uso do guarda-chuva para tampar o sol. Tais inferências possibilitam compreensões sobre as construções socioculturais, sobre as relações de gênero e os jogos de poder que as conformam, bem como entendimentos importantes, como o nomeado por Segato (2016) como pedagogia da crueldade, que tem como um de seus efeitos o esvaziamento de relações de comunidade e empatia entre pessoas, materializado com frequência como a espetacularização banal e cotidiana das práticas de violência contra as mulheres.

No jogo entre indicialidades, indicialidades equívocas e questões éticas, as fotografias que acompanham as narrativas sobre feminicídios aqui analisadas apontam para um problema aparentemente sem solução: haveria uma melhor maneira de registrar pictoricamente feminicídios e outras modalidades de violências físicas e simbólicas contra mulheres? Ampliando o problema segundo a perspectiva das imagens como algo mais amplo do que materialidades pictóricas, abrangendo as imagens formadas pelos textos verbais e pensando todas elas como associadas ao imaginário e aos imaginários, portanto implicando intrincados e complexos níveis semânticos e semióticos assentados em lógicas socioculturais, a resposta à indagação é potencializada em seus desafios, se não apontando para o insolúvel.

O jornalismo, historicamente, tem sido problemático ao narrar acontecimentos que envolvem violências, conforme reflexões de Carlos Alberto de Carvalho.

Ator nem sempre ético e política, cultural, econômica e ideologicamente interessado, o jornalismo promove inclusive o silenciamento e o apagamento de acontecimentos nos quais estão implicadas pessoas e circunstâncias eleitas como inimigas ou indesejáveis. (CARVALHO, 2020, p. 126)

Buscar uma resposta para o problema das imagens (pictóricas e não pictóricas) jornalísticas de feminicídios e outras modalidades de violências físicas e simbólicas contra mulheres exclusivamente a partir dos

próprios modos de agenciamento do jornalismo é ao mesmo tempo necessário e inútil. Necessário, porque é urgente abandonar práticas jornalísticas sensacionalistas e/ou reducionistas em suas lidas com estes fenômenos, que acabam por naturalizar as violências como fora das consequências das relações de gênero. Inútil, porque os acontecimentos que ensejam as narrativas que aqui analisamos não desaparecerão simplesmente pela mudança de postura jornalística em suas estratégias de narrá-los, ainda que as mudanças possam contribuir para sua não naturalização e para evitar as mortes e violências de segunda ordem contra mulheres tantas vezes perpetradas pelo jornalismo em sua insensibilidade ética e desprezo pela alteridade feminina.

Estamos diante de uma aporia? Também não nos parece ser o caso, embora a solução para o problema exija o gigantesco esforço de mudança de imaginários socioculturais que sustentam os feminicídios e outras modalidades de violências físicas e simbólicas contra mulheres. Para pensar as saídas, voltemos a um trecho da citação de Gonzalo Abril: “como os infortúnios, as imagens nunca vêm sozinhas, nem são reconhecidas fora de coleções e redes imaginativas virtuais”. Portanto, a solução para o problema passa pela superação das lógicas machistas e misóginas que regulam as relações de gênero que culminam em feminicídios e demais formas de violências físicas e simbólicas contra mulheres. Como proceder? Pistas extremamente potentes sobre o que já está sendo feito e para a articulação de novas estratégias estão indicadas por Rita Laura Segato ao discutir as contra-pedagogias da crueldade, assim como outras autoras feministas têm apresentado contribuições essenciais.

Uma palavrinha a mais: poderá parecer estranho que o capítulo, que no seu título indica a região amazônica como o local de ocorrência dos feminicídios, não tenha dedicado uma linha sequer a abordar as especificidades desses crimes no contexto amazônico. Não se trata de descuido teórico-metodológico, mas da dificuldade de encontrar distinções nas lógicas de ocorrência de tais crimes comparativamente a outras regiões brasileiras. Detalhes estatísticos sobre ocorrências dos crimes, por exemplo, foram identificados em outro momento que trata do mesmo corpus que gerou o recorte aqui analisado (MIRANDA, 2020a), mas sem outros dados particularizadores mais significativos.

Referências bibliográficas

ABRIL, Gonzalo. *Análisis crítico de textos visuales*. Mirar lo que nos mira. Madrid: Editorial Síntesis, 2007.

ABRIL, Gonzalo. Tres dimensiones del texto e de la cultura visual. *CIC Cuadernos de Información y Comunicación*, 2012, vol. 15, 21-36.

BIONDI, Angie. *Corpo sofredor: figuração e experiência no jornalismo*. Belo Horizonte: Selo PPGCOM UFMG, 2016.

CALDEIRA, Bárbara Lopes. *Entre assassinatos em série e uma série de assassinatos: o tecer da intriga nas construções narrativas de mulheres mortas e seus agressores nas páginas de dois impressos mineiros*. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Universidade Feral de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

CARVALHO, Carlos Alberto. Notas sobre relações entre acontecimento, jornalismo e violência. In: MIRANDA, Cynthia Mara, SOUSA, Máira Evangelista, CARVALHO, Carlos Alberto, LAGE, Leandro Rodrigues (orgs.). *Vulnerabilidades, narrativas, identidades* [recurso eletrônico] Belo Horizonte, MG: Fafich/Selo PPGCOM/UFMG, 2020, p. 109-130.

DUBOIS, Philippe. *O Ato Fotográfico*. Campinas: Papirus, 2010.

LEAL, Bruno Souza; CARVALHO, Carlos Alberto de; ANTUNES, Elton. *Um Problema Cotidiano* [recurso eletrônico]. Jornalismo e violência contra mulher no Brasil. Belo Horizonte, MG: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2020. Selo PPGCOM.

MIRANDA, Cynthia Mara. Reflexões conceituais sobre vulnerabilidade: violência simbólica e midiática a partir do enfoque de gênero. In: MIRANDA, Cynthia Mara, SOUSA, Máira Evangelista, CARVALHO, Carlos Alberto, LAGE, Leandro Rodrigues (orgs.). *Vulnerabilidades, narrativas, identidades* [recurso eletrônico] Belo Horizonte, MG: Fafich/Selo PPGCOM/UFMG, 2020, p. 131-151.

MIRANDA, Cynthia Mara. *Narrativas do feminicídio na Amazônia*. Relatório Estágio de Pós-Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Minas Gerais, 2020a.

RIVERA CUSICANQUI, Silvia. *Sociología de la imagen: miradas ch'ixi*

desde la historia andina. Buenos Aires: Editor Tinta Limón, 2015. 350 pp.

SEGATO, Rita Laura. *Contra-pedagogías de la crueldad*. Buenos Aires: Prometeo, 2018.

SEGATO, Rita Laura. *Patriarcado: Del borde al centro. Disciplinamiento, territorialidad y crueldad en la fase apocalíptica del capital*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2016.

SEGATO, Rita Laura. *La guerra contra las mujeres*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2016a.

SEGATO, Rita Laura. *Las estructuras elementales de la violencia: ensayos sobre género entre la antropología, el psicoanálisis y los derechos humanos*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2010.

SONTAG, Susan. *Ensaio Sobre a Fotografia*. Rio de Janeiro: Arbor, 1981.

Jornais

A *CRÍTICA*, Manaus: 23 de maio, p. C3, 2019.

DIÁRIO DO AMAPÁ, Macapá: 8 de maio, p. 2, 2019.

FOLHA DE BOA VISTA, Boa Vista: 10 de junho, p. 11, 2019.

CAPÍTULO 2

Violência doméstica contra mulheres na pandemia de covid-19: recortes de jornais on-line do Pará

ROSÂNGELA ARAÚJO DARWICH (UNAMA)

AGNES CAROLINE ALVES DE SOUZA (UNAMA)

MARLENE SILVA DE MOURA (UNAMA)

Iniciando seu livro “Homo Deus: uma breve história do amanhã”, Harari (2016, p. 12) discorre acerca de avanços alcançados pela humanidade, que teria chegado ao século XXI em seus melhores momentos.

Pela primeira vez na história, hoje morrem mais pessoas que comeram demais do que de menos; mais pessoas morrem de velhice do que de doenças infecciosas; e mais pessoas cometem suicídio do que todas as que, somadas, são mortas por soldados, terroristas e criminosos. No início do século XXI, o ser humano médio tem muito mais probabilidade de morrer empanturrado no McDonald’s do que de seca, de Ebola, ou num ataque da Al-Qaeda.

Aliada às deficiências no autocuidado alimentar, chama a atenção a elevada taxa de suicídio, esse triste fato social que, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), mata, em nível mundial, uma pessoa a cada quarenta segundos (PRESSE, 2019). Os cerca de 800 mil casos anuais ultrapassam a soma do número de mortes por acidentes rodoviários e por uso de drogas ilegais (STAUDENMAIER, 2020).

Em 2020, a pandemia do novo coronavírus impôs ainda maiores dificuldades à prevenção do suicídio. Com as medidas de distanciamento social, utilizadas enquanto tentativa de controle da doença, o azul do

céu da China e dos canais de Veneza demonstram que a natureza agradeceu o movimento de retirada das pessoas para dentro de suas casas, para onde levaram os mais variados problemas (GUY; DI DONATO, 2020; STAUDENMAIER, 2020).

Tal como o percurso realizado pelo coronavírus a partir da China, a situação de maior vulnerabilidade de mulheres foi prevista e depois identificada ao redor do mundo. Trata-se, neste caso, da relação identificada por Leal (2020) entre situação de vulnerabilidade e certas condições e circunstâncias sócio-históricas. A título de exemplo, o jornal britânico *The Guardian*¹ denunciou o aumento nos casos de violência doméstica contra a mulher em diferentes países desde março, sendo acompanhado, ainda no mesmo mês, pelos *Le Monde*², *Der Tagesspiegel*³, *The New York Times*⁴ e *Folha de S. Paulo*⁵.

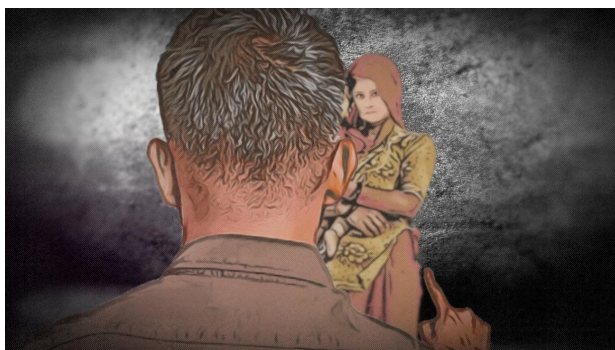


FIGURA 1: Em lockdown com o abusador
FONTE: <https://www.bbc.com/news/world-52063755>

1. Disponível em: <https://www.theguardian.com/society/2020/mar/28/lockdowns-world-rise-domestic-violence>. Acesso em: 09 jan. 2021.

2. Disponível em: https://www.lemonde.fr/societe/article/2020/03/27/confinement-un-dispositif-d-alerte-dans-les-pharmacies-pour-les-femmes-violentees_6034583_3224.html. Acesso em: 09 jan. 2021.

3. Disponível em: <https://www.tagesspiegel.de/berlin/haeusliche-gewalt-in-der-coronakrise-wenn-die-kontaktsperre-lebensgefaehrlich-wird/25696336.html>. Acesso em: 09 jan. 2021.

4. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2020/03/24/us/coronavirus-lockdown-domestic-violence.html?auth>. Acesso em: 09 jan. 2021.

5. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/djamila-ribeiro/2020/03/com-isolamento-a-questao-da-violencia-contra-a-mulher-fica-ainda-mais-grave.shtml>. Acesso em: 09 jan. 2021.

Identificado um problema que se agrava ao longo da pandemia e revela um lado extremamente trágico das relações humanas, voltamos o foco para o Pará, um dos estados da Amazônia brasileira. O Pará carrega consigo contrastes importantes entre riquezas naturais e pobreza da população, que arca com os custos e paga, com a saúde e mesmo com a vida, os grandes investimentos feitos na região, por exemplo, em termos de produção mineral e construção de hidrelétricas (LEAL; SÁ; NASCIMENTO; CARDOSO, 2012; QUEIROZ; MOTTA-VEIGA, 2012).

Com a população estimada em um milhão e meio de habitantes (IBGE, 2020), Belém, a capital, destoa da imensidão solitária da floresta que a cerca para além dos rios. Seus habitantes estão acostumados a trocas sociais intensas, típicas de grandes metrópoles (SANTOS, 2017). A violência doméstica, no entanto, se esconde nos prédios mais altos assim como em pequenas palafitas ao longo de igarapés - e assim o Pará é o estado brasileiro com maior aumento de casos de lesão corporal por violência doméstica no primeiro semestre de 2020 (CARNEIRO, 2020).

Paralelamente à convivência ininterrupta entre vítimas e agressores, a necessidade de isolamento social revelou problemas sociais graves. Uma grande parcela da população sente dificuldade em permanecer em casa devido à insuficiência de espaço físico ou mesmo à necessidade de realização de trabalhos informais no ambiente externo. A perda de emprego é um estressor a mais em inúmeras famílias. Embora tenha se tornado, para muitos, um grave problema, teletrabalho, trabalho remoto ou *home office* ainda pode ser considerado como um luxo diante da precariedade da vida de tantas pessoas (CARVALHO; PIRES; XAVIER, 2020; TECCHIO, 2020).

Tendo tal quadro como pano de fundo, objetivamos refletir sobre convivência domiciliar contínua e violência doméstica contra mulheres. Para tanto, revisitamos a relação que se estabelece entre família e violência e, em seguida, realizamos uma análise quali quantitativa de ocorrências de violência doméstica no estado do Pará por meio de notícias veiculadas em dois jornais on-line: O Liberal Digital e Diário Online.



FIGURA 2: Moradores de Belém quando do colapso no sistema hospitalar e funerário, abril, 2020¹

FONTE: <https://www.dw.com/pt-br/covid-19-lota-hospitais-e-gera-colapso-funer%C3%A1rio-em-bel%C3%A9m/a-53278521>

Mulher e violência

Habitamos um país em que a lógica patriarcal exerce uma grande influência e que ocupa o quinto lugar no *ranking* de violência contra a mulher no mundo (WAISEFISZ, 2015). Para entendermos como se delinea a lógica da violência de gênero é importante ter em mente que o patriarcado é um “regime de dominação-exploração das mulheres pelos homens” (SAFFIOTI, 2015, p. 47).

A desigualdade entre gêneros é estrutural na cultura patriarcal na qual vivemos. Podemos perceber a diferença na educação entre os sexos, pois homens são criados para serem fortes e viris, enquanto mulheres são tidas como frágeis e destinadas às prendas do lar. Neste sentido, podemos refletir sobre o lugar de subalternidade imposto às mulheres, o que não necessariamente ocorre de modo claro e consciente.

As mulheres são “amputadas” sobretudo no desenvolvimento e uso da razão e no exercício do poder. Elas são socializadas para desenvolver comportamentos dóceis, cordatos, apaziguadores. Os homens, ao contrário, são estimulados a desenvolver condutas agressivas, perigosas, que revelem força e coragem (SAFFIOTI, 2015, p. 36-37).

Nos anos 1990, a mulher ainda era cobrada pela sociedade quanto ao exercício de tarefas domésticas e cuidado com os filhos (SAFFIOTI, 1990), mas até os dias de hoje, qualquer pessoa que saia de seu papel

performático na sociedade tende a ser hostilizada. Conforme Almeida et al. (2017, p. 2),

Desde pequenos os homens já aprendem que devem ser superiores às mulheres e na maioria das vezes têm mais liberdade e privilégios que suas irmãs, podem chegar tarde em casa, sair sozinho e fazer uso abusivo de bebidas alcoólicas sendo ainda reforçados, pois isso seria um sinal de masculinidade, enquanto suas irmãs não têm todas essas regalias, na maioria das vezes começam a sair quando arrumam namorados ou acompanhadas com a família. Atualmente essa forma de desigualdade entre homens e mulheres é nomeada violência de gênero, que é aquela exercida de um sexo sobre o sexo oposto.

Enquanto mulheres são colocadas em um lugar de fragilidade, existe uma lógica implícita nesse discurso em que a violência segue legalizada. Não à toa temos números tão alarmantes de violência física e feminicídio no país. No documento disponibilizado pelo Senado Federal, em 2018, o Panorama de Violência Contra Mulheres no Brasil aponta que a cada cem mil mulheres, no ano de 2015, foram registrados cerca de 4,4 feminicídios. Em se tratando de casos de mulheres negras e pardas, o número cresce para uma média de 5,2 mulheres a cada cem mil. Em boa parte dos casos, a violência é cometida pelo companheiro da vítima (BRASIL, 2018).

O sexismo é estruturante e por isso suas raízes são profundas, sendo impossível determinar precisamente sua capilarização nas estruturas sociais. Ele se faz presente nas famílias, escolas, empresas, igrejas, mídias - enfim, em todos e quaisquer espaços, organizando-os conforme sua lógica binária e desigual em detrimento do feminino (SAFFIOTI, 2015). Assim sendo, a vivência de um relacionamento abusivo pode acontecer entre um casal, entre amigos, e ser parental, familiar. Onde houver relações afetivas, esse funcionamento pode constituir-se na sua forma mais óbvia, como uma violência física, mas também por meio do uso de violência psicológica.

Day et al. (2003, p. 10) conceituam violência psicológica como “toda ação ou omissão que causa ou visa causar dano à autoestima, à identidade ou ao desenvolvimento da pessoa”, sendo, portanto, demarcada por humilhações e tentativas de fazer o outro sentir-se inferiorizado. A expressão de ameaças, na presença de “humilhação, indiferença, ciúme

patológico, desqualificação, intimidação [...] provoca sérios danos psicológicos nas mulheres, como insegurança, frustração, medo e sentimento de ansiedade”, afetando a autoestima e a saúde (QUEIROZ; CUNHA, 2018, p. 87).

Tal forma de violência é um componente dos relacionamentos abusivos. Em linhas gerais, em uma relação marcada por violência psicológica não necessariamente acontecem agressões físicas, mas em uma relação com violência física certamente há a presença de violência psicológica.

A violência psicológica presente em relacionamentos afetivos, por conta da lógica patriarcal, permanece de certa forma normatizada pela sociedade, uma vez que mulheres, não encontrando apoio em outras pessoas, tendem a suportar situações violentas (ALMEIDA, 2017). Neste sentido, “a violência perversa entre casais é muitas vezes negada ou banalizada, reduzida a uma simples relação de dominação” (HIRIGOYEN, 2006a, p. 21). Assim como a situação de subalternidade, a violência psicológica pode estar presente ainda que nem mesmo a mulher reconheça claramente a dimensão do abuso que enfrenta e que, assim, a imobiliza. “As vítimas, por terem perdido seus limites, têm dificuldade em reconhecer que o que sofreram é malfazejo ou humilhante” (HIRIGOYEN, 2005, p. 184).

Na medida em que a sociedade é implantada em uma lógica sexista, muitas vezes nem mesmo o agressor tem consciência dos termos de seu relacionamento (HIRIGOYEN, 2006b). O abuso também costuma não ser percebido pelas pessoas ao redor, criando um ciclo de agressões e tornando difícil deixar esse modo de vida. Além disso, o sentimento de culpa perpassa pela opressão sofrida por uma mulher submetida à violência, o que pode ser um fator ainda mais limitador e que, por outro lado, também favorece que mulheres se mantenham na relação. Em estudo realizado com mulheres vítimas de violência, o quadro de abuso era sempre tido como excesso de zelo, cuidado e preocupação, de modo que a violência passava despercebida (QUEIROZ; CUNHA, 2018).

Por outro lado, muitos outros fatores contribuem para que a mulher permaneça na relação abusiva, como “receio de represálias, desconhecimento dos seus direitos, dependência financeira, falta de apoio,

preocupação em relação ao futuro e até mesmo a vida dos filhos, sem mencionar o medo de lhe ser tirada a vida” (REZENDE, 2014, p. 12)

As consequências da violência intrafamiliar, para a mulher, são diversas, como depressão, distúrbios de ansiedade e distúrbios cognitivos (HIRIGOYEN, 2005). “De mãos atadas” é um termo que faz jus à situação da mulher que é vítima de violência. A dificuldade de receber amparo repousa muitas vezes no próprio fato de ser mulher e se sentir merecedora de maus tratos por não cumprir adequadamente seu papel. Além disso, as instâncias sociais e jurídicas que poderiam dar suporte a essas mulheres são frequentemente representadas por pessoas para quem “violência de gênero” é um termo que define inadequadamente a natureza normal e esperada das relações humanas.

Saffioti (1990) argumenta que o regime patriarcal favorece para que a violência fique normatizada, pois existe a concepção da mulher enquanto objeto. Por mais que a autora tenha escrito o texto há quase trinta anos, ainda percebemos esses reflexos na atualidade. Procuramos por eles em dois jornais on-line do Pará em um recorte que reflete os primeiros meses de pandemia do novo coronavírus, quando as pessoas deveriam buscar segurança em seus lares.

Recortes de jornais

O portal de notícias O Liberal integra o “Grupo Liberal de Comunicação”. A empresa é proprietária do diário mais antigo em circulação do estado do Pará, o jornal impresso O Liberal, criado em 1966 (CASTRO; SEIXAS, 2013). Ele foi o primeiro periódico paraense a ter seu conteúdo jornalístico transposto para as plataformas digitais, em 1997, por meio do site O Liberal Online, que em 2004 se transformou em Portal ORM (SOUSA, 2008) e em 2019 deu lugar ao Portal oliberal.com. Em 6 de agosto de 2020, o grupo possuía um canal no YouTube com 33,6 mil inscritos, 143,2 mil seguidores no Twitter, 360.368 no Facebook e 174 mil no Instagram.

Por seu turno, o portal de notícias Diário Online (DOL) faz parte do “Grupo Rede Brasil Amazônica de Comunicação” (RBA). Em 2004 foi criado o site Diário do Pará, com a proposta de apenas reproduzir as notícias do jornal impresso (DARWICH, 2013). Em 2010, surgiu o

portal de notícias DOL (SARGES; SOARES, 2016). Em 6 de agosto de 2020, o Grupo RBA possuía 84,5 mil seguidores no Twitter, 733.613 no Facebook e 245 mil no Instagram.

“Pandemia” e “violência doméstica contra a mulher”, e “pandemia” e “feminicídio” foram as palavras-chave que nos levaram a, respectivamente, 25 e 8 notícias nos jornais O Liberal Digital e DOL. Das 21 notícias localizadas por meio da utilização das primeiras palavras-chave, 18 estavam em O Liberal Digital e 3 em DOL contra, respectivamente, 7 e 5 com as segundas palavras-chave. Esse total de 33 notícias é referente a ocorrências apenas no Pará, publicadas entre 18 de março, quando foi divulgado o primeiro caso de covid-19 no estado, e 31 de agosto, considerando que, segundo decreto governamental, as aulas presenciais poderiam retornar a partir de 1º de setembro.

Fechando o foco da busca em torno de violência doméstica no Estado do Pará e sua ligação com a pandemia de covid-19, foram excluídas deste estudo as notícias que falavam de outros estados ou países, como também aquelas em que a palavra “pandemia” estava ausente. A partir da leitura das notícias, criamos cinco temas, identificados como “poder público”, “registro de violência”, “canal de denúncia”, “iniciativa popular ou não governamental” e “fatores de risco”, e três categorias de análise, identificadas como “auxílio às vítimas”, “índices de violência” e “prevenção”. Seguindo os critérios de Bardin (2001), a pré-análise correspondeu aos acessos prévios aos portais e as fases de exploração do material, de tratamento dos resultados e de inferência e interpretação são apresentadas a seguir.

Como nenhuma notícia encontrada no mês de março cumpriu com os critérios necessários para que fosse incluída neste estudo, iniciamos a análise no mês de abril, identificando temas referentes às notícias selecionadas e as respectivas categorias de análise.

A primeira notícia a abordar o assunto de forma direta foi publicada em O Liberal Digital no dia 1º de abril. Passaram-se quase quinze dias para que fosse constatado o quadro de vulnerabilidade das mulheres e se iniciassem campanhas de conscientização e apoio. Ainda assim, o jornal publicou seis matérias. O DOL, além de apresentar apenas duas notícias, as publicou com muito mais atraso, no dia 21.

Apresentamos em cinco quadros, cada um deles referente a um mês utilizado na coleta de dados, as notícias, com seus respectivos temas e categorias de análise nas quais se enquadram. Nos quadros, O Liberal Digital é apresentado apenas como “O Liberal”.

Notícia	Jornal	Tema	Categoria de análise	Data
“Durante período de isolamento, Judiciário do Pará mantém atendimento remoto às vítimas de violência doméstica”	O Liberal	Poder público	Auxílio às vítimas	01/04
“Registro de violência doméstica cai mais de 50% em Belém após isolamento decorrente de pandemia”	O Liberal	Registro de violência	Índices de violência	05/04
“Canais de denúncia remota contra violência doméstica seguem em funcionamento durante pandemia”	O Liberal	Canal de denúncia	Auxílio às vítimas	09/04
“Promotores recomendam que Ananindeua garanta atendimento virtual a mulheres vítimas de violência”	O Liberal	Poder público	Auxílio às vítimas	22/04
“MPPA recomenda que órgãos intensifiquem atendimento às vítimas de violência doméstica durante isolamento social”	O Liberal	Poder público	Auxílio às vítimas	24/04
“Promotora diz que concessão de liberdade condicional pode aumentar violência contra a mulher durante período de isolamento”	O Liberal	Poder público	Prevenção	27/04
“Aumento do consumo de álcool durante isolamento é preocupante” [campanha #sejaluz,]	DOL	Iniciativa popular ou não governamental	Prevenção	21/04
“Violência contra a mulher é desafio durante a pandemia” [subnotificação]	DOL	Canal de denúncia	Auxílio às vítimas	21/04

QUADRO 1: Abril

Nas seis primeiras notícias de O Liberal Digital que retrataram a questão da violência doméstica em situação de pandemia no estado do Pará, três temas se fizeram presentes: “poder público” (quatro ocorrências), “registro de violência” (uma ocorrência) e “canal de denúncia” (uma ocorrência). As três categorias de análise estiveram presentes: “auxílio às vítimas” (quatro vezes), “índices de violência” (uma vez) e “prevenção” (uma vez).

Quanto aos temas, uma notícia do DOL pode ser classificada como “iniciativa popular ou não governamental” e a outra, como “canal de denúncia”, sendo a primeira referente à categoria de análise “prevenção” e a segunda, “auxílio às vítimas”.

As notícias de O Liberal orientam a população quanto à manutenção de atendimento remoto às vítimas de violência doméstica (01/03) e de canais de denúncia (09/03), são divulgadas orientações repassadas pelo poder público acerca de garantia de serviços (22 e 24/03), o poder público discute medidas que poderiam impactar sobre a violência doméstica (27/03) e há um registro de violência, indicando queda de mais de 50% nos índices de violência doméstica em Belém, relacionada à possibilidade de subnotificação (05/03).

No Dol, o aumento nas ocorrências de violência doméstica contra a mulher e de feminicídio é apontado como problema que pode derivar do consumo de álcool em situação de isolamento social, o que aproxima a questão de fatores comportamentais e a diferencia de todas as outras que foram selecionadas. A outra notícia, assim como a de O Liberal Digital (05/03), é centrada na possibilidade de subnotificação de ocorrências de violência doméstica.

Lembramos que abril e maio foram os meses em que houve colapso no sistema hospitalar de Belém, acompanhado, em abril, por colapso funerário,⁶ e em maio, por um período de lockdown em Belém e outros nove municípios, entre os dias 7 e 24⁷.

6. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/deutschewelle/2020/04/29/covid-19-lota-hospitais-e-gera-colapso-funerario-em-belem.htm>. Acesso em: 10 jan. 2021.

7. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2020/05/15/lockdown-no-para-e-prorrogado-ate-24-de-maio.ghtml>. Acesso em: 10 jan. 2021.

Considerando a rápida saída do colapso, em maio, é possível que, abrindo espaço a outros temas, notícias referentes a violência doméstica tenham ganhado menos espaço, estando, inclusive, ausentes no DOL.



FIGURA 3: Policlínica Metropolitana, Belém, 2020

FONTE: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/deutschewelle/2020/04/29/covid-19-lota-hospitais-e-gera-colapso-funerario-em-belem.htm>

Notícia	Jornal	Tema	Categoria de análise	Data
“Santarém disponibiliza canal para atender vítimas de violência contra a mulher”	O Liberal	Canal de denúncia	Auxílio às vítimas	19/05
“Campanha [Terra Solidária] une solidariedade com prevenção à violência doméstica e covid-19”	O Liberal	Iniciativa popular ou não governamental	Prevenção	29/05
“Ministério Público pede reforço na proteção às vítimas de violência doméstica”	O Liberal	Poder público	Auxílio às vítimas	29/05

QUADRO 2: Maio

Em maio, cada uma das três notícias selecionadas de O Liberal Digital foi referente a um tema (“canal de denúncia”, “iniciativa popular ou não governamental” e “poder público”) e duas categorias de análise foram

contempladas (“auxílio às vítimas”, com duas ocorrências, e “prevenção”, com uma ocorrência). As notícias voltam o foco para locais específicos: Santarém e o bairro da Terra Firme, contrastando uma medida de auxílio a outra que reúne acesso a bens de consumo e a orientações quanto à prevenção de violência doméstica e de covid-19.

Em junho, o poder público foi bastante atuante ao mesmo tempo que a violência doméstica começou sua escalada em direção ao feminicídio.



FIGURA 4: Feminicídios © Marcos Santos / USP

FONTE: <https://www.oliberal.com/brasil/casos-de-feminicidio-crescem-22-em-12-estados-durante-pandemia-1.272498>

Notícia	Jornal	Tema	Categoria de análise	Data
“Casos de feminicídio crescem 22% em 12 estados durante pandemia”	O Liberal	Registro de violência	Índices de violência	01/06
“ParáPaz amplia seus canais de denúncias contra violência doméstica”	O Liberal	Poder público	Auxílio às vítimas	04/06
“Feminicídios aumentam durante ‘quarentena’. Demais violências domésticas caem”	O Liberal	Registro de violência	Índices de violência	07/06
“ParáPaz lança nova plataforma digital para acolhimento às vítimas de violência doméstica” [“ParáPaz Acolhe”]	O Liberal	Poder público	Auxílio às vítimas	09/06

“Cartilha online de enfrentamento à violência é lançada”	O Liberal	Poder público	Prevenção	16/06
“Projeto Mãe’ entrega enxovais a gestantes em vulnerabilidade financeira e vítimas de violência”	O Liberal	Poder público	Auxílio às vítimas	16/06
“Cartilha orienta mulheres sobre saúde, trabalho e combate à violência”	O Liberal	Poder público	Prevenção	17/06
“Pará adere à campanha Sinal Vermelho contra a violência doméstica”	O Liberal	Poder público	Auxílio às vítimas	23/06
“Órgãos de Segurança Pública apoiam campanha contra violência doméstica na pandemia”	O Liberal	Poder público	Auxílio às vítimas	26/06
“Abrigo municipal que já atendeu 759 vítimas de violência doméstica segue vazio na pandemia”	O Liberal	Poder público	Índices de violência	30/06
“Com ‘X’ nas mãos, mulheres podem denunciar violência”	DOL	Poder público	Auxílio às vítimas	17/06
“TJPA concedeu 17 medidas protetivas por dia por violência contra a mulher”	DOL	Poder público	Índices de violência	25/06
“Maio registra 536 medidas protetivas no Pará”	DOL	Poder público	Índices de violência	26/06

Quadro 3 – Junho

Em junho, apesar de O Liberal Digital ter publicado um total de dez notícias, apenas dois temas se fizeram presentes: “poder público” (oito ocorrências) e “registro de violência” (duas ocorrências). Ainda assim, as três categorias de análise foram contempladas: “índices de violência” (três vezes), “auxílio às vítimas” (cinco vezes) e “prevenção” (duas vezes).

No momento em que Belém se recuperava do colapso hospitalar, o poder público se fez presente em três frentes: o ParáPaz⁸ investiu em canais de denúncia (04 e 09/06) e em ações do “Projeto Mãe”⁹ (16/06), e foi iniciada a campanha “Sinal Vermelho”¹⁰ como formas de auxílio às

8. Disponível em: <http://www.propaz.pa.gov.br/pt-br/content/uipp-o-projeto>. Acesso em: 10 jan. 2021.

9. Disponível em: <http://www.portalcultura.com.br/node/51313>. Acesso em: 10 jan. 2021.

10. Disponível em: <https://www.amb.com.br/sinalvermelho/>. Acesso em: 10 jan. 2021.

vítimas (23 e 26/06), além de ter sido lançada uma cartilha incluindo orientações quanto ao enfrentamento da violência doméstica¹¹ (16 e 17/06), como forma de prevenção e auxílio.

Quanto aos registros de violência, após a notícia de abril, que indicou queda de mais de 50% em tais índices, em junho três notícias aparentam ser complementares: há crescimento de feminicídio (01 e 07/06), mas queda nos demais casos de violência doméstica (07/06), com o acréscimo de que o abrigo municipal permanece vazio na pandemia (30/06). A hipótese de subnotificação permanece (apesar dos esforços descritos para prevenir e conter a violência doméstica), considerando que a morte de uma pessoa é menos provável de passar despercebida.

Três notícias do DOL foram selecionadas também com a presença dos mesmos temas “poder público” (duas ocorrências) e “registro de violência” (uma ocorrência). Quanto às categorias de análise, identificamos “auxílio às vítimas” (uma vez) e “índices de violência” (duas vezes). Além da divulgação de uma alternativa de denúncia para aquelas mulheres que se viam em situação de isolamento social com seus agressores (17/06), o site manteve o foco sobre a quantidade de medidas protetivas concedidas por dia e no Pará (25 e 26/06).

O mês de julho permaneceu, para os paraenses, como sendo sinônimo de férias escolares e de praia e, portanto, de afastamento - não social, mas de cuidados.

Notícia	Jornal	Tema	Categoria de análise	Data
“Câmara aprova auxílio emergencial em dobro a mulheres vítimas de violência”	O Liberal	Poder público	Auxílio às vítimas	10/07
“Junho teve o registro de 564 medidas protetivas em casos de violência contra a mulher no Pará”	O Liberal	Registro de violência	Índices de violência	31/07
“Vídeo de universitária viraliza para ajudar vítimas da violência doméstica”	DOL	Iniciativa popular ou não governamental	Auxílio às vítimas	24/07

QUADRO 4: Julho

11. Disponível em: <https://www.alepa.pa.gov.br/noticia/4092/>. Acesso em: 10 jan. 2021.



FIGURA 5: Mosqueiro em julho, 2020

FONTE: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2020/07/20/veranistas-lotam-praias-do-para-no-terceiro-final-de-semana-de-julho-mesmo-com-pandemia.ghtml>

Em julho, em O Liberal Digital, houve duas notícias, cada uma com um tema: “poder público” e “registro de violência” - os mesmos do mês anterior. Duas categorias de análise foram contempladas, cada uma delas uma vez: “auxílio às vítimas” e “índices de violência”. Vale ressaltar que a notícia referente a registro de violência apresenta valores de junho.

O auxílio emergencial passou a ser dobrado para mulheres vítimas de violência, mas novas medidas preventivas não foram criadas, segundo o Liberal Digital. O DOL divulgou um vídeo com o propósito de “auxílio às vítimas”, enquanto categoria de análise, e que se enquadra no tema “iniciativa popular ou não governamental”.

Após as aglomerações nas férias e outros locais, como shoppings, era esperado, para agosto, um elevado número de adoecimentos, o que só veio a ocorrer em outubro¹². Em linhas gerais, nosso levantamento, após uma fase inicial de perspectivas de adoecimento, no início de abril, passou pelo colapso hospitalar, que ficou sob controle em maio, acompanhado por um período de lockdown, dando tempo para preparativos às férias de julho, e chegou em agosto ainda com números de adoecimentos sob controle, pelo menos em Belém e no que tange à covid-19.

12. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2020/10/16/unidades-particulares-e-publicas-de-belem-tem-aumento-de-mais-de-110percent-nos-casos-suspeitos-de-covid-19-em-uma-semana.ghtml>. Acesso em: 09 jan. 2021.

Notícia	Jornal	Tema	Categoria de análise	Data
“Violência doméstica pode ser denunciada a qualquer hora por aplicativo” [“ParáPaz Acolhe”]	O Liberal	Poder público	Auxílio às vítimas	05/08
“Prefeitura de Santarém divulga canal para denúncias de violência doméstica” [celebração da Lei Maria da Penha]	O Liberal	Poder público	Auxílio às vítimas	07/08
“Programação especial debate sobre violência contra a mulher e a Lei Maria da Penha” [ParáPaz]	O Liberal	Poder público	Prevenção	07/08
“Dobra número de casos de feminicídio no Pará” [relação com o isolamento]	O Liberal	Registro de violência	Índices de violência	19/08
“Cartilha orienta mulher em caso de violência”	DOL	Poder público	Prevenção	08/08
“Elcione apresenta Projeto de Lei para aumentar proteção à mulher”	DOL	Poder público	Prevenção	21/08

QUADRO 5: Agosto

As quatro notícias de agosto de O Liberal Digital giraram em torno de dois temas: “poder público” (três ocorrências) e “registro de violência” (uma ocorrência), mas contemplando as três categorias de análise: “auxílio às vítimas” (duas vezes), “prevenção” (uma vez) e “índices de violência” (uma vez).

Duas notícias remetem a fatos registrados anteriormente: a primeira, que se refere ao aplicativo “ParáPaz Acolhe” (inicialmente apresentado em junho) e a segunda, referente ao canal de denúncias de Santarém (apresentado em maio), porém desta vez em contexto de celebração dos catorze anos da Lei Maria da Penha. No mesmo dia da celebração da lei, o ParáPaz também promoveu uma programação especial. Exatamente no mês das celebrações o número de feminicídios, já grave em junho, dobrou no Pará.

Por seu lado, o DOL compareceu com duas notícias, um tema (“poder público”) e uma categoria de análise (“prevenção”). Uma nova cartilha de proteção à mulher recebeu destaque (08/08) e uma deputada federal

paraense apresentou um projeto de lei voltado à proteção da mulher (21/08).

De modo a favorecer uma visão geral dos dados coletados, os temas e as categorias de análise identificados nas notícias são apresentados na Tabela 1.

TABELA 1: Temas e categorias de análise

	O Liberal Digital	DOL
Categorias de análise	Auxílio às vítimas	37,5%
	Índices de violência	25%
	Prevenção	37,5%
Temas	Poder público	62,5%
	Registro de violência	0
	Canal de denúncia	12,5%
	Iniciativa popular	25%

FONTE: Elaborada pelas autoras

As categorias de análise permitiram a identificação de alguns pontos em comum entre os dois jornais sob análise, como a alta frequência de notícias que buscavam oferecer alternativas de auxílio à vítima (56% e 37,5%) e a frequência mediana de divulgação de índices de violência (24% e 25%). Por outro lado, houve divergências quanto à categoria “prevenção”, a menos frequente em O Liberal Digital (16%) e a mais frequente no DOL (37,5%) - no caso, juntamente com “auxílio à vítima”.

Os temas construídos completam a análise, indicando a alta frequência de notícias sobre ações do poder público (68% e 62,5%) em ambas as fontes e, no entanto, o desencontro quanto ao número mediano do tema “registros de violência”, em O Liberal Digital (20%) e a ausência desse tema no DOL, assim como quanto à divulgação de canais de denúncia e de iniciativas populares ou ações não governamentais, com resultados praticamente inversos, no sentido da frequência, em O Liberal Digital (8% e 4%) e no DOL (12,5% e 25%).

Complementarmente, a frequência das notícias veiculadas em ambos os jornais ao longo dos meses serve de parâmetro de comparação entre as fontes investigadas (Tabela 2).

TABELA 2: Frequência mensal de notícias

Jornal	Abril	Maiο	Junho	Julho	Agosto	TOTAL
O Liberal Digital	6	3	10	2	4	25
DOL	2	0	3	1	2	8
TOTAL	8	3	13	3	6	33

FONTE: Elaborada pelas autoras

O Liberal Digital publicou uma média mensal de cinco notícias sobre violência doméstica, enquanto o DOL, que publicou apenas 32% do total de matérias de O Liberal Digital, ficou com uma média mensal de menos de duas notícias. O tema revelou interesse bastante desigual, com exceção do mês de junho, quando ambos publicaram o maior número de notícias do período (10 e 3).

Vale ressaltar que, em junho, notícias como colapso do sistema de saúde e funerário ou *lockdown* já não seriam mais atuais, abrindo espaço a outros temas. Comparativamente, no entanto, apenas o DOL aumentou o número de notícias, de duas em abril e maio para três em julho e agosto, pois O Liberal Digital, nos mesmos períodos, publicou, respectivamente, nove e seis notícias.

Juntos, no entanto, os dois jornais mantiveram a população informada principalmente acerca de alternativas à superação de vivência de situação de abuso, fato que, em qualquer circunstância, é de difícil concretização. Medidas preventivas, de resultado teoricamente mais positivo, corresponderam à categoria de análise “prevenção” (com 16% de frequência em O Liberal Digital e 37,5% no DOL), estando também presentes no contexto de temas como “poder público” e “iniciativa popular”, com um total de 72% de frequência no caso de O Liberal Digital, e de 67,5, no do DOL.

A visibilidade de notícias sobre violência contra mulheres durante o período de distanciamento social contribui para a divulgação de serviços e espaços de denúncia. Essas intervenções externas, segundo Souza e Darwich (2020), podem favorecer a tomada de consciência acerca da dinâmica abusiva no relacionamento e, assim, a busca de apoio. No entanto, entre possibilidades de superação, auxílio e remediação, verificamos que notícias de violência conjugal vieram acompa-

nhadas de aumento no índice das ocorrências mais extremas, de feminicídio. Assim sendo, vale refletir acerca da relação que se estabelece entre a disponibilização de uma notícia e os impactos sobre aqueles que têm acesso a elas.

Lage (2018), discorrendo acerca de testemunhos do sofrimento por meio de narrativas telejornalísticas, afirmou que entrar em contato com testemunhos do sofrimento possibilitaria empatia, no sentido de a pessoa poder se imaginar nas situações descritas. Ele acrescenta que, no entanto, “é como se o testemunho midiático ficasse a meio caminho entre a mera exposição e consumo dessas imagens e as formas de engajamento e participação política” (p. 39). Além disso, conforme a análise da violência simbólica e midiática a partir do enfoque de gênero realizada por Miranda (2020), existe sempre o risco de as notícias refletirem princípios patriarcais de relações de poder e, assim, contribuir para a perpetuação de lógicas misóginas.

Considerações finais

Entre abril e agosto, à população do Pará, assim como do mundo todo, foram disponibilizadas notícias trágicas sobre a multiplicação de casos de covid-19. No meio de uma gigantesca crise sanitária, a pouca esperança advinha das pesquisas médicas em andamento, quanto à disponibilização de tratamentos e vacinas, e, obviamente, de medidas a serem implementadas pelos governos locais. A cooperação de cada um e todos foi representada pelo cumprimento de medidas como o distanciamento social, que significou maior proximidade, por longos períodos de tempo, dentro dos lares. Estávamos mais seguros em casa?

Discutir acerca de relacionamentos abusivos implica destacar que um importante mecanismo para a invisibilidade desse tipo de violência é a conjugalidade, dada a alta frequência de casos no ambiente doméstico (QUEIROZ; CUNHA, 2018). É neste sentido que violência contra as mulheres corresponde a uma violência de gênero (ALMEIDA et al., 2017). Por meio do viés social que compartilhamos, a representação coletiva de um feminino subalterno identifica a mulher como naturalmente passível de sofrer violência (SAFFIOTI, 2015). Assim sendo, muitas vezes agressor e vítima não têm uma noção clara da qualidade

abusiva da relação, pois ela reproduz a misoginia, reflexo da cultura em que estamos inseridos (HIRYGOEN 2005).

Principalmente a violência psicológica é banalizada, pois os envolvidos e mesmo as testemunhas “tendem a interpretar como simples relações conflituais ou passionais entre duas pessoas de personalidade forte o que, na verdade, é uma tentativa violenta de destruição moral ou até física do outro, não raro bem sucedida” (HIRIGOYEN, 2006a, p. 21). Por mais que entendamos que a violência psicológica pode ser uma porta de entrada para agressões físicas, ou mesmo para feminicídio, o que se percebe é que mulheres são revitimizadas pelo agressor, pelo julgamento social e mesmo pelo sistema penal, que se baseia em evidências materiais e ignora aquelas restritas a danos causados à saúde mental, em curto e longo prazo.

“A violência conjugal tem efeitos devastadores, tanto sobre a saúde física quanto sobre a saúde mental das mulheres e seus filhos”, afirma Hirigoyen (2005, p. 173). Saber de tal fato não implica considerá-lo verdadeiro, considerá-lo verdadeiro não implica reconhecer sua ocorrência, reconhecer sua ocorrência não implica receber apoio social ou romper com a relação ou mesmo denunciar a ocorrência de abuso. Além de tudo, denunciar não implica a adoção de medidas que protejam a mulher e/ou coloquem o casal em condição de investir em mudanças.

Neste terceiro milênio, a Lei Maria da Penha (no 11.340/2006) e a Lei do Feminicídio (nº 13.104/2015 em alteração e aditivo da lei no 2.848/40) são exemplos de iniciativas de proteção às mulheres no Brasil contra todo tipo de violência advinda da vivência de relação abusiva. No âmbito legal, portanto, há avanços, assim como a Constituição de 1988 (BRASIL, 2019) representa um avanço contra o modelo patriarcal de família.

Por outro lado, se no dia 5 de abril O Liberal Digital noticiou uma queda de mais de 50% nos registros de violência doméstica em Belém, a explicação mais plausível foi referente à impossibilidade de as mulheres se afastarem de seus agressores até mesmo para prestar queixa contra eles. A hipótese de subnotificação, desde então, dividiu espaço com notícias de crescimento nos índices de violência doméstica, com aumentos

nas chamadas do Disque 100 e do Ligue 180 e, tragicamente, com grande aumento nos índices de feminicídio.

Com base nas categorias de análise foram identificados pontos em comum e divergências entre os dois jornais quanto a questões como auxílio e prevenção, contextualizados em temas que abarcavam de iniciativas de registro e denúncia a esclarecimentos acerca de fatores de risco. No entanto, independentemente da quantidade ou da qualidade das informações veiculadas, é difícil prever o impacto que tiveram, posto não se ter como saber se a situação de violência seria ainda mais grave na ausência das notícias. O mesmo é válido para a avaliação do papel de notícias que, no início da pandemia, advertiram quanto à presença de risco à integridade de mulheres que compartilhariam o mesmo espaço com seus companheiros ou cônjuges por períodos indeterminados de tempo.

A violência doméstica na pandemia se volta igualmente contra crianças, adolescentes e idosos. Mantendo o foco nas mulheres, chamamos a atenção para a necessidade de investigação da possibilidade de elas constituírem uma importante fonte de reversão da situação de domínio e opressão que vem se perpetuando nas famílias. Neste sentido, identificamos a formação de redes de apoio contra violência doméstica na pandemia, de mulheres para mulheres, como “Mete a Colher”. Uma campanha dessa rede colaborativa, “Mas ele nunca me bateu”, lança luz sobre a violência psicológica.

Redes de apoio fazem sentido em contexto mais amplo de organizações políticas de movimentos feministas e, formados por mulheres para mulheres, implicam a vivência de sororidade. Significando união entre mulheres, sororidade não quer dizer que se está contra os homens, mas a favor da equidade entre gêneros (GARCIA; SOUSA, 2015). Por outro lado, masculinismo ou tribalismo masculino significa união de homens contra mulheres em um movimento de supremacia masculina. O ódio contra as mulheres as transforma em meros objetos para reprodução humana, com consequências extremas sobre o aumento de toda sorte de violências. “Soror”, que significa irmã, encontrou o seu oposto tenebroso: “ao difundir o masculinismo, os homens percebem que são todos irmãos” (MACEDO, 2021, n.p).

Enfim, entramos em 2021 ainda em situação de pandemia, embora com promessas de vacina contra o Sars-CoV-2, este novo coronavírus que nos cobre os rostos enquanto, com sorte, abriremos os olhos para a necessidade de repensarmos quem somos, enquanto indivíduos formadores da cultura da qual tomamos parte.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Mayara P.; REZENDE, Adelaide M.; CARNEIRO, Cintia de M.; CATARINO, Elisângela M. *As distorções do amor nos relacionamentos conjugais: violência psicológica*. Anais II encontro estadual de pesquisa multidisciplinar. Goiás: UNIFIMES, 2017.

BARDIN, Laurence. *L'Analyse de Contenu*. Paris: Presses Universitaires de France, 2001.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Supremo Tribunal Federal: Secretaria de Documentação, 2019.

CARNEIRO, Taymã. PA é o estado com maior aumento de casos de lesão corporal por violência doméstica no 1º semestre de 2020. *G1*. PA - Belém, 16 set. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2020/09/16/pa-e-o-estado-com-maior-aumento-de-casos-de-lesao-corporal-por-violencia-domestica-no-1o-semester-de-2020.ghtml>. Acesso em: 05 jan. 2021.

CARVALHO, Laura; PIRES, Luiza Nassif; XAVIER, Laura de Lima. covid-19 e desigualdade: a distribuição dos fatores de risco no Brasil, 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/340452851_covid-19_e_Desigualdade_no_Brasil. Acesso em: 05 jan. 2021.

CASTRO, Avelina Oliveira de; SEIXAS, Netília Silva dos Anjos. *História, discursos e*

relações de poder nas páginas de O Liberal. In: Anais do 9º Encontro Nacional de História da Mídia. Ouro Preto, MG: Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia; Universidade Federal de Ouro Preto, 2013.

DARWICH, Cláudio. Diretor Executivo do Portal Diário Online. *Entrevista gravada em áudio*, realizada em 25 de agosto de 2011, nas dependências do Jornal Diário do Pará/Diário Online, em Belém/PA.

DAY, Vivian Peres et al. Violência doméstica e suas diferentes manifestações. *Revista de psiquiatria do Rio Grande do Sul*, v. 25, n. 1, p. 9, 2003.

GARCIA, Dantielli A.; SOUSA, Lucília M. A. A sororidade no ciberespaço: laços feministas em militância. *Revista de Estudos Linguísticos*, São Paulo, v. 44, n. 3, p. 991-1008, 2015.

HARARI, Yuval Noah. *Homo Deus: uma breve história do amanhã*. Tradução Paulo Geiger. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

HIRIGOYEN, Marie France. *A violência no casal: da coação psicológica à agressão física*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

HIRIGOYEN, Marie France. *Mal-Estar no Trabalho: redefinindo assédio moral*. 3. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil., 2006a.

HIRIGOYEN, Marie-France. *Assédio Moral: A violência Perversa no cotidiano*. 8. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006b.

GUY, Jack; DI DONATO, Valentina. Veneza volta a ter águas cristalinas após ser isolada para conter coronavírus. *CNN Brasil*, 18 mar 2020. Disponível em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/2020/03/18/veneza-volta-a-ter-aguas-cristalinas-apos-ser-isolada-para-conter-coronavirus>. Acesso em: 05 jan. 2021.

IBGE. *População estimada*: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estimativas da população residente com data de referência 1o de julho de 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/belem/panorama>. Acesso em: 05 jan. 2021.

LAGE, Leandro Rodrigues. *Testemunhos do sofrimento nas narrativas telejornalísticas*. Florianópolis: Insular, 2018.

LEAL, Aluizio Lins; SÁ, Maria Elvira Rocha de; NASCIMENTO, Nádia Socorro Fialho; CARDOSO, Welson de Sousa. Produção mineral no estado do Pará e reflexos na (re)produção da miséria: Barcarena, Marabá e Parauapebas. *Revista Políticas Públicas*, São Luís, v.16, n.1, p.157-167, jan./jun. 2012.

LEAL, Bruno Souza. Vulnerabilidades: Abordagens iniciais de um desafio à pesquisa. In: MIRANDA, Cynthia Mara et al. (Orgs). *Vulnerabilidades, narrativas, identidades*. Belo Horizonte: Fafich/Selo PPGCOM/UFMG, 2020, p. 31-48.

LIMA, Bruna. Abril é o mês decisivo no combate à pandemia de coronavírus. *Correio Braziliense*, 01 abr 2020. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/brasil/2020/04/01/interna-brasil,841582/abril-e-o-mes-decisivo-no-combate-a-pandemia-de-coronavirus.shtml>. Acesso em: 09 jan. 2021.

LÔBO, Paulo. *Direito civil: famílias*. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2011

MACEDO, Nathali. “Tribalismo masculino”, “movimento” que invadiu o Capitólio, está mais perto do que você imagina. *DCM*, 9 jan. 2021. Disponível em: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/tribalismo-masculino-movimento-que-invadiu-o-capitolio-esta-mais-perto-do-que-voce-imagina-por-nathali/>. Acesso em: 09 jan. 2021.

MARTELLO, Alexandre. Com pandemia do coronavírus, Brasil fecha 1,1 milhão de vagas de trabalho entre março e abril. *G1 - Brasília*, 27 maio 2020. Disponível em:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/05/27/coronavirus-brasil-fecha-860-mil-empregos-formais-no-pior-mes-de-abril-em-29-anos.ghtml>. Acesso em: 09 jan. 2021.

MIRANDA, Cynthia Mara. Reflexões conceituais sobre vulnerabilidade: violência simbólica e midiática a partir do enfoque de gênero. In: MIRANDA, Cynthia Mara et al. (Orgs). *Vulnerabilidades, narrativas, identidades*. Belo Horizonte: Fafich/Selo PPGCOM/UFMG, 2020, p. 131-154.

PRESSE, France. Suicídio mata uma pessoa a cada 40 segundos no mundo, diz OMS. *G1*, 09 set 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2019/09/09/suicidio-mata-uma-pessoa-a-cada-40-segundos-no-mundo-diz-oms.ghtml>. Acesso em: 05 jan. 2021.

QUEIROZ, Adriana Renata Sathler de; Motta-Veiga, Marcelo. Análise dos impactos sociais e à saúde de grandes empreendimentos hidrelétricos: lições para uma gestão energética sustentável. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 17, n. 6, p. 1387-1398, 2012.

QUEIROZ, Rosana A.; CUNHA, Tânia A. A violência psicológica sofrida pelas mulheres: invisibilidade e memória. *Revista NUPEM*, Campo Mourão, v. 10, n. 20, p. 86-95, 2018.

REZENDE, Maria Fernanda Souto Barreto. *Violência contra a mulher – a invisibilidade do privado vs. a falência do Estado*. In: Seminário de Iniciação Científica, 22, 2014. PUC: Rio, Rio de Janeiro, 2014, p. 1-16.

SAFFIOTI, Heleieth. I. B. *O poder do macho*. 4º Ed. São Paulo: Moderna. 1990.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo: Expressão popular/Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANTOS, Tiago Veloso dos. *Metropolização e diferenciações regionais: estruturas intraurbanas e dinâmicas metropolitanas em Belém e Manaus. Cadernos Metrópole*, v. 19, n. 40, p. 865-890, 2017.

SARGES, Letícia; SOARES, Rita. *Jornalismo na web: o caso Toca Restô Bar pelo Diário Online (DOL)*. *Puçá: Revista de Comunicação e Cultura na Amazônia*, v. 2, n. 2, 2016.

SOUSA, Maíra de Cássia Evangelista de. *Jornalismo digital no Pará: análise do Portal ORM, do Portal Cultura e do Diário do Pará. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social - Jornalismo)*. Faculdade de Comunicação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

SOUZA, Agnes Caroline Alves de. DARWICH, Rosângela Araújo. *Relacionamentos abusivos e sororidade no Facebook*. *Revista Temática*, v. 16, n. 12., p. 1-14, 2020. doi: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/tematica/article/view/56338>

STAUDENMAIER, Rebecca. *Mundo tem 800 mil suicídios por ano, e pandemia impõe desafio à prevenção*. *DW*, 10 set 2020. Disponível em: <https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/deutsche-welle/2020/09/10/mundo-tem-800-mil-suicidios-por-ano-e-pandemia-impoe-desafio-a-prevencao.htm>. Acesso em: 05 jan. 2021.

TECCHIO, Manuela. *Home office: chefes e funcionários relatam problemas, mas a avaliação é positiva*. *CNN Business*, São Paulo, 24 maio 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/2020/05/24/home-office-chefes-e-funcionarios-relatam-problemas-mas-a-avaliacao-e-positiva>. Acesso em: 09 jan. 2021.

WASELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da Violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil*. 1ª ed. Brasília, DF, 2015. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf. Acesso em: 10 jan. 2021.

CAPÍTULO 3

Narrativa e acontecimento midiático: debate sobre a construção de hidrelétricas em terras Munduruku e impactos socioambientais

THIAGO ALMEIDA BARROS (UNAMA)

EDGAR MONTEIRO CHAGAS JUNIOR (UNAMA)

O debate sobre a implementação de novos projetos hidrelétricos na Amazônia está de certa forma restrito ao sistema político, apresentado parcialmente pela mídia e, com maior intensidade a partir de 2010, nas redes sociais digitais, abastecidas por movimentos sociais e organizações não-governamentais (ONGs). Houve um aumento da visibilidade, discussão e participação da sociedade civil nos processos de licenciamento ambiental, mas audiências públicas – como arenas de negociação e construção de sentidos – foram usadas de forma estratégica pelo corpo técnico governamental e Executivo nos casos de Santo Antônio, Jirau e Belo Monte. (BARROS; RAVENA, 2011).

No momento em que grupos afetados por barragens não conseguem dialogar sobre os impactos previstos ou já sofridos a partir da mediação jornalística ou de instrumentos de consulta legais, como as audiências públicas, o uso da internet e redes sociais digitais se apresenta como uma alternativa – tanto para a comunicação quanto como possibilidade de organização e ampliação das ações de organizações sociais.

Na região do rio Tapajós, no Pará, o governo federal faz inventários de aproveitamento hidrelétrico de rios locais há cerca de 30 anos. Atual-

mente, existem 42 projetos de usinas para os principais cursos d'água da bacia. O principal deles, o da hidrelétrica de São Luiz do Tapajós, é alvo de protestos mais intensos desde 2014. A construção da barragem afetaria diretamente, sobretudo com alagamentos, parte de comunidades indígenas Munduruku e Apiaká, além de áreas protegidas. Para contornar parte do impasse legal para a instalação do empreendimento, o governo federal já havia, ainda em 2012, editado a Medida Provisória 558 para alterar os limites de oito unidades de conservação. A decisão criou um clima tenso, já que os procedimentos burocráticos para o andamento do projeto caminhavam mesmo sem um dos componentes obrigatórios: o direito de consulta prévia a comunidades indígenas em oitivas, determinado pela Convenção número 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), agência multilateral da Organização das Nações Unidas (ONU).

Em agosto do mesmo ano, o Ibama cancelou o processo de licenciamento da hidrelétrica de São Luiz, após recomendação do Ministério Público Federal no Pará (MPF-PA) – já que a Constituição Federal veta a remoção de povos indígenas de suas terras. Num contexto de inúmeras ações judiciais e pressão da Eletrobrás e Ministério de Minas e Energia (MME) para que a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) liberasse a licença prévia para a hidrelétrica, movimentos sociais e grupos indígenas começaram a se manifestar na internet, por meio de sites e redes sociais, diante da iminente possibilidade da realização do leilão em 2015. No primeiro semestre de 2016, a ONG *Greenpeace* Brasil passou a atuar junto de lideranças Munduruku em campanha contrária à construção de hidrelétricas na região do Tapajós e também cobrando do Ministério da Justiça a demarcação definitiva da terra indígena Sawré Muybu. O *Greenpeace* Brasil montou acampamento de ativistas na aldeia e deu início à preparação da campanha “Salve o Coração da Amazônia”, que consistiu em ações no mundo real e em ambiente virtual, na *fanpage* do *Facebook* da organização e em *hotsite* de petição *on-line* que cobra a demarcação definitiva do território.

Consideramos a produção audiovisual do *Greenpeace Brasil* e a publicação destes conteúdos na *fanpage* da ONG no *Facebook* como elemento importante na análise dos processos de enunciação de discursos sobre a

Amazônia e em relação ao licenciamento de São Luiz do Tapajós. Entre março e agosto de 2016, a organização publicou uma série de vídeos dentro da campanha. Esta produção audiovisual é o eixo principal da argumentação do *Greenpeace* Brasil, dada a sofisticação nos processos de gravação de imagens, de edição e animação e da possibilidade de ativistas e colaboradores da ONG trabalharem diretamente na terra indígena Sawré Muybu.

Por outro lado, os jornais de maior tradição no País e com elevada circulação de impressos e acessos a seus sites, Folha de S. Paulo, Estado de S. Paulo e O Globo, realizaram coberturas sobre a possível liberação do grande projeto na região. Os conteúdos, além de publicados em suas matrizes – sites, versões digitais e impressos –, foram replicados, por meio do serviço de agências de notícias, em jornais impressos e sites noticiosos das principais cidades amazônicas. Abordamos a visão de que a produção de conteúdos por empresas jornalísticas segue modos específicos e sofre interferências de redes de relacionamento, entre elas políticas e econômicas. Neste contexto, consideramos como problema um dos desdobramentos da dinâmica de políticas públicas. Elas “recebem *inputs* dos partidos, da mídia e dos grupos de interesse, que influenciam seus resultados e efeitos” (SOUZA, 2006, p. 24).

Para compreender a construção de diferentes discursos sobre o projeto de uma nova usina no rio Tapajós e impactos socioambientais que ameaçam o povo Munduruku, nos debruçamos em análise de narrativas midiáticas elaboradas em diferentes regimes de visibilidade: a *fanpage* do *Greenpeace* Brasil na rede social digital *Facebook* e a produção de noticiário factual pelos três jornais em questão para publicação em seus sites e replicações em agências e impressos. Nos interessa entender como os diferentes meios se utilizam de convenções discursivas para abastecer o debate público sobre empreendimento hidrelétrico que envolve dimensões econômica, política e, sobretudo, socioambiental de uma região pressionada pela fronteira desenvolvimentista.

Para isso, selecionamos 28 vídeos postados na *fanpage* do *Greenpeace* Brasil na rede social *Facebook* – dentro da campanha “Salve o Coração da Amazônia” – e 17 textos jornalísticos relacionados ao processo de liberação do licenciamento de São Luiz do Tapajós publicados nos sites

dos jornais Folha de S. Paulo, Estado de S. Paulo e O Globo entre março e agosto de 2016, ápice das discussões. O *corpus* é avaliado a partir de instâncias expressivas do discurso narrativo factual – jornalismo e outras formas de comunicação contemporâneas (MOTTA, 2013). Optar pela comparação de conteúdos com procedências e atuações diferentes nos permite avaliar a ocorrência de marcas que apontem para similaridades nas condições de produção de discursos sobre outros sujeitos, outras racionalidades. Até que ponto, por exemplo, as narrativas emitidas via redes sociais como o *Facebook* são alternativas a um sistema infiltrado por intencionalidades políticas e econômicas como o jornalístico? Reproduzem representações e também dificultam a autonomia? Para esclarecer esses questionamentos é importante analisar a importância dada por cada um a elementos narrativos específicos.

Análise de narrativas factuais

O termo narrar pode ser definido de forma sucinta como o ato de relatar eventos de interesse humano enunciados em um suceder temporal, encaminhado a um desfecho. Para narrar, é necessário relatar processos de mudança, de alteração e sucessão inter-relacionados. Compreende também a “tessitura de elementos: acontecimento, interligações, antecedentes e consequentes” (MOTTA, 2013, p. 71). Os acontecimentos narrados têm personagens, atores, realizações – sejam eles reais ou ficcionais. O narrador vai adiante do objeto representado; apropria-se dele: narrar não é somente uma história, é uma atitude argumentativa, tem intencionalidades.

A narrativa, acrescenta Motta (2013), tem variações que dependem do objetivo do narrador. Recursos linguísticos podem ser utilizados de forma intencional e estratégica dependendo da forma de representação: se fática (com pretensão de verdade, realista, pautada na racionalidade e fidedignidade) ou fictícia (irreal, mítica e lendária, fantástica ou literária). A sustentação da narrativa envolve naturalizar o extraordinário que se “choca com a racionalidade corriqueira” (MOTTA, 2013, p. 54-55).

Motta (2013) define a narratologia como uma teoria que oferece métodos e procedimentos para a análise das narrativas humanas e

convive com outros procedimentos de interpretação, como a pragmática, antropologia, atos discursivos, história e teorias da comunicação e do jornalismo. A validade de sua proposta consiste em dois pontos: primeiro, considerar como objetivo central da narratologia as relações humanas que produzem sentidos através de “expressões narrativas” subdivididas nas categorias ficcional (contos, novelas, telenovelas e cinema) e factual (jornalismo, história, biografias, manifestações orais e outras formas de comunicação contemporâneas). O contar determina metas, objetivos, está completamente intrincado à ação social.

Assim, consideramos a compreensão de como sujeitos constroem significados, conseqüentemente suas realidades, utilizando elementos de estratégias comunicativas (organizadores dos discursos), com enunciados apresentados caracterizáveis a partir de três instâncias expressivas do discurso narrativo, que se desenvolvem superpostas: o plano de expressão: linguagem ou discurso; o plano da estória: ou conteúdo, enredo ou intriga; e o plano da metanarrativa: pano de fundo, temas, fábula e modelos de mundo (MOTTA, 2013, p. 134).

Ocultamento dos Munduruku: uma agenda governamental

A exemplo de outras etnias, para os Munduruku, o direito à terra indígena tem relação direta com a garantia à vida. Por isso, as ações realizadas por associações e lideranças do povo ao longo de três décadas estão pautadas pelo discurso que coloca como fundamental a luta pela terra e pelos rios. No entanto, nem sempre essas mensagens são reverberadas por meios de comunicação que sustentam debates públicos relacionados à questão. Não há reprodução da vida indígena fora de seus territórios sagrados, que não são propriedade de humanos, mas, sim, de seus *encantados*. Essa racionalidade entra em choque com as desigualdades do modelo desenvolvimentista do Brasil, no qual a posse de terras, por grileiros, posseiros, entre outros exploradores ilegais, drena o território de seus recursos e de suas ancestralidades – com isso, destrói a identidade e modo de vida de comunidades tradicionais, em um rastro do modelo civilizatório-colonial. Em um contexto de conquistas, por uns, da terra e da vida de outros, afirma Molina (2017), “o direito de viver é matéria incontornável de *luta*, e a sobrevivência dos povos histo-

ricamente colonizados, em si, é ato de resistência” (MOLINA, 2017, p. 9).

Esse ato de resistência Munduruku age diretamente sobre o ocultamento da presença indígena em Sawré Muybu, que, segundo Molina (2017), é encampado por órgãos do governo e provocou a necessidade do processo de autodemarcação das terras ameaçadas por hidrelétricas – não só como meio de pressionar o governo, garantir direitos ou ganhar visibilidade na esfera pública, mas de autodemarcação como autodeterminação.

Molina (2017) e Torres (2016) defendem que nessa questão concentra-se a intenção do governo federal em não reconhecer formalmente que Sawré Muybu é terra dos Munduruku. Com a publicação do Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação (RCID), o governo atestaria a ocupação tradicional e sua distribuição na terra indígena, impedindo constitucionalmente a implementação de grandes projetos na região. Mais importante ainda: confrontaria o próprio discurso de agências estatais e de outros agentes de que não há presença humana em áreas de impacto direto previstas no projeto de São Luiz do Tapajós.

Antes da suspensão do licenciamento ambiental da usina, Eletrobras, Eletronorte, Aneel, MME e Ibama afirmaram que não possuíam conhecimento aprofundado sobre comunidades diretamente afetadas, simplesmente porque não havia terras indígenas demarcadas na área prevista para instalação do empreendimento (MOLINA, 2017). Foi necessária a pressão do Ministério Público Federal (MPF) para apontar, por meio de recomendação ao Ibama, a inconstitucionalidade do empreendimento, utilizando também argumentos apresentados pelo próprio instituto federal e da Funai. O Ibama, então, arquivou, em novembro de 2016, o processo de licenciamento por conta, justamente, da iniciativa não ter análise adequada de viabilidade socioambiental e de componentes indígenas, como a obrigatoriedade das oitivas.

Atualmente, existem direitos garantidos constitucionalmente, além de procedimentos de avaliação de impactos estabelecidos para evitar desastres socioambientais, mas a lógica dos empreendimentos hidrelétricos, especificamente na Amazônia, ainda sofre com a invisibilização de povos indígenas e de comunidades tradicionais. Interesses econô-

micos e políticos exercem força para sobrepor a institucionalidade construída (ISA, 2010).

A realização de audiências prévias, na teoria, deveria garantir a discussão efetiva de empreendimentos e inclusive a possibilidade de suspender suas implementações. Contudo, grupos atingidos não têm o espaço adequado para interferir no processo (BARROS, 2011; LASCHERFSKI, 2011; MOLINA, 2017). Responsáveis por estudos ambientais não devem estabelecer contatos com comunidades diretamente afetadas para coletar informações a fim de legitimar projetos de desenvolvimento previamente definidos em outras esferas de poder. Assim, grupos, associações e outras organizações comunitárias de diversos povos indígenas têm investido em diferentes canais de comunicação para garantir que suas demandas sejam reverberadas, notadamente pela internet e redes sociais digitais, a partir de ações exclusivamente por indígenas ou com a parceria de outras organizações.

Recorremos a Demarchi (2020, p. 65-66) para acrescentar a essa discussão a perspectiva das contra-narrativas indígenas, como ação de insurgência a “estereótipos, preconceitos e ideias equivocadas presentes nas narrativas dominantes”. De acordo com esse ponto de vista, seria possível compreender “o que os indígenas pensam e falam sobre e para os brancos” a partir da mediação de uma ONG transnacional? Inicativas de apoio a indígenas e outras comunidades tradicionais são desenvolvidas a partir do levantamento de reivindicações e, de certa forma, põem em circulação saberes muitas vezes ignorados por instâncias de comunicação de grupos que concentram poder político e econômico.

O “aparecer” dos Munduruku nos vídeos do *Greenpeace* Brasil

O *Greenpeace* é uma das maiores ONGs ambientalistas do mundo, com sede em Amsterdã, na Holanda, e escritórios em 40 países, entre eles no Brasil. As ações são baseadas na defesa do meio ambiente, o que fortaleceu o seu reconhecimento. Segundo Lycarião (2010, p. 58), um dos princípios centrais da entidade é fazer dela um “instrumento poderoso da agenda do movimento ambientalista”, com estratégias de comunicação que possibilitem “sustentar debates públicos sobre causas ambientais”. Por conta de sua atuação, o *Greenpeace* transformou-se em

um agente político influente, capaz de dar visibilidade a questões levantadas em diversos países e em condições de atrair parceiros e promover mobilizações para suas campanhas.

No caso do ciberativismo, aponta Lycarião (2010), a mobilização tem, em grande parte, como objetivo a convocação para a assinatura de petições *on-line*, que fazem parte de campanhas ativas, e o direcionamento de mensagens a órgãos do Poder Executivo e grandes empresas privadas nacionais e internacionais que estejam ligadas a problemas ambientais identificados pela organização. Uma das principais plataformas de interação *on-line* do *Greenpeace* Brasil é o *Facebook*. A ONG está presente na rede social por meio de uma *fanpage - facebook.com/greenpeacebrasil*. Entre março e agosto de 2016, a organização se concentrou na campanha “Salve o coração da Amazônia”, com postagens diárias com vídeos, informações e peças publicitárias de divulgação da petição *on-line*.

As postagens com vídeos estão entre as mais comentadas, curtidas e compartilhadas do período da campanha. Em todas elas, *hiperlinks* direcionam o seguidor ao *hotsite* da petição *on-line*. Os vídeos têm duração entre 45 segundos e 3 minutos e se dividem em imagens transmitidas ao vivo por dispositivos móveis; animações; e minidocumentários – estes se destacam pela produção cinematográfica, com edição dinâmica, trilhas sonoras de filmes de ação e gravações aéreas. Neste universo, identificamos seis unidades nucleares que mostram, nos conteúdos narrados, as estratégias do produtor para representar a realidade a partir de uma visão institucional do problema na região amazônica:

a) Protestos e outras mobilizações: vídeos referentes a ações externas do *Greenpeace* Brasil direcionadas aos agentes identificados como polos de ameaça aos Munduruku, além de empresas envolvidas no fornecimento de tecnologias para hidrelétricas. Os personagens utilizados nesta unidade são apresentados de forma objetiva e identificados nas entrevistas, com legendas, em dois segmentos: coordenadores técnicos de campanha do *Greenpeace* que respaldam as ações da ONG com argumentos sobre o desenvolvimento da região; e lideranças indígenas que legitimam o discurso salvacionista da organização, elencando elementos

que constroem um ambiente de povo ameaçado e que precisa lutar para se defender.

b) Assinatura de petição: vídeos que apresentam a lógica argumentativa do *Greenpeace* Brasil sobre a questão indígena na região, com o objetivo de convencer o interlocutor a assinar a petição pública no *hotsite* da campanha. Os vídeos também contam com a presença de personagens classificados como coordenadores técnicos e lideranças indígenas identificados. Surge em parte deste núcleo um grupo de personagens indígenas anônimos, no desenvolvimento de suas atividades cotidianas na aldeia, entre eles adultos e crianças, sempre em situações que podem gerar comoção.

c) Atuação no Tapajós: vídeos que mostram a atuação na aldeia Sawré Muybu. Neste núcleo, os personagens são ativistas do *Greenpeace* Brasil identificados. Nas participações, se apresentam, ressaltam a importância do trabalho junto aos indígenas e falam sobre suas atividades diárias.

d) Cotidiano na aldeia Sawré Muybu: produções audiovisuais que destacam as atividades diárias de diferentes representantes da aldeia. Neste núcleo, o *Greenpeace* Brasil apresenta minidocumentários com três indígenas: duas mulheres e um homem. Em vídeos separados, são identificados em legendas. O cotidiano é narrado em primeira pessoa.

e) Intervenções urbanas: vídeos que mostram ações de voluntários do *Greenpeace* Brasil e parceiros em grandes cidades, sempre com temática voltada à campanha. Os personagens em geral são ativistas da ONG ou coletivos e instituições que atuam em suas áreas da arte.

Caracterização de ameaças e luta indígena como ponto central da narrativa

O enredo do conjunto de 28 vídeos mostra o crescimento da campanha em várias frentes, seja no ambiente virtual ou nas cidades. Evidencia também o processo de maturação das ações feitas em parceria entre *Greenpeace* Brasil e lideranças Munduruku, como se fossem uma série que mostra o cotidiano indígena em um dos poucos rios amazônicos que não sofreram impactos diretos de grandes projetos. A publicação que marca o início da sucessão de acontecimentos é o lançamento da campanha, em 21 de março de 2016, com vídeo que convoca a socie-

dade a se posicionar de forma contrária à construção de hidrelétricas na Amazônia e em favor da demarcação definitiva de Sawré Muybu. Mas o grande objetivo foi mostrar como os indígenas se organizavam para iniciar a “luta” – uma série de protestos mais impactantes, dentro da lógica de atuação mundial do *Greenpeace*.

O discurso central dos vídeos refere-se à caracterização dos sujeitos da campanha, das ações desenvolvidas pela ONG e solicitadas a simpatizantes, além da apresentação da linha argumentativa. Termos ligados ao verbo salvar e seus significados, como tirar ou livrar alguém de perigo ou dificuldade, são utilizados para definir o principal objetivo do *Greenpeace* e dos Munduruku. As estratégias de campanha contrárias à hidrelétrica são evidenciadas pelo uso de substantivos que indicam ações coletivas.

Com maior incidência em relação às ameaças da possível construção da usina em território Munduruku, sobressai-se o valor estilístico do adjetivo (CINTRA; CUNHA, 2008). Assim, o *Greenpeace* Brasil consegue configurar os seres e os objetos de acordo com a sua linha de análise. Nos vídeos, a expressividade dos adjetivos possibilita a visão de uma relação de causa e efeitos, prevendo um futuro devastador para a região. Essa estratégia enunciativa também é usada para ressaltar os predicados e singularidades do que a região do Tapajós e a aldeia. Entre os termos aplicados para caracterizar os atributos do “coração da Amazônia” estão, sobretudo, “frágeis”, “incríveis”, “importante”, “imensa”, “gigantescos” e “últimos” (rios livres). Já as ameaças são apresentadas com maior frequência pelos termos “alvo”, “irreparável”, “alagado”, “afogado”, “afetado”, “destruído”, “ameaçado”, “expulso”, “mortos”, “violados” e “retirados”.

A urgência de um *timing* inversamente proporcional ao do jornalismo

Além do uso de adjetivos, as postagens sobre previsão de impactos oriundos de uma possível construção de barragem e de informações referentes a pesquisas enfatizam verbos no infinitivo, que aplicam uma camada de urgência e imediatismo às questões e as colocam como demandas do tempo presente: “investigar”, “acabar”, “construir”,

“destruir”, “comprometer”, “virar”, “sumir”, “inundar”, “instalar”, “atingir”, “expor”.

A expressividade se mantém quando são utilizados verbos no presente do subjuntivo – “destrua”, “comprometa”, “afogue”, “acabe”, “vire” – e no presente do indicativo – “afoga”, “ignora”, “destroem”. Este tipo de estratégia tem sido largamente utilizado por organizações ambientalistas que atuam na divulgação de informações para a conscientização de impactos ambientais com impactos futuros, como o aquecimento global, mas que podem ser intensificados por atitudes na atualidade. Por isso, o *timing* das demandas perde seu potencial de atualidade quando o *Greenpeace* Brasil divulga informações com verbos no futuro do presente do indicativo – “afetará”, “sofrerão”, “poderão” – e no futuro do pretérito do indicativo – “traria”. Na lógica vigente do noticiário brasileiro, por exemplo, tragédias socioambientais como a invasão de terras, assassinatos de indígenas e impactos de grandes projetos não avançam além do apelo factual, sensacional. Não se questiona nesses conteúdos a necessidade de mudança de um modelo de progresso. A natureza efêmera das notícias apresenta um *timing* geralmente inversamente proporcional ao da urgência para resolução dessas demandas (TRIGUEIRO, 2003).

Narrativa jornalística sob a lógica econômica e política de fontes oficiais

O *corpus* engloba os jornais O Globo, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, que figuram entre as publicações com maior circulação e audiência na internet em âmbito nacional. Os jornais, inclusive, possuem agências de notícias responsáveis por alimentar o noticiário de veículos de comunicação instalados em todas as regiões do País. Todos têm sofrido impactos financeiros diante da redução na venda avulsa de exemplares, assinaturas e da queda do faturamento de anunciantes. O conteúdo gratuito que passou a ser oferecido na internet e a migração de audiências para as redes sociais digitais mergulharam as potências do jornalismo em crise e acentuaram a dependência de fontes de renda como a venda de anúncios para governos e grandes empresas, com destaque para multinacionais empreiteiras e mineradoras.

Para Bourdieu (1994), os poderes dos diferentes campos sociais agem sobre o campo da mídia – especificamente o jornalismo. É o campo político, por meio de suas instâncias governamentais, que mais constrange os meios de comunicação. Esta dominação é exercida de duas formas: material, expressada pela pressão econômica que um governo pode submeter a um veículo de comunicação, como verbas publicitárias, incentivos fiscais, créditos, etc.; e simbólica, na qual os agentes dominantes do campo se valem da autoridade neles investida como fonte de informação legítima, de “fontes oficiais”.

Sujeitos e terra Munduruku: caracterizações generalistas

A importância da discussão pública sobre o empreendimento de São Luiz do Tapajós não se refletiu na cobertura factual do jornal O Globo no período analisado. Consideramos, nesta etapa, três conteúdos: um editorial e dois artigos jornalísticos de colunas. No editorial intitulado “Suspensão de usina no Tapajós reforça opção nuclear”, O Globo apresenta a sua opinião matriz em relação à questão dos Munduruku e não os cita na discussão sobre o cancelamento do licenciamento da usina. O veto a São Luiz é relacionado à proteção do meio ambiente: “... vive-se o paradoxo de, em nome da proteção ao meio ambiente, a produção de energia no Brasil passar a ser crescentemente poluidora...” (SUSPENSÃO, 2016). Apesar de ter destacado a decisão do Ibama em seu principal espaço de opinião, o jornal não abriu espaço para notícias relativas à questão em outras editorias. O assunto foi tratado somente em colunas opinativas assinadas. Em uma delas, a jornalista Miriam Leitão faz crítica à política ambiental da ex-presidente Dilma Rousseff (PT), mas tratou as ameaças de maneira difusa, sem citar os Munduruku, afirmando que a petista “passou por cima de direitos dos indígenas com hidrelétricas como a de Belo Monte e as planejadas para o Tapajós” (LEITÃO, 2016).

Em outro artigo, Ilmar Franco comenta um dos relatórios do *Greenpeace* Brasil, que defende alternativas para a composição da matriz energética sem a necessidade de construção de novas hidrelétricas na Amazônia, mas ignora a presença humana na região do Tapajós onde estão localizadas aldeias como Sawré Muybu. “... a obra tem potencial de

causar o desmatamento indireto de uma área de mais de 2 mil km² de florestas” (FRANCO, 2016).

Na cobertura realizada pelo jornal Folha de S. Paulo, o componente indígena que fundamenta a inviabilidade do projeto da usina ganha sujeitos. Em três de sete textos jornalísticos de cobertura factual do jornal, os Munduruku são identificados como o povo indígena diretamente impactado e Sawré Muybu como aldeia habitada, localizada no raio de alagamento, a exemplo dos trechos a seguir: “(...) a Funai publicou (...) a aprovação dos estudos iniciais da demarcação da *terra indígena Sawré Maybú, do povo Munduruku* (...) processo que pode resultar na *homologação da área para esses indígenas*” (AMORA, 2016a, grifos nossos); e “A construção da usina no Pará alagaria a *terra indígena Sawré Muybu, onde vivem os índios mundurucus*” (AMORA, 2016b, grifo nossos).

O jornal O Estado de S. Paulo também abriu espaço para a cobertura factual da situação da hidrelétrica de São Luiz, concentrando-se nas decisões dos órgãos do governo sobre o possível andamento do empreendimento. Dos sete textos jornalísticos analisados, a maior parte não vincula a questão da terra aos Munduruku – os demais fazem descrições generalistas como área de conservação ambiental, terras indígenas, florestas protegidas, índios que vivem na região. No entanto, em quatro deles, o jornal utiliza caracterizações semelhantes às empregadas pela Folha de S. Paulo: “A usina seria construída em meio à terra indígena Sawré Maybu, *área dos índios mundurucu*” (WARTH, 2016, grifo nosso); “A preocupação dos índios é que não sejam paralisadas as ações para *demarcação da terra indígena Sawré Muybu* (...) a autarquia vinculada ao Ministério da Justiça [referência à Funai] não só reconhece a *terra indígena Sawré Maybu, área dos índios munduruku* (...) como estabelece um território de 178 mil hectares para demarcação” (MARTINS, 2016, grifos nossos); e “a Fundação Nacional do Índio (Funai) publicou no Diário Oficial da União o reconhecimento da terra indígena Sawré Maybu, *área dos índios mundurucu*” (BORGES, 2016).

Apesar de em parte dos textos jornalísticos da Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo identificarem Mundurukus e a terra indígena Sawré Muybu no contexto do projeto da usina, os indígenas ainda são apresen-

tados de forma superficial, como sujeitos que fazem parte de um coletivo passivo diante das ações dos órgãos do governo e demais movimentações relacionadas ao licenciamento da obra. As demandas deles são mostradas a partir de interlocutores, como representantes dos Ministério Público Federal, Funai e ONGs, especialmente o *Greenpeace* Brasil, utilizados como fontes em textos publicados pelos jornais. A luta de pelo menos 30 anos dos Munduruku contra projetos hidrelétricos na região é citada em pequenos trechos, sem a contextualização que a problemática exige, referentes a ações mais recentes: “Nos últimos quatro anos, houve forte mobilização dos índios mundurucus contra o avanço da usina” (BORGES, 2016b); “(...) Esses índios estão desde o início do processo lutando contra o projeto” (AMORA, 2016b); “Em Itaituba, os índios da etnia munduruku deram início nesta semana a uma série de atividades pela defesa de seu território e pela proteção do rio Tapajós” (MARTINS, 2016).

Ao longo de todo o conjunto de textos jornalísticos analisados, somente em uma reportagem um representante do povo Munduruku teve espaço para se posicionar, no Estado de S. Paulo, sobre o relatório da Funai que reconhece a existência de Sawré Muybu e também fundamentou a decisão de cancelamento da licença de São Luiz do Tapajós. “Para Jairo Saw Mundurucu, líder da etnia no Tapajós, o relatório é uma ‘conquista histórica’. ‘Estamos fortalecidos’” (BORGES, 2016c). Por outro lado, outras fontes especializadas foram acionadas pelos jornais para falar sobre impactos diretos sobre os indígenas, a exemplo de integrantes da Campanha de Amazônia do *Greenpeace* Brasil, representantes e experts do Instituto Socioambiental (ISA) e International Rivers, fontes oficiais de Ibama e Funai e fontes documentais, como relatórios das ONGs *Greenpeace* e WWF e da Organização das Nações Unidas (ONU).

Centralidade econômica em detrimento aos direitos humanos

Dos 17 textos jornalísticos analisados, 11 estavam alocados na editoria de economia dos jornais. Outros cinco, sinalizados com a retranca de política e somente um listado como assunto relacionado à sustentabilidade. Apesar da divisão setorial, os conteúdos mostram a

centralidade da dimensão econômica na discussão sobre a implementação do projeto hidrelétrico, em detrimento às dimensões ambientais e de direitos humanos do desenvolvimento. Representantes de ministérios, secretarias, autarquias e demais órgãos governamentais ligados à produção de energia no Brasil tiveram prevalência nas coberturas analisadas. As principais referências utilizadas pelos jornais foram o ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho; o secretário-executivo de Minas e Energia; Paulo Pedrosa; o presidente da Empresa de Pesquisa Energética (vinculada aos ministérios de Minas e Energia e Economia), Luiz Barroso; e as presidentes que passaram pelo Ibama no período, Marilene Ramos e Suely Araújo, e o presidente da Funai, João Pedro Gonçalves Costa. Também foram acionados com maior frequência representantes e documentações da Eletrobras, Eletronuclear, Ministério do Meio Ambiente, AGU e TCU.

A concentração de fontes do campo da economia reflete nos conteúdos apresentados pelos jornais, direcionados para mostrar os desdobramentos de decisões sobre São Luiz, mas com perspectivas ligadas ao abastecimento de energia elétrica, a mudança dos custos de produção e gastos para ampliação das unidades termelétricas no País. As demandas dos Munduruku aparecem como entraves ao desenvolvimento e necessidades: “Terra indígena inviabiliza usina” (BORGES, 2016c). A pressão sobre os órgãos governamentais chegou até aos editoriais dos jornais. Após o Ibama ter vetado a licença ambiental para a obra, O Globo se pronunciou cobrando providências. “É preciso definir como serão produzidos os 8 mil megawatts previstos para essa hidrelétrica no Tapajós. Farão muita falta (...)” (SUSPENSÃO, 2016). A Folha opinou sobre o assunto na mesma linha: “Não se trata de pequena quantidade de energia (...) A usina no Tapajós era, por isso, a mais importante no planejamento da Empresa de Pesquisa Energética para as próximas décadas” (REVERSÃO, 2016).

Considerações finais: questões sobre visibilidade e autonomia

As diferentes abordagens apresentadas pelo *Greenpeace* Brasil e por Estado de S.Paulo, Folha de S. Paulo e O Globo são importantes para enriquecer as discussões públicas sobre a exploração de recursos

Amazônia. No entanto, as narrativas apresentam marcas que evidenciam intencionalidades de grandes grupos para evidenciar suas posições sobre a questão dos Munduruku e do aproveitamento hidrelétrico no País e que ainda incorrem em formas de representação equivocadas e imagens midiáticas correntes sobre a região (SOUSA, M.; EIRÓ, J.; CHAGAS JUNIOR, E., 2020).

No caso do *Greenpeace* Brasil, os vídeos dão visibilidade às principais demandas dos indígenas, sobretudo a luta pela terra e o registro in loco do modo de vida em Sawré Muybu, mas os fatos são encadeados no roteiro da campanha, que também se destina à reprodução dos interesses da ONG. Ao se colocar como motor de salvação dos Munduruku, o *Greenpeace* também invisibiliza o trabalho de décadas realizado por associações e outras organizações oriundas da própria etnia contra a instalação de grandes projetos na região. Precisamos refletir até que ponto esses conteúdos podem ser considerados contra-narrativas indígenas (DEMARCHI, 2020) diante da modulação organizacional do *Greenpeace*.

A possibilidade de estar presente em Sawré Muybu e o auxílio de tecnologias de produção audiovisual atreladas à roteirização de vídeos semelhante à documentação jornalística permite ao *Greenpeace* Brasil, contudo, apresentar os Munduruku, sua relação com a terra, com maior potência política e elementos informativos para alimentar a discussão sobre direitos humanos – diferentemente dos textos jornalísticos produzidos pelos três jornais, que narram os episódios relacionados à liberação ou não do licenciamento a partir dos filtros econômicos e políticos, direcionados por informações oferecidas por fontes oficiais.

As narrativas dos textos jornalísticos, inclusive, reforçam o afastamento de repórteres e outros produtores de conteúdos do contato com indígenas ou organizações representativas e da importância do registro presencial de demandas de comunidades ameaçadas por grandes projetos. A centralidade do debate econômico e político levantado pela imprensa privilegia agentes dominantes e seus discursos em detrimento de uma discussão equilibrada, com equidade de espaços para os sujeitos envolvidos na questão.

Consideramos que, neste contexto, tanto a ONG quanto os jornais deveriam oferecer espaços para que os próprios Munduruku se pronunciassem sobre suas visões acerca da pressão ao território, sem a tutela de organizações dos “brancos”, tensionando a agenda de ocultamento da presença dos Munduruku em Sawré Muybu, reforçando sua autonomia como povo e produzindo conteúdos que combatam a propagação de desinformação (ROCHA, 2020) sobre problemas amazônicos.

Referências bibliográficas

AMORA, Dimmi. *Ibama suspende licenciamento da usina de São Luiz do Tapajós*. Folha.uol.com.br, 2016a. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/04/1763241-ibama-suspende-licenciamento-da-usina-de-sao-luiz-do-tapajos.shtml>>. Acesso em: 26 nov. 2020.

AMORA, Dimmi. *Ibama vai negar licença de hidrelétrica do rio Tapajós, no Pará*. Folha.uol.com.br, 2016b. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/08/1798251-ibama-vai-negar-licenca-de-hidreletrica-do-rio-tapajos-no-para.shtml>>. Acesso em: 26 nov. 2020.

BARROS, Thiago; RAVENA, Nirvia. Representações sociais nas audiências públicas de Belo Monte: do palco ao recorte midiático. In: *ENCONTRO DA COMPOLÍTICA*, Rio de Janeiro, 2011.

BARROS, Thiago Almeida. *Sentidos da matriz energética brasileira na mídia: projetos hidrelétricos na Amazônia de FHC a Lula (2001-2002 e 2008-2009)*. 2011. 132 f. : Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, UFPA, Belém, 2011.

BORGES, André. *Hidrelétrica no Tapajós tem licenciamento suspenso pelo Ibama*. Estadao.com.br, 2016a. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,ibama-suspende-licenciamento-de-hidreletrica-no-rio-tapajos,10000027418>>. Acesso em: 30 nov. 2020.

BORGES, André. *Ibama rejeita recurso da Eletrobrás e mantém arquivamento de usina no Tapajós*. Estadao.com.br, 2016b. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,ibama-rejeita-recurso-da-elektrobras-e-mantem-arquivamento-de-usina-no-tapajos,10000078783>>. Acesso em: 30 nov. 2020.

BORGES, André. *Terra indígena inviabiliza usina*. Estadao.com.br, 2016c. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,terra-indigena-inviabiliza-usina,10000027123>>. Acesso em: 30 nov. 2020.

BOURDIEU, P. L'emprise du journalisme. *Actes de La Recherches en Sciences Sociales*, Paris, Seuil, n. 101-102, p. 3-9, mar. 1994.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. (5ª Ed). Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

DEMARCHI, A. Contra-narrativas indígenas: vulnerabilidades e resistên-

cias. In: MIRANDA, C. et al. (Org.). *Vulnerabilidades, narrativas e identidades*. Belo Horizonte: Fafich/Selo PPGCOM/UFMG, 2020. p. 65-90.

FRANCO, Ilmar. *A produção de energia e a preservação ambiental*. Blogs.oglobo.globo.com, 2016. Disponível em: <<https://blogs.oglobo.globo.com/panorama-politico/post/producao-de-energia-e-preservacao-ambiental.html>>. Acesso em: 25 nov. 2020.

ISA – Instituto Socioambiental. MMA libera Belo Monte sem conhecer os impactos da obra. *Notícias socioambientais*, 2 fev. 2010. Disponível em: <<http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3029>>. Acesso em: 10 out. 2010.

LASCHEFSKI, Klemens. Licenciamento e equidade ambiental. As racionalidades distintas de apropriação do ambiente por grupos subalternos. In: ZHOURI, Andréa. (Org.). *As tensões do lugar: Hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, pp. 22-60.

LEITÃO, Miriam. *Rede perdeu a chance de ser a terceira via*. Blogs.oglobo.globo.com, 2016. Disponível em: <<https://blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/post/rede-perdeu-chance-de-ser-terceira.html>>. Acesso em: 25 nov. 2020.

LYCARIÃO, Diógenes. *Greenpeace, espetáculo e internet: o inter cruzamento entre diferentes modos de comunicação para se sustentar debates na esfera pública*. 2010. 150 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da UFMG, Belo Horizonte, 2010.

MARTINS, Luísa. *Projetos podem suprimir 7,8 milhões “Maracanãs” da Amazônia*. Estadão.com.br, 2016. Disponível em: <<https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,projetos-de-infraestrutura-podem-suprimir-7-8-milhoes-maracanas-da-amazonia,1000057379>>. Acesso em: 30 nov. 2020.

MOLINA, Luísa Pontes. *Terra, luta, vida: autodemarcações indígenas e afirmação da diferença*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 2017.

MOTTA, Luiz Gonzaga. *Análise Crítica da Narrativa*. Brasília: Editora

Universidade de Brasília, 2013.

REVERSÃO no Tapajós. *Folha.uol.com.br*, 2016. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2016/08/1800528-reversao-no-tapajos.shtml>>. Acesso em: 26 nov. 2020.

ROCHA, L. As narrativas sobre as queimadas na Amazônia a partir do conceito de desinformação. In: MIRANDA, C. et al. (Org.). *Vulnerabilidades, narrativas e identidades*. Belo Horizonte: Fafich/Selo PPGCOM/UFMG, 2020. p. 193-212.

SOUSA, M.; EIRÓ, J.; CHAGAS JUNIOR, E. A vulnerabilidade da circulação de conteúdos na internet: imagens que incendeiam as redes e as queimadas na Amazônia. In: MIRANDA, C. et al. (Org.). *Vulnerabilidades, narrativas e identidades*. Belo Horizonte: Fafich/Selo PPGCOM/UFMG, 2020. p. 193-212.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

SUSPENSÃO de usina no Tapajós reforça opção nuclear. *Oglobo.globo.com*, 2016. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/opiniaio/suspensao-de-usina-no-tapajos-reforca-opcao-nuclear-19911555>>. Acesso em: 25 nov. 2020.

TORRES, Maurício. Um rio de muita gente. In: ALARCON, Daniela; MILIKAN, Brent; TORRES, Mauricio (org.) *Ocekadí: hidrelétricas, conflitos ambientais e resistência na bacia do Tapajós*. Brasília, DF : International Rivers Brasil; Santarém, PA : Programa de Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal do Oeste do Pará, 2016.

TRIGUEIRO, A. Meio ambiente na idade mídia. In: TRIGUEIRO, A. (Org.). *Meio Ambiente no Século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento* 2. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2003, p. 75-89.

WARTH, Anne. *Ibama nega licença ambiental para usina hidrelétrica de Tapajós*. *Estadão.com.br*, 2016. Disponível em: <<https://economia.estadão.com.br/noticias/geral,ibama-nega-licenca-ambiental-para-usina-hidreletrica-de-tapajos,10000067010>>. Acesso em: 30 nov. 2020.

CAPÍTULO 4

O Cotidiano da População Amazônica nas Produções da Rádio Nacional da Amazônia

CLAUDIO CHAVES PAIXÃO

AMANDA MAURÍCIO PEREIRA LEITE

*“O rádio é o jornal de quem não sabe ler,
é o mestre de quem não pode ir à escola,
é o divertimento gratuito do pobre”.*

(Edgard Roquette-Pinto, “pai do rádio” no Brasil)

A vivência de um pesquisador pode refletir diretamente na escolha de seu objeto de pesquisa. Um menino do interior, que cresceu ouvindo rádio, mais especificamente a Rádio Nacional da Amazônia, levou para a vida acadêmica o desejo de conhecer com mais profundidade a emissora que marcou sua vida e suas escolhas profissionais. Aqui apresentamos um extrato da pesquisa intitulada *Radionovelas: o cotidiano da população amazônica nas produções da Rádio Nacional da Amazônia*, realizada no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade da Universidade Federal do Tocantins (UFT) no ano de 2019.

Trata-se de um relato de experiência em que a figura do pesquisador narra em tom ensaístico o recorte temático e os desdobramentos da pesquisa no contexto amazônico e em sua própria formação. De ouvinte à pesquisador, articulamos a trajetória do pesquisador e a construção da pesquisa. Este movimento parte dos Estudos Culturais como via possível metodológica de pesquisa e permite aproximar as produções da Rádio Nacional da Amazônia dos interesses deste jovem pesquisador. Desde muito cedo as produções da rádio despertaram o desejo por conhecer a programação da emissora instalada em Brasília, Distrito Federal.

Quando criança este menino assistia as tias paternas sentadas em volta de uma mesa, ouvindo a Rádio Nacional da Amazônia, com canetas coloridas e um caderno nas mãos para anotar receitas, poesias que falavam de amor, saudade, coisas do coração e, ainda, para responder aos amigos por correspondência. Em meados de 1990 este menino tornou-se efetivamente ouvinte da Rádio Nacional da Amazônia (RNA), através do programa infantil *Encontro com Tia Leninha*. Depois, passou a acompanhar toda a grade de programação da emissora, sempre com uma atenção especial para as produções de radioteatro.

Sem dúvida a criação do Rádio foi (e é) um importante recurso para encurtar distâncias entre as pessoas e alimentar a imaginação de muitas comunidades, assim como fez com o menino Cláudio, no interior do estado do Maranhão e o levou a cursar Comunicação Social – Jornalismo, na Universidade Federal do Tocantins. Claudio guarda memórias de sua mãe indo lavar roupas com o rádio por perto, isso para não perder os capítulos das radionovelas e as lembranças dos programas que ouviam juntos, elementos que corroboraram com a construção desta pesquisa.

O Rádio influenciou (e ainda influencia) o cotidiano de muitas casas. Este mesmo rádio, conforme os Estudos Culturais, também é influenciado pelas comunidades, num caminho de mão dupla. É exatamente a troca entre o rádio e as comunidades locais que possibilitaram a esta pesquisa identificar o modo como as narrativas midiáticas se constituem como “formas culturais” que demarcam a “arena simbólica da sociedade” e, consegue representar o cotidiano da Amazônia ao colocar elementos que fazem com que ouvintes consigam algum tipo de identificação com o que está sendo colocado no ar, como afirma Schudson (1995, p.27).

Procuramos entender como o rádio e suas produções são permeados por elementos culturais que buscam tecer diálogos com o cotidiano dos ouvintes. Na prática, o caminho desta pesquisa começou em 2007, quando Cláudio passou a gravar programas da emissora, especialmente as radionovelas, foco deste trabalho. Este gênero ganhou características híbridas na Rádio Nacional da Amazônia ao articular ficção e realidade com o intuito de levar informações conexas ao contexto em que a população, especialmente das regiões Norte e Nordeste está inserida.

Com base nas gravações do acervo pessoal, somados ao acervo da emissora e à pesquisa de documentos (gravações de época e jornais) – foi possível delimitar o escopo da pesquisa e alcançar os objetivos que consistiam em estudar o cotidiano da população amazônica nas representações das radionovelas produzidas pela emissora. Para problematizar estas questões e explorar este contexto consideramos autores como (KELLNER, 2001), que assinala, por exemplo, que os estudos culturais delineiam o modo como as produções culturais forjam fenômenos sociais; e Sevilles (2007), que explora momentos marcantes da trajetória da Rádio Nacional da Amazônia na construção de um pensamento contemporâneo sobre o rádio.

A RNA marcou gerações com suas produções, especialmente por ter apostado no gênero radioteatro quando vinha sendo abandonado pelas grandes emissoras. Portanto, nossa pesquisa parte de um universo singular – a trajetória de um pesquisador – ampliando a reflexão para que novos pesquisadores possam se interessar pelo tema e alongar o debate sobre o rádio na atualidade, sobretudo, no estudo sobre radionovelas e radioteatro no Brasil.

Estudos Culturais como via da pesquisa

A cultura está acima da diferença da condição social.

(Confúcio)

Stuart Hall nos ajuda a perceber como a cultura tem produzido novas subjetividades e novas formas de ser, estar e entender o mundo, por meio das articulações entre cultura, discurso e produção subjetiva, sendo a cultura entendida como prática de significação e o mundo social concebido como construído discursivamente (MORAES, 2019, p. 167). A autora aponta que embora as pesquisas que seguem a propostas dos Estudos Culturais tenham diferentes perspectivas de problematização, ambas possuem pontos em comum:

[...] unem-se por uma abordagem cuja ênfase recai sobre a importância de se analisar o conjunto da produção cultural e de práticas de uma sociedade que carregam e produzem significados, para entender

os padrões de comportamento e o conjunto de ideias compartilhadas por homens e mulheres que nela vivem (MORAES, 2019, p. 178).

Podemos considerar que os discursos, como os propagados pelas ondas da Rádio Nacional da Amazônia, foco desta pesquisa, podem ser propagados para produzir um tipo de interpretação da vida cotidiana de modo que o ouvinte possa se reconhecer no que está sendo veiculado. O sujeito pode perceber que as realidades tratadas no rádio (e/ou nas radionovelas) têm relação direta com seu próprio contexto. Trata-se de algo que o transforma o sujeito e seu modo de vida. Nesse sentido,

[...] a ação social é significativa tanto para aqueles que a praticam quanto para os que a observam: não em si mesma mas em razão dos muitos e variados sistemas de significado que os seres humanos utilizam para definir o que significam as coisas e para codificar, organizar e regular sua conduta uns em relação aos outros (HALL, 1997, p. 16).

Os Estudos Culturais também “configuram os espaços alternativos de atuação para fazer frente às tradições elitistas que persistem exaltando uma distinção hierárquica entre alta cultura e cultura de massa, entre cultura burguesa e cultura operária, entre cultura erudita e cultura popular” (COSTA; SILVEIRA; SOMMER, 2003, p. 37). Em se tratando do contexto amazônico, visualizamos estas diferenças ao imergir nas questões próprias da região, mais precisamente ao identificar a presença de comunidades tradicionais, as desigualdades regionais, o “exotismo” com que a Amazônia é tratada etc. E é nesse sentido que tomamos os Estudos Culturais como uma via metodológica de pesquisa, para além de uma área conceitual.

Com um viés metodológico interdisciplinar, os Estudos Culturais buscam compreender, nas sociedades industriais contemporâneas e em suas inter-relações de poder, a atuação da cultura nas mais diversas áreas temáticas: gênero, feminismo, identidades nacionais e culturais, políticas de identidade, pós-colonialismo, cultura popular, discurso, textos e textualidades, meios de comunicação de massa, pós-modernidade, multiculturalismo e globalização, entre outros. (MORESCO; RIBEIRO, p. 171).

Temos muitos elementos que nos levam a compreender os meios de comunicação como um campo de cruzamento fértil, gerador de fluxos que põe em interação as instâncias produtoras e receptoras de informações. Assim comunicação é vista como uma mediadora social, pois, está integrada às demais práticas sociais da vida diária, fazendo com que a população tenha contato com diferentes artefatos culturais (rádio, TV, internet, etc.). Os Estudos Culturais auxiliam a melhor compreender os aspectos identitários e culturais de alguns grupos. Neste sentido, os conteúdos produzidos podem revelar aspectos da realidade da população, da cultura e até do que é consumido via rádio.

Em outras palavras, a cultura é identificada como manifestação heterogênea e diferenciada, que não significa simplesmente sabedoria recebida ou experiência passiva, mas, um grande número de intervenções ativas. É uma visão que representa uma mudança paradigmática na forma de compreender o consumidor da mensagem. Este deixa de ser visto como um ser passivo, para ser um ator social (influenciado pelas mídias), inserido em um ambiente cultural que mantém uma relação bilateral com ele (CARNIELLO; SANTOS, 2011).

Os Estudos Culturais apresentam uma visão mais ampla da sociedade e do papel dos meios de comunicação de massa. Consideram que existe intencionalidades de dominação por parte da Indústria Cultural, no entanto, defende que existe muitos elementos intervenientes que fazem com que essas intencionalidades se realizem ou não, em parte ou integralmente. As mediações sociais são vistas como parte das decisões dos processos comunicacionais em que o público tem papel ativo. Douglas Kellner (2001) afirma que:

[...] há uma cultura veiculada pela mídia cujas imagens, sons e espetáculos ajudam a urdir o tecido da vida cotidiana, dominando o tempo de lazer, modelando opiniões políticas e comportamentos sociais, e fornecendo o material com que as pessoas forjam sua identidade. O rádio, a televisão, o cinema e os outros produtos da indústria cultural fornecem os modelos daquilo que significa ser homem ou mulher, bem-sucedido ou fracassado, poderoso ou impotente [...] (KELLNER, 2001, p. 9).

As mídias fornecem elementos que ajudam a construir uma cultura comum para os indivíduos tendo como referência uma realidade preexistente. Ao pensarmos nas produções radiofônicas direcionadas a uma região específica do país, como é o caso da Rádio Nacional da Amazônia, em especial, as radionovelas, na perspectiva dos Estudos Culturais, por mais que elas procurem “passar uma mensagem” de acordo com uma dada perspectiva, a realidade social dos ouvintes e a participação deles na programação da emissora, são determinantes na produção/recepção de conteúdo, um meio de estabelecer relação direta com o contexto local.

Os Estudos Culturais surgem como espaços de pesquisa e de atuação para fazer frente às tradições elitistas que distinguia hierarquicamente alta cultura e cultura de massa, cultura burguesa e cultura operária, cultura erudita e cultura popular. Como uma possibilidade de pensamento menos dualista os EC nos permitem olhar para populações vulneráveis que estão inseridas no contexto amazônico e dialogar a partir de suas próprias produções e expressões culturais.

Um movimento anterior a este texto também discutiu sobre a população amazônica e coaduna com nossa reflexão, o livro *Vulnerabilidades, Narrativas e Identidades* (2020). Na obra, encontramos elementos que muito lembram os propósitos das discussões permeadas pelos Estudos Culturais e nas palavras de Costa (2020, p. 12) “entre polifonia e dialogismo, entre pluralidade e múltiplo, como um desafio contra aqueles ou aquelas que ainda desumanizam, fazem de bode expiatório ou diferenciam com base em preconceitos, alguns segmentos da população” podem ser pensados.

Sobre a condição de um sujeito vulnerável, Leal (2020) destaca que: Se a condição de vulnerável advém das dinâmicas histórico-sociais de poder, ela expõe, então, os modos (e contradições) como valores circulam, se fixam e se transformam ao longo do tempo. Como alertam autores tão distintos como MacKenzie, Rogers e Dodds (2014), Ricoeur (2009), Esposito (2009) e Butler (2014), a vulnerabilidade emerge então como um problema político à medida que é fortemente vinculado a uma questão ética (LEAL, 2020, p. 36).

Se a vulnerabilidade é também decorrente do problema político consideramos em nossa pesquisa que as radionovelas da Rádio Nacional

da Amazônia se configuram como um meio de circulação de valores e, para além disso, elas surgem dentro de um processo histórico – a emissora nasceu em 1977, dentro dos propósitos da ditadura militar com a finalidade de integrar a população da esquecida região amazônica com o restante do país – como um meio de imposição de “Brasil oficial” sobre o restante do país.

Sabemos que as produções de radioteatro desempenharam um importante papel educativo, comunicativo e informacional em relação à população amazônica, público-alvo da Rádio Nacional da Amazônia. As pessoas retratadas na dramaturgia radiofônica, em grande parte, viviam em situações de vulnerabilidade. Os Estudos Culturais nos possibilitam olhar para este contexto e perceber a possibilidade de trocas entre os ouvintes, suas demandas e conflitos e a emissora, com suas radionovelas temáticas.

Uma discussão que se aproxima deste modo de pensar aparece no capítulo intitulado “*Fotografia política, política fotográfica: a obra de Nair Benedicto*” (LEITE, 2020), disposto no livro *Vulnerabilidades, Narrativas e Identidades*. Nele a autora apresenta o contexto da produção fotográfica brasileira de Nair Benedicto e os temas que protagonizam problemas relacionados às mulheres, ao movimento de pessoas sem terra; aos trabalhadores; às comunidades populares dos grandes centros urbanos, entre outros. Pessoas em contexto de vulnerabilidade seja relacionado a questões políticas, econômicas e/ou socioculturais. Ao aproximar esta reflexão deste artigo consideramos as radionovelas igualmente como lugar de representação, produção de narrativas e memórias – espaço para fazer ecoar a voz de inúmeros sujeitos.

A Rádio Nacional da Amazônia e as produções de radioteatro

*Liguei o rádio. Além
dos pensamentos,
queria outros ruídos no
cérebro. Mais
profanos, menos
confusos.*

(Caio Fernando Abreu)

Como temos afirmado em nossa pesquisa, a participação dos ouvintes transformou a Rádio Nacional da Amazônia em um importante canal de expressão para as comunidades das regiões Norte e Nordeste do Brasil. Para atender diferentes públicos, programas em diversos formatos ganharam espaço na grade da programação. Destaque para as radionovelas que, desde os primeiros anos, começaram a ser veiculadas, conforme destacou a primeira superintendente da emissora, Rita Furtado, em entrevista concedida ao jornalista Sérgio Mello, no programa *Papo News*, da *TV Record News*, de Rondônia, em 2009.

Existia um escritor de novelas na Rádio Nacional [do Rio de Janeiro], chamado Amaral Gurgel, ele fez duas [radionovelas], que foi sucesso absoluto, as pessoas escreviam, choravam, queriam fotografia. Foi Poronga, Terçado e Coragem [que retratava a saga dos seringueiros que foram tão importantes para o processo de desenvolvimento da região Norte e sobre a forma truculenta com que alguns patrões os tratavam] e depois ele fez uma outra chamado Heróis Anônimos, que era voltada para Rondônia, sobre as pessoas que vieram do Sul¹.

Desde o início a emissora teve a preocupação em abordar produções com temas relacionados à população amazônica, isto foi essencial para alcançar sucesso entre o público. A partir das experiências com as radionovelas produzidas pela *Rádio Nacional* do Rio de Janeiro, o interesse dos ouvintes da região amazônica aumentou. Aproveitando o sucesso deste filão, ao assumir a produção do programa *Mundo Mulher*, no final de 1978, Luiza Inês Vilela decidiu criar um quadro de radioteatro em seu programa. Ela comentou em um depoimento dado para uma programação especial em comemoração aos 10 anos da Rádio Nacional da Amazônia:

eu assumi a produção do Mundo Mulher, foi aí que nós criamos um quadro chamado Laurita e Ducarmo, eu era a Laurita – foi a minha estreia como locutora – e a Nívia Maria era a Ducarmo. Então, eram

1. Entrevista concedida por Rita Furtado ao jornalista Sérgio Mello, em 2009, e transcrita para esta pesquisa [Acervo do Pesquisador]. As gravações das radionovelas *Poronga*, *Terçado e Coragem* e da radionovela *Heróis Anônimos* foram localizadas na Gerência de Acervo TV e Rádio da EBC, no Rio de Janeiro, mas não foi possível acessá-las por se encontrarem gravadas em fita rolo.

assim pequenas histórias que eu escrevia e que procuravam ensinar alguma coisa sobre a saúde, sobre higiene, né, as coisas do dia a dia, depois a Nívia saiu da história e entrou a prima da Ducarmo, a Socorro, que foi feita por Artemisa Azevedo, foi também a estreia da Artemisa na locução. A Laurita era sabichona, que dava os conselhos, que sabia de tudo e tal, e a Socorro era a que estava por fora, sempre por fora. Mas as duas se davam muito bem².

Por meio das histórias quase sempre ligadas ao ambiente doméstico, as personagens conseguiam transmitir as informações e lições de saúde, higiene pessoal, entre outros assuntos do dia a dia, conforme afirma Luiza Inês “*era divertido gravar, porque a gente tinha que inventar mil situações, aliás, às vezes, a gente se apertava um bocado, porque todo dia inventar uma historinha, transformar uma queimadura, um vermezinho em uma história não era fácil*”³.

Outro programa que surgiu em 1978 e abriu espaço para o radioteatro foi o *Rádio Postal*. Sob o comando do radialista Cristiano Menezes o programa exibia notícias, curiosidades e muita música ao vivo. Inspirado pela participação dos ouvintes que, além de fazerem os seus pedidos musicais, contavam causos, Cristiano Menezes criou o quadro *Concurso Conte o Seu Conto*, onde as histórias eram transformadas em peças de radioteatro. Nas narrativas, apareciam causos e histórias que permeavam a imaginação dos ouvintes e abordavam temáticas do cotidiano da Amazônia: caçadas, histórias de assombração, situações cômicas, fatos pitorescos e inacreditáveis, entre outros. Um dos radiatores que participava das gravações era Décio Caldeira, que a partir de 1979, com o fim do programa *Rádio Postal*, resolveu dar continuidade ao trabalho no programa *Clube do Ouvinte*, do qual era produtor.

2. Depoimento da jornalista Luiza Inês durante participação na programação especial em comemoração dos 10 anos da Rádio Nacional da Amazônia”, 1º de set. de 1987 [Acervo do Pesquisador]. Essa mesma gravação foi a única do quadro encontrada na Gerência de Acervo TV e Rádio da EBC, em Brasília.

3. Depoimento da jornalista Luiza Inês durante participação na programação especial em comemoração aos 10 anos da Rádio Nacional da Amazônia”, 1º de set. de 1987 [Acervo do Pesquisador]. Essa mesma gravação foi a única do quadro encontrada na Gerência de Acervo TV e Rádio da EBC, em Brasília.

Os produtores, locutores, entre outros profissionais interpretavam as personagens e davam vida às histórias enviadas pelos ouvintes, adaptadas por Décio Caldeira. Foram mais de 80 produções apresentadas, a princípio no programa *Clube do Ouvinte* e, posteriormente, em outros programas. Os ouvintes transformavam a rádio em micro espaço comunicativo, de resistência, de expressão – como reforçam os estudos culturais - deslocando a ordem posta entre aquele pode ou não escrever histórias para serem transformadas em peças de radioteatro. Vale lembrar que “os estudos culturais delineiam o modo como as produções culturais articulam ideologias, valores e representações de sexo, raça e classe na sociedade, e o modo como estes fenômenos se inter-relacionam” (KELLNER, 2001, p.39).

Nas narrativas aparecem fatos curiosos e divertidos que fazem parte do imaginário dos ouvintes da Amazônia. Muitos dos contos apresentam, por exemplo, histórias de caçadas, momentos da vida vivida nos seringais, falam de fantasmas ou sobre comportamento em geral. As primeiras produções aconteceram em outubro de 1979, quando Décio Caldeira escreveu muitas histórias, até abril 1980, quando o produtor deixou a Rádio Nacional da Amazônia para adentrar o Brasil com a peça *Gota D'água*⁴, de Paulo Pontes e Chico Buarque.

Anos mais tarde, os contos de Décio Caldeira serviram de inspiração para a criação de outros quadros na programação da Rádio Nacional da Amazônia, como o *Histórias Que o Povo Conta*, que apresentava histórias, causos e piadas enviadas pelos ouvintes e adaptadas por Artemisa Azevedo para o programa *Show da Tarde*, no formato de radioteatro. Eram histórias cômicas e trágicas que envolviam fatos do cotidiano amazônico.

4. “GOTA DÁGUA” está de volta. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 20 de jun. 1980. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_10&pasta=ano%20198&pesq=Gota%20d%27%C3%A1gua>. Acesso em: 12 de out. 2018.

Radionovelas na Rádio Nacional da Amazônia

*Os sonhos, os desejos, as ilusões, enfim, a vida de cada um transportada para o rádio, confundindo realidade com fantasia*⁵.

Passada a fase de reprodução das radionovelas da Rádio Nacional do Rio de Janeiro, e paralelo aos quadros de radioteatro, surgiram as produções seriadas executadas pela Rádio Nacional da Amazônia, sendo a primeira delas a *História do Dito Gaioleiro*, com 20 capítulos, levada ao ar em janeiro de 1980. Por mais que a produção de radioteatro fosse uma marca na programação da Rádio Nacional da Amazônia, quando surgiu a primeira radionovela as condições técnicas de produções ainda eram limitadas.

Para gravação da *História do Dito Gaioleiro* (1980), adaptada do livro *O Fazedor de Gaiolas*, de Jannart Moutinho Ribeiro, oito radioatores, na verdade locutores, produtores entre outros profissionais da emissora, se revezaram em dois microfones, numa pequena sala utilizada por todos os programas da emissora para interpretar as personagens. “Para execução do trabalho, ocorria de até 10 pessoas ficarem no estúdio ao redor de uma mesa” (BATISTA, 2006, p.32).

Levada ao ar no programa *Encontro com Tia Leninha*, em 1979, com a apresentação de Heleninha Bortone, a *História do Dito Gaioleiro* narra as aventuras de três crianças de aproximadamente nove anos, Dito, Belinha e Antonico. Dito Gaioleiro e Belinha moravam no campo e o menino era craque em fazer gaiolas e armar arapucas para pegar passarinhos. Antonico morava na cidade e, naquele ano, foi para a casa dos primos passar as férias. Os três se envolvem em uma grande aventura ao entrar na mata e encontrar o Nêgo Véio, temido pela fama de feiticeiro.

Cheio de truques Nêgo Véio leva as crianças para um mundo encantado fazendo com que elas entendam a importância da vida dos animais. A amizade com o Véio foi selada para o resto da vida. Daquele dia em

5. Transcrição de trecho da abertura de *O Teatro em Casa: a história do maior fenômeno de audiência do rádio brasileiro*, série de 10 programas, transmitida pela Rádio MEC, em 1978, com produção de Mônica Ramos, que abordou histórias e personagens do radioteatro e das radionovelas brasileiras.

diante, nada seria igual para as crianças que, na realidade, tornaram defensoras dos pássaros. Além do enredo, as trilhas musicais e os efeitos sonoros (cantos autênticos de pássaros e sons da floresta) embelezam a história, que foi sonorizada por Antônio José Pereira de Souza, o Tio Toninho, sonoplasta dos programas de Tia Leninha.

Em uma carta enviada ao programa *Encontro com Tia Leninha*, em fevereiro de 1981, a ouvinte Ágda Nicolau Tolentino, de Ivaté, Paraná, não poupou adjetivos para descrever a produção. Comentou as lições que conseguiu aprender com a primeira produção feita por Tia Leninha. Essa acabou sendo uma das marcas das produções de Heleninha, repassar por meio das histórias, aprendizagens sobre temas como cidadania, educação e motivação para situações cotidianas.

“Minha opinião sobre a novela do “Dito Gaioleiro”. Tia, sabe o que eu achei dela? Achei maravilhosa, importantíssima, fabulosa, fantástica, etc... Pois você abordou um assunto muito importante. Você mostrou através dela que devemos conservar a (ECOLOGIA), que devemos preservar a (NATUREZA), que devemos amar mais a Natureza, não destruí-la. Você mostrou aos jovens, crianças e adultos que é um crime destruir essa Natureza tão bela, esta natureza que a humanidade parese [sic] que se esqueceu que ela ainda existe, que ela está entre os homens; mas que, que vem sendo destruída a cada segundo que passa; a cada minuto que passa; a cada hora que passa”⁶

Além das provocações que a radionovela *História do Dito Gaioleiro* lançava aos ouvintes, conforme mostra a carta da ouvinte Ágda Nicolau Tolentino, a narrativa trazia elementos identitários que estavam diretamente ligados ao cotidiano da população amazônica. O didatismo característico do melodrama, desde seus primeiros anos, utilizado para apresentar ao público a versão de bem e mal, por exemplo, continuaria aparecendo nas radionovelas. Foi justamente por meio desse didatismo, alinhado a elementos que estabeleciam relação com o cotidiano da população amazônica, que Heleninha Bortone, como que em tom professoral, transmitia suas mensagens e orientações para as crianças.

6. Trecho de carta localizada na Gerência Executiva de Acervo de TV e Rádio da EBC, em Brasília.

Após a exibição da radionovela *História do Dito Gaioleiro* (1980), surgiu *Pedrinho Engraxate* (1982), baseada no conto *O Menino da Lagoa*, da escritora goiana Marietta Telles Machado. A radionovela *Pedrinho Engraxate* apresenta uma família pobre, com seis filhos, que se muda para a cidade grande na tentativa de uma vida melhor. João, o pai, logo depois de chegar à cidade, decide partir para o garimpo deixando para trás toda a família. Com a partida de João, o filho mais velho, *Pedrinho*, assume a responsabilidade de ajudar a mãe no sustento da casa e a cuidar dos irmãos, passando a trabalhar como engraxate.

No roteiro da produção, que contou com 6 radioatores interpretando 40 personagens, *Heleninha* reforça o interesse de que suas produções pudessem refletir na atitude dos ouvintes, por meio de lições comportamentais. Assumia assim o papel de professora, da mãe que procurava educar os filhos. Ela destacava uma história “com muitas lições de vidas” que poderiam ser aproveitadas por todos. “*O mais importante [...] é o exemplo do menino Pedrinho que, com sua vontade de trabalhar, sua honestidade e seu amor à família fez com que todos o estimassem, o ajudassem e acreditassem nele. Assim é a vida. Assim devemos nos portar*”⁷.

Até 1983 *Heleninha* foi a única produtora de radionovela da emissora levando ao ar um total de cinco produções. Além das duas que já foram citadas, foram veiculadas *Uma Casa para Muitos* (1982), em que enfatizava a atenção para cuidados com a adoção de crianças e *O Circo Chegou* (1982), cuja narrativa explorava os sonhos das crianças pela vida de circo. Essa foi a primeira produção de *Heleninha* gravada pela equipe da Rádio Nacional do Rio de Janeiro; na sequência, vieram *Pollyana* (1983) e *Pollyana Moça* (1983), adaptadas dos livros da escritora estadunidense Eleanor H. Porter. Essas duas produções foram as radionovelas mais longas produzidas pela equipe da Rádio Nacional da Amazônia, juntas ficaram no ar por quase cinco meses. Nas tramas, aparece a história de *Pollyana*, uma menina órfã que vende as dificuldades da vida com muita positividade e encanta a cidade onde vive. O

7. Texto de apresentação da radionovela *História do Pedrinho Engraxate* localizado na Gerência Executiva de Acervo de TV e Rádio, em Brasília.

“jogo do contente” procurava ensinar as pessoas a sempre olhar para o lado bom das coisas.

Uma das características marcantes das radionovelas produzidas por Heleninha, apesar das limitações técnicas, era a presença de elementos que lembram o ambiente rural, o ambiente dos ouvintes, eram ricas em efeitos sonoros como o canto dos pássaros. Por outro lado, eram histórias que procuravam ir além da diversão. Propunham levar ensinamentos, lições ou pelo menos abordar questões comportamentais que repercutissem entre o público amazônico.

Em 1983, Décio Caldeira, que fazia sucesso na emissora como produtor de contos, decidiu incursionar na produção de radionovelas. Seguindo o mesmo esquema adotado nos contos que eram adaptados das histórias enviadas pelas cartas dos ouvintes, produziu *Dois Corações* (1983), baseada na vida de um ouvinte da cidade de Miracema do Norte, antigo Goiás, atual região do Tocantins. A produtora e locutora Artemisa Azevedo, fez uma das personagens e, em entrevista concedida especialmente para esta pesquisa, contou como era o enredo da produção. “*Era uma menina, é uma história verdadeira [...] uma história, como sempre, sofrida, ela sofreu muito, ela teve um filho e perdeu o contato com o filho*”⁸.

Essa história representa o modo como os ouvintes se relacionavam com a emissora, construindo uma relação de amizade com os profissionais que ouviam pelas ondas do rádio e com quem desejavam dividir os seus dramas, na tentativa de encontrar soluções seus conflitos e sofrimento. Nesse caso, o desaparecimento de uma criança serve de inspiração para a trama de radioteatro, mas no cotidiano da emissora a busca por parentes e amigos desaparecido é uma realidade até hoje, especialmente por meio do programa *Ponto de Encontro*, criado em 1985. Infelizmente não existem registro de como a trama de *Dois Corações* se desenrolou e nem se a ouvinte de Miracema do Norte encontrou a criança.

Décio Caldeira produziu ainda a radionovela *Pecado* (1984), adaptada a partir do texto original de Flávia Maria Gomes. Artemisa Azevedo participou do elenco dessa produção e destacou que a história

8. Entrevista realizada para esta pesquisa em: 23 mai. 2018.

era marcada por tom dramático. “*Tinha muito sofrimento, eu lembro que era a história de um rapaz paraplégico, e ele sofria muito por isso, e eu, se não me engano, fazia a namorada desse rapaz, mas por ser paraplégico, ele parece que não acreditava muito no amor da moça*”⁹.

Retomando os Estudos Culturais, nos preocupamos muito mais com os processos sociais de produção, distribuição e recepção das radionovelas, do que com o gênero em si e suas condições técnicas, embora esses aspectos tenham sido ligeiramente pontuados. Desde a produção dos primeiros quadros de radioteatro até as radionovelas os atores sociais se apropriam das radionovelas para evidenciar elementos da cultura apresentando aspectos do cotidiano amazônico. Vemos um processo de apropriação do imaginário amazônico na construção de narrativas e na proposição de aspectos relacionados a conduta de novos comportamentos.

Paradoxalmente, a Rádio Nacional da Amazônia, que nasceu com o propósito político de difundir valores do governo militar, em detrimento dos valores em que as comunidades amazônicas estavam inseridas, passa a reconfigurar a programação da emissora - especialmente as produções de radioteatro - para abrir um espaço de voz e de representação de interesses dos ouvintes. Essas proposições dialogam diretamente com o que Leal (2020) chama de caráter relacional adquirido pela vulnerabilidade.

Depois da veiculação de Pecado, Décio Caldeira faleceu em 17 de agosto de 1984. Com a morte do radialista a Rádio Nacional da Amazônia ficou por quase um ano sem produzir radionovelas até que Artemisa Azevedo decidiu atender às cartas que chegavam pedindo a volta das radionovelas. Artemisa, que havia começado na Rádio Nacional da Amazônia como estagiária¹⁰ dos programas *Clube do Ouvinte e Pergunte o que Quiser*, foi contratada para integrar o quadro da emissora em 1979, após concluir o curso de jornalismo.

Em 1985, Artemisa Azevedo dá continuidade ao trabalho de Décio Caldeira com as radionovelas. A primeira produção foi *Renúncia* (1985),

9. Entrevista realizada para esta pesquisa em: 23 mai. 2018.

10. Entrevista realizada para esta pesquisa em: 23 mai. 2018.

adaptada a partir de uma história enviada por uma ouvinte. A segunda produção foi *Jogo da Vida* (1986), momento em que Artemisa decide apostar em histórias criadas por ela com um novo foco. Em entrevista dada para esta pesquisa a autora comenta “*resolvi fazer não só histórias de amor, de diversão, mas inclui nessas histórias um pouco do nosso trabalho, que é de servir, levar informação, orientação e educação*”¹¹.

TABELA 1: Radionovelas produzidas entre 1980 e 1987 pela Rádio Nacional da Amazônia

Título	Produção	Ano
História do Dito Gaioleiro	Heleninha Bortone	1980
Pedrinho Engraxate	Heleninha Bortone	1982
Uma Casa Para Muitos	Heleninha Bortone	1982
O Circo Chegou	Heleninha Bortone	1982
Pollyana	Heleninha Bortone	1983
Pollyana Moça	Heleninha Bortone	1983
Dois Corações	Décio Caldeira	1983
Pecado	Décio Caldeira	1984
Renúncia	Artemisa Azevedo	1985
O Concurso de Natal	Heleninha Bortone	1985
Jogo da Vida	Artemisa Azevedo	1986
O Candidato	Artemisa Azevedo	1986
A Minha Estrela	Artemisa Azevedo	198?
Anjo Ferido	Artemisa Azevedo	198?
Rosana	Artemisa Azevedo	198?
As Trigêmeas	Artemisa Azevedo	1987

FONTE: Quadro elaborado pelo pesquisador com base nas fontes localizadas pela pesquisa.

A produção de radionovelas se tornou cada vez mais constante na programação. Ao mesmo tempo em que Artemisa Azevedo iniciava sua incursão no gênero, Heleninha Bortone continuava fazendo sucesso com as radionovelas infantojuvenis. Com base nas informações contidas no programa especial de comemoração aos 10 anos da Rádio Nacional da Amazônia de janeiro de 1980, data em que estreou a primeira radio-

11. Entrevista realizada em 23 maio de 2018.

novela da emissora, a setembro de 1987, data de veiculação do programa especial, foram levadas ao ar dezesseis radionovelas, como mostra o quadro acima. Muitas dessas produções se perderam ao longo do tempo e a maioria delas não contam com nenhum registro no acervo da rádio que é gerenciado pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC), o que torna impossível uma análise mais aprofundada desses títulos.

Das produções levadas ao ar entre 1987 e 2003 foram poucos registros localizados no acervo da emissora. Grande parte das produções constam no acervo do pesquisador. Por isso, na tentativa de percorrer a trajetória das radionovelas desse período, destacamos algumas produções identificadas no depoimento dos pioneiros, dos ouvintes, do material que consta também na Gerência de Acervo de TV e Rádio da EBC em Brasília e, ainda, de registros extraídos de uma série de programas levados ao ar em 2007, ocasião das comemorações de 30 anos da emissora. Algumas produções não dispõem de dados completos sendo possível apenas identificar o título, como por exemplo, em: *A minha Estrela, Anjo Ferido e Rosana*.

As radionovelas foram transformadas em comunicação informativa sobre temas relevantes para a região, em *Amazônia* (1989)¹², por exemplo, em seus 20 capítulos, acompanhamos o drama de garimpeiros que no final dos anos 1980, deixam suas casas rumo à Serra Pelada em busca de riqueza e fortuna. Com a falta de notícias os familiares destes garimpeiros mantinham a incerteza de que eles estavam vivos. Na trama, Rosinha, uma menina do interior, que sofria nas mãos de um pai beerrão e bruto, conhece Edvaldo com quem se casa e acha que sua vida mudará para melhor. Edvaldo, apesar de amar Rosinha, não resiste à febre do ouro e segue o destino da maioria dos homens da região: vai para um garimpo sonhando *bamburrar* – verbo que na Amazônia significa achar muito ouro, enriquecer.

Outra vez a Rádio Nacional da Amazônia faz a opção de abordar temas ligados à realidade da população amazônica. Conforme entrevista de Artemisa Azevedo, a radionovela *Amazônia* (1989) foi baseada na

12. A sinopse da radionovela *Amazônia* está disponível no blog Rádio Nacional da Amazônia 35 Anos em: <http://35nacionalamazonia.blogspot.com/2012/08/amazonia.html>. Acesso em: 07 fev. 2019. A íntegra da radionovela consta no Acervo do Pesquisador.

história de muitas ouvintes que escreviam para a emissora dando conta de que seus esposos haviam partido para o garimpo de Serra Pelada e não davam mais notícias. A descoberta do ouro na denominada Grota Rica no início de 1980 foi o marco para a garimpagem na Serra Pelada. Oliveira (1992) afirma que:

[...] A partir de então houve para lá uma grande corrida de pessoas oriundas de várias regiões do país, principalmente das regiões norte e nordeste. O auge dessa corrida se deu em 1983, quando um contingente de 80.000 pessoas vivia direta ou indiretamente daquele garimpo". (OLIVEIRA et al., p. 08, 1992).

O drama de famílias abandonadas por homens que deixavam suas casas, esposas e filhos para seguir para o garimpo, já havia sido abordado na radionovela *Pedrinho Engraxate* (1982), mas, foi em *Amazônia* (1989), que o assunto ganhou força. Como a primeira produção focou mais na capacidade do menino em superar os desafios que a vida lhe impunha e até mesmo na questão da resiliência, a trama não teve o mesmo potencial identitário que a segunda. Em *Pedrinho Engraxate* (1989) a ausência do pai é tratada com certa normalidade. Mesmo reconhecendo que o pai tenha errado em não dar notícias, a possibilidade de ele voltar com melhores condições de vida é apresentada como compensatória.

A representação de questões ligadas ao cotidiano da população amazônica e a participação dos ouvintes nas produções da emissora se reconfigura para além da dimensão cultural e do divertimento, mas, também, como papel social na transmissão de informações. A partir do final da década de 1990, o formato das produções passa por transformações, as histórias se tornam mais sintéticas durando em média de 5 capítulos, centrando a narrativa sobre a realidade da população amazônica.

Para Leite (2016) “na sociedade moderna artefatos culturais são criações feitas pela mão do homem; invenções da humanidade”. Com Stuart Hall (1997) podemos dizer que as radionovelas operam como artefatos culturais repletos de símbolos. Se configuram como palco de confrontos e de conflitos onde dados da cultura da população amazônica disputam zonas de interesse, produzem discursos e narrativas. Por outro lado,

é com a emissora que estes dados se tornam visíveis. As radionovelas dão a ver dúvidas, atravessamentos e temas de interesse da população amazônica. Enquanto artefato cultural as radionovelas aproximam a população amazônica de um contexto social mais justo, igualitário e presente, talvez menos vulnerável. Funcionam, portanto, como um artefato poroso. Um tipo de resistência e de recusa a pensamentos estanques em torno do uso utilitário da rádio na comunicação.

Para concluir e continuar pensando...

*É hora de suspense, emoção e informação. É hora de novela!*¹³

Podemos dizer que na fase em que os ouvintes eram responsáveis por enviar as histórias que eram colocadas no ar, as radionovelas eram como um espaço de visibilidade do vivido, não tinham nenhum intuito de promover qualquer tipo de transformação no modo de ver de quem estava atuando em Brasília, onde a Rádio é sediada, ou provocar alterações no cotidiano de quem se encontrava nos rincões da Amazônia. Considerando que a rádio surgiu dentro de um projeto do Governo Militar como tentativa de integrar a Amazônia com o restante do país, à medida em que os ouvintes se sentissem representados nas produções, ou seja, como parte daqueles projetos, daquelas ideias de Brasil que eram mostradas pela emissora, a população estaria em condições de obedecer às orientações dadas pelo regime militar.

A participação dos ouvintes permitiu visualizar o cotidiano da Amazônia sendo mostrado na perspectiva dos próprios ouvintes, guardadas as devidas adaptações realizadas pelos produtores e radialistas da emissora. As narrativas eram desdobramentos da vivência de quem estava inserido no cotidiano da Amazônia, era a realidade deles que ocupava espaço, eram parte ativa do/no processo de produção de conteúdo na emissora.

Verificamos também que a proposta de uso das radionovelas como ferramenta de divertimento educacional era percebida especialmente nas produções direcionadas ao público infantil, idealizadas por Hele-

13. Vinheta veiculada antes dos capítulos das radionovelas, 2011

ninha Bortone. Como apontamos, as produções dessa radialista traziam narrativas que tinham tom formativo, educativo e que procuravam disseminar valores da época.

Identificamos ainda que na década de 1980 os ouvintes começaram a perder espaço enquanto geradores de conteúdo e se tornaram receptores da programação. As histórias não eram mais contadas a partir do vivido dos ouvintes. O cotidiano da Amazônia deixava de ser a fonte das produções e se transformava em cenário, ou seja, as narrativas traziam histórias que se passam nessa região do país, mas que de algum modo, procuram transformar determinadas realidades. Isso demonstra como o veículo foi se adaptando ao longo do tempo especialmente com as mudanças governamentais.

Para Johnson (1999) os processos culturais estão vinculados as radionovelas que são articuladas a partir das relações sociais estabelecidas pela equipe da Rádio Nacional da Amazônia, dentro de sua linha editorial, com seus ouvintes. Nas palavras do autor “a cultura não é um campo autônomo nem externamente determinado, mas um local de diferenças e de lutas sociais” (JOHNSON, 1999, p. 13).

As radionovelas foram transformadas em campo de reivindicações para transformações da realidade cotidiana da população amazônica. No início, quando os ouvintes eram coautores das histórias, o cotidiano não era questionado, apenas mostrado. Já a partir das produções de Artemisa Azevedo, começamos a visualizar produções que buscavam provocar os ouvintes sobre atitudes de transformação social, para serem proativos diante das dificuldades que enfrentavam etc. Muitas vezes, os ouvintes não tinham noção de questões como a própria documentação civil, que foi tema de outras duas radionovelas - “*O Sol Nasce Para Todos*” (2003) e *Meu Nome, Minha História* (2009).

Chamas da Terra (2005), *Despertar de um Coração* (2005) e *Escravo, nem Pensar!* (2007), também abordaram temas relacionados de importante relevância social. A primeira tinha como foco a prevenção às queimadas. Já a segunda abordou o enfrentamento da violência contra a mulher dentro da Campanha Internacional Pelo Fim da Violência Contra a Mulher, uma mobilização global da sociedade civil com apoio da ONU Mulheres, a terceira tinha como objetivo informar os trabalha-

dores rurais para que eles não caíssem na teia da escravidão. Já a série de radioclipes *Lei Maria da Penha, dando um basta na violência* (2006), composta por cinco histórias completas procurava mostrar os direitos que as mulheres haviam conquistado com a nova lei.

Diante do cenário e da proposta da Rádio Nacional da Amazônia, na época em que ela surgiu, podemos pensar sobre o impacto que a política desempenhou diretamente dentro das radionovelas, enquanto promotora de conteúdo. As radionovelas trabalharam aspectos ligados à formação dos ouvintes com tom educativo, moral e cívico. E, ao longo dos anos, passaram a ser conhecidas como meio/canal para dar visibilidade a projetos e programas de governo que tinham alcance social ou que pudessem vir a ser de interesse da população amazônica.

A emissora se configurou como um importante espaço de visibilidade para o cotidiano da população amazônica, ao mesmo tempo em que era um cenário de constante tensionamento, pois, o cotidiano era mostrado a partir de uma perspectiva de transformações e problematizações não necessariamente vindas da população amazônica.

Cabe ressaltar que o cruzamento das fontes levantadas: gravações, roteiros de radionovelas, fotografias, entrevistas, cartas e a leitura de materiais relacionados ao tema desta pesquisa nos permitiu reconstruir parte da trajetória das radionovelas e suas respectivas temáticas abordadas na dramaturgia radiofônica veiculada pela Rádio Nacional da Amazônia. De modo objetivo, as radionovelas são objetos que podem ser exploradas pela via dos Estudos Culturais sendo 'lidas' como um 'texto cultural', que contem em si significados simbólicos sócio-históricos capaz de acionar distintas formações discursivas.

Por fim, não negamos a importância que o rádio e, especialmente, a Nacional da Amazônia, teve (e ainda tem) na história do Brasil e das comunidades inseridas nos rincões amazônicos, alcançando pessoas nos lugares mais longínquos do nosso país. Evidentemente a Comunicação tem um papel fundamental em relação a questões ligadas à cultura e ao desenvolvimento social na região Amazônica, em que muitos moradores vivem em áreas completamente isoladas e tem o no rádio seu único meio de comunicação. Por outro lado, existe aqueles que mudaram da zona rural para as cidades e que passaram a acompanhar a programação da

emissora por outros meios, como por aplicativos de celular ou páginas na internet.

[A] evolução tecnológica trouxe ao rádio momentos de desespero e de glória, de desespero por se sentir ameaçado a cada nova mídia que surgia e de glória por perceber que ao invés de vilão as novas tecnologias seriam aliadas no desenvolvimento do rádio e, principalmente, do radiojornalismo brasileiro (Santos; Gomes, p. 7, 2017)

Desse modo, o rádio continua se destacando entre os meios de comunicação no quesito acessibilidade e agilidade, por mais que essa seja uma característica marcante da internet. Para que a Comunicação seja efetiva é preciso que ocorra um fenômeno descrito por Nelson Mandela em uma das suas famosas frases, da qual nos apropriamos: “Se você falar com um homem numa linguagem que ele compreende, isso entra na cabeça dele. Se você falar com ele em sua própria linguagem, você atinge seu coração”, talvez seja isso que tenha justamente ocorrido com as radionovelas da RNA que traduziram temas complexos para a realidade da população amazônica.

Referências Bibliográficas

BATISTA, Débora Barbosa. *O papel do rádio no fornecimento de informações às comunidades locais: um estudo de caso do programa Ponto de Encontro, da Rádio Nacional da Amazônia*. 2006. 76f. Trabalho de Conclusão de Curso (Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo)- Centro Universitário de Brasília - Faculdade De Ciências Sociais Aplicadas/Fasa, Brasília, 2006. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/123456789/1343/2/20164938.pdf>. Acesso em: 10/03/2018.

BATISTA, Débora Barbosa. *O papel do rádio no fornecimento de informações às comunidades locais: um estudo de caso do programa Ponto de Encontro, da Rádio Nacional da Amazônia*. 2006. 76f. Trabalho de Conclusão de Curso (Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo)- Centro Universitário de Brasília - Faculdade De Ciências Sociais Aplicadas/Fasa, Brasília, 2006. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/123456789/1343/2/20164938.pdf>. Acesso em: 10/03/2018.

CARNIELLO, Monica Franchi; SANTOS, Moacir José dos. *A contribuição dos estudos culturais para a compreensão do consumidor contemporâneo*. Latin American Journal of Business Management. V.2, n.1, p.45-55, jan-jun/2011, Taubaté, SP.

COSTA, Marisa Vorraber, SILVEIRA, Rosa Hessel, SOMMER, Luís Henrique. Estudos Culturais, educação e pedagogia. In. *Revista Brasileira de educação*. Mai/Jun/Jul/Ago, 2003. n.23, p.36.

FESTA, Regina. Comunicação na selva amazônica. *Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, São Paulo, v.9, n.54, 1986. Disponível em: <<http://portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/revistaintercom/article/view/1955/1756>>. Acesso em: 23 maio 2018.

GOMES, Adriano Lopes; SANTOS, Emanuel Leonardo dos. O rádio-jornalismo em tempos de internet [recurso eletrônico] – Natal, RN: EDUFERN, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/22872/3/O%20radiojornalismo%20em%20tempos%20de%20internet.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2021.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. In: *Educação & Realidade*. jul/dez. 1997. p. 15-46.

JOHNSON, Richard. O que é, afinal, estudos culturais? In : SILVA, Tomaz T. da, (org.). *O que é, afinal, estudos culturais*. Belo Horizonte: Autêntica,

(1999).

LEAL, Bruno S. Vulnerabilidades: abordagens iniciais de um desafio à pesquisa. In: *Vulnerabilidades, narrativas, identidades* [recurso eletrônico] / Org. Cynthia Mara Miranda... [et al.]. – Belo Horizonte, MG: Fafich/Selo PPGCOM/UFMG, 2020.

LEITE, Amanda M. P. Fotografia Política, Política Fotográfica: A obra de Nair Benedicto In: *Vulnerabilidades, narrativas, identidades* [recurso eletrônico] / Org. Cynthia Mara Miranda... [et al.]. – Belo Horizonte, MG: Fafich/Selo PPGCOM/UFMG, 2020.

LEITE, Amanda M. P. Leite. *Fotografia para ver e pensar*. Tese (doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/167738>

KELLNER, Douglas. *A Cultura da Mídia*. Bauru: Edusc, 2001.

MORAES, Maria Laura Brenner. Stuart Hall: cultura, identidade e representação. In. *Revista Educar Mais* v. 3 n° 2, 2019, p. 167 a 172. Disponível em: <http://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/educarmais/article/download/1482/1183/6276>. Acesso em: 10 jan. 2021.

MORESCO, Marcielly Cristina; RIBEIRO, Regiane. O Conceito de Identidade nos Estudos Culturais Britânicos e Latino-americanos: um resgate teórico. *Revista Interamericana de Comunicação Midiática*. v. 14 n.27, 2015, p. 168-183. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/animus/article/viewFile/13570/pdf>. Acesso em: 20 dez. 2018.

PAIXÃO, Cláudio Chaves. *Radionovelas: o cotidiano da população amazônica nas produções da Rádio Nacional da Amazônia (1977 a 2019)*. 2019. 156f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Sociedade) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade, Palmas, 2019. Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/1784>

SCHUDSON, M. Creating public knowledge. *Media Studies Journal. Media and democracy*. v. 9, n. 3. New York: Columbia University, 1995.

SEVILLIS, Sula. *A Rádio Nacional da Amazônia, 30 Anos Integrando o País*. Disponível em: https://docplayer.com.br/storage/26/9192814/1551506590/pW8RATHwWkQB_MF5aZVPA/9192814.pdf. Acesso em: 16 nov. 2018.

CAPÍTULO 5

A vulnerabilidade da narrativa jornalística no contexto dos algoritmos

MAÍRA EVANGELISTA DE SOUSA (UNAMA)

GIOVANNA FIGUEIREDO DE ABREU (UNAMA)

LUCAS MATHEUS SANTOS PORTO (UNAMA)

O jornalismo é um campo que está em movimento e sofre reconfigurações de acordo com as transformações políticas, econômicas e tecnológicas da sociedade, visto que é uma prática social e cultural que tem determinadas finalidades. Ele surge da busca por informações da sociedade, se institucionaliza na modernidade e passa por um processo de diversas alterações na contemporaneidade. Por conseguinte, o jornalismo pode ser compreendido como uma prática que ocorre em rede, abarcando distintos atores (jornalistas profissionais, veículos jornalísticos, cidadãos) que atuam no processo de construção de produtos informativos de interesse público que podem ser propagados em diversas plataformas, contribuindo para o conhecimento dos cidadãos, de modo que estes tenham condições de se autogovernar e de exercer a sua cidadania (SOUSA, 2018).

Dados do *Digital News Report 2020*¹ mostram que cada vez menos o controle do acesso às informações está com os jornalistas, devido ao

1. *Digital News Report 2020*. Disponível em: <https://cutt.ly/ejbZVwH> Acesso em: 12 jan. 2021.

aumento da circulação de conteúdos em plataformas digitais. Consequentemente, mais da metade dos entrevistados disse ter preocupação com a veracidade dos conteúdos que circulam na internet. Nesse contexto, Bell (2020) afirma que o ambiente digital criado por plataformas é geralmente corrosivo para a confiança nas notícias.

Em um cenário marcado pelo protagonismo das plataformas digitais, a narrativa jornalística circula nos mais diversos espaços (portais, sites de redes sociais, buscadores e agregadores de conteúdo, aplicativos de troca de mensagens, etc) e passa a ser construída de modo mais participativo e automatizado. Somada a essa equação, estão as empresas de tecnologia como *Apple*, *Facebook*, *Google* e *Microsoft* que passaram a integrar o ecossistema midiático, uma vez que têm investido cada vez mais em plataformas (POELL; NIEBORG; VAN DIJCK, 2020) para circulação de informações.

Assim, há um processo de personalização e, consequentemente, individualização da narrativa jornalística que cada pessoa tem acesso. Os algoritmos filtram as informações que chegam nas telas das pessoas, expondo conteúdos com ideias e argumentos de seus interesses e criando a bolha dos filtros (PARISER, 2012). Tal realidade vai de encontro com a função do jornalismo de publicar informações de interesse público. Por conseguinte, percebe-se a vulnerabilidade da circulação de conteúdos na internet (SOUSA; EIRÓ; CHAGAS JÚNIOR, 2020).

Diante deste contexto, o objetivo deste capítulo é discutir as vulnerabilidades da narrativa jornalística nas plataformas digitais, no contexto dos algoritmos do *Google*. Para tanto, serão analisados conteúdos jornalísticos sobre a “Amazônia” no buscador *Google* e no aplicativo agregador de conteúdo *Google News*.

De caráter descritivo-analítico, este estudo combina as seguintes técnicas qualitativas: revisão bibliográfica, coleta de dados, descrição e análise (LOPES, 2010). A discussão bibliográfica abordou os conceitos de plataforma, algoritmos e vulnerabilidade. A coleta de dados foi realizada entre os dias seis e dez de janeiro de 2021, sempre às 19 horas. A partir da descrição e análise foi possível identificar duas vulnerabilidades da narrativa jornalística: a personalização algorítmica da narrativa e a curadoria algorítmica da narrativa.

Plataformização da Narrativa Jornalística

Se o jornalismo está em constante reconfiguração, o mesmo ocorre com a narrativa jornalística que cada vez mais passa a circular em distintos espaços digitais, os quais possuem formatos, linguagens e características específicas.

Dentre os principais fatores que colaboraram para as transformações do jornalismo neste século estão, segundo Deuze (2019): o colapso da bolha ponto com e do modelo tradicional de negócios de notícias, além do crescimento da economia de plataforma. Essas mudanças integram as reconfigurações pelas quais a indústria midiática passa, em um cenário de sociedade em rede, no qual

Um pequeno número de megacorporações forma a espinha dorsal da rede global de redes midiáticas. [...] Por sua vez, as organizações da mídia nacionais e regionais cada vez mais dependem de parcerias com essas megacorporações para facilitar sua própria expansão corporativa. Embora o capital e a produção estejam globalizados, o conteúdo da mídia é customizado de acordo as culturas locais e com a diversidade das audiências segmentadas (CASTELLS, 2015, p. 120).

Para este capítulo, interessa a discussão sobre jornalismo e plataformas digitais em um cenário em que empresas de tecnologia cada vez mais têm investido na distribuição de conteúdos jornalísticos. Tal distribuição é mediada por algoritmos.

Poell, Nieborg e Van Dijck (2020, p. 4) definem plataformas como “infraestruturas digitais (re)programáveis que facilitam e moldam interações personalizadas entre usuários finais e complementadores, organizadas por meio de coleta sistemática, processamento algorítmico, monetização e circulação de dados”. Esse processo, segundo os autores, se desenrola a partir de três dimensões institucionais: a infraestruturas de dados, os mercados e a governança.

Bell e Owen (2017) chamam atenção para o fato de empresas como o Facebook e o Google terem evoluído para além de canais de distribuição, pois atualmente controlam o conteúdo que o público visualiza. Para os autores, com a popularização dos dispositivos móveis, as grandes empresas de tecnologia têm dominado os mercados por atenção e publi-

cidade, ao mesmo tempo que têm forçado as organizações jornalísticas a repensarem seus processos e estruturas. Por conseguinte, elas têm se transformado nos novos guardiões da informação, sendo peças chave para o atual ecossistema de notícias.

Ao pesquisar por um mesmo termo no buscador Google, duas pessoas poderão obter resultados completamente diferentes. Pariser (2012, p. 6) explica que, desde dezembro de 2009, teve início a era de personalização do Google, na qual “obtemos o resultado que o algoritmo do Google sugere ser melhor para cada usuário específico”. Essa personalização molda os resultados das nossas buscas e, consequentemente, os conteúdos que visualizamos na internet. A esse universo de informações exclusivo para cada pessoa, o autor chama de bolha dos filtros: “um lugar confortável, povoado por nossas pessoas, coisas e ideias preferidas” (PARISER, 2012, p. 13). A bolha dos filtros, segundo o autor, traz custos tanto pessoais quanto culturais.

Bell e Owen (2017) apontam a importância de uma maior transparência e prestação de contas por essas plataformas, uma vez que o público não sabe exatamente quais são os critérios usados pelos algoritmos para que aquelas informações cheguem até eles. As plataformas favorecem a viralização dos conteúdos e muitas dessas informações circulam não pela qualidade e veracidade das mesmas, mas sim pelas “crenças” de quem as compartilha, o que nos remete ao conceito de pós-verdade². Nesse caso, os algoritmos e as bolhas criadas na rede não permitem o acesso universal às informações precisas, podendo causar problemas relacionados à desinformação³. Nesse cenário em que é fácil qualquer pessoa publicar e/ou compartilhar conteúdos nas plataformas, se propagam “notícias falsas, contas falsas, *bots*, contas reais que se parecem com *bots*, *doxxing*, *trolling*, propaganda, assédio direcionado, influência oculta e o vasto guarda-chuva de desinformação que ocupa

2. O termo pós-verdade pode ser entendido como “circunstância em que uma relevância excessiva é atribuída a notícias mentirosas, falsas ou feitas com a intenção de maquiagem os fatos, ao invés de apresentar a verdade objetiva sobre os acontecimentos, apelando sempre para credências, sentimentos ou crenças individuais” (DICIO, 2021, s/p).

3. O termo desinformação pode ser entendido como “informação inverídica ou errada que é divulgada com o objetivo de induzir em erro” (DICIO, 2021, s/p).

grande parte da mídia e cobertura política” (BELL, 2019, s/p, tradução nossa) nos últimos anos.

Contudo, após toda a repercussão dos problemas causados pela desinformação, Bell (2018, s/p, tradução nossa) percebe um movimento em que as estratégias atuais dessas plataformas para a publicação de conteúdos estão “sendo moldadas menos pelas forças do mercado e mais por uma mistura de dever cívico e medo da regulação”. Com isso, o autor verifica a contratação de mais jornalistas e o investimento em moderadores humanos e em engajamento, com o objetivo de melhorar a qualidade dos conteúdos noticiosos.

Nesse sentido, o *Google* anunciou, em 2019, que está investindo em curadoria de pesquisa humana, adicionando mais contexto as pesquisas (incluindo links para informações relacionadas), notificando os usuários de que os resultados foram verificados por organizações confiáveis, assim como tentando reprimir a atuação de *trolls* e *hackers* (INGRAM, 2019). No ano seguinte, a empresa divulgou o investimento em um novo produto focado em notícias de “alta qualidade”, o que envolve o pagamento de um seleto grupo de editores de diversos países (INGRAM, 2020).

Algoritimização da Narrativa Jornalística

O termo algoritmo deriva de *Al-Khal-Khwarizmi*, nome de um matemático que viveu durante o século IX. Embora Ada Augusta Byron King tenha desenvolvido o primeiro programa de algoritmo computacional, foi Alan Turing quem propôs a execução final do algoritmo (DOMINGUEZ, 2017). O termo refere-se à tentativa de apresentar o comando para a realização de um procedimento: “o ideal do algoritmo é descrever o passo a passo tão eficazmente a ponto de o procedimento poder ser automatizado” (TOMAZ; SILVA, 2018, p. 34).

Os algoritmos ganharam importância na vida humana com o surgimento do computador e, posteriormente, com a hiperprodução de dados e o desenvolvimento do *big data*. Houve, assim, uma sofisticação dos algoritmos e cada vez mais práticas cotidianas passaram a ser automatizadas (TOMAZ; SILVA, 2018). Os algoritmos estão presentes em computadores e dispositivos móveis, mediando o dia a dia de muitas

pessoas. Só no Brasil há aproximadamente 424 milhões de dispositivos digitais, entre computadores, *notebooks*, *tablets* e *smartphones*. São mais de 234 milhões de *smartphones* em uso. Destaca-se ainda a marca de mais de um aparelho por habitante⁴.

Os algoritmos são um sequencial matemático que têm o objetivo de filtrar o conteúdo para os usuários das plataformas digitais. De acordo com Lemos e Domingo (2020, p. 405, tradução nossa), “podemos pensar em algoritmos como objetos midiáticos. Eles são, ao mesmo tempo, ‘canal – código – mensagem – cosmovisão’, em que as opções ‘enviar’ e ‘receber’ são com base nas escolhas de informação para resolver problemas”.

Quando uma pessoa busca constantemente sobre determinado assunto, o conteúdo mostrado para ela será relacionado a esses assuntos. Assim, cada indivíduo receberá conteúdos personalizados pelos algoritmos. O que é apresentado e filtrado para uma pessoa não necessariamente será exibido para outra:

A performance dos algoritmos muda o jeito que recebemos e processamos informações. Isso não se trata mais sobre “pegar o que você vê”, como na metáfora das interfaces gráficas dos usuários (*Wysiwyg*), mas sobre como nós recebemos informações baseadas em como nós somos observados pelo processo de dataficação das plataformas (LE-MOS; DOMINGO, 2020, p. 405, tradução nossa)

Os algoritmos utilizados pelas plataformas observam o comportamento de cada usuário para filtrar da melhor forma as informações personalizadas que cada um irá receber e fazer com que este usuário passe mais tempo conectado.

Castro (2019) explica que os dados nas plataformas com algoritmos levam à terceirização de escolhas, uma vez que o conteúdo é moldado para cada pessoa com base em seus gostos. Dessa maneira, se as plataformas algorítmicas induzem a performatividade, via interação dos usuários por meio de seus gostos e afinidades, é primordialmente para

4. 31ª Pesquisa Anual de Administração e Uso de Tecnologia da Informação nas Empresas, realizada em São Paulo, pela Fundação Getúlio Vargas (2020). Disponível em: <https://cutt.ly/djEB5ZE>. Acesso em: 12 jan 2021.

oferecer aos usuários conteúdos com os quais eles têm maior afinidade e familiaridade, para que assim passem mais tempo conectados nas redes.

Por conseguinte, é criada uma nova forma de consumir as informações. Esse processo é perigoso e afeta a sociedade, inclusive o jornalismo que é uma prática social e cultural (LEMOS; DOMINGO, 2020). Para Santos (2020), o padrão de consumo das narrativas jornalísticas foi alterado em um processo de transformação ligeiro e ainda incompleto:

A informação começou a fluir de forma mais intensa dos usuários para os veículos através do recente poder dos primeiros em se tornarem, eles mesmos, emissores, capazes de produzir conteúdo em texto e audiovisual, utilizando na maioria das vezes apenas um celular e se tornando, em diversos arranjos, não apenas fontes, mas colaboradores, avaliadores, parceiros na difusão e compartilhamento do conteúdo e, indiretamente, geradores de métricas e insights sobre preferências hoje indispensáveis em qualquer redação (SANTOS, 2020, p. 6)

Tanto o consumo quanto a produção e a circulação das narrativas jornalísticas têm passado por reconfigurações. Nesse sentido, há quase uma década já se fala que “o futuro das notícias reside na interseção entre histórias e algoritmos, o lugar onde os novos dados encontram narrativas atraentes” (NORMANDE, 2013).

Embora seja possível produzir conteúdos noticiosos de forma automatizada, é necessário compreender que são os jornalistas que selecionam e questionam as fontes, colhem dados e depoimentos, situam a informação no contexto e a processam de acordo com as técnicas do jornalismo (LAGE, 2008). O compromisso fundamental do jornalista, nesse sentido, é com a verdade no relato dos fatos, razão pela qual deve pautar seu trabalho pela apuração precisa e pela correta divulgação dos fatos (FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS, 2007).

Dimensões da Vulnerabilidade

A vulnerabilidade, de acordo com o dicionário, diz respeito à: “1. Qualidade ou estado do que é vulnerável; 2. Suscetibilidade de ser ferido ou atingido por uma doença; fragilidade; 3. Característica de algo que é sujeito a críticas por apresentar falhas ou incoerências; fragilidade” (MICHAELIS, 2020, on-line).

Sousa, Eiró e Chagas Júnior (2020), por sua vez, definem três dimensões de vulnerabilidade relacionadas à circulação de imagens na internet, as duas primeiras referentes às fontes e a última à narrativa (ver quadro 1):

Vulnerabilidade participativa	possibilidade de qualquer pessoa interagir na internet, postando textos, imagens estáticas e em movimento. Com isso, pode circular na rede conteúdos falsos ou ainda fora de contexto, podendo gerar desinformação; podem também circular conteúdos criminosos, podendo gerar cibercrimes, tudo isso porque não há um controle sobre quais conteúdos circulam na internet;
Vulnerabilidade robótica	possibilidade de ferramentas – como algoritmos e sensibilidade ao contexto – influenciarem nos textos, imagens estáticas e em movimento que aparecem como indicação de leitura/apreciação para cada pessoa, de acordo com suas buscas na internet e sua geolocalização. Por ser um processo robotizado, não há controle, por exemplo, se esses conteúdos são falsos, descontextualizados ou criminosos.
Vulnerabilidade da narrativa	a tessitura narrativa na internet é formada por conteúdos publicados por profissionais e amadores, e construídas por robôs a partir das buscas de cada um na internet e de sua localização. Assim, ao buscar conteúdos na internet, os resultados podem ser diferentes dependendo de cada uma das buscas, bem como esses resultados podem trazer conteúdos falsos, descontextualizados e/ou criminosos justamente por conta da falta de controle da narrativa que é criada. Com isso, as representações criadas podem ser influenciadas pelos robôs que filtram e organizam a circulação de conteúdos na rede.

QUADRO 1: Dimensões de vulnerabilidade da circulação de imagens na internet
 FONTE: Organização dos autores com base em Sousa, Eiró e Chagas Júnior (2020).

No que se relaciona à vulnerabilidade da circulação de imagens na internet, os autores relataram casos de: vulnerabilidade participativa quando observaram que a imagem de um protesto foi compartilhada como meme, mudando o sentido da mensagem inicial; vulnerabilidade robótica quando, ao buscarem pelo termo por “Queimadas na Amazônia” no Google, encontraram imagens de floresta com vegetação diferente da região; vulnerabilidade da narrativa quando verificaram que cada busca no Google gera uma narrativa diferente, podendo ser construída a partir de imagens e representações verdadeiras, falsas e/ou fora de contexto (SOUSA; EIRÓ; CHAGAS JÚNIOR, 2020). Para este capítulo, o enfoque será na dimensão referente à “vulnerabilidade da narrativa”.

Narrativas Jornalísticas sobre Amazônia Mediadas pelas Algoritmos das Plataformas do Google

Com o objetivo de discutir as vulnerabilidades da narrativa jornalística nas plataformas digitais, no contexto dos algoritmos do Google, esta pesquisa combinou as seguintes técnicas qualitativas: revisão bibliográfica, coleta de dados, descrição e análise (LOPES, 2010). Após a explanação referente à revisão bibliográfica, será realizada a descrição e análise dos conteúdos jornalísticos coletados sobre a “Amazônia” no buscador Google e no aplicativo agregador de conteúdo Google News.

A coleta de dados foi realizada no período de cinco dias, de seis de janeiro a dez de janeiro de 2021, sempre no horário das 19 horas, tanto no buscador quanto no agregador de conteúdo do Google. No buscador, a coleta foi feita pelos três pesquisadores que escrevem este capítulo. Eles foram denominados B1, B2 e B3, e usaram respectivamente os seguintes navegadores: *Samsung Internet*, *Safari* e *Google Chrome*. Já no agregador, a coleta foi feita somente por dois pesquisadores, denominados A1 e A2 que usaram smartphones com os sistemas operacionais *Android* e *iOS*, respectivamente.

A padronização do horário é importante para compreender como uma busca realizada simultaneamente, em diferentes navegadores/sistemas operacionais e em distintos dispositivos, pode apresentar resultados iguais ou diferentes. Isso ajuda na compreensão dos porquês de um conteúdo aparecer para um pesquisador e não ser mostrado na busca de outro.

Antes de iniciar a descrição e a análise, é necessário apresentar os objetos empíricos deste capítulo. O buscador Google foi criado, em 1998, por Larry Page e Sergey Brin, na época doutorandos em Ciência da Computação, na Universidade de Stanford, nos Estados Unidos. Na concepção inicial, o projeto se chamava *Backrub*, era hospedado no site da Universidade e já tinha o objetivo de ser um sistema de buscas. Ao longo do tempo, passou a se chamar *Pagerank* e posteriormente foi renomeado como Google. Contudo, foi somente a partir de 2009 que as buscas passaram a ser diretamente influenciadas pelos algoritmos. No buscador Google, quando é usada a opção “Notícia”, a busca é filtrada

para resultados de conteúdos oriundos de páginas de empresas jornalísticas e de editores.

Já o *Google News*, criado por Krishna Bharat, é um aplicativo e ferramenta desenvolvido pela empresa Google desde 2002. Ele agrega informações provenientes de fontes produtoras de conteúdos jornalísticos. O conteúdo é organizado pelos algoritmos com base nas preferências dos usuários. Então, cada experiência é única. O aplicativo está disponível para baixar nas plataformas *Android*, *iOS* e na *web*.

O buscador Google

No buscador Google, cada um dos três pesquisadores coletou as três principais notícias encontradas ao acessar o site e inserir na aba “Notícias” o termo “Amazônia”. É possível observar diferentes conteúdos identificados pelos autores. Tal resultado pode ter como influência as características de pesquisas prévias e individuais de cada um, no que diz respeito, por exemplo, aos sites mais acessados e aos assuntos de interesse.

No dia 06 de janeiro de 2021, primeiro dia de coleta, as três matérias em destaque para B1 foram: “Entenda como a cadeia da castanha estimula a economia e ajuda na conservação da Amazônia”⁵, publicada um dia antes, pelo portal de notícias *G1*; “Como o desmatamento na Amazônia levou Cantareira a nível pré-crise hídrica”⁶, divulgada há dois dias, pelo portal *UOL*; e “Fogo e enchentes podem ter formado manchas de fertilidade da Amazônia”⁷, veiculada pela *Revista Planeta* no dia anterior.

A ordem apresentada foi diferente para B2 e B3 em relação à B1. Eles obtiveram como primeiro resultado o conteúdo do *UOL* sobre o desmatamento na Amazônia, seguido da publicação do *G1* e da *Revista Planeta*.

No segundo dia de coleta, 07 de janeiro, é possível identificar a personalização por conta dos algoritmos de forma mais incisiva. As três notí-

5. Disponível em: <https://cutt.ly/kjEVNY4>. Acesso em: 08 jan 2021.

6. Disponível em: <https://cutt.ly/5jEVMbd>. Acesso em: 08 jan 2021.

7. Disponível em: <https://cutt.ly/cjEV1SW>. Acesso em: 08 jan 2021.

cias apresentadas por B1 foram: “Madeira ilegal vinda da Amazônia é apreendida pelo Ibama em Sabará, na Grande BH”⁸, publicada há duas horas, pelo site *G1*; “Banco da Amazônia abre concurso com salário inicial de 3,145,79”⁹, divulgada um dia antes, pelo *Jornal A Crítica*; e “Apesar do recorde de desmatamento em 2020, cada vez menos fiscais atuam na Amazônia”¹⁰, do *El País*, veiculada também no dia anterior.

B2 e B3 apresentaram de diferente do dia antecedente apenas a matéria do *El País*, constituindo o primeiro conteúdo da busca. As notícias do dia anterior sobre o estímulo da cadeia da castanha na economia e na conservação da Amazônia e sobre a possibilidade do fogo e das enchentes formarem manchas de fertilidade da Amazônia permaneceram entre os três principais destaques.

Observa-se que os resultados de B1 no segundo dia de coleta foram significativos, especialmente, pela notícia sobre a abertura de concurso público, tendo em vista que a pesquisadora estuda para os certames e realiza pesquisas diárias sobre o tema. Deste modo, o conteúdo apareceu em sua busca e não nos destaques dos outros pesquisadores, que não têm concursos como assuntos de interesse e de pesquisa.

No dia 8 de janeiro, terceiro dia de coleta, uma pesquisa do *Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais* (Inpe) foi divulgada e as três matérias coletadas por B1 foram sobre o assunto. A primeira havia sido publicada há dez horas, pelo *G1*, intitulada “Número de alertas de desmatamento na Amazônia é 2º pior em 5 anos, apontam dados do Inpe”¹¹. Em seguida, foram apresentadas as notícias “Desmatamento na Amazônia cresce 13,7% em dezembro, diz Inpe”¹², veiculada há oito horas, pelo site *Terra*; e “Número de alertas de desmatamento na Amazônia é 2º pior em 5 anos, aponta Inpe”¹³, divulgada sete horas antes, pelo site *UOL*.

8. Disponível em: <https://cutt.ly/bjEV037>. Acesso em: 09 jan 2021.

9. Disponível em: <https://cutt.ly/jjEV9I5>. Acesso em: 09 jan 2021.

10. Disponível em: <https://cutt.ly/wjEV3nj>. Acesso em: 09 jan 2021.

11. Disponível em: <https://cutt.ly/6jEV8dV>. Acesso em: 09 jan 2021.

12. Disponível em: <https://cutt.ly/ljEV4xr>. Acesso em: 10 jan 2021.

13. Disponível em: <https://cutt.ly/LjEV7uD>. Acesso em: 10 jan 2021.

Os resultados encontrados por B2 e B3 em relação às duas primeiras notícias (do *G1* e do site *Terra*) coincidem com os conteúdos identificados por B1. Entretanto, a terceira matéria que aparece para os pesquisadores difere. Intitulada o “Desmatamento na Amazônia cresceu 14% em dezembro de 2020, indica Inpe”¹⁴, o conteúdo foi publicado seis horas antes da coleta pelo site de notícias *Metrópoles*.

No penúltimo dia de coleta, 9 de janeiro, B1, B2 e B3 identificam a repetição da primeira notícia do dia anterior, sobre a quantidade de alertas de desmatamento na Amazônia (2º pior em cinco anos), do *G1*. Em seguida, aparece a matéria “Desmatamento da Amazônia bateu 5 recordes mensais em 2020”, da *CNN Brasil*, publicada no dia anterior. A terceira publicação em destaque para B1 e B3 foi “Floresta amazônica perde quase 8.500 km² para o desmatamento em 2020”, também do dia anterior, veiculada pelo portal *UOL*. Observa-se, entretanto, que as duas últimas matérias deste dia ainda não haviam aparecido para nenhum dos pesquisadores, mesmo tendo sido divulgadas um dia antes.

A diferença da coleta de B2 em relação aos dois outros pesquisadores é na terceira matéria, tendo em vista que as duas primeiras coincidem. A última, que também é do dia anterior, foi publicada pelo *UOL*: “Números de alertas de desmatamento na Amazônia é o segundo pior em cinco anos, apontam dados do Inpe”, um dia antes.

Esses dados explicitam que os resultados das buscas não estão relacionados à temporalidade da publicação, mas aos algoritmos e, por conseguinte, aos temas de interesse de quem realiza a busca.

No quinto e último dia de coleta, 10 de janeiro de 2021, os três pesquisadores apresentaram os mesmos resultados, no que se relaciona aos conteúdos e à ordem de destaque. A primeira matéria foi do site *Brasil de Fato*, publicada no dia anterior, com o título “Cinco cidades de SP foram desmatadas na Amazônia em 2020, de acordo com Inpe”¹⁵. As duas notícias seguintes tinham sido postadas dois dias antes e já haviam sido identificadas pelos pesquisadores. A segunda foi divulgada pelo *G1*, sobre o número de alertas de desmatamento na Amazônia ser o 2º pior

14. Disponível em: <https://cutt.ly/wjEV5wz>. Acesso em: 11 jan 2021.

15. Disponível em: <https://cutt.ly/GjEBqDt>. Acesso em: 12 jan 2021.

em 5 anos, de acordo com dados do Inpe; e a última foi veiculada pelo portal UOL sobre os 8.500 km² de Floresta Amazônica perdidos para o desmatamento em 2020.

Ressalta-se que dos cinco dias de coleta, em quatro dias a primeira publicação identificada por B1 era do site G1. Em todos os dias havia, pelo menos, uma notícia do site G1 na pesquisa de B1. Este site é uma das principais plataformas acessadas, diariamente, pela pesquisadora. No caso de B2 e B3, verificou-se matérias de jornais bastante acessados pelos pesquisadores, como G1, UOL, *Terra*, *El País*; mas também de site que eles não costumam visitar, como a *Revista Planeta*.

O agregador Google News

No agregador *Google News*, a coleta foi realizada por dois pesquisadores, identificados como A1 e A2. Um com um dispositivo com sistema operacional *Android* e o outro com *iOS*, respectivamente. Os dois utilizaram o mesmo descritor de pesquisa: “Amazônia”.

No primeiro dia de coleta, 6 de janeiro de 2021, foram encontrados os mesmos resultados pelos pesquisadores A1 e A2. A primeira publicação foi “O agronegócio tem muito mais a ganhar com a Amazônia preservada”¹⁶, postada há dez horas, pela revista *Suinocultura Industrial*; seguida da notícia da *Folha de S. Paulo*, “Governo vê retomada da exploração de petróleo na Amazônia após leilão”¹⁷, divulgada há quatro dias. A última matéria foi veiculada pelo site *Ache Concursos*, há treze horas: “Concurso Banco da Amazônia - BASA 2021: Sai edital para Técnico Científico”¹⁸.

Os mesmos resultados também foram encontrados pelos dois pesquisadores no segundo dia, 7 de janeiro. Os destaques foram as seguintes matérias: “Madeira da Amazônia apreendida pelo Ibama é doada à Prefeitura de Sabará”¹⁹, publicada há uma hora pelo jornal *Estado de*

16. Disponível em: <https://cutt.ly/kjEBrYc> Acesso em: 12 jan 2021.

17. Disponível em: <https://cutt.ly/SjEBtp9> Acesso em: 12 jan 2021.

18. Disponível em: <https://cutt.ly/LjEBY2f>. Acesso em: 13 jan 2021.

19. Disponível em: <https://cutt.ly/7jEBkHD>. Acesso em: 14 jan 2021.

Minas; “O futuro da Amazônia e o do mundo caminham juntos”²⁰, do *Jornal do Brasil*, veiculada há quatro horas; e “Banco da Amazônia abre inscrições para concurso público”²¹, do portal *G1*, divulgada há seis horas.

No dia 8 de janeiro, terceiro dia de coleta, os mesmos resultados foram encontrados pelos pesquisadores A1 e A2. “A eleição de um desmatador e o roubo de terras no ‘novo arco da destruição’ da Amazônia”²² foi o primeiro destaque. Publicada pelo site *Repórter Brasil*, foi a única notícia não repetida. As outras duas já haviam sido publicadas no dia anterior, sobre a madeira apreendida pelo Ibama doada à Prefeitura e as inscrições abertas do concurso do Banco da Amazônia.

Em 9 de janeiro, penúltimo dia de coleta, foi o único dia em que os resultados encontrados por A1 e A2 foram diferentes. A1 identificou nos destaques as seguintes matérias: “Área de cinco cidades de SP foram desmatadas na Amazônia em 2020, de acordo com Inpe”²³, publicada há 59 minutos pelo site *Brasil de Fato*; “Governo vê retomada da exploração de petróleo na Amazônia após leilão”²⁴, postada há sete dias pela *Folha de S. Paulo*; e “Amazônia e Pantanal perdem 3 estados do RJ em 2020 com queimadas e desmatamento”²⁵, veiculada em 26 de dezembro de 2020, também pela *Folha de S. Paulo*.

Já A2 apresentou uma publicação do G1 do dia anterior: “Número de alertas de desmatamento na Amazônia é 2º pior em 5 anos, apontam dados do Inpe”, seguida da matéria - também encontrada por A1 - sobre a retomada da exploração de petróleo na Amazônia após leilão e da notícia publicada no dia 7 de janeiro, sobre a doação de madeira apreendida.

No último dia de coleta, 10 de janeiro, os dois pesquisadores voltaram a apresentar os mesmos resultados. O primeiro destaque foi

20. Disponível em: <https://cutt.ly/JjEBj4Y>. Acesso em: 14 jan 2021.

21. Disponível em: <https://cutt.ly/jjEBhK2>. Acesso em: 14 jan 2021.

22. Disponível em: <https://cutt.ly/njEBgYT>. Acesso em: 14 jan 2021.

23. Disponível em: <https://cutt.ly/1jEBfd8>. Acesso em: 13 jan 2021.

24. Disponível em: <https://cutt.ly/4jEBsMN>. Acesso em: 13 jan 2021.

25. Disponível em: <https://cutt.ly/YjEBpQU>. Acesso em: 10 jan 2021.

do site *Poder 360*, intitulado “91% acham que preservação da Amazônia é muito importante”²⁶ e publicado no dia anterior. Em seguida, a matéria de economia do *Estadão*: “Quanto vale a Amazônia?”²⁷, de 29 de dezembro de 2020; e novamente, em última posição, apareceu a matéria da retomada da exploração de petróleo na Amazônia após leilão, de 2 de janeiro de 2021.

A pesquisadora A1 encontrou notícias de jornais que acessa bastante, como *Folha de S. Paulo*, *Estadão*, *Brasil de Fato*; mas também de locais em que ela não costuma visitar, como a revista *Suinocultura Industrial*, o site *Ache Concursos*. No que se refere às temáticas, no dia 9 de janeiro, único em que os resultados foram diferentes, percebe-se que as notícias citam outros locais, como São Paulo, Pantanal e Rio de Janeiro. Acredita-se que tal resultado tenha a ver com as buscas, mas também com os dados referentes à localização da pesquisadora, uma vez que ela já morou em outros estados do país.

O pesquisador A2 localizou notícias do portal G1, portal em que acessa com bastante frequência para ler matérias e fazer pesquisas, assim como uma matéria do jornal *Estadão* e da *Folha de S. Paulo*, os quais também acessa com frequência. Os outros sites responsáveis pelas publicações das notícias nunca foram acessados pelo pesquisador ou são acessados com pouca frequência.

A Vulnerabilidade da Narrativa Jornalística sobre a Amazônia no Contexto dos Algoritmos do Google

A partir dos dados analisados, foi possível observar que no buscador Google alguns resultados das pesquisas foram parecidos (principalmente, no caso de B2 e B3), mas outros foram bem diferentes (se comparado à B1). Já no agregador *Google News*, a maior parte das buscas apresentadas de A1 e A2 foram similares, embora com algumas distinções.

Nesse processo em que empresas de tecnologia cada vez mais investem na distribuição – mediada por algoritmos – de conteúdos de

26. Disponível em: <https://cutt.ly/ijEBzhA>. Acesso em: 11 jan 2021.

27. Disponível em: <https://cutt.ly/KjEBxU5>. Acesso em: 11 jan 2021.

cunho noticioso nas plataformas digitais, percebe-se vulnerabilidades na narrativa jornalística. Dentre elas, destacam-se duas:

- *Personalização algorítmica da narrativa*: esta vulnerabilidade envolve a distribuição de conteúdos individualizada de acordo com os temas de interesse e as afinidades de cada indivíduo e, conseqüentemente, a formação da bolha dos filtros.

Nesse sentido, verificou-se que, com o processo de personalização e individualização do conteúdo noticioso distribuído pelas plataformas, cada pessoa tem acesso a uma experiência única da narrativa – construída pelos algoritmos, como pode ser visto durante a descrição dos resultados obtidos nas buscas de B1, B2, B3, A1 e A2. Esse fenômeno gera a bolha dos filtros (PARISER, 2012), por exemplo, garantindo o acesso de notícias voltadas para concursos à pesquisadora que estuda para concursos e provavelmente terá interesse no conteúdo como pode ser constatado ao longo do tópico anterior. Observou-se, desse modo, a oferta de conteúdos de maior afinidade e familiaridade dos pesquisadores (CASTRO, 2019), o que, além de atrair a atenção, o deixa confortável por consumir e compartilhar informações de um site em que já é acostumado a acessar.

Por conseguinte, esta é uma vulnerabilidade pois a personalização algorítmica da narrativa, ao oferecer apenas o conteúdo de interesse das pessoas, vai de encontro com um dos principais objetivos do jornalismo que é de divulgar informações de interesse público. Desse modo, a pessoa pode não receber todos os pontos de vista de uma história, favorecendo a disseminação de desinformações e, por conseguinte, de pós-verdades.

- *Curadoria algorítmica da narrativa*: esta vulnerabilidade abarca a questão da distribuição de conteúdos de forma automatizada – mediada por algoritmos, com base nos dados – de interação, comportamento, consumo, localização, etc – das pessoas.

Diante do que se observou durante a análise é possível reforçar os dados do *Digital News Report 2020*, de que, cada vez menos são os jornalistas que detêm o controle da circulação das informações, visto que os algoritmos têm se tornado os novos guardiões da informação (BELL; OWEN, 2017). Nesse sentido, tem-se como exemplo todos os resultados

analisados neste capítulo, que embora a maioria das notícias tenha sido escrita por jornalistas, todas foram selecionadas em cada uma das buscas (B1, B2, B3, A1 e A2) por algoritmos com base nos dados que a plataforma Google capta de cada um dos pesquisadores e de seus dispositivos (LEMO; DOMINGO, 2020). A partir dessa análise, então, é possível compreender, que, de fato, o Google evoluiu para além de um canal de distribuição (BELL; OWEN, 2017) e detém um certo tipo de controle sobre as notícias disponibilizadas para cada indivíduo.

Logo, esta é uma vulnerabilidade pois a curadoria algorítmica da narrativa não é transparente quanto aos dados usados dos usuários das plataformas e aos critérios utilizados pelos algoritmos para a escolha de quais informações serão distribuídas para cada indivíduo. A curadoria algorítmica da narrativa também pode ser responsável pela disseminação de conteúdos noticiosos fora do contexto original e/ou em diferentes temporalidades (como foi o caso de resultados que apareceram de informações divulgadas dias antes). Por mais que as informações sejam verdadeiras, notícias divulgadas fora de contexto também podem causar desinformação e, conseqüentemente, a disseminação de pós-verdades.

Portanto, os resultados desta pesquisa reforçam a vulnerabilidade da narrativa apontada por Sousa, Eiró e Chagas Júnior (2020), uma vez que ao buscar o mesmo conteúdo (Amazônia) na internet, no mesmo horário e no mesmo buscador e agregador – embora com diferentes navegadores e sistemas operacionais respectivamente, os resultados foram distintos. A seleção dos conteúdos apresentados para cada pesquisador foi influenciada pelos robôs que filtram e organizam a circulação de conteúdos na rede.

Considerações Finais

Este capítulo teve o objetivo de discutir as vulnerabilidades da narrativa jornalística nas plataformas digitais, no contexto dos algoritmos do Google. A partir da revisão bibliográfica sobre plataformação, algoritmos e vulnerabilidade; e da coleta, seguida da descrição e análise de conteúdos jornalísticos sobre a “Amazônia” no buscador Google e no aplicativo agregador de conteúdo Google News, foi possível identificar

duas vulnerabilidades da narrativa jornalística: a personalização algorítmica da narrativa e a curadoria algorítmica da narrativa.

Essas vulnerabilidades da narrativa jornalística estão diretamente relacionadas aos problemas da sociedade contemporânea. Dentre eles, estão: a distribuição de informações de interesse pessoal e não de interesse público; a criação de bolhas de filtro; a circulação de conteúdos fora do contexto original e/ou em distintas temporalidades; a disseminação de desinformações e pós-verdades; a falta de transparência das empresas de tecnologia, como o Google, sobre a coleta de dados dos usuários e os critérios utilizados pelos algoritmos para a curadoria dos conteúdos distribuídos nas plataformas digitais.

Desse modo, os resultados da pesquisa corroboram com a afirmação de Bell (2020), de que o ambiente criado pelas plataformas digitais normalmente é corrosivo para a confiança das notícias. Por conseguinte, conclui-se que estas transformações pelas quais o jornalismo tem passado – com a automatização do processo de circulação de notícias pelas empresas de tecnologia detentoras de grandes plataformas – apresentam vulnerabilidades que mostram a importância dos jornalistas para a construção de narrativas jornalísticas de qualidade.

Referências bibliográficas

BELL, Emily; OWEN, Taylor. *The Platform Press: How Silicon Valley re-engineered journalism*. Nova York: Columbia Journalism School, 2017.

BELL, Emily. *Platforms, publishers, and the uneasy alliance at the heart of journalism*. Nova York: Columbia Journalism School, 2018.

BELL, Emily. *Mapping the battleground for the next information war*. Nova York: Columbia Journalism School, 2019.

BELL, Emily. *Tech platforms have a trust problem. Do they care?* Nova York: Columbia Journalism School, 2020.

CASTELLS, Manuel. *O poder da comunicação*. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

CASTRO, Julio. Plataformas Algorítmicas: Inrterpelação, perfilhamento e performatividade. *Revista Famecos*. v. 26, n. 3, 2019.

DEUZE, Mark. “What Journalism Is (Not).” *Social Media + Society*. 2019.

DICIO. *Dicionário On-line de Português*. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/>. Acesso em: 13 jan. 2021.

DOMINGUES, Izabela. Mídias Algorítmicas e Internet das Coisas: Impactos no Campo da Comunicação na Era da Informação Global. In. XIX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, 2018, Fortaleza – CE. *Anais...* Fortaleza: Intercom, 2017.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS. *Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros* Vitória: FENAJ, 2007. Disponível em: <https://cutt.ly/mjTucJB> Acesso em: 13. jan. 2021.

INGRAM, Mathew. *Google says it's fighting misinformation, but how hard?*. Nova York: Columbia Journalism School, 2019.

INGRAM, Mathew. *Bowing to pressure, Google says it will pay publishers for news*. Nova York: Columbia Journalism School, 2020.

LAGE, Nilson. *A reportagem*. Teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. Rio de Janeiro/ São Paulo: Editora Record, 2008.

LEMONS, André; DOMINGO, David. Introduction Journalism and Algorithms. *Brazilian Journalism Research*. v. 16, n. 3, 2020.

LOPES, Maria Immacolata Vassalo de. *Pesquisa em comunicação*. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

MICHAELIS. *Dicionário Português Brasileiro*. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br>. Acesso em: 13 jan. 2021.

NORMANDE, Naara. A automatização da narrativa jornalística. *Estudos em Comunicação*, n. 13, 2013.

PARISER, Eli. *O filtro invisível*. O que a internet está escondendo de você. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

POELL, Thomas; NIEBORG, David; VAN DIJCK, José. Plataformização. *Revista Fronteiras*, v. 22, n. 1, 2020.

SANTOS, Márcio. A operação jornalística guiada por dados: reconfigurando a percepção de valor da notícia com algoritmos, inteligência artificial e personalização estendida. *Brazilian Journalism Research*. v. 16, n. 3, 2020.

SOUSA, Máira Evangelista de Sousa. *Jornal e Mobilidade*. Reconfigurações do impresso ao multiplataforma. Tese (Doutorado em Comunicação e Informações). Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2018.

SOUSA, Máira Evangelista de Sousa; EIRÓ, Jorge; CHAGAS JUNIOR, Edgar M. A vulnerabilidade da circulação de imagens na internet: imagens que incendeiam as redes e as queimadas na Amazônia. In: MIRANDA, Cynthia Mara *et al.* (orgs.). *Vulnerabilidades, narrativas e identidades*. Belo Horizonte: Fafich/Selo PPGCOM/UFMG, 2020. p. 193-211.

TOMAZ, Tales; SILVA, Guilherme Cavalcante. Repensando big data, algoritmos e comunicação: para uma crítica da neutralidade instrumental. *Parágrafo*, v. 6, n. 1, 2018.

II

Narrativas, Desinformação e Resistências Pandêmicas

CAPÍTULO 6

A desinfodemia na região amazônica: tipificação e aspectos da desinformação sobre a covid-19

LIANA VIDIGAL ROCHA (UFT)

SARAH MELISA BARROS DE SOUSA (UFT)

Apesar de suas consequências terem marcado o ano de 2020 e perdurado até 2021, a pandemia de covid-19 teve seus primeiros casos registrados em dezembro do ano anterior, na cidade sínica de Wuhan. A China foi o primeiro epicentro da doença no mundo, entretanto, assim que o vírus se espalhou, diversas nações, como Estados Unidos, Índia e Brasil, chegaram a ultrapassar os números de infectados e mortos do país asiático.

Lam *et al.* (2020) afirmam que os estudos apontam para a possibilidade de o novo coronavírus ter sido transmitido para humanos através de Pangolins. Grande parte das pesquisas sobre a origem do SARS-CoV-2 em humanos indicam que o contágio ocorreu através do contato com animais selvagens. Dessa forma, Zhan, Deverman e Chan (2020) acreditam que, enquanto as pesquisas não têm respostas conclusivas, é importante limitar o contato com esses animais para eliminar a possibilidade de novas infecções por essa fonte. “O coronavírus pertence a uma família de vírus que podem causar vários sintomas, como pneumonia, febre, dificuldade respiratória e infecção pulmonar” (ADHIKARI *et al.*, 2020, p. 2, tradução nossa).

Diante desse cenário de incertezas e angústias, vimos surgir inúmeras informações sobre a doença que a Organização Mundial da Saúde (OMS) chamou de infodemia, ou seja, “a propagação em massa de informações sobre a pandemia do coronavírus”. Enquanto veículos jornalísticos do mundo inteiro preocupavam-se em publicar relatos verdadeiros sobre a covid-19, as mídias digitais estavam infestadas de informações incorretas e falsas. Esse fenômeno foi nomeado pela Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) de desinformação, pois é basicamente composto por desinformações sobre o novo coronavírus.

Em parceria com o ICFJ (*International Center for Journalists*), a Unesco publicou dois relatórios - *Disinfodemic: Deciphering covid-19 disinformation*” e “*Disinfodemic: Dissecting responses to covid-19 disinformation* - nos quais foram feitas identificações e análises sobre as desinformações que colocam em risco a vida de milhares de pessoas ao não terem acesso a fontes e informações confiáveis.

Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo tipificar desinformações sobre a covid-19, que circularam pelas mídias digitais, envolvendo a região amazônica. Amazonas e Pará foram os estados mais atingidos pela pandemia¹ e, por este motivo, a pesquisa procurou ainda identificar os formatos e os aspectos desses conteúdos a fim de perceber quais narrativas foram enviadas à população e que poderiam afetar no combate à doença.

Trata-se de uma pesquisa do tipo descritiva, de caráter qualitativo, cuja amostra foi coletada em veículos jornalísticos, agências de *fact-checking* e páginas oficiais de governos locais. A fundamentação teórica utilizou artigos científicos sobre a pandemia e os relatórios sobre desinformação publicados pela Unesco.

1. <https://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/noticia/2020/05/05/para-e-o-segundo-estado-do-brasil-onde-casos-da-covid-19-se-duplicam-mais-rapido.ghtml>
<https://revistagalileu.globo.com/Ciencia/Saude/noticia/2020/06/pesquisa-aponta-regiao-norte-como-epicentro-da-covid-19-no-pais.html>

Covid-19

A doença nomeada de covid-19, de acordo com o termo adotado pela Organização Mundial de Saúde, é causada pelo vírus SARS-CoV-2 e se assemelha a uma síndrome respiratória, podendo afetar pulmões, o trato respiratório e outros sistemas. Os estudos indicam que possivelmente o novo coronavírus foi transmitido aos humanos através do contato com animais selvagens, em especial os Pangolins (LAM *et al.*, 2020).

No final de fevereiro, a covid-19 já havia se espalhado por todos os continentes, à exceção da Antártida e a caracterização passou a ser de pandemia no dia 11 de março de 2020 (Ghebreyesus, 2020). Esta é a mais grave definição possível em termos de doenças e contágio, pois compreende o fato da epidemia estar estendida a níveis mundiais, sendo assim um dos maiores desafios sanitários deste século (PATATT e ROCHA, 2020, p. 42).

O vírus pode se espalhar através de minúsculas gotículas liberadas pelo nariz e pela boca de pessoas infectadas e que são transportadas pelo ar. Entre os principais sintomas estão a febre, tosse seca, congestão das vias aéreas, fadiga e em casos mais graves, falta de ar. Outros sintomas já foram identificados de maneira menos frequente, como perda do paladar e problemas cardiovasculares (FERRARI, 2020). A taxa de mortalidade é predominante em pacientes idosos, no entanto, “ao contrário do que muitos acreditam, o covid-19 não é uma doença restrita aos idosos; jovens e crianças também podem ser infectados” (FERRARI, 2020, p. 825).

Até o momento a covid-19 já foi responsável por mais de três milhões de mortes no mundo todo, superando a marca dos 130 milhões de infectados pela doença, de acordo com os dados publicados pelo jornal Folha de Pernambuco². Causando assim, um profundo impacto mundial, podendo ser considerada uma das mais severas síndromes virais desde a gripe espanhola, em 1918 (FERGUSON *et al.*, 2020). A quantidade

2. Número de mortes por covid-19 se aproxima dos 3 milhões no mundo. Folha de Pernambuco, Recife, 10 abr 2021. Disponível em: < <https://www.folhape.com.br/noticias/mortes-por-covid-19-se-aproxima-dos-3-milhoes-em-todo-o-mundo/179602/> >.

significativa de casos que necessitam de internação hospitalar, combinada com a ausência de um remédio comprovadamente eficaz acabou por provocar um colapso nos sistemas de saúde de várias nações (FERGUSON et al., 2020). Dessa forma, ainda no início de 2020, objetivando reduzir o número de infecções e diminuir o pico de incidência e o número de mortes, alguns países passaram a adotar medidas de isolamento e quarentena de toda a população, bem como o fechamento de escolas e universidades (SCHMIDT et al. 2020).

Atualmente, após quase um ano de pandemia do coronavírus, os efeitos dessa crise de saúde mundial são inúmeros. Desde implicações políticas, problemas sociais, ambientais e instabilidade econômica, até o aumento das doenças de ordem mental associadas ao contexto de isolamento. Os estudos apontam que o medo motivado pela potencialidade de ser infectado por um vírus de rápida disseminação e que pode ser fatal afeta diretamente o bem-estar psicológico de muitos indivíduos, podendo gerar sintomas como depressão, ansiedade e estresse (SCHMIDT et al. 2020). Casos do tipo já foram identificados na população, especialmente nos profissionais da área da saúde (Zhang et al., 2020).

Afora as implicações psicológicas diretamente relacionadas à covid-19, medidas para contenção da pandemia também podem consistir em fatores de risco à saúde mental. Em revisão de literatura sobre a quarentena, Brooks et al. (2020) identificaram que os efeitos negativos dessa medida incluem sintomas de estresse pós-traumático, confusão e raiva. Preocupações com a escassez de suprimentos e as perdas financeiras também acarretam prejuízos ao bem-estar psicológico (Shojaei & Masoumi, 2020). (SCHMIDT et al. 2020, p. 3).

Esta conjuntura também tende a intensificar estigmas sociais e comportamentos discriminatórios contra grupos específicos, ao exemplo dos chineses e dos idosos (SCHMIDT et al. 2020). Outro problema social agravado pela pandemia é a violência doméstica. De

acordo com os dados divulgados pela revista IstoÉ Dinheiro³, o número de denúncias de casos no canal 180 cresceu em 40% em relação ao ano de 2019. Isso possivelmente se deve ao fato das vítimas estarem isoladas com os agressores e, portanto, mais vulneráveis.

Já em relação aos problemas ambientais a pandemia colaborou com o aumento de produtos plásticos que vão parar no oceano. Máscaras descartáveis e luvas de látex figuram entre os materiais mais descartados nas águas. De acordo com a ONG Associação Internacional de Resíduos Sólidos, os produtos plásticos também estão se amontoando nos aterros sanitários, em razão do aumento no descarte de embalagens de comidas entregues em domicílio.

Outro exemplo de problemáticas ambientais e econômicas associadas à pandemia foi o abate de 17 milhões de visons na Dinamarca. Todo o rebanho, destinado à produção de peles para a indústria da moda, foi condenado após a constatação de surtos de coronavírus em centenas de fazendas produtoras. A decisão foi motivada pela transmissão da covid-19 para pessoas através dos animais. No entanto, devido ao impacto econômico e ambiental causado, o ato foi polêmico e impopular. Imagens da primeira-ministra chorando⁴ pelas famílias que perderam não só sua renda como uma tradição geracional se espalharam pelo país.

Segundo a reportagem publicada pela CNN Brasil⁵, os corpos dos visons foram enterrados às pressas em uma antiga base militar e por causa da liberação de gases gerados pelo processo de decomposição, começaram a ressurgir no terreno arenoso, causando risco de contaminação da água potável e da população próxima. A medida impactou

3. VIOLÊNCIA contra mulher aumenta em meio à pandemia; denúncias ao 180 sobem 40%. Isto É, São Paulo, 01 jun 2020. Giro. Disponível em: <<https://www.istoedinheiro.com.br/violencia-contra-a-mulher-aumenta-em-meio-a-pandemia-denuncias-ao-180-sobem-40/>>.

4. PRIMEIRA-ministra dinamarquesa chora por morte de 17 milhões de visons. O Tempo, Belo Horizonte, 26 nov 2020. Economia. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/economia/primeira-ministra-dinamarquesa-chora-por-morte-de-17-milhoes-de-visons-1.2417854>>.

5. GRONHOLT-PEDERSEN, Jacob. Dinamarca vai desenterrar milhões de visons de valas comuns. Veja por quê. CNN Brasil, São Paulo, 20 dez 2020. Internacional. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/2020/12/20/dinamarca-vai-desenterrar-milhoes-de-visons-de-valas-comuns>>.

diretamente a economia da Dinamarca, que era o principal exportador de visons para marcas de luxo do mundo e o ministro responsável pela decisão teve que renunciar ao cargo⁶.

Diante desse cenário caótico e ainda sem uma solução definitiva para a pandemia, o contexto é de incertezas e medo. A insegurança causada pela falta de amparo político, a demora no desenvolvimento da vacina e o aumento desenfreado no número de contágios preocupa a população mundial.

A falta de respostas para a maioria das perguntas provoca diversas reações, entre as quais, o medo – primitivamente um mecanismo de defesa relacionado a preservação da vida (Delumeau, 1989). A questão é que a percepção exagerada do risco costuma levar a um sentimento de falta de controle e, para que haja uma retomada deste, verifica-se uma tendência a construir e propagar teorias explicativas que se adaptem melhor às suas visões do mundo (Palma-Oliveira, 2020). Esta linha é capaz de explicar a maior busca das pessoas por informações, tendo como consequência uma maior produção de conteúdo para atender a demanda – mas este nem sempre é verdadeiro e confiável. (PATATT e ROCHA, 2020, p. 42).

Dessa forma, é possível perceber o importante papel que o jornalismo vem desempenhando ao delinear todo o panorama da pandemia. Ferraz (2020, p. 273), inclusive, diz que “os relatos jornalísticos foram decisivos para dar ‘vida’ à covid-19, devido a uma publicação diária sem precedentes por parte dos meios de comunicação”. Assim, observa-se que a temática do coronavírus se tornou a principal discussão tanto nos conteúdos publicados pelos veículos de comunicação quanto no cotidiano dos indivíduos, o que acaba promovendo um terreno fértil para a desinformação e as *Fake News*.

Desinformação, Infodemia e Desinfodemia

“Meia verdade é mentira inteira”. O provérbio de origem iídiche acena para a necessidade de sempre prezarmos pela verdade em sua totalidade.

6. MINISTRO que ordenou abate de 17 milhões de visons renuncia na Dinamarca. CNN Brasil, São Paulo, 18 nov 2020. Internacional. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/2020/11/18/ministro-que-ordenou-abate-de-17-milhoes-de-visons-renuncia-na-dinamarca>>.

Ao optarmos por apenas uma parte da verdade de uma informação, estamos abrindo espaço para que, em um curto espaço de tempo, ela se transforme em mentira, visto que os enganos, a camuflagem ou até mesmo o apagamento de informações verídicas podem confundir a realidade e prejudicar pessoas ou instituições.

Assim, no caso específico da comunicação, esse provérbio também pode ser considerado como um alerta tanto para os profissionais que têm a informação como sua matéria prima de trabalho quanto para o público que consome, produz e compartilha dados todos os dias. Afinal, como bem explicou Rosental Calmon Alves⁷, vivemos na sociedade do prosumidor, isto é, do produtor-consumidor de conteúdo. “O consumidor não é mais um ser passivo que recebe as informações empacotadas por outros⁸ (tradução nossa)”.

Alves diz ainda que “a informação não circula mais em pacotes fechados, mas em unidades abertas, em fluxos que se distribuem na internet” (tradução nossa)⁹. Nesse sentido, podemos afirmar que, com o avanço e popularização da tecnologia, as informações passaram a circular de forma mais ampla, livre e democrática. Porém, essa liberdade trouxe alguns aspectos negativos, como a desinformação.

De acordo com Fallis (2009), a desinformação pode ser compreendida como a informação imprecisa que tem como objetivo enganar o receptor. O autor defende que a desinformação também possui variações, como:

a) Estratégia de ação: nesse caso, a desinformação funciona como uma tática para escamotear a verdade a fim de não prejudicar alguma ação ou atividade a ser desenvolvida. Funciona como uma espécie de camuflagem da verdade;

7. ELOLA, Joseba. Los medios deben aparcarse su arrogancia. El País, Madrid, 05 set 2010. Actualidad. Disponível em: < https://elpais.com/diario/2010/09/05/domingo/1283658757_850215.html>. Acesso em 27 dez 2020.

8. *Vivimos en la sociedad del prosumer, o sea, del productor-consumidor de contenidos, explica. El consumidor ya no es un ser pasivo que recibe la información empaquetada por otros.*

9. *La información ya no circula en paquetes cerrados, sino en unidades abiertas, en flujos que se distribuyen por la Red.*

b) *Produto tecnicamente enganoso*: a manipulação e inserção de informações erradas em sites colaborativos, como Wikipédia, e modificações de dados em páginas na web promovidas por hackers se encaixam nessa variação de desinformação;

c) *Serviços de informação deliberadamente enganosos*: releases enviados para empresas jornalísticas contendo informações erradas ou deliberadamente mentirosas. O mercado financeiro, por exemplo, é uma das áreas que mais pode sofrer com esse tipo de desinformação;

d) *Informação não verbal e não escrita enganosa*: fotografias, ilustrações, mapas, vídeos e afins também podem conter informações imprecisas ao ponto de enganar o público;

e) *Conteúdo enganoso direcionado a pessoas ou organizações específicas*: primeiro, a ideia era de que a desinformação era distribuída para o público dos meios de comunicação. Contudo, nos últimos anos vimos a consolidação da desinformação voltada para determinados públicos e/ou instituições multiplicada via redes sociais e/ou aplicativos de mensagens;

f) *Tecnologia como alvo*: essa variação ocorre quando gerenciadores de sites tentam ludibriar os buscadores da internet, modificando assim o resultado da pesquisa e conseqüentemente a informação que poderia ser obtida.

A partir dessas variações, é possível perceber que a desinformação circula de diferentes maneiras mesmo que algumas não sejam de forma intencional. Nesse sentido, Fallis (2009) afirma que “para desinformar, primeiro, você tem que querer enganar alguém. Mas é possível mentir para alguém mesmo que você não pretenda enganá-la (tradução nossa)”¹⁰.

Em 2017, Claire Wardle e Hossein Derakhshan elaboraram, para a União Europeia, o relatório *Information Disorder*, no qual identificam os tipos, os elementos e as fases de desinformação. Foram apontados três tipos: desinformação intencional (*desinformation*); informação

10. *First of all, in order to disinform, you have to intend to deceive someone. But it is possible to lie to someone even if you do not intend to deceive her.*

incorreta (*misinformation*); má informação (*mal-information*) e três elementos: agente, mensagem e intérprete (*receptor*). Além de assinadas três fases: criação, produção e distribuição.

A desinformação intencional compreende a informação falsa criada especificamente para prejudicar uma pessoa, uma instituição/organização ou grupo social. Já a informação incorreta é a informação falsa, mas sem a intenção de causar danos. A má informação se baseia na realidade e é usada para infligir danos a uma pessoa, organização ou país. O relatório revela a intersecção em torno dos conceitos de dano e falseamento a partir dos subtipos de desinformação estabelecidos pela organização *First Draft* (ROCHA, 2020), configurando-se assim na desordem da informação.

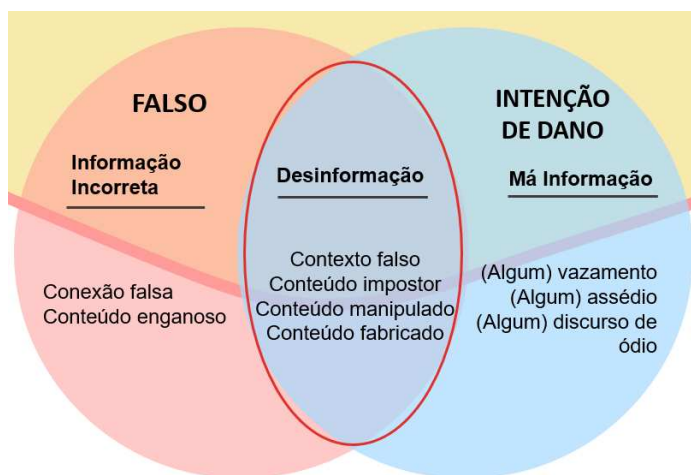


FIGURA 1: Desordem da Informação
 FONTE: WARDLE e DERAKHSHAN (2017)

Em relação aos elementos, percebe-se a presença dos principais itens do sistema de comunicação, afinal uma mensagem precisa ser emitida por um locutor, por meio de um canal, para chegar até o interlocutor. Portanto, é perceptível que não há qualquer diferença na estrutura dos elementos que compõem a desinformação.

Os pesquisadores identificaram ainda as três fases de uma desinformação. A criação compreende a etapa da elaboração do conteúdo falso.

A produção refere-se à etapa na qual a mensagem é transformada em um produto de mídia e a distribuição envolve a fase em que a mensagem é difundida ou tornada pública.

É importante destacar que, nessas três fases, teremos diferentes agentes atuando em cada uma delas, porque “o agente que cria o conteúdo é muitas vezes fundamentalmente diferente do agente que o produz (WARDLE e DERAKHSHAN, 2017, p. 23, tradução nossa)”¹¹. Isso ocorre porque as motivações são diferentes. Nem sempre a motivação do criador da desinformação é a mesma do divulgador do conteúdo.

Ao associar a desinformação às tecnologias utilizadas atualmente, vimos surgir um vultoso volume de informações enganosas, que Rubin (2019) chamou de “epidemia habilitada pela tecnologia sociocultural nas notícias digitais e propagada pelas redes sociais”¹². Para auxiliar na compreensão do fenômeno, a autora elaborou o “Triângulo da Desinformação (intencional e informação incorreta), no qual apresenta um modelo conceitual para a epidemia de fake news”.

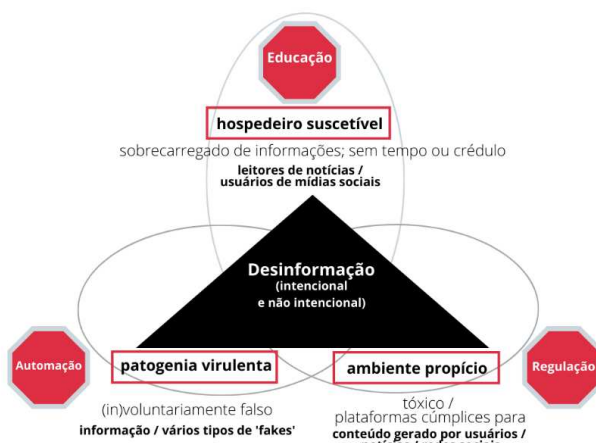


FIGURA 2: Modelo do Triângulo da Desinformação
FONTE: RUBIN (2019)

11. [...] *the agent that creates the content is often fundamentally different from the agent who produces it.*

12. RUBIN, Victoria. *Disinformation and misinformation triangle*. Journal of Documentation, Vol. 75 No. 5, 2019. Disponível em: <<https://victoriarubin.fims.uwo.ca/2019/09/23/disinformation-misinformation-triangle-published-in-journal-of-documentation/>>. Acesso em 12 jan 2021.

Nesse modelo, Rubin (2019) esclarece que a desinformação e a informação incorreta são compostas por três fatores que ocorrem simultaneamente e que facilitam a propagação das informações falsas. A patologia virulenta compreende as falsificações, o clickbait, “falsificações” satíricas e outras notícias enganosas. O ‘antídoto’ para ela seria o investimento em “soluções automatizadas com processamento de linguagem natural, aprendizado de máquina e várias técnicas de detecção automatizadas disponíveis atualmente” (p. 1013), ou seja, programas que ajudem a identificar os conteúdos falsos.

Já o hospedeiro suscetível são os leitores de notícias e os usuários de mídias sociais que são sobrecarregados de informações, pressionados pelo tempo ou sem habilidades de alfabetização midiática. Sobre esse fator, Rubin (2019) recomenda além da alfabetização da informação, estudos relacionados à mídia, ao jornalismo, às perspectivas de comunicação e à psicologia interpessoal.

Na terceira ponta do triângulo, temos o ambiente propício representado pelas plataformas de mídia social que são “poluídas e mal regulamentadas” que propagam e incentivam a disseminação de várias “falsificações”. Para este fator fica implícita a necessidade de regulações para as plataformas de mídias sociais que, nos últimos anos, têm feito esforços para combater as desinformações.

Se já é difícil lidar com um grande número de informações em condições normais, nesse período de angústias e incertezas marcado pela pandemia de covid-19 a situação ficou muito mais complicada. Em 2020, a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), ligada à OMS, divulgou um folheto informativo no qual explica o que é infodemia. “A palavra infodemia se refere a um grande aumento no volume de informações associadas a um assunto específico, que podem se multiplicar exponencialmente em pouco tempo devido a um evento específico, como a pandemia atual¹³”.

13. ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. *Entenda a infodemia e a desinformação na luta contra a covid-19*. Washington, 2020. Disponível em: <https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/52054/Factsheet-Infodemic_por.pdf?sequence=14>. Acesso em: 11 jan 2021.

Além disso, o folheto contém informações que alertam sobre os perigos da infodemia e como poderiam agravar a pandemia. A saber: i) dificuldade em encontrar fontes idôneas e/ou orientações confiáveis (instituições científicas, sites, blogs, apps etc); ii) gerar, por exemplo, ansiedade, sobrecarga emocional e depressão nas pessoas; iii) afetar o processo de tomada de decisões; iv) falta de controle de qualidade das publicações; v) criação e publicação de conteúdo por parte de qualquer pessoa mesmo que não seja especialista no assunto.

Em meio à pandemia, a Unesco (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura), em parceria com o ICFJ (*International Center for Journalists*), publicou dois relatórios - *Disinfodemic: Deciphering covid-19 disinformation* e *Disinfodemic: Dissecting responses to covid-19 disinformation* - nos quais foram feitas identificações e análises sobre as desinformações que colocam em risco a vida de milhares de pessoas ao não terem acesso a fontes e informações confiáveis.

É possível observar que esse fenômeno foi chamado de desinfodemia, isto é, trata-se do volume de desinformações veiculadas sobre covid-19, que “cria confusão referente à ciência médica, com impacto imediato em todas as pessoas do planeta e em sociedades inteiras” (POSETTI E BONTCHEVA, 2020, p. 02). Esse tipo de desinformação, de acordo com o relatório, seria muito mais nocivo e sobretudo letal, pois interfere diretamente na saúde das pessoas.

O documento identifica ainda os principais formatos das desinformações sobre coronavírus que circulam no ciberespaço além dos temas essenciais, apresentando uma tipologia para cada uma. Sobre os formatos, as informações falsas circulam de quatro maneiras diferentes: a) textos, b) imagens/memes, c) vídeos e d) áudios. Em relação às temáticas, foram elencados nove assuntos principais: i) origem e propagação da covid-19; ii) estatísticas falsas e equivocadas; iii) impactos econômicos; iv) depreciação de jornalistas e veículos jornalísticos com credibilidade; v) ciências médicas (sintomas, diagnóstico e tratamento); vi) impactos na sociedade e no meio ambiente; vii) politização; viii) conteúdo impulsionado para ganho financeiro fraudulento; ix) desinformação envolvendo celebridades.

No próximo item deste trabalho, apresentamos desinformações que circularam pelo ciberespaço em 2020, tendo como recorte conteúdos envolvendo os estados que compreendem a região amazônica.

Desinfodemia na região amazônica

Com o intuito de auxiliar a discussão sobre a desinfodemia na região amazônica, foram selecionadas 12 desinformações sobre covid-19. Ressaltamos que esta é uma pesquisa do tipo descritiva, de caráter qualitativo, cuja amostra foi coletada em veículos jornalísticos, agências de *fact-checking* e páginas oficiais de governos locais. A técnica utilizada foi a análise de conteúdo que é um “conjunto de técnicas que visam a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e recepção das mensagens” (GERHARDT E SILVEIRA, 2009, p. 86).

Para realizar a análise do material foram estabelecidas cinco categorias, elaboradas a partir da fundamentação teórica apresentada anteriormente. São elas:

- a) Formato: i) texto; b) imagens/memes; c) vídeo; d) áudio.
- b) Temática: i) origem e propagação da covid-19; ii) estatísticas falsas e equivocadas; iii) impactos econômicos; iv) depreciação de jornalistas e veículos jornalísticos com credibilidade; v) ciências médicas (sintomas, diagnóstico e tratamento); vi) impactos na sociedade e no meio ambiente; vii) politização; viii) conteúdo impulsionado para ganho financeiro fraudulento; ix) desinformação envolvendo celebridades, x) outro (s).
- c) Tipo: i) desinformação intencional; ii) informação incorreta; iii) má informação.
- d) Subtipo: i) contexto falso; ii) conteúdo impostor; iii) conteúdo manipulado; iv) conteúdo fabricado; v) conexão falsa; vi) conteúdo enganoso; vii) (algum) vazamento; viii) (algum) assédio; ix) (algum) discurso de ódio.
- e) Aspectos Gerais: i) verificar se o conteúdo era direcionado a pessoas e/ou organizações específicas; ii) se era deliberadamente enganoso ou apenas uma informação incorreta; iii) se o conteúdo

foi manipulado com o objetivo de enganar ou confundir o público; iv) se a fonte estava aparente ou era confiável; v) se circulou em alguma plataforma específica (Facebook, Twitter, WhatsApp etc); vi) se poderia afetar o processo de tomada de decisões por parte do público.

A fim de ilustrar a pesquisa, elaboramos o quadro abaixo, contendo as principais informações que compõem a amostra a partir das categorias de análise. Cada desinformação foi identificada com a letra 'D' e um número em sequência.

Quadro 01 – Conteúdos Selecionados

Conteúdo	Temática	Formato	Tipo	Subtipo	Aspectos
D1	Estatísticas equivocadas	Imagem (mapa), texto e vídeo	Informação incorreta	Conteúdo enganoso	Dados estatísticos veiculados no JH, da Rede Globo, com informações incorretas sobre o nº de mortos por covid-19 no AM. A reportagem não utilizou a reclassificação da causa-mortis por covid-19 feita pela Fundação de Vigilância em Saúde do Amazonas, em obediência às novas regras estabelecidas pelo Ministério da Saúde. (Fonte: Amazonas Atual)
D2	Estatísticas falsas e equivocadas	Texto	desinformação intencional	Conteúdo manipulado	Circulou no Whatsapp a informação de que o número de mortes por covid-19 no Amazonas caiu drasticamente após uma visita feita ao estado pelo ministro da Saúde, Nelson Teich, no domingo, 03 de maio de 2020. (Fonte: Fato ou Fake, do G1)
D3	Estatísticas falsas e equivocadas	Imagem (foto)	desinformação intencional	Conteúdo manipulado	A foto, que circulou pelas redes sociais, mostrava um caixão sendo enterrado sem corpo que teria como objetivo aumentar os dados de morte pelo Novo Coronavírus em Manaus. A Prefeitura de Manaus esclareceu que a imagem foi feita em São Carlos (SP), em 2017, para ilustrar a descoberta de um golpe de seguros, que era aplicado na cidade. (Fonte: Prefeitura de Manaus)
D4	impactos econômicos	vídeo	desinformação intencional	Contexto falso	Após boatos de que o comércio em Boa Vista seria novamente fechado, a prefeita de Boa Vista, Teresa Surita, usou as redes sociais para desmentir boatos de que o comércio seria novamente fechado. (Fonte: Folha BV)
D5	Politização e ciências médicas	Imagem (fotos) e texto	desinformação intencional	Contexto falso	Circularam pelas redes sociais fotos de embalagens de medicamentos acompanhadas de uma mensagem acusando governador Helder Barbalho de esconder toneladas de remédios para o combate ao coronavírus. Os medicamentos foram utilizados somente em nível hospitalar e segundo critérios médicos. (Fonte: Fato ou Fake, do G1)

D6	Outro (mortes por covid-19)	vídeo	desinformação intencional	Contexto falso	O vídeo mostra uma idosa deitada sobre uma maca de hospital respirando com dificuldades. A mulher está dentro de um saco plástico, o mesmo utilizado para carregar corpos de pessoas mortas. Sem autoria clara, ela seria enterrada viva para inflar os números de covid-19, no país. O governo do Pará informou que o vídeo foi gravado no distrito de Icoaraci, em Belém. A divulgação do vídeo se tornou alvo de investigação policial. (Fonte: Sespa)
D7	Estatísticas falsas e equivocadas	Imagem (foto) e texto	Informação incorreta	Conteúdo enganoso	A imagem, veiculada no Facebook, apresentava uma foto da cidade de Belém-PA acompanhada de texto afirmando que não houve mortes por covid-19 na cidade durante os dias 30 e 31 de maio. A informação estava equivocada, pois os dados inseridos no site de transparência com os dados de covid-19 da Sespa podem ser inseridos de maneira retroativa. (Fonte: Agência Lupa).
D8	Outro (morte por covid-19)	Não deixa claro	Desinformação intencional	Contexto falso	Boatos circularam pelas redes sociais desmentindo que a primeira morte por covid-19 confirmada em Palmas-TO seria de fato por essa razão. Os boatos alegavam que a morte teria sido ocasionada por erros médicos. A família da vítima publicou um comunicado também nas redes sociais desmentindo os boatos e pedindo respeito à família. (Fonte: Portal O Norte)
D9	Origem e propagação da covid-19	Texto e áudio	Desinformação intencional	Conteúdo manipulado	Circularam no WhatsApp mensagens e áudios alegando que uma funcionária do Hospital Geral de Palmas testou positivo para covid-19. As mensagens afirmavam que ela havia cumprido apenas 11 dias de isolamento, voltando ao trabalho três dias antes de sair o resultado positivo. A Secretária da Saúde negou a informação divulgando que a servidora teria se afastado em razão da escala de trabalho e não por suspeitar da doença. (Fonte: Jornal do Tocantins)

D10	Impacto na sociedade e no meio ambiente	Não deixa claro	Desinformação intencional	Conteúdo manipulado	Circulam informações em redes sociais afirmando que os supermercados de Rondônia seriam fechados devido ao coronavírus. A informação foi desmentida pelo presidente da Associação de Supermercados de Rondônia. (Fonte: G1-Rondônia/Rede Amazônica)
D11	Ciências médicas	Áudio	Desinformação intencional	Contexto falso	Áudios forma divulgados na internet por dois médicos de Rondônia, afirmando que o Hospital Samar teria sido negligente no atendimento de um paciente vítima de covid-19. O paciente na realidade foi atendido em outro hospital da capital e não na unidade referida na denúncia. (Fonte: Rondôniaaovivo)
D12	Impactos na sociedade e no meio ambiente (lockdown)	Texto e imagem	Desinformação intencional	Conteúdo fabricado	Mensagens falsas foram divulgadas nas redes sociais e provocaram corrida a supermercados e farmácias além de aglomerações. A mensagem afirmava que as autoridades locais iriam adotar o lockdown em Macapá. (Fonte: G1 – Amapá/Rede Amazônica)

FONTE:Produção das autoras

A primeira desinformação selecionada para esta pesquisa refere-se à veiculação de uma reportagem feita pelo Jornal Hoje, da Rede Globo, sobre o número de mortes por covid-19 no estado do Amazonas. De acordo com o site Amazonas Atual, a reportagem apresenta informações incorretas sobre o número de mortos pelo novo coronavírus no Amazonas, em agosto de 2020.

Ao não utilizar a reclassificação da causa-mortis por covid-19 feita pela Fundação de Vigilância em Saúde do Amazonas, em obediência às novas regras estabelecidas pelo Ministério da Saúde, a reportagem da emissora pode ser classificada como informação incorreta, porque, naquele momento, colocou o Estado como território em que o número de mortes aumentava dia a dia.

Portanto, o conteúdo apresentou estatísticas equivocadas por meio de mapa, vídeo e texto, caracterizando-se em um conteúdo enganoso, ou seja, quando uma informação é usada de forma enganosa e acaba prejudicando uma pessoa e/ou instituição. Nesse caso, o público que assiste ao telejornal foi prejudicado, pois não recebeu a informação correta, criando uma ideia errada da realidade.

A segunda desinformação é referente a uma mensagem de texto que circulou no WhatsApp, em maio de 2020, sobre a diminuição no número de mortes por covid-19 no Amazonas após a visita do então ministro da Saúde, Nelson Teich. A mensagem dizia que “todo dia estavam morrendo 140 pessoas no Amazonas” e que “só foi Bolsonaro mandar o ministro da Saúde ir para Manaus visitar os hospitais que morreram 46 pessoas no estado todo, sendo apenas 2 de covid-19”.

Segundo a editoria de *fact checking* do grupo Globo, Fato ou Fake, o ministro da Saúde realmente esteve em Manaus para discutir sobre o enfretamento da doença. Entretanto, a informação do WhatsApp não era verdadeira. Tratava-se de um boato que tinha como objetivo divulgar que os dados sobre as mortes no estado eram inflados. Deste modo a desinformação intencional pode ser classificada como conteúdo manipulado, porque as informações verdadeiras foram alteradas para enganar o receptor da mensagem.

A próxima desinformação, identificada como D3, foi sobre uma fotografia que circulou pelas redes sociais (figura 03) e que mostrava um

caixão sendo enterrado, mas sem o corpo. A mensagem dizia que essa prática era uma forma de aumentar os números sobre as mortes por coronavírus em Manaus.



FIGURA 3: Desinformação intencional que circulou nas redes sociais
FONTE: Prefeitura de Manaus

A Prefeitura de Manaus esclareceu que a imagem não foi feita na capital amazonense, mas sim em São Carlos, cidade do interior do estado de São Paulo, em 2017. Na época, o registro foi realizado para ilustrar a descoberta de um golpe contra seguradoras que vinha sendo aplicado no município. Portanto, a imagem não tem qualquer relação com a pandemia e nem com o Amazonas. Assim, essa desinformação pode ser entendida como contexto falso que é referente a um conteúdo verdadeiro, mas compartilhado em um falso contexto.

A quarta desinformação teve como temática principal o impacto econômico. Segundo a Folha BV, veículo jornalístico da capital de Roraima, um vídeo da então prefeita, Teresa Surita, circulou nas redes sociais e no WhatsApp falando sobre um novo fechamento do comércio local. Apesar de verdadeiro, o vídeo era antigo e referente a medidas antigas tomadas em relação à pandemia de coronavírus. A prefeitura emitiu uma nota na qual repudiava o uso da informação antiga como se fosse atual com o objetivo de prejudicar a população sobre o comércio da cidade, a covid-19 e conseqüentemente a instituição governamental. Logo podemos classificar esse conteúdo como desinformação intencional e contexto falso.

Na desinformação número cinco, verificamos que a temática envolveu dois assuntos: a politização e ciências médicas. Enquanto o texto destacava “uma grave denúncia” sobre o fato do governador do Pará, Helder Barbalho, estar escondendo em um galpão da Sespa (Secretaria de Saúde Pública do Pará) toneladas de medicamentos para o tratamento do coronavírus, a imagem trazia uma foto das embalagens da medicação citada (figura 04).



FIGURA 4: Contexto falso no formato de imagem

FONTE: Sespa

De acordo com a Sespa, os medicamentos, apontados na imagem da desinformação, não estavam escondidos no galpão, porque foram distribuídos nos hospitais da rede pública e privada para atender os pacientes com covid-19. A secretaria de saúde esclareceu ainda que o destino dos remédios era somente em nível hospitalar e não as farmácias populares, pois precisavam de prescrição médica.

Essa desinformação intencional foi desmentida tanto pelo governo estadual quanto pela editoria Fato ou Fake, do grupo Globo. Mais uma vez temos aqui um conteúdo que pode ser classificado como contexto falso, pois utilizou uma informação verdadeira, mas compartilhada a partir de um cenário enganoso. Além disso, ao indicar o governador como responsável pelo fato, nota-se a politização da mensagem.

A sexta desinformação selecionada é referente a vídeo que viralizou no WhatsApp e nas redes sociais no Brasil e em outros países. Trata-se da idosa que supostamente estava morta, mas que seria enterrada viva caso a família não tivesse comprovado que ela ainda respirava. O vídeo enfatizava o fato de a mulher estar dentro de um saco plástico que é utilizado para carregar o corpo de pessoas mortas.

A história foi desmentida pelo site jornalístico BBC News Brasil e pelo governo do Pará que, diante da polêmica, emitiu uma nota esclarecendo que o vídeo havia sido gravado em Icoaraci, distrito de Belém, no setor de observação do Hospital Abelardo Santos, referência no combate à pandemia no estado, e não em um necrotério como estava sendo divulgado.

A desinformação intencional pode ser classificada também como falso contexto, pois utilizou um fato verdadeiro – a falta de atendimento adequado à idosa por parte do hospital – para apresentar um quadro danoso cujo objetivo era inflar os números da doença causada pelo novo coronavírus, no país e culpabilizar o governo estadual. Já a temática envolvida pode ser interpretada como morte por covid-19.

A sétima desinformação se trata de uma imagem divulgada no Facebook no dia 1 de junho, apresentando uma foto de Belém-PA ao fundo, acompanhada do seguinte texto: “Boa notícia! Belém apresenta o segundo dia consecutivo sem registrar nenhuma morte por covid-19, afirma Sespa”. A publicação indica que não ocorreram mortes por covid-19 na cidade durante os dias 30 e 31 de maio.

No entanto, se trata de uma informação incorreta, pois os dados do site de transparência de covid-19 da Sespa podem ser inseridos de maneira retroativa, ou seja, ainda que no dia da consulta não houvesse registros, a plataforma poderia ser atualizada com novos dados. Sendo assim a Sespa recomenda cautela na divulgação de informações baseadas no site, aconselhando que a demora para a inserção dos números seja respeitada. Em relação ao subtipo, a informação pode ser considerada um conteúdo enganoso, pois divulgou dados equivocados relacionados ao número de mortes por covid-19 na capital.



FIGURA 5: Conteúdo enganoso postado no Facebook
 FONTE: Agência Lupa

A desinformação seguinte possui uma temática relacionada com as mortes por covid-19. Boatos foram espalhados nas redes sociais alegando que a primeira morte confirmada em Palmas-TO, causada pela doença, teria sido na verdade ocasionada por uma sucessão de erros médicos. Neste caso, não foi especificado o formato das informações compartilhadas. A própria família da vítima desmentiu a alegação, através de um comunicado divulgado também pelas redes sociais, no qual garante que não houve erros por parte da equipe médica e que a paciente foi bem assistida durante todo o período de internação. Dessa forma, pode-se classificar esta informação como desinformação intencional, já que os dados foram espalhados com o intuito de deslegitimar a confirmação do primeiro caso de óbito na capital. Utilizando de um contexto falso para atribuir causalidade a um fato verídico.

Já a desinformação de número 9 se trata de mensagens de áudio e texto divulgadas pelo WhatsApp, indicando que uma servidora do centro cirúrgico do Hospital Geral de Palmas testou positivo para covid-19. De acordo com o Jornal do Tocantins, as mensagens alegavam que a

funcionária teria suscitado a doença e cumprido somente onze dias de isolamento, voltando ao trabalho três dias antes do suposto resultado positivo.

A desinformação intencional gerou pânico entre os pacientes e funcionários do HGP, pois a servidora apontada trabalhava em contato com toda a equipe cirúrgica. A Secretaria da Saúde desmentiu a informação, divulgando que a funcionária estava afastada em razão de sua escala na unidade e não por suspeita de ter contraído a covid-19. Além disso, ela é paciente crônica de asma e teve uma crise severa ao retornar ao seu posto. Este caso se enquadra em conteúdo manipulado, já que os fatos foram adulterados para enganar os pacientes e a equipe do hospital.

A décima desinformação não tem seu formato especificado e está relacionada com informações divulgadas através da internet, alegando que os supermercados de Rondônia seriam fechados em razão do novo coronavírus. De acordo com o portal G1 local, a desinformação intencional foi desmentida pelo presidente da Associação de Supermercados de Rondônia (Asmeron), que garantiu que as unidades permaneceriam abertas e que as medidas preventivas, como a disponibilização de álcool em gel e a higienização dos carrinhos, seriam adotadas para garantir a segurança. O conteúdo manipulado tinha como objetivo causar pânico na população local.

A décima primeira desinformação se trata de uma denúncia falsa em formato de áudio, divulgada pela internet, acusando o Hospital Samar de Rondônia de ter recusado o atendimento de um paciente com covid-19. De acordo com o jornal eletrônico Rondoniavivo, o paciente citado havia sido internado em outro hospital da cidade e não na unidade acusada.

O Hospital Samar garantiu ainda que o paciente nunca recebeu atendimento em nenhuma de suas unidades. Dessa forma, esta desinformação intencional também se enquadra na definição de contexto falso, que foi manipulado para atingir uma instituição específica. O veículo identifica os possíveis autores da falsa denúncia e informa que o Conselho Regional de Medicina de Rondônia (Cremero) já tomou providências para apurar as denúncias.

Por fim, a última desinformação selecionada refere-se às mensagens falsas (texto e imagem) divulgadas em redes sociais, como Facebook, que seria decretado bloqueio total (*lockdown*) em Macapá, capital do Amapá, o que gerou uma corrida a farmácias e supermercados por parte da população (ver figura 06). O governo do Estado e a prefeitura do município desmentiram a informação falsa em seus perfis oficiais.



FIGURA 6: Contexto falso sobre *lockdown*
FONTE: G1 – Amapá

Essa desinformação intencional pode ser classificada como conteúdo fabricado, isto é, conteúdo falso que é elaborado não somente para desinformar o público, mas também para prejudicar alguém. Nesse caso, a maior prejudicada foi justamente a população de Macapá, visto que a mensagem falsa teve como consequência a aglomeração das pessoas nas farmácias e supermercados, gerando um impacto direto na sociedade com a possível contaminação em massa.

Algumas Considerações

A partir da amostra selecionada para esta pesquisa, elaboramos algumas considerações em relação às desinformações sobre a covid-19

que circularam (e continuam circulando) nas redes sociais e nos aplicativos de mensagens). Dentre as 12 desinformações analisadas, observamos que há uma variação temática sobre a pandemia.

Dentre os nove assuntos relacionados por Posetti e Bontcheva (2020), identificamos a presença de sete temas sobre o novo coronavírus, sendo: estatísticas falsas e equivocadas (04); ciências médicas (02), morte por covid-19 (02) e impactos na sociedade e no meio ambiente (02); origem e propagação do vírus (01) e politização (01). Destacamos que apenas a quinta desinformação envolveu dois temas concomitantemente (ciências médicas e politização) ao atrelar o nome do governador Helder Barbalho com o uso de medicação para o combate ao coronavírus.

Sobre o formato, percebemos que o texto está presente em seis desinformações, seja de forma única ou associado com outro tipo de mídia, como áudio ou vídeo. A imagem foi o segundo formato mais recorrente com cinco ocorrências. Além das tradicionais fotografias, identificamos também a presença de mapa que compôs a reportagem do Jornal Hoje, da Rede Globo. Os formatos vídeo e áudio foram os menos presentes, com três e duas ocorrências respectivamente. Ressaltamos que, dentro do material checado e selecionado para esta pesquisa, não foi possível identificar o formato do conteúdo em duas desinformações (D8 e D10).

Em relação ao tipo das desinformações, observamos que a desinformação intencional está presente em 10 das 12 selecionadas para a amostra e apenas duas referem-se a informações incorretas. Isso significa que 80% das desinformações sobre a covid-19 envolvendo os estados que compõem a região amazônica são elaboradas de maneira proposital, com o objetivo de confundir e/ou prejudicar alguém ou alguma instituição. Apenas 20% das desinformações estão associadas a informações incorretas que são as informações falsas que não tem a intenção de causar danos. Neste trabalho, não foram identificadas má-informações (vazamentos de áudio, assédio ou discursos de ódio).

Já os subtipos de desinformação, notamos que o conteúdo falso está presente em cinco conteúdos selecionados, enquanto conteúdo manipulado foi encontrado em quatro desinformações, o conteúdo enganoso em duas e o conteúdo fabricado, considerado por nós o mais nocivo de todos, em apenas uma desinformação.

Ao pensarmos no modelo do Triângulo da Desinformação proposto por Rubin (2019), concluímos que o público da região amazônica está suscetível a acreditar nas desinformações sobre a covid-19 uma vez que é sobrecarregado por informações diariamente, seja pelos veículos de comunicação, seja pelas mídias sociais.

O ideal é que as pessoas tenham acesso à alfabetização midiática, sobretudo, no que diz respeito à identificação das informações falsas. Nesse sentido, percebemos que instituições públicas, como prefeituras, secretarias de saúde e governos estaduais, assim como empresas privadas (sites de notícias e de *fact checking*) têm se preocupado em desmentir os boatos e as mensagens que circulam pelo ciberespaço, ainda que, em alguns casos, essas instituições também sejam responsáveis por disseminar esses conteúdos.

Esse mesmo ciberespaço que, representado pelas mídias sociais e os aplicativos de mensagens (ex: WhatsApp), configura-se assim em um ambiente propício para a produção, a publicação, o compartilhamento e a circulação das desinformações. Apesar de empresas como Facebook e Twitter terem adotado estratégias para o combate às informações falsas, é possível perceber que a falta de uma regulação também impede que esse tipo de conteúdo circule e chegue até o público.

Finalmente, destacamos que a própria tecnologia, representada pela detecção automatizada das desinformações, pode contribuir para o combate da desinfodemia na região amazônica.

Referências bibliográficas

ADHIKARI, Sasmita Poudel *et al.* *Epidemiology, causes, clinical manifestation and diagnosis, prevention and control of coronavirus disease (covid-19) during the early outbreak period: a scoping review.* *Infect Dis Poverty*, v. 9, n. 29, 17, mar. 2020.

ELOLA, Joseba. *Los medios deben aparcar su arrogancia.* *El País*, Madrid, 05 set 2010. Actualidad. Disponível em: <https://elpais.com/diario/2010/09/05/domingo/1283658757_850215.html>. Acesso em 27 dez 2020.

FALLIS, Don. *A Conceptual Analysis of Disinformation.* Proceedings of the iConference, 2009. Disponível em: <http://schools.org/images/iConferences/fallis_disinfo1.pdf>. Acesso em 28 dez 2020.

FERGUSON, N. *et al.* *Report 9: impact of non-pharmaceutical interventions (NPIs) to reduce covid-19 mortality and healthcare demand.* Imperial College covid-19 Response Team. Março 2020. Disponível em: <<https://standpunkt.jetzt/wp-content/uploads/2020/07/COVID19-Report-9-Imperial-College.pdf>>. Acesso em 11 de jan. 2021.

FERRARI, Filipe. covid-19: *Dados Atualizados e sua Relação Com o Sistema Cardiovascular.* *Arq. Bras. Cardiol.* São Paulo. v. 114, n. 5, p. 823-826. Maio 2020. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0066-782X2020000600823&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 11 jan. 2021.

FERRAZ, Luiz M. R. *Saúde e política na crise da covid-19: apontamentos sobre a pandemia na imprensa brasileira.* *Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde*, v. 14, n. 2. 2020.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. *Métodos de Pesquisa.* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GRONHOLT-PEDERSEN, Jacob. *Dinamarca vai desenterrar milhões de visons de valas comuns.* Veja por quê. CNN Brasil, São Paulo, 20 dez 2020. Internacional. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/2020/12/20/dinamarca-vai-desenterrar-milhoes-de-visons-de-valas-comuns>>.

LAM, Tommy Tsan-Yuk *et al.* *Identifying SARS-CoV-2-related coronaviruses in Malayan pangolins.* *Nature*, 583, 282-285, 2020.

MINISTRO que ordenou abate de 17 milhões de visons renuncia na Dinamarca. *CNN Brasil*, São Paulo, 18 nov 2020. Internacional. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/2020/11/18/ministro-que-ordenou-abate-de-17-milhoes-de-visons-renuncia-na-dinamarca>>.

MUNDO supera marca de 90 milhões de infectados pelo coronavírus. *Poder 360*, Brasília, 11 jan 2021. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/coronavirus/mundo-supera-marca-de-90-milhoes-de-infectados-pelo-coronavirus/>>.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. Entenda a infodemia e a desinformação na luta contra a covid-19. Washington, 2020. Disponível em: <https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/52054/Factsheet-Infodemic_por.pdf?sequence=14>. Acesso em: 11 jan 2021.

PATATT, Caroline; ROCHA Fernando. *As Fake News e o Coronavírus: uma Análise dos Portais mais Acessados de Brasil e Portugal*. In: *Jornalismo em tempos da pandemia do novo coronavírus*. Hebe Maria Gonçalves de Oliveira e Sérgio Gadini (Orgs.). - 1a Edição - Aveiro: Ria Editorial, 2020.

POSETTI, Julie e Bontcheva, Kalina. *Disinfodemic: dissecting responses to covid-19 disinformation*. Paris: UNESCO, 2020.

PRIMEIRA-ministra dinamarquesa chora por morte de 17 milhões de visons. *O Tempo*, Belo Horizonte, 26 nov 2020. Economia. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/economia/primeira-ministra-dinamarquesa-chora-por-morte-de-17-milhoes-de-visons-1.2417854>>.

ROCHA, Liana Vidigal. As narrativas sobre as queimadas na Amazônia a partir do conceito de Desinformação. In: *Vulnerabilidades, Narrativas e Identidades*. Cynthia Mara Miranda *et al.* (Orgs.) - Belo Horizonte, MG: Fafich/Selo PPGCOM/UFMG, 2020.

RUBIN, Victoria. *Disinformation and misinformation triangle*. *Journal of Documentation*, Vol. 75 No. 5, 2019. Disponível em: <<https://victoriarubin.fims.uwo.ca/2019/09/23/disinformation-misinformation-triangle-published-in-journal-of-documentation/>>. Acesso em 12 jan 2021.

SCHMIDT, Beatriz *et al.* *Saúde mental e intervenções psicológicas diante da pandemia do novo coronavírus (covid-19)*. Estudos de psicologia (Campinas). Campinas, v. 37, e200063, 2020. Dispo-

nível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2020000100501&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 Jan. 2021.

VIOLÊNCIA contra mulher aumenta em meio à pandemia; denúncias ao 180 sobem 40%. *IstoÉ*, São Paulo, 01 jun 2020. Giro. Disponível em: <<https://www.istoedinheiro.com.br/violencia-contra-a-mulher-aumenta-em-meio-a-pandemia-denuncias-ao-180-sobem-40/>>.

WARDLE, Claire; DERAKHSHAN, Hossein. *Information Disorder: Toward an interdisciplinary framework for research and policy making*. Council of Europe. Brussels: Council of Europe, 2017.

Zhang, C. *et al. Survey of insomnia and related social psychological factors among medical staff involved in the 2019 novel coronavirus disease outbreak*. *Frontiers in Psychiatry*, 11(306), 1-9.

Links utilizados na análise

Mapa da Globo sobre covid-19 no Amazonas é fake news: <https://amazonasatual.com.br/mapa-da-globo-sobre-covid-19-no-amazonas-e-fake-news/>.

É #FAKE que mortes por covid-19 no Amazonas diminuíram de forma expressiva após visita de ministro da Saúde: <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/coronavirus/noticia/2020/05/07/e-fake-que-mortes-por-covid-19-no-amazonas-diminuiram-de-forma-expressiva-apos-visita-de-ministro-da-saude.ghtml>.

Essa é #Fake News! Foto mostra caixão sendo enterrado vazio para aumentar número de morto em Manaus: <https://covid19.manaus.am.gov.br/fake-news/>.

Prefeitura nega que irá fechar o comércio novamente: <https://folhabv.com.br/noticia/CIDADES/Capital/Prefeitura-nega-que-ira-fechar-o-comercio-novamente-/70636>.

É #FAKE que governador do Pará tem mantido toneladas de medicamentos presos em um galpão: <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/coronavirus/noticia/2020/05/01/e-fake-que-governador-do-para-tem-mantido-toneladas-de-medicamentos-presos-em-um-galpao.ghtml>.

A trágica história por trás do vídeo 'fake' de idosa brasileira com covid-19 que se espalhou pelo mundo: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/bbc/2020/05/15/a-tragica-historia-por-tras-do-video-fake-de-idosa-brasileira-com-covid-19-que-se-espalhou-pelo-mundo.htm>.

É falso que Belém não teve nenhuma morte por covid-19 em 30 e 31 de maio: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2020/06/03/verificamos-belem-nao-teve-nenhuma-morte-covid-19/>.

Família de servidora morta por covid-19 desmente boatos e pede respeito. <https://www.portalonorte.com.br/noticias/familia-de-servidora-morta-por-covid-19-desmente-boatos-e-pede/94905/>.

É fake news a história da servidora da farmácia do HGP com teste positivo para covid-19, diz SES: <https://www.jornaldotocantins.com.br/editorias/politica/antena-ligada-1.1694939/%C3%A9-fake-news-a-hist%C3%B3ria-da-servidora-da-farm%C3%A1cia-do-hgp-com-teste-positivo-para-covid-19-diz-ses-1.2025773>.

É falso que supermercados fecharão devido ao coronavírus em Rondônia, diz associação: <https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2020/03/19/e-falso-que-supermercados-fecharao-devido-ao-coronavirus-em-rondonia-diz-associacao.ghtml>.

Fake News: Hospital nega que tenha recusado a atender paciente com covid-19: <https://rondoniaovivo.com/noticia/geral/2020/06/18/fake-news-hospital-nega-que-tenha-recusado-a-atender-paciente-com-covid-19.html>.

Polícia investiga 'fake news' sobre lockdown em Macapá; advogado deverá prestar depoimento: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2020/05/02/policia-investiga-fake-news-sobre-lockdown-em-macapa-advogado-devera-prestar-depoimento.ghtml>

CAPÍTULO 7

A pandemia e seus mortos: disputas imaginativas

BRUNO SOUZA LEAL, LUCIANA AMORMINO, RAFAEL ANDRADE,
WILLIAM VIEIRA, FELIPE BORGES, AMANDA RODRIGUES,
FRANCIELLE SOUZA, IGOR LAGE, JOÃO CARVALHO, JULLIAN DE
OLIVEIRA, MARIA LUIZA CUNHA, MAURÍCIO VIEIRA, MICHELLE
SILVA, NATÁLIA AMARO, PEDRO BERNARDO, PHELLIPY JÁCOME,
PRUSSIANA FERNANDES, VINÍCIUS MICHELETTO (UFMG)

A pandemia de coronavírus apanhou de surpresa o cotidiano de brasileiras e brasileiros a partir de 2020. Desde o início, a covid-19 e as (re)ações políticas e sociais decorrentes receberam uma intensa cobertura midiática. Ao longo de 2020, por exemplo, as páginas do G1, do Grupo Globo, referentes ao Tocantins e à região de Belém, no Pará, trouxeram, diariamente, diversas notícias relacionadas à pandemia, a maior parte delas registrando mortes das pessoas, ações de governos e impacto no dia a dia de cidades e regiões. Em paralelo e frequentemente em contraposição à cobertura da grande mídia, surgiram na internet esforços de ampliar a abordagem da vida em tempos de pandemia. Articulando de modo peculiar as relações entre acontecimento, narrativa e vulnerabilidade (MIRANDA, SOUSA, CARVALHO, LAGE, 2020; LEAL, 2020), essas ações envolveram desde a proposição de pontos de vista alternativos, de revisão crítica de posições oficiais e de instituições sociais, por exemplo, até gestos que visavam homenagear pessoas que morreram em função da infecção pelo coronavírus e que foram esquecidas ou reduzidas a números pelas narrativas oficiais e/ou midiáticas.

Entre essas ações, estão os projetos *Inumeráveis*, o *Memorial da vida indígena* e o *reliquia.rum*. Em comum, essas três ações visam retirar do limbo do anonimato e da indiferença pessoas que morreram nesse período. *Inumeráveis* é uma página na internet (www.inumeraveis.com.br) e um perfil no Instagram (@inumeraveismemorial) que se define como um “memorial dedicado à história de cada uma das vítimas do coronavírus no Brasil”. Tendo como mote “não há quem goste de ser número/gente merece existir em prosa”, o *Inumeráveis* é uma obra colaborativa do artista Edson Pavoni. Já o *reliquia.rum* é um perfil no Instagram construído pela pesquisadora Débora Diniz e ilustrações do artista Ramon Navarro, que se propõe a trazer “relicários de uma pandemia no Brasil”. Em janeiro de 2021, o *Inumeráveis*, abrigava mais de 200 histórias de vítimas da pandemia. Já o *reliquia.rum*, nesse mesmo mês, trazia 253 postagens e 32 mil seguidores. O terceiro projeto, *Memorial da vida indígena*, é também um perfil no Instagram, que assim se define: “Nós não somos apenas números. Vidas indígenas importam, precisamos conhecer as histórias dos que estamos perdendo. Em janeiro de 2021, o *Memorial da vida indígena* trazia 17 postagens e 1142 seguidores.

Ainda que as três ações comunicacionais tenham como ponto comum a busca por ir “além dos números” de pessoas vitimadas pela covid-19, elas têm diferenças marcantes. Tanto a página na internet do *Inumeráveis*, quanto seu perfil no Instagram possuem layout simples e sem imagens. No site, a partir de um fundo cinza, são listados, em ordem alfabética, os nomes completos, seguidos da idade, de pessoas que morreram na pandemia. Ao clicar nesses nomes, tem-se acesso a um relato verbal, de tamanho variável em geral escrito por um voluntário, familiar ou próximo da pessoa falecida, que recupera, em linhas gerais, suas histórias de vida. No perfil do Instagram, a lógica visual e o formato de abordagem são semelhantes. No site, a organização dos relatos se dá a partir da ordem alfabética. No perfil do Instagram é a partir da cronologia das postagens.

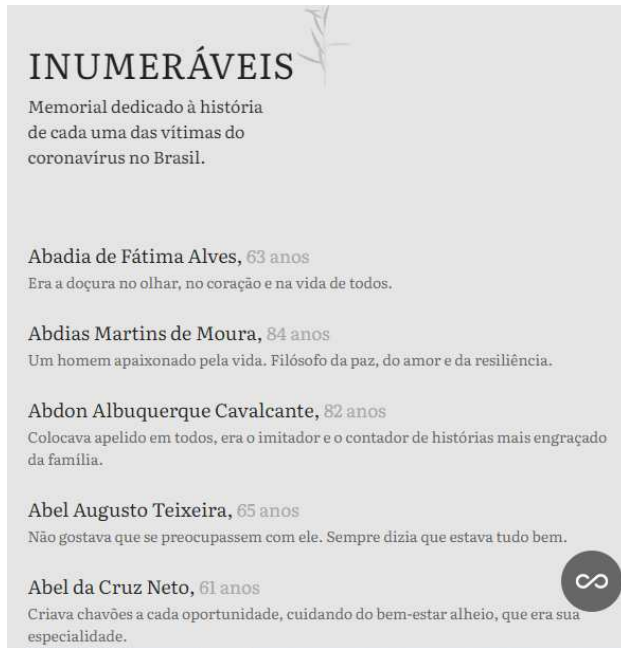


FIGURA 1: Página do *Inumeráveis*
FONTE: www.inumeraveis.com.br

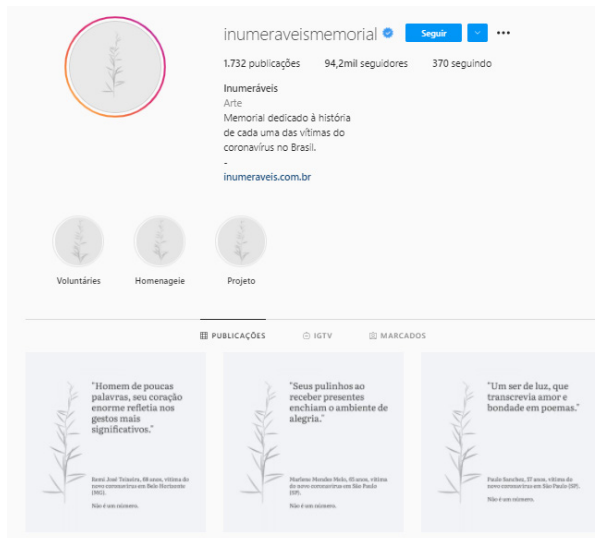


FIGURA 2: Perfil do *Inumeráveis*
FONTE: *Instagram*

Sendo perfis do Instagram, o *reliquia.rum* e o *Memorial da vida indígena*, por sua vez, são eminentemente visuais. O *reliquia.rum* traz imagens que ilustram artisticamente mulheres que faleceram em decorrência da infecção por covid-19. A cada postagem, além da imagem, uma breve informação sobre a mulher que faleceu.

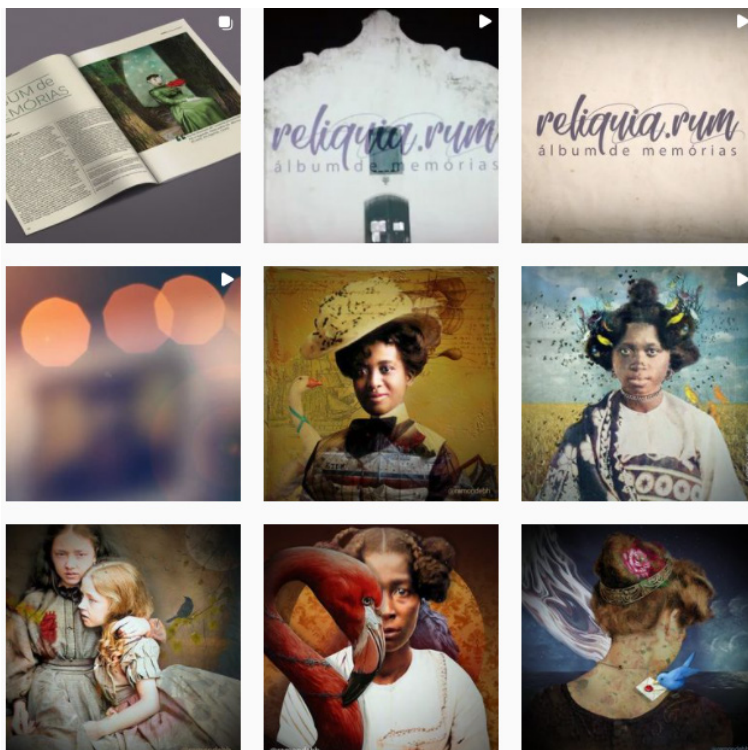


Figura 3: *reliquia.rum*
Fonte: Instagram

O *Memorial da vida indígena* traz materiais mais diversos, com maior ou menor peso de textos verbais. Nas suas 17 postagens, predominam, porém, imagens de pessoas indígenas mortas por covid-19, acompanhadas por um pequeno texto verbal.

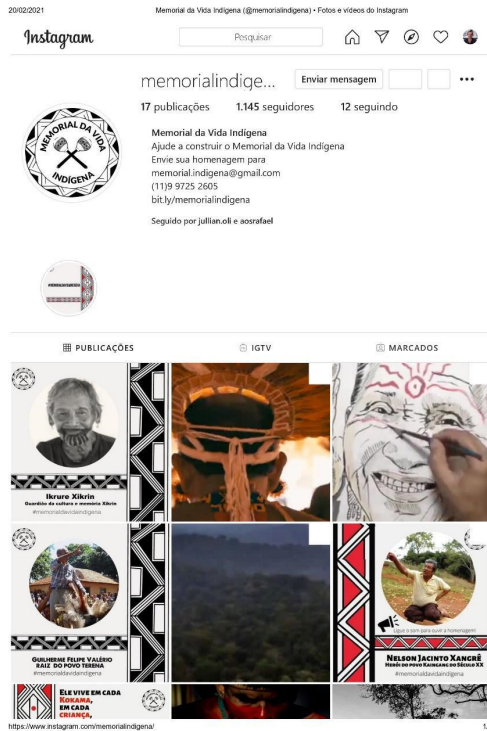


FIGURA 4: *Memorial da vida indígena*
FONTE: Instagram

Em agosto e setembro de 2020, as pesquisadoras e os pesquisadores do Núcleo de Estudos Tramas Comunicacionais: Narrativa e Experiência (ou simplesmente “Tramas”) dedicaram-se a refletir sobre essas ações diversas de narrar as mortes que cotidianamente constituem a crônica da pandemia. As análises tiveram como referência as notícias postadas nas páginas do G1 voltadas ao Tocantins e à região de Belém no mês de junho e também as histórias e postagens, no mesmo período, do Inumeráveis, do *reliquia.rum* e do *Memorial da vida indígena* que tratavam de pessoas da Amazônia brasileira. Após recolhidos e organizados, os materiais foram discutidos, a partir de parâmetros metodológicos compartilhados, em mais de um encontro do grupo de pesquisa. Cada pesquisadora e cada pesquisador, além disso, elaborou e fez circular no Tramas um pequeno texto, com um apanhado de suas observações e reflexões. Este capítulo resulta desse exercício analítico e metodológico

e se organiza a partir desse trabalho colaborativo de reflexão e escrita. Além disso, dialoga também com uma outra ação de pesquisa voltada para a experiência da covid-19 e materializada no livro “Imagens e imaginários da pandemia: reflexões de um grupo em pesquisa” (Selo PPGCOM/UFMG,2021) e no site www.tramascomunicacionais.fafich.ufmg.br/100diasdepandemia.

Neste capítulo, a contraposição entre os modos de narrar a morte no G1 e nesses projetos mais localizados é elaborada tendo como referência algumas dimensões temporais e, em especial, uma disputa em torno da imaginação da pandemia e dos seus mortos. Propomos uma abordagem da imaginação enquanto prática cultural e em disputa, partindo de perspectivas do antropólogo indiano Arjun Appadurai (1996). Pensamos a imaginação como uma categoria social, marcada atualmente pela negociação entre os indivíduos e grupos sociais localizados e os campos de possibilidade definidos globalmente. Em outras palavras, a imaginação abriga um atrito entre as possibilidades de vivência sonhadas, vislumbradas, pensadas e/ou desejadas por cada pessoa e grupo social e as encenações, aplicadas sobre essas mesmas vidas, “[...] de enredos conhecidos de resultados previsíveis” (APPADURAI, 1996, p.85, no original em inglês¹) impostas pela modernidade globalizada. Nessa perspectiva, o capítulo entende que essa contraposição se faz ver como uma disputa imaginativa entre narrativas de anonimia, de “mortes sem rosto”, de um lado, e outras que visam, não sem contradição, a memória e o respeito às histórias e identidades individuais, de outro.

Mortes ordinárias (o G1)

Em junho de 2020, os sites do G1, portal do Grupo Globo, voltados para Belém, no Pará, e para o Tocantins, trouxeram 78 notícias falando diretamente sobre a pandemia de covid-19 nessas duas regiões. Delas, 36 diziam do dia a dia em Belém e 42 no estado do Tocantins. Das 78 notícias, 44 (25 e 19, respectivamente) tinham a morte como tema central. Em manchetes como “Secretaria de Saúde confirma novas

1. No original: “...lives today are as much acts of projections and imaginations as they are enactments of known scripts or predictable outcomes.”

mortes por coronavírus e número de casos no Tocantins passa de 5 mil” (em 05 de junho), “Números de pessoas mortas pelo coronavírus chega 200 no Tocantins” (em 30 de junho), “Prefeitura de Belém contabiliza nove mortes por covid-19 que ainda não foram registradas no boletim da Sespa” (1 de junho), e “Pará passa de 100 mil casos de covid-19, com quase 5 mil mortes” (em 27 de junho), registra-se o aumento expressivo e cotidiano de casos de infecção e de falecimentos causados pelo coronavírus.

Nessas manchetes (e nas notícias que as acompanham), a morte se vê traduzida em números. Esses números, por sua vez, têm relações com lugares socialmente reconhecíveis, frequentemente institucionais, como país, estado, cidade, UPAs e hospitais, enfermarias e leitos de UTI e cemitérios. A cobertura jornalística se assemelha a um exercício de contabilidade, um serviço de atualização de dados. As mortes são números, sejam eles crescentes (cada vez mais mortes), sejam eles excepcionais ou alarmantes (“a morte número um”, “número tal”).

A notícia “Secretaria de Saúde registra novas mortes por coronavírus e o número de casos no Tocantins passa de 5 mil”, publicada em 5 de junho de 2020, por exemplo, traz, após a manchete, um “bigode”, que diz: “Pacientes que morreram moravam em Araguaína e Araguaetins. Estado teve 301 novos diagnósticos e 89 pacientes morreram”. A seguir, é reproduzido um vídeo da TV Anhanguera, afiliada da Globo no Tocantins, em que uma repórter apresenta de modo sucinto os números de infecção e morte por covid-19 no Estado. Na internet, a matéria continua com um texto verbal, com pouco mais de 4.900 caracteres, com os dados da infecção, cidade por cidade.

Já em “Pará registra o maior número de mortes por covid-19 entre quilombolas”, de 16 de junho de 2020, é composto também pela reprodução de vídeo de matéria que foi ao ar na TV Liberal, afiliada da Globo na região de Belém. Após o vídeo, inicia-se o texto da matéria, com o seguinte parágrafo:

O Pará tem cerca de 600 comunidades quilombolas com 70 mil famílias. São 400 mil de pessoas que têm enfrentado a pandemia em meio ao descaso do poder público. O estado registra *o maior número de mortes por covid-19 entre moradores de comunidades remanescentes*

de quilombolas. De acordo com as associações “Malungu” e “Núcleo Sacaca”, da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), *28 moradores quilombolas já morreram por causa da covid-19*. (grifos do original)

Essa escolha editorial registra, com alguma dramaticidade, o crescimento da pandemia e suas consequências e traz uma abordagem explicitamente genérica, que subsume a particularidade de cada morte, de cada história de vida e de infecção, a um padronizado protocolo noticioso. Com isso, mesmo a especificidade dos lugares institucionais se reduz à sua nomação. Não obstante haja um esforço de geolocalização, as cidades e comunidades abordadas parecem mais do mesmo, poderiam estar em qualquer lugar, não havendo um passo a mais rumo a uma possível dimensão identitária. Mesmo em notícias que visam tratar dos diretamente atingidos pela covid-19, há um caráter de arredondamento, como na matéria sobre as mortes entre quilombolas.

É certo que a cobertura do G1 faz um esforço de prestar homenagem e registrar a memória das vítimas, o que naufraga nos limites dos seus próprios modos de narrar e de suas rotinas noticiosas. Isso se dá em pelo menos duas formas distintas. Ora advém das especificidades narrativas dos vídeos oriundos de telejornais, incorporados, com alguma redundância, nos textos dos portais regionais. Assim, por exemplo, a manchete “Pará ultrapassa três mil mortes por covid-19”, no portal G1 Belém, em 02 de junho de 2020, remete a uma reprodução do vídeo do programa “Bom dia Pará”, da TV Liberal, que, nesse caso, não é acompanhado de nenhum outro texto. Na matéria, após a abertura feita pela âncora do programa, inicia-se uma narração em *off* que apresenta Igor, cujo pai, Isaías, foi “...uma das 37 pessoas que morreram em Benevides por causa da covid-19”. Após o breve depoimento de Igor, dizendo que seu pai era uma boa pessoa, a matéria segue para a fala do repórter, *in loco*, no estádio de futebol Mangueirão, quando é comparado o número de mortes por covid-19 com o número de cadeiras de um setor da arena de futebol. A partir daí, a matéria retoma o *off* e apresenta protocolos da saída de isolamento indicados pela OMS, traz uma fala de uma médica sobre o tema, e apresenta imagens e informações sobre o isolamento social e as aglomerações em Belém. Ao todo, a matéria do “Bom Dia

Pará” tem 3 minutos e 3 segundos. Esse protocolo, de individualizar a morte por covid-19 na figura de um personagem específico, construído a partir de uma pessoa identificada pela notícia e pranteada por um familiar, se apresenta também em outros textos dos portais, inclusive aqueles que são predominantemente verbais.

Um segundo esforço de registrar a memória das vítimas por covid-19 nos portais do G1 do Tocantins e da região de Belém é mais raro e se apresenta, por exemplo, no *link* “Conheça as vítimas da covid-19 no Tocantins”, presente na matéria que registra a ultrapassagem, no estado, dos cinco mil mortos. O *link* leva a uma matéria, publicada em 23 de junho de 2020, que traz pequenos perfis das pessoas falecidas, alguns deles acompanhados por foto, apresentados na ordem cronológica de suas mortes. A cronologia se encerra em 12 de julho, quando são apresentados perfis de:

- Homem, de 70 anos, morador de Araguaína. Ele tinha hipertensão e diabetes. A morte foi no dia 10 de julho, no hospital Dom Orione.
- Mulher, de 21 anos, também moradora Araguaína. Morreu no dia 11 de julho, no hospital Dom Orione.
- Homem, de 79 anos, de Araguaína. Morreu em 11 de julho, no Dom Orione.

Ainda que esses esforços de identificar e honrar as pessoas vitimizadas pela covid-19 sejam louváveis, observa-se, por um lado, que o foco jornalístico está nos números e nos aspectos mais institucionais da pandemia. Por outro, como dissemos, os protocolos narrativos adotados pela mídia jornalística contribuem para a indiferenciação das pessoas, mesmo quando há uma tentativa de identificá-las. Nesse sentido, a dramaticidade fria dos números e dos fazeres jornalísticos ressentem-se de empatia (apesar de alguns esforços na direção contrária) e permite que se pergunte: “quem são essas pessoas, para além dos números?”.

As narrativas jornalísticas são de histórias do Pará e do Tocantins, de diferentes cidades. E, significativamente, quase não há cor local, diferença, peculiaridade. A Amazônia, como grande área, e as realidades locais são silenciadas, invisibilizadas pelo gesto jornalístico dos portais de notícias. Há um “modo jornalístico” de apreender e configurar o

mundo e ele não só independe dos lugares e realidades culturais, como é também bastante impositivo. Ao esvaziar as realidades culturais a partir de uma lupa única e restrita, esse jornalismo esvazia também modos de apreensão e interlocutores e por fim a si mesmo. Pra que ler tanta notícia igual? Se a desimportância parece ser critério de noticiabilidade, ela advém do princípio etnocêntrico e totalitário materializado num olhar e em um modo de narrar comum a todos os textos do portal. Nessa perspectiva, o gesto jornalístico não é “neutro” e sim um desdobramento colonizador e nivelador do mundo.

Buscas por histórias e rostos

Navegar pela página do *Inumeráveis* pode dar a sensação de infinitude, dada a quantidade de nomes ali presentes. Ao clicar em cada nome é exibido um pequeno texto sobre a pessoa homenageada, maior do que a frase exposta na página principal, que contém seu nome e idade. As histórias reunidas no *Inumeráveis* oscilam entre um epitáfio e um obituário, mantendo sempre o tom de elegias. Essas histórias são encaminhadas ao projeto através de um formulário disponível na página, que pede informações específicas sobre a pessoa falecida, como nome completo, ano e cidade de nascimento, onde e quando morreu, como era a relação com amigos e familiares, qual profissão exercia, se tinha apelido, se tinha manias, *hobbies* etc.

O formulário explicita duas características importantes do *Inumeráveis*: o verbocentrismo e o esforço de individualizar quem morreu. A preocupação de retirar os mortos do anonimato e particularizá-los não permite, a princípio, tratá-los como um/uma qualquer: a cada postagem, leitoras e leitores são convocados a lembrar que cada morte ali é única, que diz respeito a pessoas singulares. Porém, isso é feito sem o recurso a fotos ou quaisquer outros elementos visuais. É à palavra que é dado o papel de individualizar quem morreu, de apresentar suas histórias. Com isso, quem navega pela página é convocado a imaginar cada uma das pessoas cujas histórias são brevemente recuperadas, um estímulo acentuado pela ausência de fotos ou outros recursos visuais.

No entanto, à medida que os relatos se acumulam e ficam cada vez mais semelhantes uns com os outros (são, na maioria esmagadora

das vezes, características positivas atribuídas a alguém que se foi), os mortos também vão ficando parecidos, indiferenciáveis, mesmo com todo esforço imaginativo. Isso se dá também porque, apesar de singular, cada história está presente na página a partir de uma mesma chave, de um mesmo mote: “são todos brasileiros, todos mortos por covid, todos iguais”. Por consequência, borram-se as diferenças, a partir do pressuposto de que algo, para além do vírus (“todos brasileiros”), une e aproxima aquelas pessoas. O volume de histórias reunidas, se contribui para o impacto e para a força da proposta, acaba também, contraditoriamente, nivelando as experiências, produzindo unidade quando há, por certo, muita diferença.

As vítimas do coronavírus relatadas pelo *Inumeráveis* têm familiares, trabalhos, ocupações, hobbies e traços de personalidade únicos. O projeto garante uma espécie de vislumbre da vida e da identidade das vítimas às quais o tributo está sendo prestado, mas o tom de elegia das várias histórias e os modos relativamente homogêneos de narrá-las (amparados pelo formulário de submissão de contribuições) explicitam desafios importantes do projeto. Como individualizar uma grande quantidade de pessoas que estão unidas por um evento específico comum? O quanto, ao serem disponibilizadas, suas histórias se transformam de novo em números? O quanto essas identidades se perdem a partir do momento em que elas são compartilhadas a um público anônimo?

O projeto *reliquia.rum* lida com essas contradições parecendo absorver e escancarar o anonimato como modo de retirar as vítimas da covid-19 da vala comum de números sempre em expansão. A partir da ideia de relicário e das tradições de “santinhos” fúnebres, o perfil oferece imagens para se guardar. Trata-se de “pedacinhos de memória que ficaram”, segundo sua criadora, Débora Diniz. O *reliquia.rum* tem assumidamente uma estética nostálgica, de uma releitura poética das imagens das mulheres vítimas da covid-19 em tom onírico ou de uma outra temporalidade que não a da pandemia. As postagens não trazem nomes, só o registro de idade, de onde eram as mulheres e um destaque de algo singular de sua biografia e da relação com a doença.

As imagens postadas são construídas em torno da pessoa falecida, cercadas de elementos como animais (peixes, pássaros), paisagens

(água, céu) e vestimentas do passado. As colagens que constituem cada postagem remetem também à técnica da fotopintura, bastante popular no Brasil ao longo do século XX e que surge agora acrescida de mais cor e de mais elementos visuais. A experiência de navegar pelo perfil do Instagram pode ser comparada à de visitar a galeria de um museu em que as pinturas são retratos, a partir dos quais se convoca uma certa reverência, para as qual talvez importem menos as biografias e mais a presença das imagens ao olhar que as observa.

Nesse sentido, iniciativas como o *reliquia.rum* parecem importantes para retirar de certo estado de torpor o olhar sobre as pessoas mortas por covid-19. No noticiário da televisão, do rádio ou dos boletins de mortos em newsletter, há um convite ao saber um tanto desprovido do sentir: sempre o mesmo formato, a mesma dinâmica, só mudam os números. Gráficos tão frios quanto aqueles que mostram a temperatura no país ou o sobe e desce da bolsa proporcionam uma experiência que cansa e tende a conduzir a uma indiferença pela repetição, mesmice e normalidade. Com o *reliquia.rum*, convoca-se outra experiência, pelo deslocamento visual, pelo choque estético, que sugere um afastamento do cotidiano com um quê de fantástico e onírico. As imagens, que parecem distanciar mortos e observadores da realidade cotidiana, servem, ao contrário, para aproximar-se dela, ao oferecer outros modos de ser e outras possibilidades de significação para além das amarras realistas. As postagens convocam à curiosidade do olhar, à divagação sobre aquele universo onírico e sobre a pessoa homenageada.

reliquia.rum não parece que ser, portanto, um convite para pensar e lamentar a morte de uma ou outra pessoa especificamente (ainda que isso possa acontecer) – mas para que, a partir da construção em torno dessas pessoas, mude-se a forma de nos relacionarmos com a morte do outro, enxergando ali outras dimensões e propondo outros sentidos, mais sensíveis e afetivos. Busca-se transformar a experiência com a morte dos que já morreram, mas também com a dos que ainda morrerão. Se, no caso do Inumeráveis, o que interessa é a individualidade cotidiana de cada pessoa, em *reliquia.rum* a aposta é, através da sugestão de mundos oníricos e poéticos, na força das imagens e de sua presença, constituir um espaço de preservação da memória, de resistência e de luto.

No entanto, assim como em *Inumeráveis*, a repetição dos formatos e estratégias criativas utilizadas nas imagens e postagens do *reliquia.rum* tendem a deixar de ser tão impactantes e passam a se tornar mais do mesmo, levando, com o tempo, à semelhança e à indiferenciação. O baque, a surpresa e a arrebatção imaginativa e singular que *Inumeráveis* e *reliquia.rum* promovem em uma primeira observação e nas postagens individuais podem, assim, diminuir com a manutenção dos mesmos formatos textuais. Por outro lado, o olhar que se demora pelas várias histórias de *Inumeráveis* e pelas diversas imagens da *reliquia.rum* pode ficar imerso em um mal-estar que advém precisamente entre essa tensão entre os esforços de individualização presente em cada postagem e a indiferenciação causada pelo acúmulo decorrente da quantidade de mortos reverenciados.

Nas postagens do *reliquia.rum* elaboradas a partir de mulheres da região Amazônica, observa-se a predominância de pessoas indígenas. Esse é o foco particular do Memorial da vida indígena, que se destaca por ser o único projeto, entre os três aqui trabalhados, que contém homenagens em formato de áudios e vídeos, além de fotos das vítimas da covid-19. Quando comparado com os outros dois projetos, o *Memorial* tem também menos postagens e um menor rigor nos formatos dos textos que abriga. Além disso, foge da estética quase onírica do *reliquia.rum* e apresenta imagens denotativas, que contribuem para a identificação específica de cada pessoa falecida. Nesse sentido, as postagens apresentam as pessoas de maneira individualizada e tornam pública a perda de um membro do grupo, apresentando os que se foram e qual era a sua contribuição para a comunidade. O registro das vidas que cessaram de existir é feito para evitar os esquecimentos dos que ficam e reforçar o fato de que cada vida indígena importa. Assim, as postagens não são apenas um instrumento de resguardo da memória; são também uma ferramenta de denúncia, evidenciando a morte de lideranças e, em alguns textos, exaltando a importância e história de algumas tribos.

Os três projetos parecem ter em comum, portanto, uma dimensão de arquivo - registro para a posteridade e para as próximas gerações. O *Memorial da vida indígena* apresenta-se desta forma: “A nossa cultura é nossa força de amanhã. Aos filhos de hoje e futuras gerações!” e,

assim como o Inumeráveis, traz histórias a se guardar e a homenagear. É possível perguntar, a partir dos três projetos, que passados tensionam o presente, para além da marca comum da morte por covid-19. Nota-se, por exemplo, a questão indígena, que retorna no projeto Memorial da vida indígena, evidenciando o que vem sendo silenciado há tempos, ou a invisibilização das mulheres, a que responde o *Reliquia.rum*, ou vozes periféricas que não cabem em números e não estão devidamente narradas na grande mídia, no caso do Inumeráveis. Em todos eles, porém, transparece uma tensão entre a individualidade (cada história, cada morte) e o coletivo, que se materializa, como vimos, de diferentes formas, seja como uma aparente contradição (caso de Inumeráveis), seja como uma opção estética (*reliquia.rum*) seja no esforço de inserir o indivíduo numa comunidade, numa vida coletiva (Memorial da vida indígena). Há, então, um desafio imaginativo que se torna ainda mais evidente quando se contrapõe esses projetos aos movimentos também incongruentes de uma grande mídia de nome e pretensões globais, como o portal G1.

A imaginação em disputa

Visualizar e conhecer cada indivíduo que se tornou vítima da covid-19 e suas histórias a partir das textualidades dessas ações comunicacionais requer, inclusive de suas interlocutoras e seus interlocutores (suas leitoras, seus leitores), um esforço imaginativo bastante significativo. Cada unidade textual (Moura, 2019) é também o fragmento de uma história que se convida a ser reconstituída com a diversidade de recursos semióticos e materiais mobilizados no G1 e nos projetos Inumeráveis, *reliquia-rum* e Memorial da vida indígena. No entanto, esse convite à imaginação é mais ou menos aberto, mais ou menos facilitado, conforme a proposta e a abordagem de cada um desses produtos.

“Imaginação” é entendida aqui, tal como indica Paul Ricoeur (1989), como uma capacidade criadora, inerente a qualquer ação humana:

...a imaginação é exactamente aquilo que todos entendemos por isso: um jogo livre com possibilidades, num estado de não-compromisso em relação ao mundo da percepção ou da acção. É neste estado de não-compromisso que ensaiamos ideias novas, valores novos, novos

modos de estar no mundo. Mas este “sentido comum” ligado à noção de imaginação não é plenamente reconhecido enquanto a fecundidade da imaginação não estiver ligada à da linguagem, tal como é exemplificada pelo processo metafórico. Porque esquecemos, então, esta verdade: não vemos imagens enquanto não as entendermos (RICOEUR, 1989, p.219/220)

A afirmação de um “não-compromisso” da imaginação é vista, portanto, como fundamental à sua “fecundidade” e está conectada necessariamente à linguagem e a seus processos. Com isso, a liberdade da imaginação encontra-se com o substrato ético e social da cultura, que ao mesmo tempo lhe fornece referente, mediação, funções; em suma: uma pragmática. A capacidade humana de fabular, de produzir imagens, assim, não aponta para (e não existe na) a irrealidade de outros mundos, mas manifesta-se nas condições e circunstâncias peculiares de uma dada realidade histórico-social. É nessa perspectiva que Ricoeur afirma: “...não há acção sem imaginação”, uma vez que esta permite antecipações e comparações, organiza o processo de motivação e dá fundamento e sentido ao agir. “A imaginação”, diz Ricoeur, “oferece o espaço comum de comparação e de mediação para termos tão heterogêneos como a força que empurra como que detrás, o atractivo que seduz como que para frente, e as razões que fundamentam e legitimam, como que por baixo”. (RICOEUR, 1989, p.224).

Se em Ricoeur a imaginação se torna então uma capacidade vital para o agir cotidiano, é em Appadurai que se explicita uma perspectiva social da experiência imaginativa. Em “Modernity at large”, de 1996, quando reflete sobre modernidade e globalização, Appadurai afirma que:

A imagem, o imaginado, o imaginário - todos esses são termos que nos direcionam para algo crítico e novo nos processos culturais globais: a imaginação como prática social. Não mais mera fantasia (ópio para as massas cujo verdadeiro trabalho está em outro lugar), não mais simples fuga (de um mundo definido principalmente por propósitos e estruturas mais concretas), não mais passatempo de elite (portanto, não relevante para a vida das pessoas comuns), e não mais mera contemplação (irrelevante para novas formas de desejo e subjetividade), a imaginação tornou-se um campo organizado de práticas sociais, uma forma de trabalho (no sentido de trabalho e prática culturalmente organizada), e uma forma de negociação entre locais

de agência (indivíduos) e campos de possibilidade definidos globalmente. Essa liberação da imaginação vincula o jogo do pastiche (em alguns cenários) ao terror e à coerção dos Estados e de seus concorrentes. A imaginação agora é central para todas as formas de agência, é ela própria um fato social e é o componente-chave da nova ordem global. (1992, p.31, no original em inglês)²

Numa espécie de diagnóstico, Appadurai (1996) sustenta que, desde pelo menos o contexto da globalização, no início dos anos 1990, mais pessoas em mais partes do mundo consideram serem possíveis, mais que nunca, modos diversos de vida. Se entendermos que, durante toda a história da humanidade, ocorreram processos de mobilidade de pessoas, produtos, formas culturais e coisas do mundo, essa interdependência e variação de possibilidades não se define como novidade. Aquilo que especifica esses tempos de modernidade globalizada são os recursos e a qualidade do acesso às próprias possibilidades. Para o pensador indiano, a imaginação, dada sua íntima vinculação à agência individual e coletiva, é um elemento central na disputa entre forças políticas fundamentais ao mundo contemporâneo. “O problema central das interações globais de hoje é a tensão entre homogeneização cultural e heterogeneização cultural.” (1996, p.32, tradução nossa)³.

Essa tensão entre forças homogeneizadoras e os processos de afirmação, elaboração e reivindicação de heterogeneidades culturais acontece em diferentes escalas, em diferentes paisagens. Contra a previsibilidade da vida organizada a partir de um parâmetro cultural comum,

2. No original: The image, the imagined, the imaginary-these are all terms that direct us to something critical and new in global cultural processes: the imagination as a social practice. No longer mere fantasy (opium for the masses whose real work is elsewhere), no longer simple escape (from a world defined principally by more concrete purposes and structures), no longer elite pastime (thus not relevant to the lives of ordinary people), and no longer mere contemplation (irrelevant for new forms of desire and subjectivity), the imagination has become an organized field of social practices, a form of work (in the sense of both labor and culturally organized practice), and a form of negotiation between sites of agency (individuals) and globally defined fields of possibility. This unleashing of the imagination links the play of pastiche (in some settings) to the terror and coercion of states and their competitors. The imagination is now central to all forms of agency, is itself a social fact, and is the key component of the new global order.

3. No original: The central problem of today's global interactions is the tension between cultural homogenization and cultural heterogenization.

supostamente global, atuam indivíduos e grupos sociais que reivindicam não apenas sua diferença cultural, mas especialmente a importância de se constituir outras possibilidades, inclusive imprevisíveis numa escala numericamente global. Revela-se então uma disputa imaginativa em torno da vida (formas de vida, possibilidades e modos de viver): há infiltrações por frestas tanto no veio da individualidade (ou de grupos sociais específicos), que acaba sendo atravessada por previsibilidades e possibilidades dispostas no mundo, quanto na chave das imagens de circulação global ou arredondada dessas mesmas particularidades.

Interrogações

Appadurai alerta, em sua leitura do contexto da globalização, para a “[...] relação entre o problema de se representar etnograficamente vidas imaginadas e a dificuldade de transitar das realidades locais para grandes estruturas” (APPADURAI, 1996, p. 55, no original em inglês⁴). A imaginação em disputa, que buscamos tatear pelo que sustenta Appadurai, dá-se nessa condição de atrito entre gestos imaginativos, esforços de “por em imagem” ora marcados por um caráter global e desterritorializado ora em busca de caracterizar modos peculiares, individuais e coletivos, de viver e de fazer figurar a vida.

Nessa perspectiva, as quatro ações comunicativas aqui abordadas explicitam esse conflito em pelo menos dois níveis. Um deles é a contraposição entre a configuração das mortes pela covid-19 pelo G1, uma mídia industrial, e as ações mais localizadas do Inumeráveis, do reliquia-rum e do Memorial da vida indígena. Essa contraposição é ela mesma um ponto de partida, uma vez que os projetos locais visam restituir as identidades de quem é tratado como número num noticiário padronizado e desterritorializado. Outro conjunto de questões se apresenta quando se observa as tensões internas a cada projeto, seja ele mais “homogeneizador” ou assentando na afirmação da pessoalidade e da heterogeneidade.

4. No original: The connection between the problem of ethnographically representing imagined lives and the difficulty of making the move from local realities to large-scale structures...

Quando a pandemia começou, muito se dizia que, quando as mortes efetivamente “explodissem” no país, a postura em relação ao problema mudaria e as pessoas passariam a enxergar, por exemplo, as irresponsabilidades do governo federal. Não foi exatamente assim, e agora muitos se perguntam: viveríamos em um estado de anestesia em relação à morte do outro, num país “acostumado” a conviver com mortes banalizadas no cotidiano, por assassinato, atuação policial, acidente de trânsito e falta de atendimento médico adequado? Seria possível vislumbrar, no pequeno espaço das notícias diárias, algo tão variado e complexo como relações entre as mortes pela pandemia e as espacialidades e trânsitos das cidades, por exemplo? Não será próprio desse tipo de narrativa noticiosa recorrer a certos “modelos” de cidade e de morte, que podem, inclusive, ser compartilhados dentro da instituição Globo e aproximar, em alguma medida, o noticiário do Pará, de Belo Horizonte, de Palmas, do Rio de Janeiro, de Recife? No G1, identifica-se uma unicidade narrativa, um sequenciamento previsível, que se repete independentemente da cidade e da região e que pode ser assim sintetizado: “infectar-se, contagiar o outro, ocupar o SUS, falecer”. Porém, mesmo nesse fluxo de números e de textos padronizados, nos deparamos com rostos, com imagens, com pequenos fragmentos de história que, conforme o olhar que se dirige a eles, podem apontar para particularidades e modos de vida e de morte em certa medida incomparáveis. Esse pequeno foco de resistência estaria no próprio corpo textual da notícia padronizada e certamente é dependente de uma interlocutora ou de um interlocutor que, imaginativamente, faça figurar esses outros mundos.

A profusão de narrativas midiáticas parece nos impor uma economia temporal da catástrofe (BERTOL, MAIA, VALLE, MANNA, 2020), em que estamos submetidos a uma ubiquidade que, no limite, restringe variações imaginativas. Nesse cenário, ações como o *teliqvia.rum* parecem ser capazes, por sua relação verbovisual, de explorar outras possibilidades imagéticas e imaginais, suspendendo parcialmente esse fluxo temporal da catástrofe e remetendo a temporalidades com distintas filiações e descontinuidades, num gesto poético a princípio bastante provocador e criativo. No entanto, nesse movimento, dificuldades em projetar futuros e a necessidade constante de prestar memória acabam

por fixar um presente homogêneo e a gerar uma espécie de angústia temporal (como repensar novos fluxos, construir uma ética das possibilidades?).

Em contraponto aos modos como são figuradas as textualidades da morte no discurso jornalístico – seja nas abordagens meramente quantitativas ou na homogeneização de realidades tão díspares na pandemia - o *Memorial da vida indígena* parece apelar para uma abordagem centrada em aspectos da ordem do sensível, na preservação de símbolos e aspectos culturais cristalizados em pequenas narrativas de vida dos sujeitos que morreram. Embora se mostre um modo potente na forma de expor a dimensão catastrófica dessas mortes, ela também parece sintomática de uma dificuldade de lidarmos com as questões da morte e a forma como ela perturba a estabilidade temporal social. Outro ponto, causador de incômodo, é o próprio choque entre aquilo que entendemos, como “seguidoras” e “seguidores” do perfil no Instagram, enquanto temporalidade e a concepção que os próprios e diferentes indígenas têm do tempo (ou mesmo com as relações com memória e a morte).

O Inumeráveis, nesse sentido, parece ser o mais sintomático dessa dificuldade de uma construção imaginativa das vidas de quem morreu. As imagens técnicas, mesmo quando de pessoas mortas, acabam por gerar certa presença ou remeter a aspectos de vida. Ao não trazer imagens dessas pessoas, perde-se um vínculo que a presentificação propiciaria e que ligaria os mortos ao contexto atual e causador de suas mortes (a pandemia). As pequenas frases, em tom epitáfio, sepultam os mortos e os retiram – talvez de forma abrupta - do tempo presente. Aquilo que seria uma homenagem passa então a adquirir ares de despedida.

Essas três ações comunicativas, como apontamos, sem dúvida trazem um elemento homogeneizador na sucessão de imagens e histórias também elas padronizadas nos termos do site e dos perfis no Instagram. Mais que isso, porém, elas apontam, cada um à sua maneira, para uma tensão temporal ligada a esse peso mítico-simbólico da morte. Se a própria vivência da pandemia já remete a uma suspensão dos tempos antes cotidianos, as temporalidades que se materializam no Inumeráveis, no *reliquia.rum* e no *Memorial da vida indígena* vêm tensionadas constantemente pela morte, que parece impor um desafio na forma como podemos imaginar a realidade, nos usos das imagens e nos processos comunicacionais.

Referências bibliográficas

APPADURAI, Arjun. *Modernity at large*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996

BERTOL, R.; MAIA, J.; VALLE, F.; MANNA, N. (org.). *Crises e catástrofes do tempo: historicidades dos processos comunicacionais*. Belo Horizonte: Selo PPGCOM/UFMG, 2020

LEAL, B. S.. Vulnerabilidades: abordagens iniciais de um desafio à pesquisa. MIRANDA, C; SOUSA, M.E.; CARVALHO, C.A.; LAGE, L. (Org.). *Vulnerabilidades, narrativas, identidades*. 1ed. Belo Horizonte: Selo PPGCOM/UFMG, 2020, p. 13-25.

MIRANDA, C; SOUSA, M.E.; CARVALHO, C.A.; LAGE, L. (Org.). *Vulnerabilidades, narrativas, identidades*. 1ed. Belo Horizonte: Selo PPGCOM/UFMG, 2020.

MOURA, Maria Betânia. *Por uma teoria do formato jornalístico*. Belo Horizonte: Selo PPGCOM/UFMG, 2020.

RICOEUR, Paul. *Do texto à acção*. Vega: Lisboa, 1989

CAPÍTULO 8

Entre a comunidade e a ipseidade dos mortos

BRUNO SOUZA LEAL, LUCIANA AMORMINO, FELIPE BORGES, RAFAEL ANDRADE, WILLIAM VIEIRA, AMANDA RODRIGUES, FELIPE BORGES, FRANCIELLE SOUZA, IGOR LAGE, JOÃO CARVALHO, JULIAN DE OLIVEIRA, MARIA LUIZA CUNHA, MAURÍCIO VIEIRA, MICHELLE SILVA, NATÁLIA AMARO, PEDRO BERNARDO, PHELLIPY JÁCOME, PRUSSIANA FERNANDES, VINÍCIUS MICHELETTO (UFMG)

A epidemia de covid-19, que tomou de assalto o Brasil e o mundo a partir de 2020, alterou os modos cotidianos de nossas interações sociais. As medidas de isolamento, que se distribuíram heterogeneamente no planeta - e de modo particularmente fragmentado e disperso no território brasileiro - exigiram que outras composições espaço-temporais se instituíssem, na articulação entre as vivências geo e socialmente localizadas dos indivíduos, dos arranjos familiares, dos grupos e redes afetivas e/ou profissionais, da cidade, da região, do estado, da nação. Esse reordenamento foi pontuado também pelo contato diário, propiciado pelas mídias informativas industriais, com dados, tabelas e gráficos que atualizam permanentemente os números de contaminados e de mortos, de ocupação de hospitais e postos de saúde em diversos países, estados e municípios. Ao mesmo tempo, diferentes movimentos, em especial na internet, procuram se contrapor a essas narrativas baseadas em números e dados, buscando resgatar, em imagens e relatos verbais, histórias de vida sob o impacto da pandemia e organizando a seu modo as relações entre acontecimento e vulnerabilidade (MIRANDA, SOUSA, CARVALHO, LAGE, 2020).

Ao longo de junho de 2020, pesquisadoras e pesquisadores do Núcleo de Estudos Tramas Comunicacionais: Narrativa e Experiência (ou simplesmente “Tramas”) produziram um levantamento e uma coleta de narrativas diversas sobre a covid-19, tendo como foco a região amazônica, suas cidades e suas populações. Foram recolhidos materiais dos portais G1 de Tocantins e Belém, dos perfis do Instagram *Memorial da vida indígena*, *reliquia.rum* e *Inumeráveis* (que tem também uma página na internet). Esse conjunto heterogêneo de textos abriga, como se pode perceber, narrativas de um grande conglomerado midiático, marcadas pela contabilidade da pandemia, e ações mais localizadas, em certa medida artesanais, com diferentes propostas e distintos usos dos recursos de linguagem, de valorização da experiência humana de viver (e morrer) sob o impacto da covid-19. Os materiais recolhidos foram analisados e discutidos conjuntamente em mais de um encontro do grupo de pesquisa. Cada pesquisadora e cada pesquisador, além disso, elaborou e fez circular no Tramas um pequeno texto, com um apanhado de suas observações e reflexões. Este capítulo, tal como “A pandemia e seus mortos: disputas imaginativas”, que integra este volume, resulta desse exercício analítico e metodológico e se organiza a partir desse trabalho colaborativo de reflexão e escrita. Além disso, dialoga também com uma outra ação de pesquisa voltada para a experiência da covid-19 e materializada no livro “Imagens e imaginários da pandemia: reflexões de um grupo em pesquisa” (Selo PPGCOM/UFMG, 2021) e no site www.tramascomunicacionais.fafich.ufmg.br/100diasdepandemia.

Buscamos agora refletir sobre um aspecto importante identificado especialmente nas ações comunicacionais não diretamente vinculadas a conglomerados midiáticos. A partir da pergunta inicial “se o fato das histórias e acontecimentos narrados se darem na Amazônia incide na configuração das narrativas”, observamos, no exercício metodológico que empreendemos, uma aparente dicotomia identitária entre o individual e o coletivo, guiada por um esforço comum de reconhecimento das vítimas da covid-19 no Brasil, com diferentes implicações em cada ação comunicacional. A hipótese que organiza este capítulo é que as ações comunicacionais “menores”, mais “artesanais”, assentam-se sobre uma ambiguidade, que ganha contornos específicos conforme a pers-

pectiva através da qual é abordada. Como apontado em “A pandemia e seus mortos: disputas imaginativas”, à medida que cada perfil do Instagram (e página da internet, no caso de Inumeráveis) traz uma coleção de textos diversos, a individualidade de cada pessoa morta dá lugar a uma espécie de anonimato coletivo, uma vez que passa a integrar os mundos construídos digitalmente. Ao fazer isso, a Amazônia, como realidade geográfica e sociocultural, desvanece-se, como se o esforço de restituir a humanidade aos mortos transformados em números pela cobertura midiática os transformasse em habitantes de um território peculiar, fora do tempo e do espaço cotidianos da pandemia.

Cada proposta de apresentar histórias e imagens das pessoas vitimizadas pela covid-19 institui, no conjunto de seus textos, uma espécie de “coletivo”, de “comunidade” de mortos, cuja identidade se sobrepõe e ao mesmo tempo dá sentido à de cada pessoa morta. Esses gestos agônicos entre as experiências individual e coletiva da morte é explicitada, neste capítulo, através de três breves incursões a temas como as ritualidades da morte, a memória e a identidade narrativa. A opção pela abordagem sucinta de temas tão complexos se assenta no esforço de, por um lado, tornar visível a ambiguidade identificada nas ações comunicacionais em tela. Por outro, buscamos também respeitar a complexidade e a multidimensionalidade dessas ações comunicacionais, propondo-nos, então, a delinear, através dessas incursões, algumas de suas faces e dimensões.

Como esperamos demonstrar ao longo deste capítulo, por diferentes caminhos, mobilizando diferentes recursos de linguagem, o *Inumeráveis*, o *reliquia.rum* e o *Memorial da vida indígena* mantêm em comum, além do propósito de dar história e rosto a quem morreu por decorrência da infecção por covid-19, um tom de homenagem, de elegia. Com isso, a valorização das vidas de quem se foi se configura como uma espécie de ritual socializado, que, se é coerente com os diagnósticos de afastamento da morte da cena pública, tal como apontados por Ariés (2014), Certeau (1998) e Kellehear (2016), entre outros, institui-se em torno de um movimento político de memória (ASSMAN, 2010), que, no entanto, não escapa da dialética mesmidade/ipseidade identificadas por Paul Ricoeur (2010) na configuração das identidades narrativas.

A morte e seus rituais

Em seu vasto compêndio sobre “o homem diante da morte”, o historiador francês Phillipe Ariès (2014), a partir da realidade europeia, detecta um movimento progressivo de afastamento dos mortos e do morrer da cena pública para espaços privados, seja sob o signo da “privacidade” ou “intimidade” dos que sofreram as perdas, seja na assepsia e tecnocracia de hospitais e instituições médicas. Esse esforço de “domar”, “inverter” a morte, no entanto, não reduz seu mistério nem seu impacto na vida coletiva, apenas os organiza e os configura de modos peculiares. Ariès observa, nessa perspectiva, que as sociedades ocidentais impõem, a partir do século XX, uma espécie de “silêncio pesado” sobre a morte, que tem duas variantes principais. Por um lado, implica “...não admitir a existência de um escândalo que não se pôde impedir, fazer como se ele não existisse e, por conseguinte, constranger sem piedade os familiares dos mortos a se calarem”. Quando esse silêncio se rompe, por outro lado, “...é para reduzir a morte à insignificância de um acontecimento qualquer, de que se finge falar com indiferença”. Nesses dois caminhos, porém, “[o] resultado é o mesmo: nem o indivíduo nem a comunidade tem bastante capacidade para reconhecer a morte” (ARIÈS, 2014, p.826).

Quando o historiador francês chama o termo “comunidade” para sua conclusão, ele dá destaque a uma transformação histórica complexa e significativa. Em diferentes rituais, dos já esquecidos e aos que capengam hoje em dia, a morte “...é celebrada por uma cerimônia mais ou menos solene, que tem por finalidade marcar a solidariedade do indivíduo com sua linhagem e comunidade” (ARIÈS, 2014, p.812). Esse vínculo comunitário pode ser evocado, por exemplo, tanto nas execuções públicas, hoje vistas como brutais, como nas distintas formas como os velórios são organizados e vivenciados. À medida que a morte passa ser vista sob o signo da privacidade e recolhida a espaços impessoais, como as salas de hospitais, opera-se, então, o que Ariès chama de “demissão” da comunidade: diante da morte, indivíduos e sociedades estão cada vez mais isentos de compromisso, solidariedade e responsabilidade com a vida coletiva.

Ainda que, em termos gerais, o diagnóstico de Ariès se mantenha bastante preciso, ações como as materializadas pelo Inumeráveis, pelo

reliquia.rum e pelo *Memorial da vida indígena* expõem, como uma tensão irresolvida, as superposições entre experiências individuais e coletivas da morte. Todas as ações aqui abordadas já partem do ponto comum de resistência e contraposição à morte indiferenciada pelos números da cobertura midiática industrial. Ao propor “homenagear” mortos, os projetos tentam retirá-las do anonimato a partir da condição essencial de seres humanos, ao mesmo tempo que buscam compensar os obstáculos impostos pelo isolamento social aos rituais de despedida. Em duas dessas ações, a afirmação do humano se dá, ao menos aparentemente, partir de parâmetros tradicionais, de base cristã: o *Inumeráveis* de certa forma preenche a falta de velórios e sepultamentos; já o *reliquia.rum* protesta contra o esquecimento de certas mortes que não são “privilegiadas” com essas solenidades.

Nesse sentido, a tentativa do *Inumeráveis* de individualizar as histórias causa o efeito inverso, pois obriga a olhar para os nomes listados na página da internet e no Instagram de maneira coletiva. Além da vitimização pela covid-19, esses nomes estão unidos pelo sofrimento dos familiares que não conseguiram se despedir com os ritos fúnebres que lhes seriam caros ou usuais. À semelhança de um cemitério, os nomes estão ali presentes com as datas de nascimento e morte, em frases que remetem a epitáfios. Navegar pelo *Inumeráveis* é estar, então, diante de um velório coletivo ou como uma leitura de lápides em um passeio por um campo laico habitado por defuntos.



FIGURA 1: “Inumeráveis”
FONTE: www.inumeraveis.com.br

O projeto *reliquia.rum* oferece, de imediato, uma comunidade a ser vista: todas as vítimas retratadas são mulheres. Podem ser crianças, podem ser jovens, podem ser idosas, mas são sempre mulheres. Porém, as profundidades temporais acionadas nos textos verbovisuais (as fotos com estética passadista reatualizada por colagens; a legenda que busca salientiar o ausente a partir das presenças das notícias; a opção por manter características físicas de mulheres negras e indígenas) ajudam a não pender para uma unicidade: há distintas formas de ser mulher retratadas ali e elas têm suas próprias densidades históricas. O *reliquia.rum* marca esse esforço de diversificar os olhares e as experiências da pandemia através também da heterogeneidade de sua rede textual. Na página do Instagram, por exemplo, encontram-se não só as homenagens às vítimas, mas também lives feitas pela sua criadora, Débora Diniz, com convidados diversos. Esse enredamento produz conexões outras, permitindo articulações que vão além dos textos verbovisuais sobre mulheres e que alargam o coletivo de interlocutoras e interlocutores, preenchendo-a de outras temporalidades. Com isso, unidade e diferença ficam sempre em atrito nas visualidades promovidas por essa ação comunicacional.

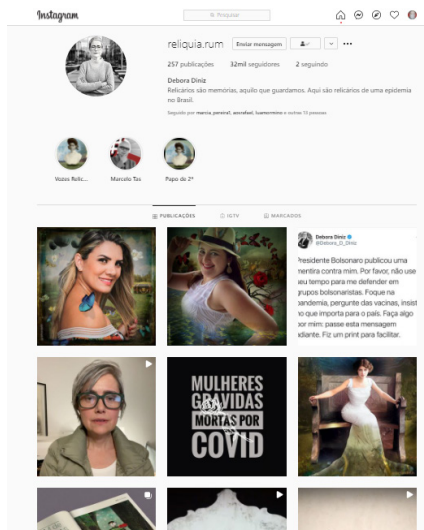


FIGURA 2: @reliquia.rum

FONTE: <https://www.instagram.com/reliquia.rum>

O *Memorial da vida indígena*, por sua vez, coloca em questão procedimentos muitas vezes particulares entre diferentes povos e tribos, diferentes da maneira que outras comunidades não-indígenas significam a morte. Esse perfil do Instagram, ao passo que confere humanidade aos mortos indígenas, acentua, também seu papel na vida coletiva de etnias e seus agrupamentos. Nesse sentido, a comunhão na “comunidade humana” se dá pela marcação de traços (inclusive visuais) e peculiaridades culturais de pessoas e grupos. O gesto comunicacional do *Memorial da vida indígena* então acentua ainda mais sua dimensão política, ao chamar a atenção para a realidade pré-covid e a necessidade de dar nome, rosto e endereço a quem há muito vem sendo silenciado.

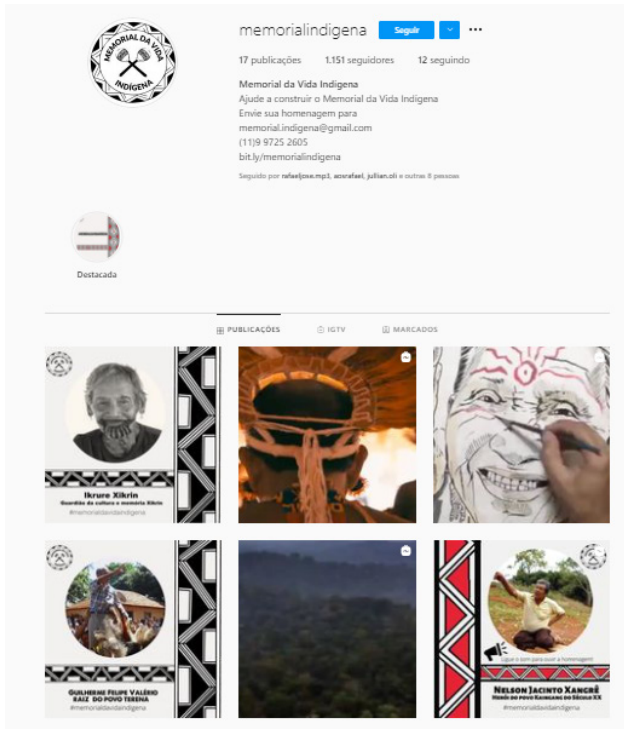


FIGURA 3: @memorialindigena

Fonte: <https://www.instagram.com/memorialindigena/>

Uma postagem em particular é bastante significativa da sobreposição de dimensões individuais e coletivas na ritualidade da morte. Publicada em 30 de junho de 2020, no *reliquia.rum*, a postagem traz a imagem de uma bebê indígena navegando em um mar cheio de tubarões em cima de um guarda-chuva. O texto verbal diz: “os bebês adoeceram. Não voltaram com as mães para o hospital. Estão desaparecidos para o ritual Yanomami de despedida. Miudinho, Povo Yanomami, Roraima”.



FIGURA 4: Postagem do *reliquia.rum*
 FONTE: <https://www.instagram.com/p/CCDpbL5Hmx1/>

Nos Yanomamis, os rituais de despedida dos mortos *-reahu-* são complexos e não envolvem o que não-indígenas comumente entendem como “sepultamento”, sob a terra. Os corpos dos que morrem são cremados e os rituais funerários marcam a continuidade entre as pessoas da tribo e os indivíduos falecidos (RAMALHO, 2018). Na cultura cristã, por sua vez, o corpo morto é separado dos seus, ficando em exposição para ser visto, testemunhado, entre os considerados próximos. Esse corpo mantém-se, etereamente, apenas na memória de quem o conheceu. Ao trazer a bebê que não pode ser ritualizada pelos Yanomamis, o *reliquia.rum*, ao mesmo tempo que evoca essa impossibilidade da presença e essa dupla perda, transforma a criança perdida e sem corpo em uma

“de nós”, habitantes do mundo poético do perfil do Instagram e parte da comunidade humana. Há, como se vê, uma tensão irresoluta entre a particularidade de cada indivíduo e as experiências coletivas da sua morte.

Luto e memória

Ao tornarem o luto privado em público, o Inumeráveis, o relíquia. rum e o *Memorial da vida indígena* como que afirmam que cada morte, embora diga de uma experiência particular, torna-se uma memória compartilhada. Torna-se também e ao mesmo tempo uma intenção de memória política, uma reivindicação de existência a partir dessas mortes invisibilizadas. A ambivalência na qual se assentam essas ações comunicacionais torna-se então perceptível sob outro ângulo. Afinal, a memória se constitui num ambiente de copresenças, de passados presentes nos gestos que intencionam ser movimentos de visibilidade de vítimas silenciadas. Ao mesmo tempo, trazem a dupla perspectiva de lembrança e esquecimento, de dimensões individuais e coletivas, que são inerentes à própria memória.

Buscando refletir sobre o entendimento de memória coletiva, Aleida Assmann (2010) aponta que há que se considerar as várias formas pelas quais as memórias são conectadas entre indivíduos, levando em conta seu processo de externalização. Nesse sentido, Assmann (2010) aponta que, ao ser externalizada, a memória funde-se com o sistema simbólico da linguagem, e pode ser alterada, compartilhada, corroborada, confirmada, disputada, ampliando seu alcance espacial e temporal. Segundo ela,

Não apenas a memória coletiva depende das estruturas sociais, as memórias dos indivíduos também são suportadas e definidas por eles. Ele [Halbwachs] insiste que nenhuma memória é possível fora dos quadros sociais compartilhados e que a mudança ou desintegração desses quadros induz a mudanças na memória pessoal e até mesmo no esquecimento. (ASSMANN, 2010, p. 37, tradução nossa)¹

1. No original: Not only collective memory depends on social frames, the memories of individuals are also supported and defined by them. He insists that no memory is possible outside shared social frames and that the shifting or crumbling of these frames induces changes in personal memory and even in forgetting.

Para ela, o passado torna-se indispensável ao entendimento do presente tanto na dimensão individual quanto coletiva. No entanto, em relação à perspectiva coletiva, Assmann (2010) prefere adotar outros três termos em vez da noção de memória coletiva, tal qual proposta por Halbwachs (1990 [1968]). Entendendo a expressão como vaga, a pesquisadora alemã observa que nem todas as memórias coletivas existem no mesmo nível, sendo que há inclusive aquelas que são parte de uma estrutura hierárquica. Assim, em vez de falar de uma memória coletiva, Assmann se refere a ela em três termos - memória social, memória política e memória cultural - que se diferenciam em função de sua extensão no tempo e espaço, tamanho do grupo e volatilidade ou estabilidade.

Um ponto de partida para a apreensão dessas experiências de memória é o entendimento que a memória individual é uma capacidade ou faculdade na constituição do si, sendo aquilo que possibilita também a comunicação interpessoal. Afinal, “a memória individual é o meio dinâmico para processar a experiência subjetiva e construir uma identidade social”² (ASSMANN, 2010, p. 40, tradução nossa). Nesse sentido, Assman ressalta que a memória individual tem também uma dimensão social, sendo sempre conectada com a memória de outros, por meio de sua narrativização.

Por memória social, Assmann (2010) considera o passado experienciado e comunicado (ou reprimido) dentro de uma dada sociedade. A memória social, segundo ela, mudaria conforme desaparecem os indivíduos, não sendo, portanto, homogênea, mas se dividindo em memórias geracionais. Diferentemente das memórias individuais e sociais, as memórias política e cultural teriam um grau maior de duração, extrapolando a marca geracional. Trata-se, segundo Assmann (2010), de tipos de memória mediadas, que são fundadas em símbolos e representações materiais que tendem a ser parte de uma memória mais permanente.

A memória política, em sua visão, não é fragmentária e diversa, mas fechada em uma narrativa emocionalmente carregada; não é volátil ou transitória, mas ancorada em sinais materiais e visuais como lugares e monumentos, assim como ações performativas como ritos, comemora-

2. No original: Personal memory is the dynamic medium for processing subjective experience and building up a social identity

ções, que reativam as memórias individuais numa participação coletiva. É estabilizada e transmitida de geração a geração (ASSMANN, 2010).

Já em relação à memória cultural, Assmann (2010) aponta que se trata de uma memória de longa duração, cuja estrutura é permanentemente fixada. Tanto a memória política quanto a cultural são, segundo a autora, constantemente desafiadas e contestadas, o que permite manter a memória viva:

É importante notar, no entanto, que a fronteira entre o arquivamento e a memória ativa do cânone é permeável em ambas as direções. Algumas coisas podem ficar em segundo plano e desaparecer do interesse comum e da consciência, enquanto outras podem ser recuperadas da periferia e passar para o centro do interesse e da estima social. Graças a essa estrutura de duas camadas e à interação entre a dimensão ativa e arquivística, a memória cultural tem um potencial embutido para mudanças, inovações, transformações e reconfigurações contínuas. (ASSMANN, 2010, p. 44, tradução nossa)³

Dessa forma, tanto memória política quanto cultural são permanentemente tensionadas e colocadas em disputa, uma vez que, segundo a autora, as memórias podem facilmente se tornar “conflitantes e incompatíveis se forem investidas de reivindicações políticas que se chocam na arena pública” (ASSMANN, 2010, p. 47)⁴. Nesse sentido, podemos pensar que, apesar de a memória política colocar-se numa perspectiva mais institucionalizada, reiterada em símbolos compartilhados na esfera do comum, e a cultural ter uma visada de longa duração, ambas são constantemente desafiadas em função da emergência de outras memórias em disputa, muitas delas por vezes historicamente silenciadas ou apagadas (DEMARCHI, 2020; JÁCOME, 2020). Como considera Régine

3. No original: It is important to note, however, that the borderline between the archival and the canon's active memory is permeable in both directions. Some things may recede into the background and fade out of common interest and awareness while others may be recovered from the periphery and move into the centre of social interest and esteem. Thanks to this double-layered structure and the interaction between the active and the archival dimension, cultural memory has an inbuilt potential for ongoing changes, innovations, transformations, and reconfigurations.”

4. No original:they easily can become conflictual and incompatible if they are invested with political claims which clashes in the public arena.

Robin (2016), tanto o excesso de memória quanto a sua falta causam desordem no tecido social. O primeiro interditaria toda possibilidade de reconciliação com o passado e o segundo, que ela considera da ordem do recalque, pode voltar a atormentar um tecido social mal estabilizado. Para a autora, não haveria memória justa, nem reconciliação total com o passado. Segundo ela, “o passado é apagado ainda pelos silêncios e tabus que uma sociedade mantém. Essa espécie de amnésia não tem nada de legal ou de regulamentar, mas pesa sobre o conjunto do tecido social. Os silêncios são de diferentes tipos e propriedades” (ROBIN, 2016, p. 85).

Ao olhar para o *reliquia.rum*, *Inumeráveis* e *Memorial da vida indígena*, vemos que a experiência individual torna-se uma memória social de um tempo comum e de uma experiência compartilhada, que traz à tona questões que, em certa medida, tensionam a memória política. Essas ações comunicacionais ancoram-se em sinais materiais e visuais que, como proposto por Assmann (2010), reativam as memórias individuais numa participação coletiva, que parecem dizer de uma certa reivindicação de existência a partir dessas histórias e pessoas invisibilizadas, mobilizando passados presentes nesses gestos de visibilidade. Nesse sentido, Ricoeur (2010) chama a atenção para o desejo do historiador de fazer justiça ao passado, à dívida com os mortos que motiva seu trabalho; destaca também a tarefa dos sujeitos do presente de restituir aos do passado aquilo que lhes é devido. “Nunca terá sido suficientemente dito que os mortos, cujo luto a história veste, foram seres vivos” (RICOEUR, 2010, p. 266), nos lembra o filósofo.

Através dessa evocação, desse ritual de despedida que habita nosso cotidiano, refletimos sobre os mortos. Algo que se diz sobre as pessoas que se foram por causa da infecção pela covid-19 é que elas “morreram antes da hora”, mesmo no caso das mais idosas. *Inumeráveis*, pelo *reliquia.rum* e pelo *Memorial da vida indígena* nos colocam diante de histórias e textos visuais que nos chamam a imaginarmos como eram essas pessoas e o que elas poderiam ter sido. O luto coletivo proposto por essas ações comunicacionais sugere, então, uma relação temporal próxima à lógica trabalhada por Rivera Cusicanqui (2018): o passado à nossa frente — como o tempo que podemos olhar e recordar — e o futuro às nossas costas — como o tempo que é uma “carga de preocupa-

ções”, e que aqui se torna um peso pela ausência, pela inexistência, por aquilo que não foi e jamais será.

Com os relatos e as fotografias coletadas diante de nós, o que se revela pode ser compreendido como uma comunidade dos mortos. Segundo Roberto Esposito (2007), a comunidade costuma ser tomada como conjunto que une as pessoas pela semelhança. Entretanto, segundo o autor, aquilo que faz a comunidade é o encontro entre os diferentes, a abertura para o outro em sua diferença, a disposição do sujeito ao descentramento que o faz sair de si e se juntar ao coletivo. Uma aproximação possível é pensar que, no noticiário, quando são enumerados os mortos, a união aí é pela semelhança, que apaga os indivíduos numa coletividade vazia: todos são iguais, pois todos morreram de covid-19. Já as ações comunicacionais abordadas aqui tentam, com maior ou menor sucesso, colocar em pauta o contrário: há sujeitos ali, diferentes entre si, com trajetórias e interesses distintos — e é nessa diferença que reside a potência da comunidade e se evidencia o alcance da tragédia.

Ipseidades

O termo “ipseidade” pode se apresentar como um dos mais enigmáticos na reflexão elaborada por Paul Ricoeur sobre as identidades narrativas. Introduzido ao final de “Tempo e Narrativa”, o termo é elaborado com mais vagar posteriormente, em especial em “O si-mesmo como outro”. Debruçando-se sobre a identidade pessoal, o filósofo francês a apreende tensionada entre dois polos, a mesmidade e a ipseidade, que configuram, cada uma a seu modo, um elemento identitário decisivo, a permanência no tempo. Para a apreensão da ipseidade, portanto, faz-se necessário um breve incursão ao outro polo dessa relação dialética, a mesmidade.

Segundo Ricoeur (2016), a mesmidade tem seu núcleo de sentido na ideia de semelhança, que permite articular a mudança temporal seja em aspecto numérico, seja em seus aspectos qualitativos, seja na percepção de “continuidade ininterrupta”. No primeiro caso, a mesmidade é o que permite que duas ocorrências aparentemente distintas, que se dão em momentos específicos, sejam tomadas como idênticas, ou seja, como

uma única e mesma coisa. No segundo, a semelhança atua no reconhecimento de traços pessoais e físicos como sendo os *mesmos* e não *outros*: “dizemos que X e Y usam o mesmo traje, ou seja, roupas tão semelhantes que é indiferente se uma é confundida com a outra”, exemplifica Ricoeur (2014, p.116). No entanto, a ideia de semelhança é desafiada quando observamos longos períodos temporais. Como dizer que uma pessoa é a mesma, da sua infância à sua velhice? A identificação de que se trata de um *mesmo* alguém se dá pelo reconhecimento de uma continuidade ininterrupta entre um extremo temporal e outro:

A demonstração dessa continuidade funciona como um critério anexo ou substitutivo da semelhança; a demonstração baseia-se na seriação ordenada de pequenas mudanças que, tomadas uma a uma, ameaçam a semelhança, mas não a destroem; é o que fazemos com fotografias que nos retratam em idades sucessivas da vida; como se vê, o tempo é aqui fator de dessemelhança, divergência, diferença. (RICOEUR, 2016, p.116)

Diante dos retratos de alguém ao longo do tempo, portanto, aplicamos um entendimento de que há uma continuidade ininterrupta de algo tomado como o mesmo, como uma espécie de semelhança profunda, que consegue, de alguma forma, resistir à “dessemelhança”, à “divergência” e à “diferença”. Na construção da identidade pessoal, o mais comum é, alerta Ricoeur, tomá-la apenas nesse polo da mesmidade, que se multiplica e se materializa tanto em termos como “caráter” quanto em expressões aparentemente negativas como “crise” ou “perda” identitária.

A ideia de ipseidade se faz compreender então a partir desse exemplo das fotografias de alguém ao longo do tempo. No polo da mesmidade, as diferenças são amarradas pela sua suposta semelhança a um substrato que permanece ao longo do tempo e que dá coesão às mudanças. No polo da ipseidade, são a diferença, a dessemelhança, a divergência que se destacam no fluir do tempo: a cada momento de mim, um outro. Do ponto de vista da identidade pessoal, esse polo irreduzível e certamente misterioso do si-como-outro é articulado não pelo caráter (vinculado à mesmidade) e sim a um agir que renova, a cada momento e a cada situação, uma espécie de promessa, de vínculo ético entre o agente e

sua ação. A complexidade das reflexões sobre identidade narrativa, mesmidade e ipseidade, revistas aqui de modo muito breve, nos permite perceber que na trajetória de alguém, se há algo que se mantém como mesmo, há também divergência e dessemelhança. Nesse outro polo da identidade narrativa, o enigma do si resiste às lógicas da semelhança, sob o império da agência, do si que se transforma em outro continuamente.

Nessa perspectiva, a ambivalência entre individual e coletivo identificada nas ações comunicacionais de *Inumeráveis*, *reliquia.rum* e *Memorial da vida indígena* revela outra de suas faces. Seja buscando uma breve narrativa da vida de quem morreu, seja através de sua imagem fotográfica, todos apontam para a integração de cada pessoa numa lógica de mesmidade. A foto é o análogo da pessoa, que, por sua vez, é a mesma na imagem; o breve epitáfio explicita, em poucas linhas, o caráter de quem se foi. Ao integrar cada uma e cada um que morreu numa “comunidade” imaginada, essa identidade pessoal se funde à do coletivo, seja pelo fato de sermos todos humanos, seja porque todos foram mesmo afetados pela covid-19. Por outro lado, cada pequena história de vida, cada imagem (trabalhada poeticamente ou não), cada composição verbovisual nos põe diante de pessoas desconhecidas, de rostos e situações outras, dessemelhantes, enigmáticas. Em termos ricoeurianos, isso é dizer que, por mais que as ações comunicacionais se assentem a princípio na mesmidade de cada personagem e do coletivo ao qual são integrados, há um elemento de ipseidade que resiste, que se mantém nos desafiando, humana, ética e permanentemente o tempo todo. Não há como suturar a perda, não há conciliação possível. Quem morreu, ainda que semelhante, permanecerá outro, para sempre perdido, para sempre único e irreconhecível.

Referências bibliográficas

- ARIËS, Phillipe. *O homem diante da morte*. Bauru: Unesp, 2014
- ASSMANN, Aleida. Re-framing memory. Between individual and collective forms of constructing the past. In: TILMANS, Karin; van VREE; Frank; WINTER, Jay (eds.). *Performing the Past: Memory, History, and Identity in Modern Europe*. Amsterdam University Press, 2010.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1998
- DEMARCHI, André. Contra-narrativas indígenas: vulnerabilidades e resistências. MIRANDA, C; SOUSA, M.E.; CARVALHO, C.A.; LAGE, L. (Org.). *Vulnerabilidades, narrativas, identidades*. 1ed.Belo Horizonte: Selo PPGCOM/UFMG, 2020. p. 65-90
- ESPOSITO, Roberto. *Communitas*. Buenos Aires: Amorrortu, 2007.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Editora Vértice, 1990
- JÁCOME, P. Narrativas, direito ao tempo e vulnerabilidades. MIRANDA, C; SOUSA, M.E.; CARVALHO, C.A.; LAGE, L. (Org.). *Vulnerabilidades, narrativas, identidades*. 1ed.Belo Horizonte: Selo PPGCOM/UFMG, 2020., p. 91-108.
- KELLEHEAR, Allan. *Uma história social do morrer*. São Paulo: Unesp, 2016
- MIRANDA, C; SOUSA, M.E.; CARVALHO, C.A.; LAGE, L. (Org.). *Vulnerabilidades, narrativas, identidades*. 1ed.Belo Horizonte: Selo PPGCOM/UFMG, 2020.
- RAMALHO, Moisés. *Os Yanomami e a morte*. Tese defendida no Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da USP, 2018.
- ROBIN, Régine. *A memória saturada*. Campinas: Editora da Unicamp, 2016.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad.: Alain François [et al]. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007
- RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa: tomo 3*. São Paulo: Martins Fontes, 2010
- RICOEUR, Paul. *O si-mesmo como outro*. São Paulo: Martins Fontes, 2016
- RIVERA CUSICANQUI, S. *Un mundo ch'ixi es posible*. Ensayos desde un presente en crisis. Buenos Aires: Tinta Limón, 2018.

CAPÍTULO 9

“Estamos morrendo de covid-19, mas também de COVID-1500”: Contranarrativas no portal Emergência Indígena

ANDRÉ DEMARCHI (UFT)

ADRIANA PAZ (UFT)



FIGURA 1: Captura da tela inicial do portal Emergência Indígena.
FONTE: Portal Emergência Indígena.

ISSO É UMA EMERGÊNCIA. (Faz bem repetir em tempos de negacionismo). Esse alerta, em letras garrafais e vermelhas abre, o portal

“Emergência Indígena”¹, criado pela APIB (Articulação dos povos indígenas do Brasil) e tema de estudo desse ensaio. A frase, como se pode ver na imagem acima, é reproduzida diversas vezes em fontes grandes e pequenas e também em diferentes línguas, inclusive em japonês e árabe, dando o tom do alcance internacionalista dos movimentos indígenas. Na mesma chamada, em preto, estão expostas ameaças que extrapolam a pandemia, mas que se intensificaram com ela: Garimpo Ilegal, Desmatamento. Ações genocidas e ecocidas que se fortaleceram e continuam sendo vetores de contaminação de covid-19 e, claro, de “Covid-1500”, como diz Célia Xakriabá na frase que intitula o presente texto.

Esse capítulo apresenta resultados parciais do *Projeto Contra-narrativas Indígenas: vulnerabilidades e resistências* (DEMARCHI, 2019), continuando o esforço reflexivo de construir categorias capazes de explicar as resistências indígenas contemporâneas e, conseqüentemente, a criatividade de suas formas e expressões estéticas, características de uma condição de vulnerabilidade que impele à resistência (BUTLER, 2016; LEAL, 2020). Se no nosso primeiro exercício conceitual e experimental estávamos preocupados em compreender as obras de Davi Kopenawa (2015) e Ailton Krenak (2019) como contranarrativas que se opõem ao modo de vida colonial-capitalista, agora trata-se de entender os (contra) discursos midiáticos presentes no portal “Emergência Indígena” produzido pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e seus parceiros nacionais e internacionais. Assim, o presente capítulo apresenta algumas linhas de interpretação desse fenômeno complexo, delimitando temas iniciais provocados por ele, e visando aprofundá-los com a continuidade da pesquisa em andamento (PAZ, 2020).

O portal foi criado pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil e suas Associações Indígenas parceiras para produzir e apresentar dados e informações qualificadas sobre a situação específica dos povos indígenas no contexto da pandemia do novo coronavírus e, mais importante, contrapô-los aos dados oficiais, cobrando ações e políticas públicas emergenciais do Governo Federal específicas para a população indígena.

1. www.emergenciaindigena.apiboficial.org

Na seção “Sobre”² presente no site, o portal Emergência indígena é apresentado como um coletivo:

O Emergência Indígena é a frente do movimento indígena no Brasil no enfrentamento da pandemia de covid-19 e sua expansão sobre os territórios e povos originários. A frente organiza planos, projetos e ações criados a partir da necessidade de acompanhar e analisar o impacto do vírus sobre os povos indígenas, fornecer insumos e desenvolver estratégias de enfrentamento específicas e diferenciadas, e resguardar a memória e conhecimento ameaçado pela morte de nossos parentes (APIB, 2020a, s/p).

O portal é o mecanismo escolhido para divulgação das ações mencionadas acima. As informações apresentadas no portal são coletadas por meio de um “monitoramento comunitário participativo feito pelo Comitê Nacional pela Vida e Memória Indígena, criado pela APIB, suas organizações de base e parceiros” (APIB, 2020, p. 05). Na página oficial Emergência Indígena é possível acompanhar diariamente o número de casos de covid-19 entre indígenas brasileiros, a quantidade de mortes e, ainda, a quantidade de povos afetados. Além disso, podem-se ver mapas e gráficos sobre o grau de contaminação e mortes em cada povo e em cada território. Também é possível acessar os planos emergenciais regionais produzidas por cada Associação parceira da APIB, bem como o plano de ação nacional, deflagrados em maio de 2020, após a realização da 16ª edição do Acampamento Terra Livre, ocorrido de modo virtual. Além disso, no portal também está disponível o relatório “Nossa luta é pela vida” que apresenta os resultados dos primeiros seis meses de execução dos planos de ação nacionais e regionais. Por fim, é possível acessar a web série Maracá, produzida através de uma *live* realizada em agosto de 2020, para angariar fundos para a execução dos planos emergenciais e que contou com a participação de inúmeros artistas indígenas e não indígenas do Brasil e de alhures.

Uma das motivações para a construção de um portal que apresentasse de modo autônomo informações e dados confiáveis sobre os casos e óbitos de indígenas de todo o Brasil, foi o fato de a Secretaria Especial

2.Conferir: <https://emergenciaindigena.apiboficial.org/sobre/>

de Saúde Indígena (SESAI) ignorar em sua contagem de casos e óbitos a situação das centenas de milhares de indígenas que habitam o contexto urbano e as grandes cidades, além daqueles que estão em territórios sob disputa judicial. Para se contrapor a essas distorções racistas do atual governo, a APIB construiu por meio de diferentes aliados uma contra contagem, produzindo uma contranarrativa, com números, quadros, gráficos, imagens e frases de efeito, desconstruindo os dados estatais e expondo os mecanismos do racismo institucional presente neles.

O exercício proposto aqui é o de realizar uma descrição analítica do portal e de alguns dos materiais ali presentes, desenvolvendo temáticas que nos afetaram como observadores. De início é importante dizer que há uma relação de solidariedade entre os autores e os povos e movimentos indígenas. Assim, seguimos com a proposta de fazer desse texto ele mesmo, em seus limites de produção e alcance, uma contranarrativa que, para lembrar Stengers, se coloca “entre aqueles e aquelas que se dizem herdeiros de uma história de lutas *contra* o estado de guerra perpétua que o capitalismo faz reinar.” (STENGERS, 2015, p. 17).

Agora afetados pela pandemia trata-se também de enfrentar a questão colocada recentemente pela antropóloga Anna Tsing: “como podemos contar histórias sobre dilemas de relevância local e contá-las de modo tão atraente que os leitores desejem aprender mais, ainda que aprendam sobre terrores?” (2021, p. 177). Ou seja, trata-se, enfim de um exercício de análise de (contra) narrativas sobre genocídios do passado e do presente, sobre números de mortos e de doentes, sobre uma situação que é de fato uma emergência para os povos originários já historicamente vulneráveis e vulnerabilizados.

No exercício de proposição do conceito de contranarrativa, descobrimos que a “vulnerabilidade implica resistência (BUTLER, 2016) e que as contranarrativas são as formas como essas resistências são elaboradas esteticamente, discursivamente, imagetivamente propondo o reconhecimento de mundos, saberes, estéticas silenciadas, ignoradas, enfim oprimidas pelas narrativas dominantes” (DEMARCHI, 2020, p. 66).

Neste capítulo, trata-se de experimentar essas ideias no contexto da pandemia, compreendendo algumas das formas como os povos indígenas estão contando a sua contra história de dor e de resistência por

meio do portal. Para tal, dividimos o ensaio em quatro tópicos. No primeiro trabalhamos a questão do racismo estrutural e como ele afeta os povos indígenas na pandemia, destacando a importância do portal na produção de narrativas antirracistas. No segundo tópico, fazemos uma descrição etnográfica do portal, relacionando seus conteúdos com os temas do genocídio, do silenciamento e apagamento das identidades indígenas. Já no terceiro, apresentamos o modo como os (contra)dados apresentados no portal são produzidos. Por fim, encerramos com uma breve reflexão sobre as cosmopolíticas presentes nas contranarrativas do portal Emergência Indígena.

Contranarrativas e antirracismo

Durante a pesquisa para este capítulo e na busca para entender esse fenômeno complexo, continuamos procurando referências para consolidar conceitualmente a contranarrativa como uma categoria que fizesse jus à criatividade das resistências indígenas. Qual não foi a nossa surpresa (e alegria) ao encontrar uma ativista e pensadora indígena utilizando esse termo. Célia Xakriabá, mulher indígena e uma das articuladoras da APIB, assim define esse conceito:

Mostramos que somos indígenas e que a história que contavam sobre nós consistia em uma história única, hegemonicamente construída, entretanto, agora reivindicamos também a oportunidade de construir histórias como *contranarrativas*, por meio da autonomia de contar a nossa própria versão (XAKRIABÁ, 2020, p. 02).

O pensamento de Célia Xakriabá, se conhecido antes, certamente estaria elencado como uma das filosofias do “contra” apresentadas em ensaio anterior de um dos autores desse capítulo (DEMARCHI, 2020). A definição de contranarrativa da autora se conecta muito bem, por exemplo, com as ideias de Walter Benjamin sobre o conceito de (contra) história, principalmente, quando ele diz que “a tradição dos oprimidos nos ensina que o ‘estado de exceção’ em que vivemos é na verdade a regra geral”. Mas também quando ele conclama os pensadores e pensadoras que fazem parte dessa tradição “a construir um conceito de história que corresponda a essa verdade” (1994, p. 226). O importante aqui é

que Célia Xakriabá faz parte dessa tradição dando nome e endereço a esses oprimidos: tratam-se dos povos originários, tendo suas histórias contadas por eles mesmos, histórias contra hegemônicas (GRAMSCI, 1978), para usar o termo de outro filósofo, cuja obra dialoga com o pensamento de Célia Xakriabá, e que também nos serve de referência teórica fundamental.

A autonomia na construção de narrativas próprias é realizada de modo magistral por Sonia Guajajara em seu histórico discurso na ONU, apresentando para todo o mundo a forma como os povos indígenas resistiram a diferentes versões desse “estado de exceção”, mencionado por Benjamim.

Eu sou a Sônia Guajajara e quero aqui invocar a força dos nossos antepassados para pedir permissão para falar em nome dos povos indígenas do Brasil, mas que é uma voz que reflete a voz dos povos indígenas do mundo. Há 519 anos, nós povos indígenas do Brasil, temos nos especializado em resistir. Acreditamos que ainda teremos muito mais a oferecer a humanidade. Afinal, são séculos de conhecimento acumulado. Mais de mil povos conviviam com a diversidade de crenças, sob a benção dos encantados. Havia muito mais a aprender, mas com as caravelas europeias, chegaram as espadas, a cobiça e a ideia de quem não eram os senhores de nossas terras e nossas vidas. E apesar do genocídio que aqui seguiu, conseguimos chegar ao século XXI. Muitos de nós foram escravizados, centenas de povos foram dizimados e muitas culturas aniquiladas. Nos trataram como mercadorias ou como um grande empecilho à ambição refletida à ideia de progresso. Resistimos ao período colonial, resistimos ao império, à chegada da república, e até mesmo a ditadura militar que matou mais de oito mil indígenas. E hoje, novamente, vivemos um tempo ameaçador, movido também pela ignorância (GUAJAJARA, 2019, s/p).

Proferido em 23 de abril de 2019, o discurso de Sônia Guajajara descortina mais de quinhentos anos de resistência e de enfrentamento à diferentes políticas de extermínio e estratégias genocidas que tem no racismo o seu elo comum. As vezes descarado, as vezes dissimulado, o racismo está ali entranhado nas instituições como uma herança sempre atualizada da colonização. Nesse sentido, o discurso de Sônia Guajajara não poderia ser mais premonitório. Alguns meses antes da pandemia, Sônia já previa o acirramento do racismo promovido pelo Estado brasi-

leiro, agora, descaradamente, anti-indígena, em meio ao alastramento da pandemia. Com a chegada de Bolsonaro ao poder espalha-se, como nunca essa doença brasileira que aflige os povos indígenas, a “Covid-1500”, sendo expostas claramente as estruturas racistas arraigadas às instituições nacionais.

Como diz Silvio de Almeida, em sua obra mais que necessária:

a desigualdade racial é uma característica da sociedade não apenas por causa da ação isolada de grupos ou de indivíduos racistas, mas fundamentalmente porque as instituições são hegemônicas por determinados grupos raciais que utilizam mecanismos institucionais para impor seus interesses políticos e econômicos (ALMEIDA, 2018, p. 30).

Em outra passagem, Almeida define racismo estrutural:

A tese central é que *racismo é sempre estrutural*, ou seja, de que ele é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade. Em suma, o que procuramos demonstrar é que o racismo é a manifestação normal de uma sociedade, e não um fenômeno patológico ou que expressa algum tipo de anormalidade. O racismo fornece o sentido, a lógica, e tecnologia para as formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea (ALMEIDA, 2018, p. 15, grifo do autor).

Esse sentido, essa lógica e essa tecnologia são percebidas em diferentes ações racistas e discriminatórias dos governos federais, municipais e estaduais frente à pandemia. Citemos alguns exemplos. Entre os Yanomami e Wai Wai, o protocolo estabelecido pelos governos, sem consulta aos povos originários, como reza a Convenção 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho) da qual o Brasil é signatário, proibiu os parentes e mães de velarem e fazerem o luto por seus filhos, negando um direito essencial a esses povos e suas autonomias culturais garantidas na Constituição Federal (ALBERT, 2020; APIB, 2020). Também entre os Yanomami, uma comitiva do governo federal composta por mais de vinte pessoas, dentre elas jornalistas, visitou uma aldeia sem seguir protocolos de segurança para a não transmissão do vírus, distribuindo medicamentos sem comprovação científica contra a covid-19 e provo-

cando aglomeração desnecessária³. As esposas dos militares envolvidos na ação reuniram mulheres yanomami para maquiá-las e distribuíram brinquedos e roupas para crianças, colocando-as em risco⁴. No Tocantins, a prefeitura de Formoso do Araguaia proibiu, por meio de decreto, os integrantes da população indígena Javaé de terem acesso a cidade, desrespeitando seu direito de ir e vir⁵, o mesmo ocorrendo na cidade de Pau D'arco no Pará, cuja prefeitura propôs um *lockdown* somente para os indígenas do povo Kayapó, que também tiveram a circulação restringida de modo ilegal⁶. Em Tocantínia (TO), os indígenas Xerente contaminados foram obrigados a realizar a quarentena em locais precários, sem condições de higiene e saúde, como escolas⁷. No Mato Grosso, moradores da cidade de General Carneiro difundiram áudios racistas contra os Xavante, que habitam aldeias em torno da cidade⁸. Algo similar ocorreu em Dourados no Mato Grosso do Sul, quando uma comerciante local expôs fotos de indígenas sem autorização para criticar as medidas de proteção estabelecidas pela prefeitura⁹. Em âmbito nacional, as lideranças da APIB afirmaram terem sido desrespeitadas por ministros e técnicos do governo federal durante reunião no gabinete de crise exigido pelo Superior Tribunal Federal para conter minimamente a pandemia entre os povos indígenas do país¹⁰.

3. <https://apublica.org/2020/07/nao-somos-objeto-de-propaganda-do-governo-diz-lideranca-yanomami-sobre-acao-do-exercito-em-roraima/>. Acessado em 18/02/2021.

4. <https://noticias.uol.com.br/colunas/rubens-valente/2020/07/17/militares-coronavirus-indigenas.html>. Acessado em 18/02/2021.

5. <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/07/para-combater-covid-19-cidade-de-to-monta-barreira-racial-contra-indios.shtml>. Acessado em 18/02/2021.

6. <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/06/20/cidade-no-paixa-lockdown- apenas-para-indios-mp-ve-discriminacao.html>. Acessado em 18/02/2021.

7. <https://conexaoto.com.br/2020/07/08/xerentes-de-tocantinia-tambem-foram-contaminados-pelo-novo-coronavirus-19-casos-ja-foram-confirmados>. Acessado em 18/02/2021.

8. <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53541373>. Acessado em 18/02/2021.

9. <https://www.progresso.com.br/sociedade/academia-e-alvo-de-criticas-apos-postar-foto-de-indigenas-sem/374262/>. Acessado em 18/02/2021.

10. <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/07/17/indigenas-dizem-ter-sido-atacados-pelo-governo-em-reuniao-sobre-coronavirus.ghtml>. Acessado em 18/02/2021.

Esses são apenas alguns exemplos de como o racismo estrutural é, como afirma Almeida (2018), um elemento que integra a sociedade brasileira, que a estrutura e a produz, por meio da segregação, silenciamento, esquecimento e morte de muitos outros povos que aqui vivem. Tais evidências e exemplos descortinam o completo despreparo dos diversos setores da sociedade brasileira em lidar com a diferença cultural e demonstra como os governos federais, estaduais e municipais têm falhado ao apostar em projetos educacionais que não incluem, ou incluem de modo precário, o entendimento da alteridade, da diversidade e da possibilidade de convivência simétrica entre povos e culturas.

Por isso, a importância do portal Emergência Indígena, como um movimento de “ocupar as telas”, para citar uma vez mais Célia Xakriabá (2020). Um espaço de criação de vida e de resistência em meio a desolação da morte de tantos parentes. Um espaço para lembrar da vida, como na iniciativa do Memorial da vida indígena, criado para perpetuar a existências daqueles que morreram de covid-19. Um espaço onde uma teia de alianças é tecida com o objetivo de oferecer condições de resistência e existência diante de uma pandemia. Um lugar enfim de retomada digital de territórios virtuais e tecnológicos historicamente negados aos povos indígenas do Brasil. As telas ocupadas, passam então a expor ao mundo contranarrativas textuais, gráficas, imagéticas, que contam seus números próprios de mortos e de casos de doença, oferecendo a real dimensão da tragédia para os povos indígenas. Contam também as contra histórias por trás de cada número oficial, eivado de racismo estrutural.

“Isso é uma emergência”

Adentramos à web pelo navegador. Digitamos as palavras Emergência Indígena. Em segundos (ou minutos, a depender da conexão) estamos diante do portal criado pela APIB. A frase “Isso é uma emergência” ecoa visualmente em diversas línguas (ver Figura 1). Ao mover o mouse para baixo, a imagem que se sobrepõe ao texto de apresentação é poderosa: um olhar profundo, pintado de preto se completa com uma máscara sobre o nariz e a boca, formando um rosto em que é possível ver nos olhos a resistência indígena e na face a emergência do contexto pandêmico para os povos indígenas.



FIGURA 2: Imagem capturada do Portal Emergência Indígena.
FONTE: Portal Emergência Indígena.

Um pouco mais abaixo, chegamos nos conjuntos de dados apresentados. Primeiro, divididos por número de casos, número de mortes e povos afetados, atualizados cotidianamente. Em seguida, encontramos um mapa, precedido das seguintes frases: “Como o covid-19 tem chegado aos territórios”. Ao lado, a resposta: “o governo federal é o principal agente transmissor da covid-19”. Um mapa do Brasil, com a região norte destacada em vermelho, está ao lado e sustenta essa forte afirmação com quatro exemplos em que agentes do governo (principalmente da SESAI, mas também do exército) contaminaram a população indígena no Vale do Javari (AM), no Alto Rio Solimões (AM), no Parque Tumucumaqui (PA/AP) e, finalmente na Terra Indígena Mamadate (AC). Fatos que, parafraseando Marx, repetem, como tragédia, histórias de extermínio de povos indígenas.

A construção da contranarrativa textual e visual do portal nos faz retornar as guerras da conquista, onde o violento processo de colonização, com apoio deliberado dos Estados, também gerou pandemias que causaram o extermínio em massa de diversos povos originários das Américas. Há relatos mais cruéis de que conquistadores e colonizadores, brasileiros e europeus, distribuíram roupas contaminadas para povos

indígenas. Esse é o caso de uma matéria da Folha de S. Paulo¹¹, publicado há duas décadas, e que merece ser reproduzida nesses tempos de pandemia:

Pelo menos três casos documentados mostram que o contato dos índios com as doenças dos brancos também ocorreu de forma proposital, com o objetivo deliberado de dizimar tribos hostis. O mais “clássico” deles, segundo o antropólogo Mércio Pereira Gomes, aconteceu em Caxias, no sul do Maranhão, por volta de 1816. A vila estava se transformando em um grande centro de criação de gado, e os fazendeiros queriam se livrar dos índios timbira. “O plano era atrair os índios para a vila, então atacada por uma epidemia de bexiga (varíola). Uma vez ali, as bexigas dariam conta deles”, descreve o antropólogo Darcy Ribeiro no livro “Os Índios e a Civilização”. Os fazendeiros de Caxias “presentearam” um grupo de 50 índios com roupas de moradores da vila que haviam contraído a doença. De volta a suas aldeias, os índios espalharam o vírus. A epidemia se disseminou rapidamente pelo sertão e atingiu até tribos a 1.800 km de Caxias. Francisco de Paula Ribeiro, na época comandante militar no sul do Maranhão, relatou com detalhes o massacre dos Timbiras. O texto, escrito em 1819, só foi publicado por volta de 1930, na revista do Instituto Geográfico e Histórico Brasileiro. Ele conta: “Não é certamente fácil fazer-se uma ideia de quantos mil desgraçados se evaporaram por semelhante motivo, e ainda muito mais quando sabemos o método extravagante que se pretendiam curar-se, sepultando-se nos rios para suavizar o calor das febres, ou ainda abreviando-se uns aos outros a vida, logo que conheciam com verdadeiros sintomas daquele mal tão cruel, ao que chamavam Pira de Cupé, sarna dos cristãos.” Os imigrantes alemães se valeram do vírus da varíola na luta contra os índios Xokleng e Kaingang, durante a colonização de Santa Catarina e do Paraná, no final do século 19. “Os bugreiros, caçadores de índios contratados pelas companhias de colonização, deixavam nas matas roupas com os vírus da varíola e do sarampo”, disse o antropólogo Gomes. O naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire (1779-1853), que viajou pelo Brasil entre 1816 e 1822, fez referências à guerra bacteriológica contra os índios botocudos, no vale do Rio Doce (BLECHER, 2001, s/p.)

Essas formas de genocídio, cruéis a ponto de nos fazer ter profunda vergonha desses ancestrais, geraram também profundos traumas aos

11. <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft2810200104.html>. Acessado em: 09/02/2021.

povos indígenas, expondo esses povos à vulnerabilidades diversas. Mas geraram uma incrível capacidade de resistir e existir e um olhar profundamente crítico e descolonizador sobre o país, denunciando essas estratégias genocidas e associando a elas a atuação do governo federal.

No plano de enfrentamento à pandemia, disponibilizado no portal Emergência Indígena, o passado de epidemias utilizadas como arma de destruição de massa pelos colonizadores é retomado.

Para o Brasil e o mundo, pode até ser novidade essa guerra viral mas para nós, povos indígenas, não. Já conhecemos essa realidade porque fomos vítimas das doenças utilizadas como estratégia no processo de invasão e colonização do Brasil e outras tantas agressões, como aquelas praticadas durante a ditadura militar e nos tempos atuais para exterminar os nossos povos, nossa identidade e nosso modo de vida e usurpar os nossos territórios, além dos bens naturais que preservamos milenarmente (APIB, 2020c, p. 13).

É impossível não retornar neste ponto às palavras do xamã yanomami Davi Kopenawa sobre as fumaças epidêmicas das mercadorias dos brancos que infectavam seu povo. Davi Kopenawa apresenta, segundo Bruce Albert (1992), uma teoria etiológica do contato entre índios e brancos, onde o contágio está dado de imediato na relação constituída, sobretudo, pelo que os colonizadores denominam “troca de presentes” e que embala o doce imaginário de um suposto “descobrimento da América”, que, sabemos hoje, não passou do início de um dos maiores episódios de crime contra a humanidade já registrados na história¹².

Do ponto de vista Yanomami, o contágio ocorre pelo contato não apenas com o branco em si, mas sobretudo com suas coisas que exalam “uma fina poeira perfumada”, extremamente tóxica para o povo indígena. Ouçamos as palavras do xamã:

No começo, os nossos antigos limpavam bem os facões que recebiam dos brancos, antes de levá-los para casa. Mergulhavam na água dos igarapés e esfregavam bastante com areia. De fato, as lâminas dessas ferramentas eram pegajosas e exalavam um inquietante odor adoci-

12. Segundo os cientistas Simon L. Lewis e Mark A. Maslin, “a Grande Morte dos Povos Indígenas das Américas resultou na morte de mais de 54 milhões de pessoas” (2018, p. 175).

cado. Vinham besuntadas de gordura e embaladas em peles de papel. Assim que os brancos abriam seus enormes caixotes de madeira para distribuir esses facões, saíam deles volutas de uma fina poeira perfumada. O odor era muito forte e se espalhava por toda parte. Todas as mercadorias deles eram impregnadas desse cheiro: facões, machados e tesouras; e também os tecidos de algodão, as redes. Nossos pais e avós não tinham nariz de branco. Reconheciam de longe o cheiro nauseante das ferramentas de metal. Consideravam-no perigoso e o temiam, porque os fazia tossir e adoecer logo depois que as pegavam. Os velhos, as mulheres e as crianças morriam desse sopro cheiroso muito depressa. Por isso o chamaram poo pê wakixi, a fumaça do metal (KOPENAWA; ALBERT, 2015, p. 246; 247).

Nessa contra-história do contato contada por Kopenawa, nota-se a marca da morte epidêmica no encontro com os objetos industrializados desse outro, como as roupas contaminadas de varíola destinadas aos Krahô, aos Xokleng e Kaingang pelos fazendeiros, donos de gado, do Brasil do século XIX. Os perigos dos contágios e dos contatos com os brancos são atualizados durante a pandemia. Os contra fluxos das histórias e memórias indígenas nos trazem ao século XXI, onde, como denuncia a APIB em seu portal, é o agronegócio (um nome moderno para os herdeiros dos fazendeiros, criadores de gado do século XIX) o principal responsável pela chegada do vírus em territórios indígenas.

FRIGORÍFICOS E ABATEDOUROS. O principal responsável pela introdução do vírus em várias aldeias do Mato Grosso do Sul foi o Agronegócio. Na Reserva Indígena de Dourados – onde a primeira morte foi registrada por um Guarani Kaiowá – a doença foi transmitida por um funcionário da JBS Frigorific, segundo informações de um jornal local, o Repórter Brasil. O padrão se repete no oeste do Paraná, nas terras indígenas de Santa Catarina e no Rio Grande do Sul. Os primeiros casos infectados dentro desses territórios foram registrados entre os povos indígenas dos povos Kaingang e Guarani Mbya. Esses indivíduos eram funcionários do setor frigorífico local (APIB, 2020a, s/p).

No portal, essas ocorrências estão registradas em um mapa do Brasil com os estados pintados de vermelho, simbolizando o sangue indígena derramado. Em outro texto em destaque no site pode-se ler:

RACISMO INSTITUCIONAL, FAKE NEWS, RELATIVIZAÇÃO DA DOENÇA. Falta de atendimento da SESAI aos indígenas que vivem em contexto urbano e fora de territórios que não são homologados. Hospitais querem registrar indígenas que vivem em contexto urbano como pardos. Postura do governo tem aumentado os crimes de racismo contra comunidades indígenas em pequenas cidades. Muitos indígenas se negam a fazer teste ou a realizar tratamento devido ao racismo, que também tem aumentado os conflitos internos nas comunidades (APIB, 2020a, s/p).

Além de lidar com a calamidade da pandemia, os povos indígenas, segundo a APIB, também precisam enfrentar uma epidemia de fake news espalhadas por simpatizantes do governo federal que visam alimentar o racismo e produzir o silenciamento das condições críticas da pandemia entre os povos indígenas. Em seu relatório “Nossa luta é pela vida”¹³, também presente no Portal Emergência Indígena, a APIB chama a atenção de modo mais detalhado para os efeitos das distorções das informações oficiais do Governo Federal sobre as populações indígenas no contexto da pandemia.

A diferença entre a identificação local dos casos e as informações oficiais disponibilizadas pela Sesai foram suficientes para o movimento indígena reconhecer mais um processo de apagamento e invisibilização da identidade indígena. Tal processo de apagamento ocorre de diversas maneiras, seja pela recusa da Sesai de atender ou de reconhecer indígenas residentes em áreas urbanas ou em territórios ainda não homologados, seja na ausência do preenchimento da informação de raça/cor e povo nos sistemas de informações do SUS (Sivep-Gripe e e-SUS Notifica), ou ainda pelo registro dos indígenas como “pardos”. Ressaltamos que não reconhecer a identidade indígena (e povo) de uma pessoa faz com que os dados oficiais não possibilitem análises sensíveis sobre o impacto da doença no contexto específico dos indígenas, tanto aqueles aldeados quanto os residentes em áreas urbanas, já que invisibiliza a própria existência das pessoas indígenas. (APIB, 2020b, p. 97)

Para dar vida aos números, para insistir que eles têm corpo e voz, para ser coerente com a proposta da APIB de apresentar cada sujeito por

13. Disponível em: <https://emergenciaindigena.apiboficial.org/relatorio/>

traz dos gráficos e dos dados, ouçamos o líder Kum Tum Akroá Gamela, que nos ensina sobre a faceta simbólica do genocídio, ou seja, o apagamento e silenciamento do outro.

A colonização é essencialmente a negação do outro, que vai dessa negação mais sutil, subjetiva, até a eliminação física, e aí eu tenho pensado assim: essa questão do genocídio começa quando os europeus chegaram aqui e disseram: “Não são nada, nem são gente, nem são humanos, que não têm fé, porque não tem lei, porque não tem rei. Então são o que? São nada”. Daí pra cortar a cabeça ou partir ao meio com um facão ou atravessar com uma bala não faz muita diferença, porque a morte já foi decretada, foi executada antes. Nós, indígenas, temos que conviver todo dia tendo que provar a existência, a vida, mas já com a morte decretada. É um negócio meio maluco a gente provar que está vivo, quando outros que estão no lugar do poder disseram que você não existe mais. (...) Isso é uma forma de racismo institucional porque é uma decisão de Estado, do governo, que diz assim: “você não existe, meu irmão”. E o meu povo viveu isso. Uma decisão do Estado: “vocês não existem mais”. (...) O Estado negou a nossa existência, mas nós continuamos existindo, e todo dia a gente tem que provar que existe. Tem que provar ao Estado brasileiro que a gente existe, tem que provar à Universidade, tem que explicar que a gente existe. Os cartórios se negam a registrar nossas crianças como indígenas, dizendo que só podem ser registradas como “pardas”: essa é uma forma violenta de racismo. Uma forma de intimidação que está ligada à questão da terra: ao aceitar que uma criança carregue a identidade de indígena, o Estado está aceitando que essa criança tenha direito à terra. Os cartórios sacaram isso. (AKROÁ, 2018, p. 2172)

Pelo visto, os postos de saúde também “sacaram isso” e, mais grave, o órgão específico do governo federal para tratar da saúde indígena, a SESAI, também “sacou”. Ao invisibilizar uma parcela significativa dos casos de covid-19 em indígenas e também os óbitos dela decorrentes, o governo federal perpetua a negação da existência de inúmeras pessoas e povos indígenas. O genocídio como apagamento físico e simbólico do outro é marca do governo Bolsonaro, defensor radical do agronegócio, auto proclamado ruralista, um governo onde “as boiadas passam”, como disse o (pasmem!) Ministro do Meio Ambiente. É impossível não perceber a herança que esse governo atual traz dos violentos colonizadores de outrora, fazendeiros, criadores de gado, que infectavam indí-

genas com “presentes” contaminados. Uma herança que não é mais disfarçada ou dissimulada, como em outros governos, mas sim expressa claramente ao transformar os povos indígenas em um dos principais inimigos do governo, subvertendo de modo objetivo o papel constitucional que concede ao Executivo o dever de não apenas demarcar, mas de proteger as Terras Indígenas.

Embora não entreguem tecidos contaminados, como fizeram vergonhosamente seus ancestrais, os governantes das instituições públicas e privadas, contaminam trabalhadores indígenas em frigoríficos e matadouros, proíbem indígenas de enterrarem seus mortos, fazem ações proselitistas expondo crianças ao vírus e oferecendo medicamentos que comprovadamente não combatem a doença¹⁴ e oferecem publicamente informações contaminadas de racismo que declaram oficialmente a inexistência de inúmeras pessoas e povos originários.

Uma das fotos do portal Emergência Indígena não poderia ser mais emblemática sobre as contranarrativas produzidas para resistir à essas práticas genocidas contemporâneas e suas relações com o passado colonial. Se sobressaindo de um fundo vermelho cor de sangue, um(a) indígena vestido(a) com roupas usadas por profissionais de saúde, ajeita a luva em sua mão. Por cima de seus longos cabelos, um cocar. Cobrindo seu rosto, uma máscara branca, com a inscrição: “Vidas indígenas importam”. Ao lado o lema da campanha: “Nossa luta é pela vida”.



FIGURA 3: Imagem extraída do portal Emergência Indígena.
FONTE: Portal Emergência Indígena.

14. <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/cloroquina-ausencia-de-consulta-e-outras-irregularidades-marcam-visita-surpresa-do-governo-a-terra-indigena-yanomami>. Acessado em 17/02/2021

Contra dados

Outra linha interpretativa que gostaríamos de puxar desse emaranhado de contranarrativas diz respeito a forma como os dados apresentados no portal são produzidos. Ao se deparar com o racismo estrutural incorporado aos dados oficiais, a APIB montou uma grande rede de aliados para apresentar a sociedade uma contra contagem que fizesse jus a diversidade dos povos indígenas brasileiros, vivendo uma verdadeira batalha pelos dados. O problema dos dados oficiais se iniciam na incompatibilidade dos três sistemas de informação utilizados para registro dos casos de covid-19 entre a população indígena.

As informações oficiais sobre a ocorrência de casos e mortes causados pela covid-19 na população indígena são registradas em diferentes sistemas de informação, destacando-se três: Sivep-Gripe, e-SUS Notifica e o Sistema de Informações da Atenção à Saúde Indígena (Siasi), da Sesai. Os dois primeiros sistemas, Sivep-Gripe e e-SUS Notifica, se baseiam na variável cor ou raça para a identificação dos casos em indígenas. Por sua vez, os registros da Sesai, sistematizados através do Sistema de Informações da Atenção à Saúde Indígena (Siasi) se referem unicamente à população atendida pelos 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs), que é majoritariamente aldeada. Os casos identificados no Subsistema, em princípio, alimentam o Sivep-gripe e e-SUS, mas se referem apenas a uma parcela da população indígena no país. Dessa forma, limitações de comparabilidade e complementaridade desses sistemas dificultam uma compreensão mais fidedigna da situação da covid-19 na população indígena em âmbito nacional. Ressalta-se que o banco de dados do Sistema de Informações da Atenção à Saúde Indígena (Siasi) não é disponível publicamente, diferentemente dos demais mencionados, o que agrava ainda mais as limitações para compreensão dos impactos da pandemia em povos indígenas. (APIB, 2020b, p. 76)

As distorções e discrepâncias nos dados acontecem pelo fato de que nos sistemas Sivep-gripe e e-SUS a variável cor ou raça é muitas vezes preenchida erroneamente, como por exemplo quando pessoas indígenas são identificadas como “pardas”. Por outro lado, o sistema de informação gerido pela SESAI só computa casos de indígenas aldeados em territórios demarcados, deixando de lado a grande parcela da população indígena que habita os centros urbanos ou que está em territórios judi-

cializados. Além disso, é notório que os dados apresentados pela SESAI não levem em consideração o povo indígena, mas sim o Distrito Sanitário a que ele está vinculado. Nos boletins da SESAI não é possível, por exemplo, visualizar quantos indivíduos de um determinado povo foram contaminados ou morreram. Por essas razões a APIB afirma que partiu da premissa metodológica de agregar ao conjunto de dados da SESAI os números de sua contagem própria, chegando assim aos números apresentados no Portal.

Na tabela abaixo apresentamos a comparação dos dados contidos no último boletim da SESAI, publicado em 17 de fevereiro de 2021 e os dados publicados no Portal Emergência Indígena no mesmo período. Em primeiro lugar nota-se que o número de casos confirmados pela APIB superou em quase seis mil a contagem realizada pela SESAI. Em relação ao número de óbitos percebe-se a mesma tendência, com a contagem da APIB superando a SESAI em quase 400 mortos a mais.

SESAI		APIB	
Casos confirmados	Óbitos	Casos confirmados	Óbitos
42.881	567	48.778	966

TABELA 1: Números totais de casos e mortes por covid-19 entre a população indígena de acordo com a SESAI e APIB, no dia 17 de fevereiro de 2021.

É importante ressaltar que no Portal Emergência Indígena há uma sessão intitulada “Dados covid-19”¹⁵, onde é possível acessar um complexo conjunto de dados sobre os povos indígenas, que vai muito além dos dados apresentados pela SESAI em seus boletins. Ao clicar nessa guia, o internauta é direcionado para uma página específica que se inicia com a imagem de um cocar indígena em segundo plano. Em primeiro plano, sobre a cor vermelha ao fundo pode se ler o seguinte texto: “Em tempos de pandemia a luta e a solidariedade coletiva que reacendeu no mundo só será completa com os povos indígenas, pois a cura estará não apenas no princípio ativo, mas no ativar de nossos princípios humanos (trecho da Carta Final da Assembleia Nacional da Resistência Indígena)” (APIB, 2020a, s/p).

15. Disponível em: https://emergenciaindigena.apiboficial.org/dados_covid19/

Um pouco mais abaixo dessa tela de apresentação encontramos os números gerais da pandemia entre os povos indígenas, com o número de casos confirmados, o número de óbitos e a quantidade de povos afetados. Na sequência vemos um primeiro gráfico que mostra a evolução dos óbitos por covid-19 entre os povos indígenas em duas linhas distintas. A linha preta mostra a contagem da APIB, enquanto a linha azul mostra a contagem da SESAI. Por meio do gráfico é possível perceber que até o dia 14 de abril, a APIB computou 398 mortes a mais do que a SESAI em sua contagem, chegando ao número total de 1038, frente aos 638 apresentados pela SESAI no seu último boletim.

Descendo um pouco mais a página web encontramos mais um gráfico que apresenta a quantidade de mortos por povo indígena, dado que também não é ofertado pela SESAI. Na sequência, vemos um mapa do Brasil em cor negra. Ao clicar nos estados que compõem o mapa é possível ver quais povos daquele estado já foram afetados pelo novo coronavírus. Ao lado do mapa, seguem as denúncias com o seguinte texto:

O primeiro caso confirmado de contaminação por covid-19 entre indígenas brasileiros foi de uma jovem de 20 anos do povo Kokama, no dia 25 de março, no município amazonense Santo Antônio do Içá. O contágio foi feito por um médico vindo de São Paulo a serviço da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), que estava infectado com o vírus. Hoje os Kokama são os mais afetados em casos de mortes. (APIB, 2020a, s/p).

Uma vez mais percebe-se o descaso com a saúde indígena, já que o profissional médico vindo de São Paulo, cidade em que os primeiros casos foram reportados no Brasil, não seguiu as recomendações da OMS como por exemplo a realização de exames e de quarentena antes de adentrar aos territórios indígenas.

Seguindo na descrição dessa seção do site, encontramos dois gráficos em que é possível identificar o número de óbitos de indígenas por estado e por município. Entre as duas imagens encontramos os seguintes textos:

O Amazonas foi o primeiro estado a ter a confirmação de indígenas contaminados e hoje concentra o maior número de mortes entre indígenas. Chamamos atenção para o fato da SESAI ser um dos princi-

pais vetores de expansão da doença dentro dos territórios indígenas, alcançando a região com maior número de povos isolados do mundo: o Vale do Javari. (...) A falta de transparência dos dados da SESAI impede a identificação de muitas cidades onde os óbitos aconteceram. Os dados com a sigla SI (Sem Informação) representam esses casos. Mais uma vez denunciamos sobre a falta de transparência e racismo institucional da SESAI e exigimos respeito aos nossos direitos (APIB, 2020a, s/p).

Por fim, chegamos à última parte dessa seção, intitulada “Explore os dados”, onde é possível identificar por meio de um mecanismo de buscas a quantidade de óbitos entre indígenas, segundo o estado, o povo indígena e o município, apresentando uma contagem muito mais completa e complexa do que aquelas disseminadas pelo Estado brasileiro. Nesse gráfico interativo é possível acompanhar, do início da pandemia até o dia de hoje (14 de abril de 2021), o número de mortos confirmados a cada dia. Assim, pode-se ver por exemplo que o dia 09 de julho de 2020 atingiu o ápice de confirmações de óbitos entre indígenas, computando 27 óbitos em oito estados da federação.

No portal Emergência Indígena existe, ainda, uma seção dedicada à metodologia de coleta de dados¹⁶. Nela, são apresentadas algumas breves notas metodológicas importantes no sentido de esclarecer aspectos da coleta de dados. Os agentes da coleta são as associações de base da APIB, articuladas com outros movimentos sociais e em contato com órgãos públicos de saúde. No relatório “Nossa luta é pela vida”, essa metodologia é retomada:

a sistematização, em nível nacional, das informações sobre os casos de contágio e óbito pela covid-19 é feita pelo Comitê Nacional pela Vida e Memória Indígena, agrupando informações de fontes das organizações indígenas de base da Apib, Frentes de enfrentamento contra a covid-19 organizados no Brasil que colaboram com a Apib, SESAI, Secretarias Municipais e Estaduais de Saúde e Ministério Público Federal. Os dados do Comitê incluem tanto indígenas que vivem nos territórios tradicionais quanto os que vivem em contexto urbano, que se autodeclararam e possuem laços com seu povo, como dispõe a Convenção 169 da OIT (ratificada pelo Brasil). As informações sobre

16. Disponível em: https://emergenciaindigena.apiboficial.org/dados_covid19/

pessoas infectadas pelo novo coronavírus coletadas pelo Comitê são provenientes de confirmações por indígenas, por secretarias municipais e estaduais de saúde e, eventualmente, por instituições como o Ministério Público Federal (MPF) (APIB, 2020b, p. 70).

As associações regionais que compõem a APIB ficaram, assim, responsáveis por buscar as informações nos polos de atendimento e também percorrendo as aldeias nos territórios urbanos e rurais. Contudo, é importante ressaltar que mesmo com o esforço das associações de base, do intercâmbio com as Frentes de enfrentamento ao covid-19, da relação tensa com as secretarias de saúde estaduais e municipais, a APIB estima em sua nota metodológica que o número de casos confirmados é bem menor do que “a quantidade real de indígenas contaminados” (2020a, s/p) devido à grande subnotificação existente. Outra informação importante presente na nota diz respeito ao fato de que “a falta de transparência e a ausência de detalhamentos das informações da SESAI” faz com que não seja possível “conferir os casos duplicados entre as duas bases de dados”. Reitera-se ainda que os números de casos e de óbitos apresentados no portal são compostos pelo “somatório dos dados apresentados pela SESAI e os apurados pelo Comitê” (APIB, 2020a, s/p).

Ainda sobre a metodologia é importante destacar que no relatório “Nossa luta é pela vida” consta um Anexo intitulado “Exercício de análise das bases de dados oficiais e conferência de casos correspondentes”. Nesse anexo é apresentado um exercício estatístico de comparação das bases de dados oficiais com as bases de dados da APIB. Como consta no relatório:

O debate sobre os dados do impacto da covid-19 em povos indígenas tem resultado em ataques ao movimento indígena e questionamentos acerca da veracidade e da utilidade das informações divulgadas pelas regionais e pela Apib. Por isso, realizamos um exercício de análise das bases de dados oficiais sobre a doença, seus processos de vigilância, notificação e divulgação das informações. Por fim, foi possível realizar também um exercício de busca de casos correspondentes entre as bases oficiais e os dados coletados pelo movimento indígena, na tentativa de explorar o universo de casos registrados em cada uma (APIB, 2020b, p. 94).

Como uma resposta ao questionamento dos dados ofertados no portal a APIB apresenta uma nota técnica, demonstrando cientificamente como os dados são produzidos. A apresentação dessa metodologia e de todo esse conjunto de contradados, a produção dessa contranarrativa que vai muito além dos números oficiais, a exposição desse complexo material composto por tabelas, gráficos, textos e imagens em um portal interativo só se tornou possível graças às redes de alianças e a profunda capilaridade dos movimentos indígenas organizados. Tudo isso, com o intuito de se colocar contra o Estado, de se opor aos números oficiais, somando a eles muitas vidas indígenas negadas pelo governo brasileiro.

Cosmopolíticas da cura

Esse plano dos povos indígenas não é somente emergencial. É plano de vida. É plano contra o genocídio. É plano ancestral. É plano étnico contra o etnocídio. É plano pra cuidar da imunidade do corpo e da imunidade espiritual. Nós somos a cura da terra, as lutas são os fermentos. (APIB, 2020a, s/p.)

Para encerrar esse texto gostaríamos de puxar mais um fio, deixando os outros para o aprofundamento da pesquisa. Trata-se da cosmopolítica presente nas contranarrativas midiáticas do Portal Emergência Indígena. Uma cosmopolítica que se apresenta como uma poderosa contranarrativa ao modo de vida capitalista, justamente porque coloca vida e natureza em primeiro plano, criando uma relação forte entre o vínculo com a Terra (esta entendida como sujeito), os saberes ancestrais e uma forma de ação política organizada em planos que vão muito além da pandemia. Em um contexto de emergência, o movimento indígena, por meio da APIB e de suas Associações parceiras oferece, assim, aos não indígenas, ensinamentos sobre uma forma de fazer cosmopolítica em que terra e corpo não se separam, em que terra não se vende porque não se vende a própria mãe, como diz Sônia Guajajara. Essa contranarrativa poderosa é coerente com as formas de vida que Ailton Krenak denominou ironicamente de “sub-humanidade”, “uma camada mais bruta, rústica, orgânica, uma sub-humanidade, uma gente que fica agarrada

na terra”, e que se opõe a “humanidade bacana” das grandes corporações capitalistas (KRENAK, 2019, p. 22).

Nessa situação de emergência colocada pela pandemia, os povos indígenas, esses “filhotes da terra”, para utilizar mais um termo de Krenak (2019, p.22), se utilizaram dos saberes ancestrais sobre a terra em diversas ações, desde aquelas que envolvem a proteção territorial, como as barreiras sanitárias indígenas, quanto aquelas que promovem terapias tradicionais e práticas ancestrais e xamânicas. No relatório “Nossa luta é pela vida” esse último ponto é ressaltado:

Chás de folhas, raízes e outros preparos tradicionais têm sido administrados com vistas a auxiliar no processo de recuperação de pessoas e de fortalecer a imunidade da comunidade. Até o momento, não existe tratamento nem medicamento para o tratamento específico da covid-19, sendo que, mesmo dentro das unidades de saúde, as medidas aplicadas visam minimizar sintomas ou desconfortos, tratar as complicações ou melhorar a resposta imunológica. Nesse sentido, a medicina tradicional indígena possui diferentes formulações e aplicações com os mesmos objetivos de expectorantes e vaporizações para auxiliar a respiração, assim como alimentos que aumentam significativamente a capacidade imunológica. Por isso que o resgate de conhecimentos terapêuticos e medicinais se coloca como atividade não apenas de apoio à manutenção da saúde indígena, mas também como afirmação da cultura e do conhecimento. (APIB, 2020b, p.71)

Afirmção de uma cultura e um conhecimento fundados na terra, feita por povos que permanecem a ela agarrados, resistindo e promovendo planos que buscam curar não apenas os doentes da pandemia, mas as feridas de um passado genocida e ecocida e de um presente que revigora cada vez mais essa purulenta herança colonizadora, que aqui denominamos de “Covid-1500”, ressoando a definição de Célia Xakriabá para a doença da colonização.

O ataque aos povos indígenas é um ataque a própria terra. Por isso a luta indígena é a luta pela vida. Pelas vidas desprezadas pelo poder do Estado. Pelas vidas salvas pela solidariedade. Vidas que perdemos e todo os tipos de vida que tentamos proteger. Durante a pandemia de covid-19 nossas vidas tornaram-se alvos de novos ataques e perseguições. Perdemos os nossos velhos. Os nossos guardiões das lembranças e de nossas histórias, guardiões dos conhecimentos, dos

cantos, das rezas e da nossa espiritualidade tradições. Não é apenas uma gripezinha. Para o governo Bolsonaro foi um instrumento de extermínio. A pandemia se tornou uma arma para esse governo genocida e ecocida. Mas nós povos decidimos não morrer e lutar incansavelmente em defesa da vida. Diante do medo, do terror e da própria morte, nós recriamos esperança. Nossa ancestralidade é milenar. Lutamos, resistimos e seguimos vivos, sonhando com um mundo diferente desse. Sobrevivemos juntos, ao chão da nossa terra, que é nosso sangue, nossa carne e nosso espírito. Que insiste em cada canto desse território brasileiro. Não desistiremos de recriar nossos mundos para continuar existindo. Não desistiremos de viver. Não desistiremos de viver. Sangue indígena: nenhuma gota a mais. (APIB, 2020a, s/p).

Com as campanhas de mobilização nacional e internacional e com a produção de todos os materiais visuais e narrativos presentes no portal Emergência Indígena o movimento indígena oferece, portanto, aos não indígenas a possibilidade de aprender a fazer uma cosmopolítica em que a natureza e a terra, povoada de todos os seus seres, estejam no centro do debate. Uma cosmopolítica feita com e pela vida, contra a necropolítica (MBEMBE, 2016) promovida pelo governo federal. Essa cosmopolítica é, assim, uma “luta pela mãe terra, que é a mãe de todas as lutas”, como diz Sônia Guajajara.

Referências bibliográficas

- APIB. (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil). *Emergência Indígena*. 2020a. Disponível em: <https://emergenciaindigena.apiboficial.org/>
- APIB. (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil). *Nossa luta é pela vida*. Relatório do Comitê Nacional pela vida e memória indígena. Rio de Janeiro: APIB, 2020b.
- APIB. (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil). *Emergência indígena: plano de enfrentamento da covid-19 no Brasil*. Rio de Janeiro: APIB, 2020c.
- AKROÁ, Kum Tum... [et al.]. Existência e Diferença: o racismo contra povos indígenas. *Direito e Praxis*. Rio de Janeiro, vol. 10, n° 03, 2018.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- BLECHER, Bruno. *Brasil usou arma biológica contra índios*. Folha de S. Paulo, 28 de outubro de 2001.
- BUTLER, Judith. “Rethinking Vulnerability and Resistance”. In: BUTLER, Judith; GAMBETTI, Zeynepp; SABSAY, Letícia. *Vulnerability in resistance*. Durham: Duke University Press, 2016.
- DEMARCHI, André. “Contra-narrativas Indígenas: vulnerabilidades e resistências”. In: MIRANDA, Cynthia Mara... [et al.]. *Vulnerabilidades, narrativas, identidades*. Belo Horizonte: Fafich/Selo PPGCOM/UFMG, 2020.
- DEMARCHI, André. *Contra-narrativas indígenas: vulnerabilidades e resistências*. Projeto de pesquisa. Palmas: PPGCOM/UFT, 2019.
- GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- GUAJAJARA, Sônia. Discurso na Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas. 23 de abril de 2019.
- KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. *A queda do céu: palavras de um xamã Yanomami*. São Paulo: Cia das Letras, 2015.
- KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Cia das Letras, 2019.
- LEAL, Bruno. *Vulnerabilidades: abordagens iniciais de um desafio à pes-*

quisa. In: MIRANDA, Cynthia Mara... [et al.]. *Vulnerabilidades, narrativas, identidades*. Belo Horizonte: Fafich/Selo PPGCOM/UFMG, 2020.

LEWIS, Simon L.; MASLIN, Mark A. *The Human Planet: How We Caused the Anthropocene*. New Haven; London: Yale University Press, 2018.

MBEMBE, Achile. "Necropolítica". *Artes e Ensaios*. Rio de Janeiro, n° 32, 2016.

PAZ, Adriana. *Isso é uma emergência: um estudo sobre o Portal Emergência Indígena*. Projeto de pesquisa. Palmas: PPGCOM/UFT, 2020.

STENGERS, Isabel. *A era das catástrofes*. Ed. CosacNaify, 2015.

TSING, Anna. "O antropoceno mais que humano". *Ilha*. Florianópolis, Vol. 23, n°1, 2021.

XAKRIABÁ, Célia. Amansar o giz. PISEAGRAMA, Belo Horizonte, número 14, página 110 - 117, 2020.

III

Narrativas de Pesquisa

CAPÍTULO 10

O reconhecimento do estudante de pós-graduação como trabalhador: vulnerabilidades, desrespeitos e a busca pela realização pessoal

JANAINA VILARES DA SILVA (UFT)

LILIAM DEISY GHIZONI (UFT)

LEANDRO LAGE (UFPA)

O interesse acadêmico, o aperfeiçoamento pessoal e profissional, o aumento salarial e a busca por outros nichos de atuação são, em geral, as principais razões pelas quais os estudantes procuram pelos cursos de pós-graduação. Nos cursos, a expectativa por intercâmbios, pela pesquisa e produção intelectual e pela criação de redes de sociabilidade vai, aos poucos, sendo atravessada por outras experiências, cada vez mais equiparadas às pressões por produtividade exercidas nas mais diferentes atividades do mercado de trabalho. Nesse sentido, mais do que nunca, urge que a atividade exercida pelos estudantes de pós-graduação seja reconhecida como labor, em seu traço produtivo e em sua contribuição para a sociedade. A discussão sobre esse reconhecimento passa, antes, pela identificação das situações e experiências de tensão, desrespeito e mesmo violência pelas quais essas pessoas passam em seu percurso formativo.

A universidade, como se sabe, não é apenas um ambiente de trabalho e estudo para os pesquisadores em formação. As instituições de ensino superior constituem-se como instâncias de “organização do trabalho” e, muitas vezes, da própria vida dessas pessoas. Essa organização do

trabalho remete ao estabelecimento das “bases para o esforço, pelo investimento das ações [...] afeta a vida dos trabalhadores, influenciando – quando não a determinando – o horário de acordar, de sair, a forma de se vestir, de falar, de se comportar, de pensar, de sentir” (ANJOS, 2013, p. 267-268). O labor dos estudantes de pós-graduação é, na maioria das vezes, uma atividade na qual se busca uma forma de se obter renda – mesmo porque as bolsas estudantis são cada vez mais escassas –, mas também a realização pessoal, a possibilidade de criar e manter relações interpessoais e de dar significado à vida do sujeito (SOARES, 1992; KUBO; GOUVÊA, 2011).

O trabalhar possui, portanto, uma dimensão dupla e dialética central, pois se, por um lado, deve-se reconhecer o potencial emancipador do trabalho para o ser humano, também se deve recusar o trabalho que aliena, explora e o deixa infeliz (ANTUNES, 2000, 2005, 2008, 2018). O estudo e a pesquisa acadêmica requerem, de modo similar ao trabalho remunerado, horas diárias de dedicação, preparação, planejamento, esforço. Tais atividades são, igualmente, fonte de realização pessoal, mas também de sofrimentos, angústias, frustrações, tensões, ansiedades e patologias psicossociais. Nesse sentido, o estudante experimenta, com frequência, a situação de ter um trabalho remunerado e precisar conciliá-lo com as atividades da pós-graduação, em geral pouco ou nada remuneradas.

Este capítulo tem por objetivo ampliar o debate sobre o reconhecimento do estudante universitário de pós-graduação como um sujeito trabalhador, buscando identificar as situações e experiências de sofrimento, desrespeito e violência a partir dos relatos de discentes de cursos de pós-graduação *stricto sensu* em Comunicação no Brasil. O pano de fundo desse debate serão os pressupostos da teoria do reconhecimento a partir de A. Honneth (2003; 2007; 2008; 2011; 2014), especialmente no que ela diz sobre o papel do trabalho enquanto atividade intimamente relacionada à formação da identidade do sujeito e de seu papel social, culminando na própria formação dos aspectos intersubjetivos e institucionais necessários à construção da autonomia, da autoconfiança, do autorrespeito e da autoestima subjacentes à realização das metas de vida.

Buscar-se-á compreender, portanto, a relação entre os indicativos de sofrimento, desrespeito e violência vividos por estudantes de pós-graduação com a demanda por reconhecimento dos estudantes como trabalhadores e de suas atividades como trabalho. Para isso, faremos uma breve síntese dos pressupostos da teoria do reconhecimento naquilo que ela tem a contribuir para o debate sobre trabalho e desrespeito enquanto ameaça à autonomia dos sujeitos. Em seguida, passaremos direto aos aspectos metodológicos que guiaram a realização do levantamento e à síntese do instrumento respondido pelos participantes.

Reconhecimento e trabalho

Em seus escritos sobre trabalho e reconhecimento e nas menções a essa inflexão temática, Honneth (2008; 2014) estabelece algumas premissas importantes: em primeiro lugar, demarca que, a despeito de todos os dilemas éticos e distributivos da chamada sociedade do trabalho, “não se verificou uma perda da relevância do trabalho no mundo socialmente vivido” (2008, p. 47). Com isso, uma segunda constatação: o vínculo entre o trabalho e as relações de reconhecimento se evidencia, considerando que a maioria das pessoas conjuga sua própria identidade e papéis sociais ao lugar que ocupa no mundo do trabalho. Não se trata de dizer meramente que o trabalho é fonte de prestígio ou desprestígio social. De modo mais elementar, Honneth (2008) faz referência a uma série de normas e condições morais que subjazem o mundo do trabalho, diante das quais as pessoas podem ou não concretizar suas expectativas de autorrealização, especialmente com base nas manifestações de reconhecimento ou não que encontram nas relações interpessoais e institucionais.

Honneth (2008) aponta para pelo menos três condições morais básicas para o reconhecimento no mundo do trabalho: a) que as funções exercidas tenham a contrapartida de um salário mínimo; b) que as atividades desempenhadas sejam reconhecíveis como importantes para o bem estar geral; c) que haja condições para a aquisição das qualificações necessárias ao desempenho das funções. Comparativamente a esse quadro normativo, a atividade dos estudantes de pós-graduação está intrinsecamente vinculada às condições de aquisição de qualifica-

ções para o exercício profissional, considerando que, por via de regra, discentes de mestrados e doutorados acadêmicos ou profissionais são considerados pesquisadores ou profissionais em fase de formação e aperfeiçoamento. Por outro lado, a ausência de contrapartidas salariais e, conseqüentemente, a necessidade de acúmulo das atividades estudantis com formas remuneradas de atuação profissional são dimensões evidentes da realidade dos estudantes de pós-graduação no Brasil.

Em meio a essa premissa e condições morais para o reconhecimento no mundo do trabalho, ainda é necessário ressaltar, justamente, a antítese desse quadro normativo, relacionada não apenas à ausência de reconhecimento, mas também às formas de violência e desrespeito que constituem verdadeiras ameaças à autonomia e a autorrealização das pessoas, sob o pano de fundo de uma abordagem intersubjetiva da vulnerabilidade (LAGE, 2020). Se a vulnerabilidade se constitui enquanto dimensão intrínseca à práxis das relações sociais e seus fundamentos axiológicos, então ela também atravessa o mundo do trabalho e a natureza de nossas relações profissionais e institucionais. Um dos exemplos mencionados por Honneth (2011) diz respeito justamente à autoconfiança como uma das dimensões da autorrelação afetadas por formas de desrespeito como as violações, ou mesmo pela ausência de políticas de promoção e proteção das condições para a autonomia. Trata-se das licenças maternidade e paternidade, vistas pelo autor como parte do compromisso com uma instância elementar para as capacidades constitutivas da autonomia e da autoconfiança.

Outra possibilidade de negação do reconhecimento, por assim dizer, remete às situações de humilhação e desvalorização capazes de afetar diretamente o senso de valor próprio e de autoestima dos sujeitos, que podem passar a se sentir menos aptos a se autodeterminar com respeito a seus projetos e realizações. Outro nível de degradação muito comum ao universo das relações de trabalho são os modos de desrespeito a determinadas pessoas, às quais um conjunto básico de direitos é negado. A negação ou negligência ameaça a autonomia dos indivíduos porque reduz suas relações às lógicas de subordinação, marginalização e exclusão. Para Honneth (2011), ter direitos reconhecidos significa ser tomado como um membro de igual valor em uma coletividade.

Esse pano de fundo ético e moral estabelecido à luz da teoria honnethiana do reconhecimento nos leva, portanto, a uma última questão antes de passarmos às percepções dos próprios estudantes sobre as experiências laborais na pós-graduação. As questões que se colocam são, portanto, se toda a precariedade das relações “trabalhistas” institucionais e interpessoais de estudantes de pós-graduação apontam para formas justificadas ou não-justificadas de reconhecimento social de suas atividades e se podemos perceber o reflexo dessas vulnerabilidades na autocompreensão desses sujeitos quanto a sua autonomia e seu rendimento. Honneth (2014) faz alusão a pelo menos dois exemplos de “ideologias” de reconhecimento que, em vez de promover a autonomia e criar condições reais de autorrealização, corroboram circunstâncias de exploração e negação dos sujeitos: a valorização dos chamados novos “empreendedores de si” e do “trabalho cívico”. De um lado, os trabalhadores são chamados a assumir, sozinhos, todos os riscos, pesos e responsabilidades pelo emprego da própria força de trabalho. De outro, as pessoas são convocadas a assumir novas formas de sujeição voluntária em troca de distinções simbólicas e prestígio social muito bem encenados.

No caso específico dos estudantes de pós-graduação, identificar as situações e experiências de sofrimento, desrespeito e violência nos permitirá tensioná-las à luz dessa percepção axiológica, institucional e interpessoal de suas atividades e funções laborais. Assim como trabalhadores assalariados, é sabido que os estudantes estão sujeitos a pesadas cargas de trabalho intelectual e também burocrático; a relações marcadas pela competição e pelo elogio do desempenho meritocrático; a prazos e compromissos nem sempre justos com base nas condições materiais e institucionais de trabalho; a formas expressas ou veladas de assédio e desrespeito interpessoal e institucional; a mecanismos punitivos e excludentes de avaliação de desempenho; à ausência de atendimento psicopedagógico; à falta de políticas de apoio e incentivo ao ingresso e permanência na pós-graduação; à escassez e desvalorização das bolsas estudantis e verbas de pesquisa, entre outras condições de vulnerabilidade.

Percurso metodológico

Buscou-se desenvolver uma pesquisa cuja premissa fundamental é levantar e aprofundar a percepção de um grupo social, buscando identificar suas características. Com uma abordagem qualitativa e de natureza descritiva, esse gesto é voltado para as perspectivas dos participantes, no seu conhecimento empírico e cotidiano em relação à questão a ser estudada. Fez-se uma pesquisa por meio de questionário online, extraindo-se informações a partir das respostas dos participantes (RICHARDSON, 1999; MINAYO, 2015; FLICK, 2009a; 2009b; VERGARA, 2006; VIEIRA, 2002; GERHARDT; SILVEIRA, 2009; SILVA; MENEZES, 2001).

De acordo com o posicionamento de Flick (2009b), apesar da possibilidade da integração e associação dos métodos quantitativo e qualitativo, a presente pesquisa insere-se eminentemente no método qualitativo, uma vez que tanto a exploração dos elementos iniciais para o estudo, quanto o aprofundamento e avaliação dos resultados não cabem a quantificação, pois se perderia a essência dos objetivos estudados e do aporte teórico escolhido.

Assim, a presente pesquisa aborda um nível de realidade que não deve ser quantificado em sua essência, pois trabalha com um conjunto de fenômenos humanos (MINAYO, 2015; SILVA, 2019).

Participaram do levantamento mestrados e doutorandos vinculados aos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Comunicação do Brasil (Mestrado e Doutorado), de instituições privadas e públicas, inseridos na grande área de concentração “Comunicação e Informação”, de acordo com a classificação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). O instrumento completo utilizado na pesquisa foi um questionário online, via plataforma *Google Forms*, contendo ao todo 51 perguntas mistas, de múltipla escolha, escala *likert* e descritivas. O formulário foi dividido em cinco eixos: Eixo I: Perfil do Participante; Eixo II: Organização do trabalho; Eixo III: Fontes de Sofrimento Ético e Patogênico; Eixo IV: Fontes de Prazer e Sofrimento Criativo e Eixo V: Destinos aos sofrimentos vivenciados. Este capítulo reúne dados dos eixos I, III e IV.

Recebemos 185 instrumentos respondidos e, destes, 176 foram válidos. Foram excluídos formulários de discentes afastados por motivos

de saúde ou que não estivessem cursando a pós-graduação no momento da aplicação dos questionários; as pessoas menores de 18 anos; estudantes de outros programas de pós-graduação que estivessem cursando alguma disciplina da área de comunicação e informação; alunos especiais; e aqueles que deixaram de responder mais de 50% das questões.

Os participantes que aceitaram colaborar voluntariamente com a pesquisa assinalaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido online, foram informados sobre o anonimato e sigilo de suas respostas e convidados a responder o questionário eletrônico. Garantiu-se o respeito às diretrizes éticas que regem a pesquisa com seres humanos, obedecendo aos princípios éticos estabelecidos pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP). A pesquisa que serviu de base para elaboração deste capítulo foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), sob o registro Nº 3.547.902.

Os dados foram lançados, organizados, tabulados e sistematizados em uma planilha do Excel, sendo posteriormente transferidos para montagem de banco de dados no sistema SPSS.

Caracterização dos participantes

Dos 176 participantes, 72,7% são mestrandos (sendo 64,7% vinculados a mestrados acadêmicos e 8% a mestrados profissionais) e 27,3% doutorandos. Na divisão por sexo, 65,9% identificaram-se como do sexo feminino e 34,1% como do sexo masculino. Com relação ao estado civil, a maioria se declarou solteiro (52,3%), seguida dos casados ou em união estável (41,5%). Em relação à quantidade de filhos, verificou-se que 30,1% dos participantes têm filhos e 69,9% não têm. As pós-graduandas mulheres possuem mais filhos do que os homens, totalizando 71,7%. É importante frisar que, apesar de as estudantes mulheres terem mais filhos em comparação aos homens participantes, a pesquisa demonstra que a maioria das estudantes consultadas na pesquisa está em idade fértil e não possui filhos.

Quanto à faixa etária, verificou-se uma amplitude entre 18 e 30 anos de idade (45,5%), seguida dos intervalos de 31 a 40 anos (39,2%) e de 41 a 50 anos (10,2%). Observa-se, assim, que os estudantes são, em sua maioria, jovens. Apenas 5,1% possuem 51 anos ou mais. A maioria dos

indivíduos (41,5%) afirmou residir com companheiro(a)/esposo(a). Os que residem com os pais totalizam 19,3%, seguidos dos que moram sozinho(a)s (16,5%) e com amigos(as)/colegas (10,2%).

Na divisão dos participantes quanto à região geográfica das universidades, a maioria dos participantes localiza-se na região Sudeste (34,1%), seguida dos que residem no Nordeste (26,7%), Norte (19,3%), Sul (17,6%) e Centro-Oeste (2,3%). Ao todo, 76,1% residem na cidade em que se encontra o programa de pós-graduação e 23,9% moram em outra cidade.

É importante salientar que, apesar de a maioria dos respondentes encontrarem-se na região Sudeste, os programas com maior número de participantes da pesquisa estão vinculados à Universidade Federal do Tocantins – UFT (15,3%) e à Universidade Federal de Pernambuco – UFPE (14,2%), que se encontram nas regiões Norte e Nordeste, respectivamente.

A maioria dos participantes se graduou no ano de 2010 (45,4%). Esse percentual é seguido dos que ingressaram nos anos de 2016 (10,8%) e 2018 (7,9%). Verificou-se graduados do ano de 1990 (1,1%) e recém-formados - primeiro semestre de 2019 (1,1%). Ingressaram no programa de pós-graduação em 2018 um percentual de 37,5%, 37% em 2019, 13,6% em 2017 e 10,2% em 2016. Verifica-se nas análises que, apesar de os respondentes serem jovens, há um intervalo de até nove anos entre o término da graduação e o início do mestrado/doutorado.

Com relação ao curso concluído na graduação, a maioria se formou em Jornalismo (57,4%), Publicidade e Propaganda (17%) e Relações Públicas (3,3%). Ou seja, a maioria dos estudantes é profissional habilitado na área de Comunicação Social. Já fora da área de Comunicação Social, identificaram-se formados em Direito (2,3%), Artes Visuais (1,7%) e Letras (1,7%). A maioria dos participantes estava cursando disciplinas no momento da aplicação do questionário (62,5%) e declarou estudar fora da sala de aula (97,2%) e realizar atividades relacionadas aos programas de mestrado/doutorado (66%).

No que diz respeito ao trabalho, 58% dos participantes alegaram trabalhar concomitantemente à pós-graduação, com vínculos como celetistas (25,5%), seguidos de servidores públicos (20,6%), professores

(13,7%) e freelancers (10,8%). A grande maioria não possui bolsa para o estudo (62,5%) e não possui nenhum auxílio da universidade (94,9%).

Com relação às horas semanais dedicadas ao lazer, a maior parte dos entrevistados dedica-se de 6 a 10 horas (40,3%) por dia, seguidos por aqueles que dedicam de 1 a 5 horas (29,5%) e de 11 a 15 horas (15,9%). As atividades apresentadas foram as seguintes: assistir televisão (Netflix); descansar; não fazer nada; ir ao cinema; ir a bares; ir ao teatro; dançar; escrever; brincar de jogos; games; ler livros de literatura; ir à praia; ir a restaurantes. Com relação à atividade física, 55,1% dos participantes afirmaram realizar algum tipo atividade física, destacando-se as seguintes: musculação/academia (38,1%), caminhada (12,4%), corrida (10,3%), ciclismo (8,2%), pilates (7,2%), dança (4,1%), natação (4,1%), hidroginástica/ginástica (3,1%), crossfit (2,1%) e futebol (2,1%).

Os dados apresentados desenham um perfil de estudantes com idade entre 18 e 40 anos, os quais, em grande parte, “retornaram” à universidade alguns anos após a conclusão da graduação. Os questionários também revelam um quadro desfavorável à presença de estudantes com mais de 40 anos. Do ponto de vista da ocupação, é importante salientar que a maioria dos estudantes divide o tempo entre o trabalho e a realização da pós-graduação.

As informações também revelam um perfil de estudante que, muitas vezes, “emenda” graduação, mestrado e doutorado. Embora esse possa ser um indicativo de continuidade de formação estudantil, ele também aponta para a possibilidade de muitos estudantes dependerem de bolsas de estudo ou de enfrentarem dificuldade para ingressar no mercado de trabalho, mesmo na docência.

Com relação às estudantes mulheres, destaca-se, em primeiro lugar, que elas são a maioria entre os participantes da pesquisa. Também importa frisar que a maioria das estudantes não possui filhos, embora esteja em idade fértil. E que, entre os estudantes que possuem filhos, elas também são maioria, apesar das evidentes dificuldades impostas às mulheres pelos rigorosos prazos da pós-graduação e pela ausência de políticas para estudantes gestantes.

Violência, desrespeito e sofrimento

Com relação às formas de abusos, violências e sofrimentos na pós-graduação e na universidade, a grande maioria relatou não ter sofrido nenhuma violência no mestrado/doutorado (78,9%). Entretanto, os que sofreram (37 discentes) apontaram principalmente o assédio e a violência psicológica (29,73%), seguidos de assédio/violência institucional (16,22%), assédio/violência moral (13,51%), assédio/violência moral juntamente com assédio/violência psicológica (13,51%) e assédio/violência institucional (8,11%). Nessa questão, os participantes poderiam indicar mais de uma opção de resposta, considerando que os ambientes de estudo/trabalho podem propiciar um ou mais tipos distintos de violências.

Embora possa-se observar que a grande maioria dos participantes tenha relatado não ter sofrido nenhuma violência/assédio no mestrado/doutorado, é importante ressaltar que tais experiências envolvem interações sociais complexas, nem sempre claras para quem ainda está no ambiente de estudo/trabalho ou para quem não elaborou as vivências de sofrimento (MENDES; DUARTE, 2013; MONTEIRO *et al.*, 2015; FERREIRA, 2013; DEJOURS, 2007; 2011). Ainda assim, o percentual de 21,02% de estudantes queixosos de situações de violência durante a pós-graduação é significativo.

Com relação às principais dificuldades encontradas durante o mestrado/doutorado, foram obtidas 1096 respostas. Assim como na outra questão, os participantes também poderiam marcar mais de uma opção sobre as dificuldades vividas nos cursos de mestrado e/ou doutorado. Nesse sentido, “conciliar o mestrado/doutorado com o trabalho” - seja ele formal ou informal - apareceu como a maior dificuldade encontrada pelos estudantes, seguida pela “pressão pela produção” e por “dificuldades financeiras”.

Com relação aos sentimentos e sensações que surgiram durante o curso de mestrado/doutorado, obtivemos 2001 respostas. As respostas mais recorrentes apontavam para a “tensão” durante o curso, além de “dificuldade em se concentrar”, do sentimento de “angústia”, da “incapacidade de relaxar” e da sensação de “fadiga”. As sensações que apare-

ceram em menor número foram sentir “calafrios”, “sudorese” e “dificuldade em manter cuidados pessoais”.

É importante destacar que sofrimento no trabalho/estudo pode vir a se tornar patogênico. Segundo Dejours (2011), esse tipo de sofrimento ocorre quando o sujeito não encontra formas de negociar com a organização de trabalho, tornando as vivências fixas e rígidas, impedindo-o de exercitar sua capacidade criadora e necessitando usar de estratégias defensivas para suportar o trabalho. Nesta pesquisa aparecem, por exemplo, a inércia na produção, na qual o sujeito busca fazer qualquer outra atividade que não esteja vinculada à pós-graduação, ou o aumento da produção, quando os estudantes se sentem mal na pós-graduação. Tais situações podem ser caracterizadas como “deslocamento”, quando uma emoção associada a uma situação particular passa a ser associada a outra situação, ou como “negação”, situação na qual o sujeito evita a percepção de algum aspecto doloroso da realidade, negando os fatos (CANÇADO; SANT’ANNA, 2013; MORAES, 2013a).

Tais sofrimentos levam às vivências de fracasso, frustração, alienação e ao sentimento de impotência que, quando persistente, pode comprometer a saúde do sujeito, abrindo portas para manifestação de patologias, psíquicas e/ou somáticas (MORAES, 2013b; MONTEIRO et al., 2015; DEJOURS, 2011), como algumas citadas pelos participantes da pesquisa, como, por exemplo: cansaço, frustração, dificuldade, pressão de estar atrasado para os exames, nervosismo, vontade de chorar, tensão e ansiedade, desespero, entre outros.

A maioria dos participantes relatou não ter desenvolvido nenhuma doença durante o mestrado/doutorado (69,9%). Dos que desenvolveram (53 discentes), a maioria (39,6%) relatou ter tido crises de ansiedade, outros indicaram gastrite (9,4%), depressão (9,4%) e dores musculares (7,5%). Outras doenças e sintomas citados foram: *Burnout*, câncer, cisto pilonidal, enxaqueca, gripe, insônia, labirintite, obesidade, viroses, síndrome do pânico, tendinite, acentuação de bruxismo já existente. Com relação à busca de tratamento para essas doenças, 71,6% responderam que não buscaram. Do total, 83,5% responderam não fazer uso de medicamentos psiquiátricos.

Com relação à energia e disposição suficientes para o dia a dia, as respostas dos estudantes se dividiram: 52,8% relataram não dispor dessa energia, enquanto outros 47,2% afirmaram tê-la. Com relação à frequência com que os estudantes possuem sentimentos negativos, a resposta foi 5,7% para “nunca”, 45,5% para “algumas vezes”, 18,2% “frequentemente”, 22,7% “muito frequentemente” e 8% “sempre”.

Com relação ao sofrimento ético, 96% responderam que não foram obrigados a realizar algo que ia contra seus princípios (éticos, religiosos etc.) durante o mestrado/doutorado. Os 4% que afirmaram ter sofrido com isso relataram os seguintes temas/categorias: a) Inserir o nome de outro autor em uma pesquisa que não tenha participado da autoria; b) Abordar um tema que não gosta; c) Retirar um tema da pesquisa e/ou não abordá-lo por seu orientador não acreditar no tema; d) Puxar o saco para conseguir uma boa colocação; e) Assinar algo que não se sentia confortável e f) Dedicar-se inteiramente ao mestrado, deixando de dormir, comer, independente de horários ou dias da semana.

Com relação à satisfação, sofrimento criativo e prazer na universidade, a maioria dos alunos encontra-se satisfeita (50%) ou muito satisfeita (27,3%). Com relação ao programa de pós-graduação, os estudantes também se encontram, na maioria, satisfeitos (45,5%) ou muito satisfeitos (29,5%). Com relação ao curso em si, a maioria acredita ser um curso bom, indicando-se satisfeitos (45,5%) e muito satisfeitos (30,1%).

Já com relação à satisfação com sua capacidade para o estudo, a maioria encontra-se satisfeita (30,7%), seguida dos que responderam “regular” (29%) e “insatisfeito” (25%). Com relação à concretização dos trabalhos da pós-graduação, a maioria acredita estar “regular” (33%), seguida de “satisfeito” (30,1%) e “insatisfeito” (17%). Com relação ao orientador, a grande maioria afirma estar “muito satisfeito” (51,1%), seguida de “satisfeito” (23,9%) e “regular” (13,6%).

A insatisfação, a baixa energia, a indisposição e os sentimentos negativos aparecem como sofrimentos gerados a partir da lacuna entre o trabalho prescrito (dimensão formal) e as situações reais do trabalho (dimensão informal). O trabalho prescrito é observado através de “no quê” e “como” as atividades devem ser executadas, no caso dos programas seria ditado por documentos como o “regime didático do curso”, “manual

de trabalhos acadêmicos e científicos”, “modelo de projeto e de dissertação”, dentre outros. Já o trabalho real é a “maneira desenvolvida pelo trabalhador para lidar com as situações reais de trabalho”, compostas pelas interações e relações dos trabalhadores (COSTA, 2013b), como, por exemplo, a relação com o orientador, com os professores das disciplinas, as horas destinadas a pesquisas e elaboração de trabalhos científicos.

Considerações finais

O ambiente universitário é complexo e multifacetado. Nele, o estudante de pós-graduação *stricto sensu* atravessa diversas experiências e atividades, interagindo com sujeitos e instituições, em ambientes com dinâmicas, lógicas e normas específicas. Nesse sentido, a experiência laboral dos estudantes depende de sua adaptação às formas de organização do trabalho, ou seja, à rotina e às experiências vividas no ambiente universitário da pós-graduação *stricto sensu*.

A análise do levantamento feito junto aos estudantes de pós-graduação em Comunicação revela questões importantes que vão desde a definição do perfil desses discentes quanto aos seus objetivos, anseios e condições de ingresso e permanência na pós-graduação até a percepção desses sujeitos a respeito das situações de violência e desrespeito vividas na vida acadêmica.

Na definição do perfil, é nítido como a academia ainda se mostra no mínimo pouco convidativa a profissionais mais experientes e com média etária superior a 40 anos. Também é patente a necessidade de dedicação dupla dos estudantes a outras atividades que lhes garantem o sustento durante seu percurso na pós-graduação. Por mais que esse seja um dado relativamente natural, considerando que muitos profissionais já estabelecidos buscam na pós-graduação o aperfeiçoamento e mesmo o incremento salarial, a questão persiste quando consideramos que os níveis de cobrança são idênticos para discentes com dedicação integral e com outras atividades assalariadas.

Por outro lado, o retorno tardio de estudantes à universidade - às vezes após quase uma década, como mostram os dados - é revelador da importância que a pós-graduação tem enquanto âmbito de aperfeiço-

amento pessoal e profissional, a despeito da ausência de compensação salarial e dos desafios que o trabalho acadêmico impõe.

Quanto às situações de violência, desrespeito e sofrimento, o percentual de 21,02% de estudantes queixosos de situações de violência durante a pós-graduação soa alarmante. Sobretudo se considerarmos que os relatos de situações de violência dependem de uma série de mecanismos psicológicos de elaboração das experiências e de autocompreensão de sentimentos, emoções e traumas vividos. O percentual é ainda mais alarmante se considerarmos que 30,1% dos participantes da pesquisa relataram terem tido crises de ansiedade, gastrite, depressão e dores musculares ao longo do período em que estão vinculados à pós-graduação.

É particularmente importante, do ponto de vista do reconhecimento e do impacto das relações laborais sobre as formas de autorrelação dos indivíduos, a comparação entre o nível de satisfação dos entrevistados com a universidade (50% satisfeitos e 27,3% muito satisfeitos) e com os programas de pós-graduação (45,5% satisfeitos e 29,5% muito satisfeitos) e, de outro lado, a significativa insegurança com a capacidade própria para o estudo (30,7% satisfeitos, 29% regular e 25% insatisfeitos) e para a realização dos trabalhos da pós-graduação (30,1% satisfeitos, 33% regular e 17% insatisfeitos).

Esse quadro desenha um contexto no qual se torna imperioso que os programas de pós-graduação criem condições de valorização da capacidade dos indivíduos para a realização dos trabalhos que lhes são designados. Não obstante o desafio intelectual que naturalmente é autoimposto mesmo pelos pesquisadores mais experientes, a construção de um ambiente no qual se reconheça as capacidades dos sujeitos e atravessar os desafios, prazos e demandas da vida acadêmica é uma responsabilidade não apenas institucional, mas de toda a comunidade acadêmica, que se vê cada vez mais compelida a justificar-se socialmente quanto à sua relevância social como um todo.

Também se faz necessário, por parte dos docentes e dos programas dos quais fazem parte, uma melhor e maior atenção à saúde mental, às vulnerabilidades e aos sofrimentos de seus alunos, desenvolvendo ações que possam promover qualidade de vida no trabalho ou desempenhando

um papel de acolhimento e escuta e, quando necessário, de encaminhamento a profissionais especializados. Esses processos permitem que os discentes se mantenham engajados e sintam-se reconhecidos em suas capacidades individuais e em seu direito de integrar a comunidade acadêmica da qual fazem parte.

Referências bibliográficas

ANJOS, F. B. dos. Organização do trabalho. IN: VIEIRA, F. de O.; MENDES, A. M.; MERLO, A. R. C. (Org.). *Dicionário Crítico de Gestão e Psicodinâmica do Trabalho*. Curitiba: Juruá Editora, 2013, p. 267-272.

ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANTUNES, R. *O Caracol e sua Concha: Ensaio sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2005.

ANTUNES, R. *Adeus ao Trabalho?: Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 2008.

ANTUNES, R. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo, 2018.

CANÇADO, V. L.; SANT'ANNA, A. de S. Mecanismos de Defesa. In: VIEIRA, F. de O.; MENDES, A. M.; MERLO, Á. R. C. *Dicionário Crítico de Gestão e Psicodinâmica do Trabalho*. Curitiba: Juruá Editora, 2013, p. 249-254.

COSTA, S. H. B. Trabalho Prescrito e Trabalho Real. In: VIEIRA, F. de O.; MENDES, A. M.; MERLO, Á. R. C. *Dicionário Crítico de Gestão e Psicodinâmica do Trabalho*. Curitiba: Juruá Editora, 2013, p. 467-472.

DEJOURS, C. A psicodinâmica do trabalho na pós-modernidade. In A. M. Mendes, S. C. C. Lima, E. P. Facas (Orgs.). *Diálogos em Psicodinâmica do trabalho*. Brasília: Paralelo 15, 2007.

DEJOURS, C. Avant-propos para a edição brasileira. In: LANCMAN, S.; LAERTE I. (Orgs.). *Christophe Dejours: Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, Brasília: Paralelo 15, 2011.

DEJOURS, C. Novas formas de servidão e suicídio In: DEJOURS, C. *Psicodinâmica do trabalho: casos clínicos*. Porto Alegre: Dublinense, 2017, p. 117-142.

FERREIRA, J. B. Patologia da Solidão. In: VIEIRA, F. de O.; MENDES, A. M.; MERLO, Á. R. C. *Dicionário Crítico de Gestão e Psicodinâmica do Trabalho*. Curitiba: Juruá Editora, 2013.

FLICK, U. *Desenho da pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Artmed, 2009a.

FLICK, U. *Introdução à pesquisa qualitativa*. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2009b.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. *Métodos de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Ed. 34, 2003.

HONNETH, Axel. The social dynamics of disrespect: On the location of critical theory today. In: _____. *Disrespect*. The Normative Foundations of Critical Theory. Cambridge: Polity Press, p. 63-79, 2007.

HONNETH, Axel. Trabalho e reconhecimento: tentativa de uma redefinição. *Civitas-Revista de Ciências Sociais*, v. 8, n. 1, p. 46-67, 2008.

HONNETH, Axel; ANDERSON, Joel. Autonomia, vulnerabilidade, reconhecimento e justiça. *Cadernos de Filosofia Alemã: Crítica e Modernidade*, n. 17, p. 81-112, 2011.

HONNETH, Axel. Reconhecimento como ideologia: sobre a correlação entre moral e poder. *Revista Fevereiro*, n. 7, p. 100-117, 2014. Tradução de Ricardo Criciuma. Disponível em: <http://www.revistafevereiro.com/pag.php?r=07&t=09>. Acesso em 10 jan. 2021.

LAGE, Leandro Rodrigues. Vulnerabilidade, reconhecimento e resistência: contribuições de Axel Honneth. In: MIRANDA, Cynthia M.; Sousa, Máira Evangelista de.; Carvalho, Carlos Alberto de.; Lage, Leandro Rodrigues. *Vulnerabilidades, narrativas, identidades*. Belo Horizonte, MG: Fafich/Selo PPGCOM/UFMG, 2020, p. 49-64.

KUBO, S. H.; GOUVÊA, M. A. Análise de fatores associados ao significado do trabalho. *R. Adm.*, São Paulo, v.47, n..4, out./nov./dez. 2012, p.540-554.

MENDES, A. M.; DUARTE, F. S. Mobilização Subjetiva In: VIEIRA, F. de O.; MENDES, A. M.; MERLO, Á. R. C. *Dicionário Crítico de Gestão e Psicodinâmica do Trabalho*. Curitiba: Juruá Editora, 2013.

MINAYO, M. C. de S. O desafio da Pesquisa social. MINAYO, M. C. de S. (Org.). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 34 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

MONTEIRO, J. K.; VIEIRA, F. de O.; MENDES, A. M. *Trabalho e prazer:*

Teoria, pesquisa e práticas. Curitiba: Juruá Editora, 2015.

MORAES, R. D. de M. Estratégias Defensivas. In: VIEIRA, F. de O.; MENDES, A. M.; MERLO, Á. R. C. *Dicionário Crítico de Gestão e Psicodinâmica do Trabalho*. Curitiba: Juruá Editora, 2013a.

MORAES, R. D. de M. Sofrimento Criativo e Patogênico. In: VIEIRA, F. de O.; MENDES, A. M.; MERLO, Á. R. C. *Dicionário Crítico de Gestão e Psicodinâmica do Trabalho*. Curitiba: Juruá Editora, 2013b.

RICHARDSON, R. J. *et al* (org.). *Pesquisa social: Métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas, 1999.

SILVA, E. L. da; MENEZES, E. M. *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação*. 3 ed. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

SILVA, J. V. da. “*Estudar, para um pós-graduando stricto sensu, é o trabalho!*”. 2019. 176 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Universidade Federal do Tocantins - Palmas, TO, 2019.

SOARES, C. R. V. *Significado do trabalho: um estudo comparativo de categorias ocupacionais*. 1992. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Departamento de Psicologia Social e do Trabalho, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, Brasil, 1992.

VERGARA, S. C. *Método de pesquisa em administração*. São Paulo: Atlas, 2006.

VIEIRA, V. A. As tipologias, variações e características da pesquisa de marketing. *Revista da FAE*, Curitiba, v. 5, nº 1, p. 61-70, jan./abr., 2002.

CAPÍTULO 11

Comunicação & Direito: aspectos teóricos sobre narrativas jornalísticas, território semântico, ética e direitos fundamentais

GILIARDE BENA VINUTO ALBUQUERQUE CAVALCANTE VIRGULINO

RIBEIRO NASCIMENTO E GAMA (UFT)

FRANCISCO GILSON REBOUÇAS PORTO JUNIOR (UFT)

O caminho percorrido pela Comunicação e pelo Direito se entrelaça a todo tempo na história da humanidade, sendo o que se constata quando direcionamos olhar para a conquista da liberdade humana de pensamento, comunicação e expressão, assim como elementos outros que dizem muito da comunicação enquanto direito básico para as sociedades modernas e contemporâneas.

Pode-se realizar acentuada investigação sobre a liberdade comunicacional, enquanto direito básico, por meio de momentos históricos de real construção, delineamento e legitimação desse bem da humanidade. Assim sendo, pode-se apontar na história mundial ocidental dois diplomas legais de elevada expressão que colocaram a comunicação, *lato sensu*, na pauta de discussões dos direitos humanos e fundamentais.

Na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (*Déclaration des Droits de l'Homme et du Citoyen*), datada de 1789, na França, se defende que as relações entre os indivíduos estão reguladas pela *palavra* (ou *discurso*), a qual serve de narrativa a todas as relações sociais em todos os domínios (BAKHTIN, 2004). Nesse sentido, a *palavra* (ou *discurso*) indica sensivelmente todas as transformações sociais formadas

ou em formação nos sistemas ideológicos. Corroborando ao debate, Freire (1987) afirma que a comunicação é levada pela criticidade, por isso, é tida como libertadora para a humanidade.

É de se revelar que o ser humano livre socialmente, ativo e participativo nas transformações da vida, é evidenciado pela expressão dialógica. Assim, o modelo ocidental de comunicação, enraizado pela matriz judaico-cristã e pelos valores do indivíduo livre na modernidade, deve-se à conquista do caráter emancipatório pessoal e coletivo (indivíduo e sociedade, respectivamente) (WOLTON, 2004).

No voltado ao território brasileiro de emancipação do indivíduo e da sociedade, tem-se que o processo do tipo formal se confirmou com a promulgação da Constituição de 1988, a qual deu cabo, do ponto de vista normativo, à mais brutal ausência das liberdades públicas e de suas garantias. Foi neste cenário que finalmente se estabeleceu, até os dias da contemporaneidade, normas da livre e plena liberdade de comunicação, expressão, informação e imprensa (um verdadeiro ato de confirmação e continuidade da liberdade no país). Não obstante, a mera existência formal de texto normativo na Constituição de 1988 não tem se mostrado suficiente para, efetivamente, nos últimos tempos, reafirmar a liberdade de comunicação no Brasil enquanto direito e garantia (TRINDADE, 2002).

Pois bem, feito isto, tem-se que a mutabilidade ideológica é força motriz para a dialética interna do signo (incluindo-se o comunicacional), o qual se revela expressivamente em épocas críticas da sociedade e da comoção pela revolução. Na vida social habitual, a contradição do signo ideológico ocultada não é capaz de se mostrar, pois a ideologia dominante faz o signo ideológico ser sempre reacionário e tenta, por vezes, estabilizar o anterior estágio dialético da evolução social, valorizando o estágio anterior como válido para os dias de hoje (BAKHTIN, 2004; HAMELINK, 2005).

Toda a exploração do cenário envolvendo a *Comunicação* (narrativas jornalísticas, território de formação dos discursos, ética profissional, *et cetera*), o *Direito* (elementos jurídicos de importância à liberdade humana de opinião, expressão, *et cetera*) e a *História* (períodos voltados às questões político-sociais de afirmação dos direitos fundamentais de

proeminência à liberdade de expressão) se dá por meio da revisão narrativa de literatura e adoção da pesquisa bibliográfica, do tipo qualitativa.

A revisão de narrativa de literatura ou RNL se dá de forma ampla, descrevendo e desenvolvendo certo tema (teórico e contextualmente). Adota-se análise e interpretação de produtos científicos existentes, por meio de uma síntese que favorece a percepção de brechas discursivas aptas a favorecer novas abordagens. Aqui, não se exige o estabelecimento de uma metodologia rigorosa, específica, etc. (Elias *et al.*, 2012).

A pesquisa foi realizada com base em obras científicas físicas, artigos científicos dispostos no *Google Scholar*, e legislação nacional localizada no sítio eletrônico do Governo Federal, tudo a partir de 1968, empregando-se os termos de indexação *liberdade de imprensa, direitos fundamentais, análise de discurso e direito e comunicação*, de forma combinada e/ou isolada sem especificação de intervalo temporal. Propõe-se conhecer a literatura voltada aos estudos dos direitos fundamentais, do direito à comunicação, das narrativas jornalísticas e elementos que interseccionam duas importantes áreas, quais sejam, Comunicação e Direito. Observa-se, assim, que o imbricar teórico dirigido em Comunicação e Direito é o objetivo deste estudo que visa compreender como se harmonizam saberes que se aproveitam a ambas as searas do conhecimento.

Como critério de exclusão, aproveitou-se da notação de estudos que não relacionavam, de forma substancial e combinada, *direito e comunicação*, ainda que se tenha feito busca de termos indexadores específicos. Assim sendo, nem todas obras físicas ou artigos científicos foram aproveitados.

Subsidiariamente e com base na literatura aproveitada, adentrou-se em conceitos elementares à exata compreensão da liberdade de imprensa, espécie do gênero comunicação, notadamente, dos elementos constitutivos das narrativas: a) os valores-notícia, b) o acontecimento, c) o discurso e d) a análise de discurso; relacionando-os com os direitos fundamentais, em sentido amplo. A isso, são chamados à cena estudos sobre 1) o discurso, 2) a comunicação e 3) os *direitos fundamentais*; com abordagem a recair sobre os elementos anunciados em “a”, “b”, “c”.

Discurso, comunicação, direitos e garantias fundamentais

É conhecido que a atividade jornalística, calcada na liberdade de imprensa, é dirigida e aperfeiçoada por narrativas a se materializar por meio da língua, da linguagem, da fala e do discurso. Os elementos citados são constituintes das notícias a revelar os *valores-notícia*, que são os acontecimentos multifocais de relevância ao Jornalismo e tecedores das notícias.

Em arrimo, pode-se caracterizar os valores-notícia como elementos ímpares e aptos a conceber e discorrer a matéria jornalística nos limites das estruturas científicas a afirmar a área. A evidenciar os elementos de interesse investigativo, são pontuados 1) o grau e o nível hierárquico dos indivíduos postos no fenômeno noticiável, 2) o grau de impacto do fenômeno noticiável sobre o interesse nacional, 3) a quantidade de indivíduos envolvidos no fenômeno, 4) o grau de significância do acontecimento para efeitos futuros, 5) a disponibilidade do acesso às notícias, 6) o caráter de brevidade, 7) a notícia como produto da ideologia da informação, 8) a atualidade, 9) a qualidade visual do material ilustrativo da notícia, 10) a frequência, 11) a antecipação dos interesses do público e das ações ensejadoras da ocorrência (WOLF, 1999; Shoemaker, 2011).

Os atributos, elementos ou valores das notícias, podem se relacionar a diversos aspectos, exigindo-se que tais guardem algum grau de sintonia ou harmonia com as bases científicas, formacionais e dirigentes das Ciências da Comunicação, notadamente com o que toca ao Jornalismo.

Em busca conceitual do que se deve entender, para esse estudo, por valor-notícia, apoia-se em Wolf (1987) que instiga o pragmatismo teórico ao se formular questão-problema de condução e exploração. Assim sendo, questiona-se: *qual fenômeno ou acontecimento deve ser transformado em notícia, considerando-o interessante, significativo e de relevância?*

Uma vez que o conceito de busca desejada se sintoniza com o terreno de desdobramentos do objetivo do presente trabalho, no decorrer deste debate, a instigação se verá tratada. Ato contínuo, o entendimento teórico, a momento, deve ser direcionado para “*discurso*”, vetor de busca profícua para se chegar de forma encadeada a “*valor-notícia*”.

No Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros (artigos 1º, 2º, 9º e 17) se ilustram elementos ligados à atividade jornalística, fazendo-se possível de constatação a cingida ética a vestir a informação quando da percepção do plano operado pela pessoa do profissional noticiante.

Da leitura, constatável que vinculam o comportamento do noticiante os vetores deontológicos: 1) da divulgação da informação precisa e correta, 2) do compromisso fundamental do jornalista com a verdade dos fatos, 3) da precisa apuração dos acontecimentos e sua correta divulgação, 4) que é dever do jornalista: respeitar o direito à privacidade do cidadão e 5) que o jornalista deve preservar a língua e a cultura nacionais.

Os dirigentes éticos aventados servem para rumar o debate e a formação das narrativas no seguinte sentido: fica certo que o profissional noticiante deve se relacionar com as estruturas de instituição, formação, justificação e controle do Jornalismo pautando-se por certas condições ou disciplinas deontológicas asseguradoras da atuação escorreita aos fins sociais a que deve servir as Ciências da Comunicação.

Os vetores se voltam ao revelar e ao transformar da notícia de maneira adequada, ajustada aos interesses público-sociais e correta quando da atenção aos condicionadores técnico-científicos definidos na literatura jornalística, respeitando, inexoravelmente, a verdade dos fatos (fidedignidade ao fenômeno) e a divulgação adequada dos acontecimentos com preservação da estrutura ideal do discurso (pautar-se pelo bem comum e não por interesses políticos partidários, da sociedade politizada, mercadológicos ou difusores da desigualdades, da intolerância, do preconceito, etc.).

Os parâmetros éticos convergem para o atual estudo, uma vez que se busca conhecer a notícia na condição de construto da língua, da linguagem e da fala para a formação do discurso jornalístico alinhado aos fins certos e possíveis de averiguação da veracidade.

ACONTECIMENTO. Trata-se do princípio da notícia jornalística, mas não anterior ao fato. O acontecimento é algo exterior ao indivíduo, contudo, vinculando-lhe para que assumam valor e sentido.

A relação acontecimento e indivíduo baseia-se em fenômenos advindos da cultura e da história da sociedade, não obstante, tratando-

-se de relação que pode transpor à coletividade. O laço especializado atua como retrospecto de imagens próprias à constituição ou às diferentes constituições de sociedades apartadas. Possibilita-se o intrincamento entre acontecimento, indivíduo e a sociedade, a extração de valor midiático ou material de possível consumo repetitivo. O fenômeno configurado e noticiável ou protagonizado na linguagem jornalística se torna objeto de estudo dos *media* (ALSINA, 2009; BERGER e TAVARES, 2010; LEAL, 2020; JÁCOME, 2020).

É segmentário concluir que, o acontecimento tem nascedouro, ocorrência (nascimento ou vida) e transcendência social (fim ou morte) numa dialética perene ora ordenada, ora desordenada, espelhando-se na natureza, mas dependendo perceptiva e significativamente de um ser ou indivíduo assimilador (espelho da sociedade), o qual fará interpretações do mundo (CHARAUDEAU, 2010). O pensamento social é a memória que se forma por meio de recordações coletivas dotadas de sentido. (BABO-LANÇA, 2013).

DISCURSO. Chega-se, agora, à figura instrumentalizadora da língua. Vê-se em claro que o “*discurso*” se transfigura por meio dos elementos apresentados na medida do necessário ao estudo (língua, linguagem e fala) (MELO, 2009; MANHÃES, 2009).

Pêcheux (1990) vê o “*discurso*” como materialização ideológica. Para ele, o sujeito se faz de depósito de ideologia, desprezando-se a íntima vontade, figurando a língua como processo de exteriorização do âmago das atividades das diversas esferas sociais.

A seu turno, Maingueneau (2005) define “*discurso*” como exposição de textos de cunho histórico que permite a notação de espaço de regularidade enunciativa. Opera-se o “*discurso*” como enunciação de outro “*discurso*”, encontrando-se o sujeito imerso num espaço de discursos.

Observa-se, das apresentações e definições breves de “*discurso*”, que o cerne da Análise de Discurso é a busca pela relação sujeito, linguagem, língua, fala (uso da linguagem) e sociedade numa linha de intersecção, objetivando conhecer das manifestações humanas (relações de poder etc.).

Ainda em Maingueneau (2005), a paramentação do “*discurso*” vem sob os seguintes sentidos: integralmente linguísticos, integralmente

históricos e ideologia subjacente. Em outros termos, o teórico citado vê o discurso como formação de objetos dizíveis aos moldes do sistema de código de vinculação à língua e dizíveis ao tempo-espaço histórico.

Dissecando as conceituações até então debatidas, pode-se concluir que a “*comunicação*”, num olhar funcionalista da linguagem, se mostra como sendo trocas entre diferentes sujeitos sociais por meio de signos da língua quando do uso do sistema de signos por meio da fala e da exteriorização dos sujeitos e dos valores de diversas ordens.

A exemplificar a afirmação *retro*, tem-se a “*comunicação*” das relações de poder, identitárias, ideológicas, de consciência e inconsciência. Tornam-se, assim, os discursos aptos a serem analisados, extraíndo-se todos os nexos num certo momento sócio-histórico de produção dialética, chegando-se à formação de narrativas ou discursos dos discursos noticiáveis.

Nesse ambiente de discursos construídos e carregados de sentidos, surgem movimentos que buscam fixá-los, torná-los estanques no tempo e no espaço a fim de se obter referências que direcionem a sociedade a maiores ganhos ou conquistas.

DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS. Adentrar no diálogo envolvendo garantias e direitos fundamentais na atual ordem constitucional do Brasil, regida pela Constituição de 1988, reclama zelo por se tratar o debate de intersecção de áreas de conhecimento com objetos científicos autônomos.

Nesse caminhar, é conveniente dar início à exploração do que se tem por “*direitos fundamentais*”, que são evocados sob algumas nomenclaturas, podendo ser conhecidos como: 1) direitos humanos, 2) direitos naturais, 3) direitos individuais, 4) direitos públicos subjetivos, 5) liberdades públicas, 6) liberdades fundamentais, 7) direitos fundamentais do homem, *et cetera* (SARLET, 1998).

O ponto de partida pretendido sobre o tema advém do pensamento jusnaturalista. Defende-se que o Jusnaturalismo prega que o homem é detentor de direitos/bens humanos que independem da figura do Estado, sendo benesses essenciais tais como os direitos à vida, à propriedade, à justiça, à liberdade, *et cetera*. (BOBBIO, 1992; SARLET, 1998).

No plano das normas magnas, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, no art. 5º, incisos LXIX, LXX, LXXII, LXXIII, e o art. 129, inciso III, traz alguns disciplinamentos para a matéria protecionista de direitos, principalmente para o caso de estudo, da proteção da liberdade de imprensa (SILVA, 2011).

Todas as angulações promovidas se valem de essência proveitosa ao legitimar da liberdade de imprensa dirigente das atividades jornalísticas, que regula a eleição de valores-notícia a compor discursos e narrativas jornalísticos. O exercício do Jornalismo consciente de estruturas externas ao seu íntimo (objetos científicos) assegura o olhar crítico sobre a realidade e sobre os fenômenos observados, todos a comportar diferentes perspectivas que devem ser harmonizar a bem da paz social.

Território e liberdade de imprensa como temáticas geradoras de reflexões e conflitos

Estaciona-se na *praxis* da liberdade de imprensa, ritmando a discussão para o exercício da benesse de natureza constitucional à atividade profissional jornalística. Nesse pé, refletir a respeito de território e da dignidade impregnada no Jornalismo é indispensável, porque se fala do terreno abstrato de reflexão num plano de deontologia profissional envolvendo a atividade dos meios, das pessoas e do direcionamento dessas atuações e dinâmicas para o produto notícia ou informação.

Atribui-se, portanto, caráter social à notícia como matéria narrativa técnica e, sobretudo, ética, na construção da realidade histórico-social-ideológica, rechaçando-se cenários de conflitos eventualmente surgidos do exercício profissional dos noticiantes que se localizam em certos espaços de não técnica e/ou de manutenção do cunho antiético do Jornalismo.

Videre (ver, olhar e considerar) “*território*” encanastrado com a Geografia, a Comunicação e o Direito é passo de axioma a ser encarado. Nesse primeiro estágio de abstração de “*território*”, repara-se que o termo traz sentidos fulcrais, sobressaindo os sentidos: a) porção de terra, b) nação, c) poder, d) recursos naturais, dentre outros que, ainda que consideráveis, não se mostram importantes à discussão que visa compreender território ao passo da sua significação abstrata, isto é, a

ideia núcleo que enraíza todas as sendas que se formam por derivação, em alusão a substrato, essência, natureza íntima.

VALOR GEOGRÁFICO. Diz-se que o termo é originário do latim, ao que se escreve *territorium*, derivante de *terra* e, em essência, preleciona fração de terra sob apropriação. Em termos lacônicos, espaço e território possuem sentidos alinhavados em cursos distintos, a ver, o primeiro está para a abstração e o segundo para a apropriação (espaço apropriado); evocando, o último, a ideia de poder (RAFFESTIN, 1993).

É no território (materialização), um espaço (abstração), onde se comunga o poder que, por seu turno, resulta em espaço apropriado e de exercício da força. A força é o exercício do poder posto sobre o espaço, resultante de um enlaçado de fluídos sociais projetáveis (ideia abstrata). Portanto, acaba sendo o termo território alvo de estudos sob multifocais cenas (geográficas, antropológicas, culturais, sociológicas, econômicas, jurídico-políticas etc.) (RAFFESTIN, 1993; CORRÊA, 2002).

Embora se pontuem características ímpares à compreensão do termo “*território*”, é frisante reconhecer que esse é de múltipla significação, estando mais alinhavado a relações de dominação e apropriação que extravasam à mera noção de porção de terra dissociada de valores sobrepostos. Logo, a compreensão de território advém da multiplicidade de olhares sobre o espaço objeto, estando em nítida eleição o olhar geográfico, jurídico e comunicacional (Santos, 1978).

O espaço, no sentido geográfico, se define pelos limites das relações e dos efeitos das relações na estabilização do meio de disposição da vida humana e das coisas desenvolvidas pelo homem. Assim, pode-se ter o espaço (abstração de limitação não conhecida) como território (condição física que se limita por fins morfológicos de alguma estrutura) qualificado pelas interações do homem com o meio.

O território, ainda em Santos (1978; 1994), comunga-se com a ideia de espaço, não obstante, possui elementos angulados distintamente. Se baseia o território, mormente, nas relações de poder, relações e interações de atores diferentes e construtos sociais (regulares ou irregulares) de edificação e desedificação do *situ* ao longo do tempo.

VALOR JURIDICO. À oportunidade, galgada a expressão na Geografia, adentra-se no sentido jurídico do termo. Pontua-se que o

território é tido, para o Direito, como elemento de liberdade. Considera-se território o espaço de oportunidade para o nacional exercer a autonomia de que goza individualmente e com segurança, pois se localiza dentro de uma ordem jurídica que o próprio indivíduo ajudou a confeccionar, a elaborar e a instituir (FABRIZ e FERREIRA, 2001).

O elemento “*povo*”, sem prolongamento exaustivo em Ciência Jurídica, pode ser compreendido cá para estudo (sociologicamente) como sendo a reunião de indivíduos que reconhecem e se sentem pertencentes a uma comunidade ética comum, praticando trocas de sentimentos e anseios, logo, ligam-se por laços históricos, culturais etc (BONAVIDES, 1999; SILVA, 1992; MIRANDA, 1998; BARACHO, 1987; JELLINECK, 1970).

No ensejo, a alcançar o elemento território, tido não muito distante do que consideram os estudos clássicos de Geografia, como uma porção de terra, espaço de desenvolvimento do poder do Estado, etc., há dois vieses jurídicos para o termo, um positivo e outro negativo.

O positivo é dizer que os indivíduos se encontram em um território de exercício de poder estatal, podendo ver-se como apropriados, localizados, pertencentes a algum espaço que lhes garante condições de cidadania. O negativo, tempestivamente, está para o reconhecimento de que o Estado faz exclusivo exercício de autoridade dentro do território de sua dominação (JELLINEK, 1970).

Zippelius (1997) também entende que o elemento território é âmbito de domínio de poder (*imperium*) e, também, espaço de validação de normas jurídicas que se direcionam ao povo. Para além, o território pode ser visto como elo de coesão comunitária de importância socioeconômica, pois é em um determinado espaço que as pessoas se reúnem, lideram a sociedade política e dirigem objetivos comuns.

É perceptível que o termo território pode ser abordado por diferentes olhares, aqui citados o da Geografia, o do Direito e o da Comunicação, sendo este último o que será trabalhado.

VALOR COMUNICACIONAL. Como verificado, há no território a ideia de espaço, de poder, de apropriação, de elo entre indivíduos diferentes etc. Destacam-se espaço e poder. Pois, como se discutiu, o espaço pode ser tido como abstração do território onde se exerce o poder.

Assim sendo, território também pode ser tido como o *locus* de exercício do poder, isso num cotejo das lições apreendidas que se voltam para um mirar clássico, logo, axioma de motricidade.

Apesar disso, a visão clássica vem sendo rediscutida e, sob o olhar da Comunicação, mais adiante notar-se-á que o termo recebe uma dimensão maior e que o põe em território ou em senda de instigações.

Pois bem, mas antes de percorrer as relações de poder que serão discutidas sob o crivo da Comunicação, avança-se com importantes contribuições ao estágio que se almeja, fala-se de adentrar na pauta de valoração do espaço tão evocado e fundamental ao concluir lógico do que se tem por território.

A ética punja o Jornalismo de técnica narrativa adequada, negando-lhe o vazio, a não motivação para existir. A presença desta, resulta, todavia, na construção da realidade social, da interpretação fiel aos fatos do mundo, compreendendo-se como nociva à sociedade quando se divorcia desses dirigentes. Podendo, desatenta a tudo quanto lhe garante como de interesse público, fortalecer a inverdade, o inverídico, a intolerância e o caráter desumano.

A inexpressão de um Jornalismo essencialmente abalizado na justiça, no bom, no justo, para alcance do bem-estar social é expressão da atividade antiética. Sendo, via de regra, sinónimas as significantes fazer jornalismo e ética, pois, na falta desta última, aquela esvazia-se de todo o sentido de atuação responsável na sociedade, logo, mostrando-se como um mal em antítese a bem social (GUARESCHI, 2000).

É de se ratificar que a ética no Jornalismo é cerne para grandes debates na contemporaneidade, contudo, a literatura se assenta no entendimento de que a ética deve se fazer em essência nesta área.

Tem-se a cobertura do cotidiano das sociedades por profissionais da área e enorme exigência de que essa se dê sobre o que de fato interessa aos indivíduos integrantes dos corpos sociais a que pertencem, aguardando-se produções guiadas pela ética e afirmadas na qualidade técnica do trabalho, o qual deve ter por mira a objetividade, a imparcialidade e a verdade do que está sendo narrado (CHRISTOFOLETTI, 2008).

O Jornalismo e a ética jornalística são pesquisas de revelada complexidade, pois, veja-se, interagem com a história e com eventos políticos,

sociais, culturais, etc., que ressignificam o mundo de maneira perene. As sociedades, onde se encontram indivíduos conectados, precisam refletir sobre a própria vida, os valores e como tais espectros são narrados e transformados em produto pela mídia (LOPES, 2013; ELIAS, 2006).

Indeclinável é a busca pela compreensão de que a liberdade de expressão surge da construção e gozo da liberdade humana, sendo a liberdade humana, aqui, a relação harmônica de um ser para com o outro, mantendo relação de mútuo respeito na vez que os indivíduos precisam enxergar limites a seus interesses quando se esbarram nos interesses de outrem (CAMPS, 2004).

A prática jornalística sem arrimo a fins conhecidos e éticos pode distanciar o produto do interesse social ou do público que tem uma natureza passível de conhecimento. É imperiosa a sustentação de práticas que se revistam de estrutura certa, deontológica, para que interesses outros que não justificam o Jornalismo em essência não venham a manchar ou deslegitimar essencial instituição democrática da sociedade para a participação efetiva na vida pública e na construção cidadã.

O imbricamento de concepções valorosas de igualdade, respeito, liberdade, dignidade, civismo *et cetera*, deve reverter os trabalhos do Jornalismo, vez que, contrário a tudo isso, pode colocar a Instituição em trilhos de questionamento quanto à sua atenção e defesa do interesse público e dos direitos humanos e sociais.

Tem-se um campo onde a deontologia profissional muito tem a percorrer para que esses traços não sejam capazes de redefinir os mantos éticos do Jornalismo. A ética, nesse cenário, possibilita a tomada de decisões de ideias reguladas e reguladoras da prática, evidenciando atividades adstritas a preceitos ordenadores da área profissional (SAN MARTIN, 1996; CAMPS, 2004; CORNU, 1994).

As narrativas jornalísticas se revelam no ato de narrar e na problemática objetada, envolvendo o real e a verdade, sem prejuízo da imparcialidade e da objetividade de operação, isso incorpora-se ao discurso jornalístico tradicional, tido epistemológica e reconhecidamente como aquele que não detém de muitos recursos para narrar os fatos do cotidiano da vida humana (RESENDE, 2006).

As figuras da dignidade humana e da ética mantêm relação simbiótica, não sendo possível laborar de forma isolada uma ou outra neste estudo. Não sendo a busca, neste momento, por uma abordagem mais legalista, logo, positivista e de seguimento obrigatório por todos, não se aborda para o momento dirigentes políticas de expressão do poder estatal e de seguimento obrigatório sob os quais correm obrigações traçadas em lei e consequências jurídicas quando do desrespeito destas. Pois, nota máxima, não se busca, ainda que de forma imprópria, destinar à liberdade de imprensa um caráter de censura, isto é, uma espécie de censura positiva (a liberdade de imprensa definida em lei e com extensões e alcances pelo próprio Direito).

A ideia é analisar o terreno da *praxis* para buscar entender possíveis cenários tendenciosos e que dão origem a conflitos notadamente de questionamento da atividade ética jornalística em seu seio de revestimento da atuação livre. Chega-se, dessa maneira, ao momento de concluir, *prima facie*, o território enquanto *locus* de relações de poder, territorialidades, num rumar objetivo.

Comunicação e informação estão no cerne da definição neomoderna de território, de territorialidade que prediz a construção do espaço por diversas ordens (econômica, política, cultural, *et cetera*).

Assim, o espaço temporal ou o território é moldado pelas redes de comunicação e pela sua circulação. O poder se faz da informação, também. São os meios de comunicação que constroem as territorialidades, moldando a informação do poder, dando-lhe abrangência espaço-tempo. É, no todo, o território produto dos símbolos ou do imaterial circulados, comunicados e que aventam o poder das mais diversas ordens (HEIDEGGER, 1986; RAFFESTIN, 1993; SOUZA, 2009).

Portanto, defronte para com as digressões feitas, conclui-se que território está para espaço (abstração), que está para poder, que está para o exercício do poder, que está para comunicações de abrangência espaço-tempo, que legitimam uma sociedade na construção e reconstrução simbólica da porção de terra em que se sobrepõe.

Resolve-se, a momento, à continuação de valoração do território. Assim, Bucci (2000) entende que o Jornalismo é realização de uma ética consistente na publicação daquilo que o cidadão tem direito de saber,

mas que algumas outras pessoas buscam mascarar, esconder. Plaisance (2011) diz que o profissional precisa considerar a privacidade alheia na esteira de oposição do interesse público mais amplo.

Pois bem, a reflexão proposta se dá na figura da ética profissional a sustentar as atividades no Jornalismo. Defendendo-se que a falta de atenção aos dirigentes éticos é capaz de gerar atmosferas político-sociais de conflito. Aqui devendo-se entender por conflito o excesso de atividade do profissional do jornalismo ou atuação dos meios jornalísticos que leva à desordem (distanciamento de bases e propulsores de justificação da Comunicação e elementos outros que harmonizam a sociedade). Figurando as narrativas, os discursos jornalísticos como contrários a bens humanos orientados largamente na sociedade em igual pilar de valor; liberdades público-subjetivas que denegam hierarquização de uns aos outros, isto é, gozam todos os direitos humanos e fundamentais de igualdade como força de expressão na sociedade.

É forçoso reconhecer que, dedutivamente, se todos os direitos humanos são iguais em seus escopos, podendo ser reclamados com igualdade ao Estado, não é difícil notar que eles podem colidir quando evocados em espaço e tempo idênticos. E o que fazer em cenários de colisão de direitos iguais para o Estado que tem a missão e o dever de protegê-los?

As possibilidades de restrições a direitos e seus fatores de impulsão foram traçados por Canotilho, que inspirou a Constituição do Brasil de 1988 (CANOTILHO, 2003, p. 1280). Bobbio (1992) corrobora afirmando que, após a programação dos direitos do homem, houve uma imersão dos valores fundamentais na civilização humana, contudo, valores podem ser antinômicos, e nesse aspecto reside o problema.

Conduto, defende-se que deve a atuação jornalística se atentar ao território ético-jurídico-legal em que moureja, com consciência dos limites impostos pela mesma sociedade que lhe autoriza a liberdade, pois, caso ultrapassados, poderão gerar consequências de monta negativa.

Deve buscar o profissional ou os veículos de notícias a manutenção de atuação consciente, enaltecendo a liberdade de imprensa ao mesmo tempo em que entende com clareza os permissivos e as restrições para

distanciar conflitos ou cenários tendenciosos de negar o prestígio social regelado à plena e livre liberdade de imprensa. Segundo BUCCI (2009), “A instituição da imprensa só existe quando a liberdade de expressão tem vigência plena. (...) Trata-se de uma dimensão não corpórea, indispensável à vigência dos direitos democráticos e ao próprio funcionamento da democracia. (p. 75, grifo nosso.)

Relaciona-se à imprensa, enquanto instituição, a liberdade de expressão de vigência plena guiada pela máxima da liberdade, considerando a indispensabilidade desta à vigência dos direitos democráticos e à própria instituição da democracia.

Não se nega tamanha expressão da imprensa no corpo social para revelação de liberdades humanas mínimas traçadas no plano de instituição da democracia no mundo que renega o autoritarismo, a ditadura e a desumanidade como figuras a reinar nas constituições sociais que se desenvolvem na modernidade. Entrementes, conflitos são comuns desde tempos primevos no mundo, os quais insurgem de questões sensíveis nas relações humanas diversas.

Como observado, o *locus* de atuação jornalística (espaço, território) se mostra como palco de realização da humanidade. Nesse *locus*, observou-se que há símbolos, abstração valorada de elementos determinantes e que, quando comunicados, unem pessoas diferentes em busca de interesses comuns a todos, aqui, claramente, observando-se a fundamental e indispensável importância do profissional em jornalismo, profissional que trabalha com a informação e que possui ímpar e nobre missão de bem informar a sociedade.

Conclusões

Evidenciou-se ao longo da revisão oportunizada que a Comunicação e o Direito se entrelaçam na história da humanidade, complementando-se. Tal constatação se possibilita quando da revisão da conquista da liberdade humana de pensamento, de comunicação e de expressão, bem como elementos outros que dizem muito da “*comunicação*” enquanto direito humano para as sociedades por meio da liberdade de imprensa.

Explorou-se, crítico-reflexivamente, objetos autônomos das áreas de Comunicação (discurso, narrativas jornalísticas, território semân-

tico, ética profissional), Direito (direitos e garantias fundamentais de proveito à liberdade de imprensa, apanhando-a historicamente) a fim de harmonizar elementos que se interseccionam quanto ao tema de liberdades público-subjetivas (liberdade de imprensa e direitos de outrem) avocadas em idêntico espaço-tempo. A ver, a desorientação da atividade jornalístico pode gerar conflitos que devem ser resolvidos a bem da paz social.

Observou-se, assim, que as investidas críticas em elementos constituintes dos discursos e das narrativas jornalísticos, assim como o debate cercando ética profissional, se balizam com a ideia de direitos e garantias fundamentais tão ínsitos à guarida da liberdade de imprensa, assegurando-lhe a justeza de procedimento noticioso.

De igual importância viu-se a ideia de “*território*”, o qual está para espaço (abstração), que está para poder, que está para o exercício do poder, que está para comunicações de abrangência espaço-tempo e que legitimam uma sociedade na construção e reconstrução simbólica da porção de terra em que se sobrepõem.

Inarredável é a busca pela compreensão sobre a liberdade de expressão que advém da construção e gozo da liberdade humana, sendo a liberdade humana, aqui, a relação harmônica de um ser para com o outro, mantendo relação de mútuo respeito na vez que os indivíduos precisam enxergar limites a seus interesses quando se esbarram nos interesses do outro (CAMPS, 2004).

Alfim, a boa, a devida e a crítica compreensão da atividade jornalística e de construtos de inclinação à coisa, são elementares à justificação e manutenção da legitimação de discursos e narrativas jornalísticos que se validem sob valores-notícia adstritos à base técnica, científica e deontológica das Ciências da Comunicação. Assim se perfazendo, ter-se-á discursos e narrativas não conflitantes e não estabilizadores da vida em sociedade envergada para a verdade dos fatos noticiados.

Referências bibliográficas

- ALSINA, Miquel Rodrigo. *A construção da notícia*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- BABO-LANÇA, Isabel. Configuração mediática dos acontecimentos do ano. *Ca-leidoscópio, Revista de Comunicação e Cultura*, n. 10, 2013.
- BARACHO, José A. de Oliveira. Teoria Geral da Soberania. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, 1987, Separata dos n. 63/64.
- BERGER, Christa; TAVARES, Frederico M. B. Tipologias do acontecimento jornalístico. In: BENETTI, Marcia; FONSECA, Virginia P. S. *Jornalismo e acontecimento: mapeamentos críticos*. Florianópolis, Insular, 2010. p. 121-142.
- BONAVIDES, Paulo. *Do País Constitucional ao País Neocolonial*. A derrubada da Constituição e a recolonização pelo golpe de Estado Institucional. São Paulo: Malheiros, 1999.
- BOBBIO, Norberto. *A era dos Direitos*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- BUCCI, Eugênio. *Sobre ética e imprensa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- BRASIL. Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1967. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 10 fev. 1968.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Medida Cautelar em Arguição de descumprimento de preceito fundamental nº 130/DF*. Relator: Ministro Carlos Ayres Britto. 2008.
- CAMPS, Victoria. Opinión pública, libertad de expresión y derecho a la información. In: CONILL, Jesus; GOZÁLVEZ, Vicent. *Ética de los médios: uma apuesta por uma cidadania audiovisual*. Barcelona: Gedisa, 2004. p. 33-49.
- CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Direito constitucional e teoria da Constituição*. 5. ed. Coimbra Portugal: Almedina, 2002.
- CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Direito Constitucional*. Coimbra: Livraria Almedina, 2003.
- CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Estado de Direito*. Fundação Mário Soares. Lisboa: Radiva Produções, Ida, 1. Ed. 1999.

CORRÊA, J. de A. A. *O outro lado do meio ambiente: uma incursão humanista na questão ambiental*. Campinas, SP: Milenium, 2002.

CORNU, Daniel. *Jornalismo e verdade: para uma ética da informação*. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. *Ética no Jornalismo*. São Paulo: Contexto, 2008.

CHARAUDEAU, P. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2010.

ELIAS, Norbert. *Escritos e Ensaio*s. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

FABRIZ, Dauray Cesar; FERREIRA, Cláudio Fernandes. Teoria geral dos elementos constitutivos do estado. In: *Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais*. Belo Horizonte, n. 39, p. 107-141, 2001. Disponível em: <https://www.direito.ufmg.br/revista/index.php/revista/issue/view/82/showToc>. Acesso em: 23 ju. 2020.

GUARESCHI, Pedrinho. A (org.). *Os construtores da informação: os meios de comunicação ideológica e ética*. Petrópolis (RJ): Vozes, 2000.

HEIDEGGER, M. *Ser e Tempo*, Parte I e II. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.

JELLINEK, Georg. *Teoria Geral del Estado*. 2. ed., Trad. Espanhola de Fernando de Los Rios. Buenos Aires: Albatros, 1970.

LEAL, B. S. Vulnerabilidades: abordagens iniciais de um desafio à pesquisa. In: Miranda, C. M. [et al.]. *Vulnerabilidades, narrativas, identidades*. Belo Horizonte, MG: Fafich/Selo PPGCOM/UFMG, 2020, p. 31-48.

LOPES, Fernanda Lima. *Ser Jornalista no Brasil: identidade profissional e formação acadêmica*. São Paulo: Paulus, 2013.

JÁCOME, Phellipy. Narrativas, direito ao tempo e vulnerabilidades. In: Miranda, C. M. [et al.]. *Vulnerabilidades, narrativas, identidades*. Belo Horizonte, MG: Fafich/Selo PPGCOM/UFMG, 2020, p. 91-108.

MANHÃES, E. Análise do Discurso. In: DUARTE, J.; BARROS, A. (Orgs.). *Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009. p. 305-315.

MIRANDA, Jorge. *Manual de Direito Constitucional*. Tomo III – Estrutura Constitucional do Estado, 4. ed., Coimbra: Coimbra, 1998.

MORAES, Alexandre Rocha Almeida. *Direito Penal do Inimigo: A Terceira Velocidade do Direito Penal*. Vol. 01. São Paulo: Juruá, 2008, p. 56.

MAINGUENEAU, Dominique. 2005. *Gênese dos Discursos*. Tradução de Sírio Possenti. Curitiba: Criar Edições. 189 p. ISBN 85-8814-131-0.

MELO, Iran Ferreira de. Análise do discurso e análise crítica do discurso: desdobramentos e intersecções. *Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura*, Ano 05, n. 11, 2º Semestre de 2009, ISSN 1807-5193. Disponível em: < http://www2.eca.usp.br/Ciencias.Linguagem/Melo_ADeACD.pdf >. Acesso em 06 de nov. de 2019.

MONTESQUIEU. *Do espírito das leis*. Trad. Jean Melville. São Paulo: Martin Claret, 2002.

MORAES, Alexandre Rocha Almeida. *Direito Penal do Inimigo: A Terceira Velocidade do Direito Penal*. Vol. 01. São Paulo: Juruá, 2008, p. 56.

ORLANDI, E. A análise de discurso e seus entremeios: notas para a sua história no Brasil. *Caderno de Estudos Linguísticos* (42), Campinas: Jan./Jun 2002.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso. In: GADET, F. HAK, T. (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso – introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Unicamp. pp 61 – 161, 1990.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

PLAISANCE, Patrick Lee. *Ética na comunicação: princípios para uma prática responsável*. Porto Alegre: Penso, 2011.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. Trad. Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RESENDE, Fernando. Jornalismo e enunciação: perspectivas para um narrador jornalista. *Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Comunicação – CAMPÓS*, 2006, PUC-Rio. Disponível em http://www.compos.org.br/data/biblioteca_846.pdf. Acesso em: 10 nov. 2019.

SAN MARTIN, Maria de los Angeles. *Código ético y deontológico para la fotografía e imagen informativa*. Madrid: Trigo Ediciones, 1996.

SANTOS, Thalyta dos Santos. A liberdade de expressão na república federativa do Brasil: aspectos destacados acerca da ratificação da convenção americana sobre direitos humanos pelo Brasil. *Revista Direito UFMS*, Campo Grande, MS, v. 2, n. 1, p. 101 – 119, jul./dez. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufms.br/index.php/revdir/article/view/2276>>. Acesso em: 10 nov. 2019.

SANTOS, M. *Por uma Geografia Nova*. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

- SANTOS, M. *Território globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SARLET, Ingo Wolfgang (Org.). *Direitos fundamentais, orçamento e reserva do possível*. São Paulo: Livraria do Advogado, 2003.
- SARLET, Ingo Wolfgang. *A eficácia dos direitos fundamentais*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998.
- SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 34. ed., rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2011.
- SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 8. ed., São Paulo: Malheiros, 1992.
- SOUZA, M. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Orgs.). *Territórios e Territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Editora Expressão Popular, p. 57–72, 2009.
- SHOEMAKER, Pamela J. *Teoria do gatekeeping: seleção e construção da notícia*. Pamela J. Shoemaker, Tim P. Vos. Porto Alegre: Penso, 2011.
- TERRITÓRIO. In: *DICIO – Dicionário Online de Português*. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/territorio/>. Acesso em: 23 jun. 2020.
- TERRITÓRIO. In: *MICHAELIS – dicionário brasileiro da língua portuguesa*. [S.l.]. Editora Melhoramentos, 2015. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/territ%C3%B3rio/>. Acesso em: 23 jun. 2020.
- ZIPPELIUS, Reinhold. *Teoria Geral do Estado*. 3. ed., Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.
- WOLF, Mauro. *Teorias da Comunicação*. Lisboa (Portugal): Editorial Presença, 1987.

| Sobre as autoras e autores

Adriana Paz

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade (PPGCom) pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Graduada em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), campus Parintins. Foi membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Ambientes Amazônicos (NEPAM), pelo Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia (ICSEZ), participou e desenvolveu projetos relacionados a jornalismo literário, narrativas e convergências midiáticas. Email: adriana_sousap@hotmail.com

Agnnes Caroline Alves de Souza

Psicóloga e mestre em Comunicação, Linguagens e Cultura (PPGCLC/Unama). E-mail: agnnes_souza@hotmail.com

Amanda Maurício Pereira Leite

Doutora e Mestre em Educação pela UFSC. Pós-Doutoramento Educação pela Unicamp. Professora e Pesquisadora no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade e no curso de Pedagogia

da UFT. Fotógrafa e ativadora do Coletivo 50 graus: Pesquisa e Prática Fotográfica (UFT) e da Casa Clic em Palmas. E-mail: amandaleite@uft.edu.br

Amanda Rodrigues

Mestra e especialista em Comunicação Social na UFMG, e especialista em Administração de Empresas na FGV. Bacharel em Gestão da Comunicação Integrada, com ênfase em Relações Públicas pela PUC Minas. Atua como conselheira no CONRERP e como gerente de Relações Institucionais na PBH. E-mail: amanda_santosrodrigues@yahoo.com.br

André Demarchi

É antropólogo, professor e pesquisador no curso de Ciências Sociais e no Programa de Pós-graduação em Comunicação e Sociedade, ambos da Universidade Federal do Tocantins. Doutor em antropologia cultural pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Coordenador do NEAI (Núcleo de Estudos e Assuntos Indígenas) e do Grupo PET Indígena - Conectando Conhecimentos e membro do NAIPE (Núcleo de Arte, Imagem e Pesquisa Etnológica). Email: andredemarchi@uft.edu.br.

Bruno Souza Leal

É professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFMG, onde coordena o Núcleo de Estudos Tramas Comunicacionais: Narrativa e Experiência. É pesquisador do CNPq. E-mail: brunosleal@gmail.com

Carlos Alberto de Carvalho

Professor do Departamento de Comunicação Social da UFMG, na graduação e na pós-graduação. Coordena o Insurgente: Grupo de Pesquisa em Comunicação, Redes Textuais e Relações de Poder/Saber. Bolsista produtividade PQ2 do CNPq. E-mail: carloscarvalho0209@gmail.com

Cláudio Chaves Paixão

Mestre em Comunicação e Sociedade pelo Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade / UFT. Graduado em Jornalismo pela UFT. Membro

do Grupo de Pesquisa Coletivo 50 graus: Pesquisa e Prática Fotográfica (UFT). E-mail: ccpaixao@gmail.com

Cynthia Mara Miranda

Professora do curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Líder do Grupo de Pesquisa Comunicação, Direitos e Igualdade (CODiG/CNPq). Coordenadora Colegiada da Rede Brasileira de Jornalistas e Comunicadoras com Visão de Gênero e Raça. E-mail: cynthiamara@uft.edu.br

Edgar Monteiro Chagas Junior

Doutor em Sociologia e Antropologia (PPGSA/UFGA). Mestre em Planejamento do Desenvolvimento (PPGDSTU/NAEA/UFGA) e graduado em Geografia (UFGA). Coordenador e professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Linguagens e Cultura – PPGCLC da Universidade da Amazônia (UNAMA) e da rede estadual de ensino do Pará. E-mail: edgar.chagas@unama.br

Felipe Borges

Doutorando e mestre em Comunicação e Sociabilidade Contemporânea pela UFMG. Dedicar-se aos estudos da narrativa audiovisual, com ênfase em temporalidade, modernidade e futuro. Integrante do Tramas Comunicacionais: Narrativa e experiência e bolsista CAPES. E-mail: felipelsborges@gmail.com

Francielle Souza

Mestranda em Comunicação e Sociabilidade Contemporânea pela Universidade Federal de Minas Gerais, com financiamento da CAPES. Graduada em Jornalismo pela UFOP. Participa dos grupos de pesquisa Temporona (UFMG) e Tramas Comunicacionais (UFMG). E-mail: francielledesouza@outlook.com

Francisco Gilson Rebouças Pôrto Júnior

É doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (FACOM-UFBA), mestre em Educação pela Faculdade de Educação (PPGE-UnB) e graduado em Comunicação Social/Jornalismo, Pedagogia, História e Letras. E-mail: gilsonportouft@gmail.com

Giliarde Benavinto Albuquerque Cavalcante Virgulino Ribeiro Nascimento e Gama

Doutorando em Desenvolvimento Regional (UFT). Mestre em Comunicação e Sociedade pelo Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade / UFT. Graduado em Direito pela UFT. Membro do Núcleo de Pesquisa e Extensão OPAJE-UFT. E-mail: gi.albuquerquecavalcante@gmail.com.

Giovanna Figueiredo de Abreu

Mestra em Comunicação, Linguagens e Cultura pela Universidade da Amazônia (PPGCLC/Unama). Especialista em Assessoria de Comunicação pela Universidade Estácio de Sá. Bacharel em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Universidade da Amazônia (Unama). Membro do Grupo de Pesquisa Ubiquidade da Comunicação (UbiCom/ Unama/ CNPq). E-mail: giovannamfigueiredo@gmail.com

Igor Lage

É doutorando em Comunicação Social pela UFMG. Estuda escrita em primeira pessoa, identidade narrativa, ética e catástrofe. Integrante dos grupos de pesquisa Tramas Comunicacionais: Narrativa e Experiência e Insurgente - Grupo de Pesquisa em Comunicação, Redes Textuais e Relações de Poder/Saber, ambos vinculados à UFMG. E-mail: igor.lage.alves@gmail.com

Janaina Vilares da Silva

Mestra em Comunicação e Sociedade (PPGCOM/UFT), atua como Psicóloga na Universidade Federal do Tocantins (UFT), campus de Porto Nacional. E-mail: vilaresjana@gmail.com

João Carvalho

É mestre em Comunicação Social pela PUC-Minas e pesquisou sobre as imagens dos telejornais e seus sentidos. Atualmente é professor de jornalismo e cinema e pesquisa sobre os significados que atravessam a palavra jornalismo. E-mail: joao81@gmail.com

Juliana Soares

Doutoranda em Comunicação e Sociabilidade Contemporânea (UFMG), jornalista, mestra em Comunicação e Sociabilidade Contemporânea (UFMG) e especialista em Processos Comunicativos e Dispositivos Midiáticos (UFMG). E-mail: julianasoares.goncalves@gmail.com

Jullian de Oliveira

Bacharel em Comunicação Social pela UFMG e mestrando em Comunicação pela mesma instituição. Integrante dos grupos de pesquisa: Núcleo de Estudos Tramas Comunicacionais e Temporona - Coletivo de ações em temporalidades e narrativas. E-mail: jullian.plo@gmail.com

Leandro Rodrigues Lage:

Professor da Faculdade de Comunicação e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCom) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Coordenador do Grupo de Pesquisa em Comunicação, Estética e Política (Cepolis/CNPq). Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade da Universidade Federal do Tocantins (UFT). E-mail: leandrolage@ufpa.br

Liana Vidigal Rocha

Docente do curso de Jornalismo e do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Sociedade, da Universidade Federal do Tocantins. Líder do Grupo de Pesquisa em Jornalismo e Multimídia (CNPq) desde 2009, e membro do grupo de pesquisa Geografias da Comunicação Regional (UFS/CNPq). Membro do grupo Geografias da Comunicação, da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom). E-mail: lianavidigal@uft.edu.br

Líliam Deisy Ghizoni

Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade (PPGCOM/UFT) e do Curso de Administração da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Doutora em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações pela Universidade de Brasília (UnB), pós Doutorado em Administração na Universidade Federal Fluminense (UFF). Coordena o Grupo de Pesquisa Trabalho e Emancipação (UFT/CNPQ). E-mail: ldghizoni@uft.edu.br

Lucas Matheus Santos Porto

Mestrando em Comunicação, Linguagens e Cultura da Universidade da Amazônia (PPGCLC/ Unama). Graduado em Jornalismo pela Universidade da Amazônia (Unama). Membro do Grupo de Pesquisa Ubiquidade da Comunicação (UbiCom/ Unama/ CNPq). E-mail: porto-lucass@hotmail.com

Luciana Amormino

Doutoranda e mestre em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais, onde também especializou-se em História da Cultura e da Arte, e graduada em Jornalismo pela PUC Minas. Desenvolve pesquisas em temporalidades, memória, cultura e narrativas. E-mail: luamormino@gmail.com

Maíra Evangelista de Sousa

Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Linguagens e Cultura (PPGCLC) e dos cursos de Comunicação Social da Universidade da Amazônia (Unama). Doutora em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGCOM/ UFRGS). Coordena o Grupo de Pesquisa Ubiquidade da Comunicação (UbiCom/ Unama/ CNPq). E-mail: maira.evangelistadesousa@gmail.com

Maria Luiza Cunha

Graduanda em Comunicação na UFMG e integrante do Núcleo de Estudos Tramas Comunicacionais: Narrativa e Experiência. E-mail: marialuizacs10@gmail.com

Marlene Silva de Moura

Mestranda em Comunicação, Linguagens e Cultura (PPGCLC-Universidade da Amazônia), Teóloga e Psicóloga com formação em Logoterapia e Análise Existencial. E-mail: pra.marlene@gmail.com

Maurício Vieira

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCOM/UFMG). Graduado em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). E-mail: mauriciovieiraf@gmail.com

Michele Silva

Graduanda em Relações Públicas da Universidade Federal de Minas Gerais. Foi bolsista do Núcleo de Estudos Tramas Comunicacionais: Narrativa e Experiência. E-mail: michelle.m.s.pro@gmail.com

Natália Amaro

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCOM-UFMG), bolsista CAPES na linha de Textualidades Midiáticas, produtora cultural e bacharela em Comunicação Social (UFMG). E-mail: nataliaamaro1@gmail.com

Pedro Bernardo

Discente do curso de Jornalismo na UFMG, bolsista de iniciação científica do do grupo de pesquisa “Tramas Comunicacionais” no projeto “Figuras do futuro e acontecimento jornalístico em narrativas midiáticas: temporalidades em tensão.” E-mail: pedrofilando@gmail.com

Phellipy Jácome

É professor do Departamento de Comunicação Social e pesquisador permanente do Programa em Pós-graduação, da UFMG. É coordenador do Temporona: Coletivo de Ações em Temporalidades e Narrativas. E-mail: phellipy@ufmg.br

Prussiana Araujo Fernandes Cunha

Doutoranda e mestra em Comunicação Social pela UFMG. Graduada em Jornalismo pela mesma instituição. Pesquisa as relações entre Textualidades, Narrativas e Espaços Urbanos, com foco na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Trabalha com produção editorial e organiza o projeto Atravessar BH. E-mail: pru.afc@gmail.com

Rafael Andrade

Mestre pelo PPGCOM UFPE (2016-2018) e doutorando pelo PPGCOM UFMG. Interessa-se pela interface entre Comunicação e Música, com destaque para as performances musicais e as experiências corporais. Gosta de Reginaldo Rossi. E-mail: aos.rafael@gmail.com

Rosângela Araújo Darwich

Professora titular do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Linguagens e Cultura e do curso de psicologia (UNAMA). Mestrado e doutorado em Psicologia: Teoria e Pesquisa do Comportamento (UFPA). Estágio pós-doutoral na Universidade Protestante de Freiburg, na Alemanha. Líder do grupo de pesquisa “Poesia no Dia a Dia: Grupos Vivenciais e Resiliência”, certificado pelo CNPq. E-mail: rosangeladarwich@yahoo.com.br

Sarah Melisa Barros de Sousa

Jornalista; mestranda do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Sociedade pela Universidade Federal do Tocantins. Membro do grupo de pesquisa em Jornalismo e Multimídia (CNPq). E-mail: shmelisa.barros@gmail.com

Thiago Almeida Barros

É doutor em Comunicação, Linguagens e Cultura (PPGCLC/UNAMA), mestre em Planejamento do Desenvolvimento do Trópico Úmido (NAEA/UFPA) e Bacharel em Comunicação Social – Jornalismo (UFPA). Leciona há 11 anos nos cursos de Jornalismo e Publicidade e Propaganda da Universidade da Amazônia (UNAMA), dos quais já foi coordenador. E-mail: tbarros81@gmail.com

Vinicius Micheletto

É estudante de graduação do curso de Jornalismo da UFMG. Membro do Temporona - Coletivo de ações em temporalidades e narrativas. vinemicheletto@gmail.com

William David Vieira

Doutorando em Comunicação Social (UFMG), com bolsa CAPES, e Mestre em Comunicação (UFOP). Pesquisador do “Núcleo de Estudos Tramas Comunicacionais: Narrativa e Experiência” (UFMG/CNPq) e do “Quintais: Cultura da Mídia, Arte e Política” (UFOP/CNPq). E-mail: williamdavidvieira@gmail.com



Phellipy Jácome é professor do Departamento de Comunicação Social e pesquisador permanente do Programa em Pós-graduação, da UFMG. É coordenador do Temporalidade: Coletivo de Ações em Temporalidades e Narrativas. E-mail: phellipy@ufmg.br

Liana Vidigal é docente do curso de Jornalismo e do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Sociedade, da Universidade Federal do Tocantins. Líder do Grupo de Pesquisa em Jornalismo e Multimídia (CNPq) desde 2009, e membro do grupo de pesquisa Geografias da Comunicação Regional (UFS/CNPq). Membro do grupo Geografias da Comunicação, da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom). E-mail: lianavidigal@uft.edu.br

Edgar Chagas Junior é doutor em Sociologia e Antropologia (PPGSA/UFPA). Mestre em Planejamento do Desenvolvimento (PPGDSTU/NAEA/UFPA) e graduado em Geografia (UFPA). Coordenador e professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Linguagens e Cultura – PPGCLC da Universidade da Amazônia (UNAMA) e da rede estadual de ensino do Pará. E-mail: edgar.chagas@unama.br

Gilson Porto é doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (FACOM-UFBA), mestre em Educação pela Faculdade de Educação (PPGE-UnB) e graduado em Comunicação Social/Jornalismo, Pedagogia, História e Letras. E-mail: gilsonportouft@gmail.com

Esta coleção agrupa obras resultantes de parcerias e cooperações acadêmicas entre o PPGCOM-UFMG e outras universidades nacionais e internacionais, cujos projetos deram origem a textos comuns, abordagens cruzadas e aproximações conceituais marcadas pelo jogo de dissonâncias.